



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## ARTESÃOS INDÍGENAS SATERÉ-MAWÉ: CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA/AM

### SATERÉ-MAWÉ INDIGENOUS ARTISANS: CITIZENSHIP AND SOCIOECONOMIC INCLUSION IN COUNTY BARREIRINHA/AM

Sandra Helena da Silva<sup>1</sup>  
[sandrahsf@gmail.com](mailto:sandrahsf@gmail.com), 92 99180-6088

Mayara Viana de Lima<sup>2</sup>  
[mayaravianadelima@gmail.com](mailto:mayaravianadelima@gmail.com), 92 991619225

Mirian Araújo Mafra Castro<sup>3</sup>  
[mirianaraujo2233@gmail.com](mailto:mirianaraujo2233@gmail.com), 92 99236-9388

**RESUMO:** Ao falar de cidadania e inclusão socioeconômica na Panamazônia, entende-se a necessidade, em termos práticos, da realização de programas de renda mínima, educação, saúde, empregos e moradia digna para os que ainda estão excluídos dos benefícios da economia. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo identificar as estratégias dos artesãos indígenas da etnia Sateré-Mawé para a sua inclusão socioeconômica e o exercício da cidadania em Barreirinha/AM, por meio da valorização de sua cultura na produção do artesanato. A metodologia empregada foi de caráter qualitativo, embasada em pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando a técnica da entrevista (com roteiro prévio), tendo como informantes quatro artesãos produtores de artesanato, da etnia Sateré-Mawé, do município de Barreirinha, Amazonas, Brasil. A análise dos dados aponta para a importância da atividade artesanal Sateré-Mawé em vista da obtenção de renda, compreendendo uma forma de inclusão socioeconômica dos indígenas desta etnia. Os povos indígenas entendem o artesanato como oportunidade de conquistar ou se aproximar da cidadania e inclusão socioeconômica e a isso somam-se as questões da valorização cultural e econômica do artesanato indígena brasileiro, além da reprodução da cultura material e imaterial indígena Sateré-Mawé.

**Palavras-Chave:** Cidadania; Inclusão socioeconômica; Artesanato Indígena; Panamazônia

<sup>1</sup> Professora do Curso de Serviço Social e Coordenadora da Incubadora AmIC. Universidade Federal do Amazonas. Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia

<sup>2</sup> Pesquisadora na Incubadora AmIC. Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia

<sup>3</sup> Pesquisadora Técnica na Incubadora AmIC. Universidade Federal do Amazonas. Bacharela em Serviço Social



## INTRODUÇÃO

Este tem por objetivo identificar as estratégias dos artesãos indígenas da etnia Sateré-Mawé para a sua inclusão socioeconômica e o exercício da cidadania em Barreirinha/AM, por meio da valorização de sua cultura na produção do artesanato.

Algumas inquietações levaram a realização de tal trabalho, entre elas pode-se destacar as seguintes: Como se manifestam o exercício da cidadania e as estratégias de inclusão socioeconômica de artesãos indígenas da etnia Sateré-Mawé no município de Barreirinha? Quais as perspectivas de valorização da cultura indígena no fazer dos produtos desenvolvidos pelos artesãos?

Nesse sentido, em vista de buscar respostas para as inquietações e responder ao objetivo deste estudo, este trabalho está dividido nos tópicos de discussão: a) Povos indígenas e a questão da cidadania e inclusão socioeconômica na Panamazônia; b) A valorização cultural e econômica do artesanato indígena brasileiro; e c) Artesãos Sateré-Mawé do município de Barreirinha e a reprodução da cultura material e imaterial indígena. Encerra-se com as considerações finais.

## ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A pesquisa é de tipo qualitativo possibilitando a compreensão dos fenômenos estudados em seus contextos e não apenas à sua expressividade numérica. O delineamento da pesquisa foi de acordo com o “estudo de caso” considerando a unidade social estudada como um todo, reunindo o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, objetivando apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto.

Para a coleta de dados foi utilizado como referência a pesquisa bibliográfica tendo como categorias de análise: Cidadania e Inclusão Socioeconômica,- Artesanato Sateré-Mawé, Valorização Cultural e Econômica. A pesquisa de campo foi realizada pela equipe de trabalho da Incubadora de Empreendimentos Amazonas Indígena Criativa, cujo projeto tem como foco a assessoria a empreendedores indígenas nas localidades. Ocorreu de acordo com 04 entrevistas à artesãos indígenas do município de Barreirinha



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

expositores de seus produtos durante o Festival de Folclórico de Parintins, no ano de 2016.

## POVOS INDÍGENAS E A QUESTÃO DA CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA NA PANAMAZÔNIA

Ao falar de cidadania e inclusão socioeconômica na Panamazônia, entende-se a necessidade, em termos práticos, da realização de programas e/ou políticas públicas voltadas para aqueles sujeitos que ainda estão excluídos dos benefícios da economia, entre esses os indígenas.

Os povos indígenas vêm ao longo dos anos buscando espaço no âmbito do fortalecimento de sua cultura e desenvolvimento de atividades em vista de sua sobrevivência. Uma forte atividade que vem se manifestando como forma de inclusão socioeconômica é a atividade artesanal. Segundo Ballivián (2012, p. 11):

Historicamente o artesanato faz parte integrante da cultura indígena, sendo uma expressão material de sua visão de mundo, do modo de ser e de se relacionar com elementos do meio. É tradicionalmente uma atividade de caráter familiar que realiza todas as etapas da produção, desde o preparo da matéria-prima até o acabamento final, em que se destaca a habilidade do trabalho manual e do saber tradicional, passado de geração em geração: de pais para filhos, de avó para neta, etc.

Nesse sentido, fica visível como o artesanato manifesta-se enquanto um componente cultural transmitido por meio do etnoconhecimento dos povos indígenas. O artesanato é um componente cultural indígena, de sua identidade, além disso, é utilitário devido a sua execução ser entendida não apenas como integrante e representante da cultura, mas também por seu valor econômico. Dessa forma, a atividade artesanal viabiliza a inclusão socioeconômica dos povos indígenas.

De acordo com Luciano (2006, p. 194) uma das características das “economias indígenas” “diz respeito ao fato de estarem voltadas para suprir as necessidades vitais (físicas, sociais e espirituais) das pessoas enquanto membros participantes de coletividades. As atividades estão focadas essencialmente na caça, na pesca, na coleta e no artesanato”. Assim, o artesanato vem se mantendo presente nas atividades econômicas indígenas.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

A inclusão socioeconômica, valorização da cultura e o exercício da cidadania são questões essenciais para os artesãos indígenas, vivenciadores atualmente de um sem-número de dificuldades em seu cotidiano de vida e realização de atividades de trabalho, principalmente dos indígenas citadinos (não moradores das Terras Indígenas). O papel dos artesãos indígenas contribui para a continuidade das atividades artesanais, mas falta ainda muito a se fazer para melhoria das condições de vida e trabalho dos povos indígenas, pois:

Todos têm direito ao meio ambiente, ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, C.F. cap.6, art.225).

É necessário enfatizar que o indígena em sua essência estabelece uma relação de respeito mútuo com o ambiente, não se sente superior e sim parte desse ambiente. Tudo é vida e está em constante relação e interação. A qualidade de vida, neste sentido, envolve a compreensão em conservar os bens coletivos, sendo estes primordiais a existência não apenas da geração futura, sobretudo, desta atual já sofredora dos desmandos da lógica linear de produção e uso predatório. Nesse sentido:

As economias indígenas sempre mostraram alto grau de sustentabilidade, em grande parte pela capacidade que têm de estabelecer relação integrada de vida, em que formas específicas da organização social, das relações de parentesco, dos rituais sociais e religiosos apresentam funções indispensáveis ao estabelecimento do equilíbrio. Este se dá não através do domínio da natureza, mas por meio da compreensão em relação a ela e o respeito, o que implica decifrar sua linguagem, seu funcionamento, suas forças e seus mistérios, pois a sobrevivência humana depende da sua capacidade de cooperar, respeitar e integrar-se a esta natureza. (LUCIANO, 2006, p.190)

Entende-se o fato da atividade artesanal favorecer a criação de emprego e renda para os povos indígenas, conseqüentemente, constituindo-se em um fator relevante na melhoria da cidadania e na inclusão socioeconômica desses povos. O artesanato é uma atividade manufaturada, transmitida geracionalmente, possuidora de grande valor histórico, sociocultural e econômico.

Sugere-se, nesse sentido, investimentos mais eficazes em programas voltados aos artesãos, incentivo a essa atividade, pois a comercialização do artesanato pode ser considerada um instrumento para diminuir as disparidades de desenvolvimento local,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

gerando assim melhorias na qualidade de vida e, logo, no exercício da cidadania dos artesãos. Além disso, uma tarefa primordial é garantir voz e poder de decisão aos indígenas artesãos na definição de seus processos e projetos, um desafio tem sido deixar que os indígenas sejam sujeitos efetivos de suas ações e decisões.

## A VALORIZAÇÃO CULTURAL E ECONÔMICA DO ARTESANATO INDÍGENA BRASILEIRO

O artesanato é uma das mais ricas formas de expressão da cultura e do poder criativo de um povo, faz parte da representação da história e reafirmação de sua identidade coletiva. Nos últimos tempos, tem se agregado a esse caráter cultural o viés econômico, com impacto crescente na inclusão social, geração de trabalho e renda e potencialização de vocações regionais (BRASIL, 2012, p.07).

Segundo o Conselho Mundial do artesanato – organização internacional, vinculada a UNESCO – esta atividade é dividida entre as categorias: arte indígena; arte tradicional; arte de referência cultural; arte conceitual. A arte indígena é caracterizada pela expressão da cultura e incorporada no cotidiano, também pelo tipo de produção coletiva, realizada em comunidade (MOUCO, 2010, p. 32).

Os artesanatos indígenas, no contexto brasileiro, expressam a beleza e a riqueza da diversidade cultural étnica. Cada povo indígena representa em seus trançados, cestarias, adornos, cerâmicas, as características e técnicas desenvolvidas por seus ancestrais, aprimorando com habilidade e criatividade a reprodução de seus artefatos para a realização da subsistência econômica e cultural de seus parentes.

Mauro apud Barbosa (2016, p. 97) ressalta como o seguimento do artesanato indígena no Brasil foi inserido por intermédio da FUNAI, sendo os chefes de postos do período os responsáveis diretos pela inserção da atividade e comercialização dos produtos em cidades mais próximas. Esse incentivo foi desde a sugestão do ensino do artesanato até mesmo o fornecimento de materiais. Tal prática tornou-se regra em todo país. O incentivo à produção era orientado por uma didática do tipo de artefato que deveria ser produzido por cada povo.

Ainda sobre o artesanato indígena Mauro (2016, p. 97) adverte o incentivo da FUNAI na comercialização dos produtos indígenas em aeroportos, shoppings e outros espaços estratégicos. Esta política visava favorecer a manutenção econômica dos sujeitos





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

envolvidos. Mais tarde, além do viés econômico o artesanato foi legitimado como elemento da identidade étnica indígena, juntamente com a língua e os rituais de cada povo.

Neste sentido, o artesanato indígena não atinge os artefatos da cultura material de um povo indígena em sua completude, mas sim representa uma parte da produção de artefatos destinados à comercialização, sendo selecionados com base na história e representações simbólicas e também na procura de mercado. Mauro (2016, p. 97) alude ao fato de haver uma produção da cultura material criada para serem artesanatos, como exemplo tipos de colares, sendo estes identificados como autênticos, mas destinados ao “outro”.

O artesanato compreende toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo detentor do domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (*possui valor simbólico e identidade cultural*), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios (BRASIL, 2012, p. 14).

Em tempos atuais o artesanato indígena incorpora novas técnicas, alguns artesãos utilizam ferramentas como a furadeira para acelerar o processo de perfuração das sementes, por exemplo. Outros procuram inovar suas peças em escultura em madeira, transformando peças decorativas em utilitários como porta-moedas, entre outros. Entretanto, essa dinâmica no processo de produção do artesanato indígena representa apenas uma recriação do fazer artesão em seu processo de trabalho.

A globalização cultural envolve a hibridização. Esta por sua vez diz respeito a atitudes, mentalidades, valores, expressões, entre outros fatores que envolvem o indivíduo e sua interação com o meio cultural, exigindo adaptação e criatividade para agir perante as trocas culturais (BURKE, 2003, p. 16-17).

Do mesmo modo que a cultura e a identidade de qualquer povo, o artesanato também se recria. Ele se adapta às necessidades e possibilidades contemporâneas. Assim, os indígenas atualizam os seus produtos, podendo utilizar novos recursos, novos materiais, novas formas e usos atuais (chapéus, leques, abajures, bijuterias, canetas, etc.). É um processo que caracteriza as mudanças resultantes dos contatos interculturais, mostrando que a cultura está em constante recriação e construção, mantendo a essência especificidades do povo que o produz (BALLIVIÁN, 2014, p. 13).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Nesse sentido, ressaltamos que para produção do artesanato indígena é feita uma seleção dos artefatos voltados para fins comerciais, mantendo as características da cultura de cada povo, mas voltado ao consumo não indígena. Porém há artefatos voltados para uso apenas cultural de cada povo e neste sentido não é comercializável (MAURO, 2016, p. 98).

## ARTESÃOS SATERÉ-MAWÉ DO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA E A REPRODUÇÃO DA CULTURA MATERIAL E IMATERIAL INDÍGENA

“O artesanato indígena é uma das mais belas e significativas formas de expressão cultural de quem o confecciona, considerando o emprego de técnicas tradicionais próprias, o uso exclusivo de matéria-prima bruta, a ausência de qualquer instrumento industrial para confecção” (BALLIVIÁN, 2014, p.13. Além de ser de extrema beleza é de relevância simbólica material e imaterial para a expressão cultural de um povo.

Historicamente os artefatos indígenas são utilizados dentro do próprio grupo com finalidades e significados importantes para a etnia, contudo, a partir de década de 1970, os indígenas vem se adaptando às novas dinâmicas econômicas da sociedade envolvente. Essas adaptações na sociedade hodierna envolvem a demanda do artesanato indígena como meio de geração de renda para famílias indígenas, sobretudo nas cidades, conforme demonstram os dados do quadro 01:

Quadro 01. Caracterização dos sujeitos da pesquisa.

IDENTIFICAÇÃO	NATURALIDADE E RESIDÊNCIA	PRODUTOS COMERCIALIZADOS
Sra. F.V. (78 anos)	Natural da Aldeia Terra Preta, localizada no Rio Andirá. Reside há 25 anos na cidade Barreirinha com sua família.	Adornos: Colares de sementes diversas; anéis de tucumã; pulseiras.
Sra. A.M (68 anos)	Natural da Aldeia Umirituba, localizada no Rio Andirá, município de Barreirinha. Reside na mesma aldeia desde a infância.	Adornos: Colares de sementes diversas; anéis de tucumã; pulseiras.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Sr. G. R. (41 anos)	Natural da Aldeia Ponta Alegre, localizada no Rio Andirá. Atualmente mora em Barreirinha.	Adornos de sua própria criação e também de reprodução da sua cultura, utilitários como porta pratos, decorativos como vasos em madeira, esculturas de animais da mitologia Sateré.
Sr. M.R.S (29 anos)	Natural da Aldeia Ponta Alegre, localizada no Rio Andirá. Atualmente mora em Barreirinha.	Adornos: Colares de sementes diversas e também em madeiras; anéis de tucumã; pulseiras. Chaveiros, muraquitãs.

Fonte: Pesquisa de Campo, Incubadora AmIC, 2016.

Ballivián (2014, p.13) ressalta que “do mesmo modo que a cultura e a identidade de qualquer povo, o artesanato também se recria”. Assim, os artesãos adaptam suas produções às demandas do mercado consumidor, as necessidades de seus clientes, dando novas formas aos seus produtos, aliando elementos indígenas e de outras culturas, em um processo de “hibridização” do artesanato. Essas transformações resultam em novos produtos com elementos indígenas (brincos, anéis, colares, entre outros), o que evidencia a dinâmica própria das culturas sempre em transformação, contudo mantendo os traços característicos dos povos produtores daquele saber fazer.

De acordo com os dados do quadro 01, os indígenas sujeitos dessa pesquisa são de naturalidade das Terras indígenas do Rio Andirá, localizado no município de Barreirinha-AM. Teixeira (2005) expõem que as no Rio Andirá estão localizadas 49 aldeias, habitadas por 3.795 indígenas, com base Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé, realizado em 2004. Nessa região, a aldeia Ponta Alegre (397 hab.) tem maior contingente populacional e a aldeia Umirituba (136 hab.) e a aldeia Terra Preta corresponde a menos de 100 habitantes.

A respeito das migração nas terras indígenas Sateré-Mawé no Século XX estas se configuram no contexto histórico por intensas mudanças sociais e econômicas ocorridas no Brasil e, por consequência também nas áreas rurais e indígenas da Amazônia. No estado do Amazonas, mais precisamente no Baixo Amazonas as cidade de Parintins e Barreirinha são os destinos da quase totalidade dos migrantes que saem da área do Andirá e se destinam às cidade vizinhas, devido à pouca distância que separam aquelas duas cidades dessa área indígena, sendo esta migração com destino às cidades próximas às





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

terras indígenas um fato recente. Segundo os dados da pesquisa realizada por Pery Teixeira e colaboradores infere-se que o destino anterior dos fluxos migratórios dava-se muito mais em direção a Barreirinha e a Parintins, tendo-se acentuado, depois, para Maués. (TEIXEIRA & SENA, 2008).

Neste contexto, o Festival Folclórico de Parintins, cenário da festa do boi-bumbá, por meio da sincronia de manifestações de culturas indígenas e não indígenas representa o processo da miscigenação brasileira. Este festival é realizado no último fim de semana do mês de junho, esse período a cada ano vem se configurando como de alta temporada de comercialização do artesanato na cidade de Parintins. Deste modo, artesãos indígenas e não indígenas aproveitam o período festivo para comercializar seus produtos em maior escala. Conforme elucidada a figura 01:

Figura 01. Artesanato Indígena comercializado na Praça Eduardo Ribeiro, Festival de Parintins 2016.



Fonte: Pesquisa de Campo, Incubadora AmIC, 2016.

A respeito da experiência como artesãos indígenas comercializando no Festival de Parintins, os dísticos dos entrevistados ressaltam:



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
Manaus - Amazonas

*Olha, vou te falar a verdade, acho que isso vem da cultura indígena. Eu, quando fui em 2000, na primeira feira que teve aqui no festival de Parintins. Porque o artesanato era uma fonte de renda que, para bem dizer, é tão bom que a gente trabalha dentro de casa e tem muita gente que pensa que isso não dá dinheiro, isso dá. Foi a primeira vez que eu vim em 2000 participar de uma exposição aqui, fui influenciado pelo meu tio e gostei da venda, gostei. Aí, pronto, eu procurei aprender assim só por olhar mesmo. Tem coisas que até para mim mesmo eu tiro o chapéu, tem coisa que eu nunca fiz e nunca vi ninguém fazer, só basta olhar, e vou fazendo, e vai saindo, e sai bonito. Eu acho que isso já vem da cultura indígena no sangue (Sr. G. Ramos, 40 anos, 2016).*

*[...] ano passado fiz R\$ 900,00 [refere-se ao festival de Parintins de 2015], só que ano passado o meu tinha pouco, a dela, ela tinha muito [refere-se a Sra. A.M, 68 anos], gargantilha, correntinha, tudo ela tinha, pulseira, brinco [...]. Acho que por tudo eu fiz R\$ 400,00 esse ano. Mas mesmo assim eu gosto de fazer, eu estou fazendo, de noite, eu faço de dia, nas horas vagas, eu apronto uma comida, faço o almoço, depois já vou pegando meu artesanato[..]. (Sra. F.V., 78 anos, 2016).*

As atividades artesanais e a comercialização, intensificada no período do Festival de Parintins viabilizam a geração de renda aos artesãos indígenas barreirinhenses. A partir dos dísticos proferidos nas entrevistas pode-se observar que entre os 04 artesãos indígenas, as artesãs Sra. F.V. (78 anos) e Sra. A.M (68 anos), ambas aposentadas, comercializam o artesanato principalmente em suas residências em menor escala e anualmente no período do festival de Parintins onde produzem uma quantidade maior de produtos. O Sr. M.R.S (29 anos) enfatizou comercializar seus produtos por encomenda e também adquire sua renda desenvolvendo trabalhos como músico em bandas locais de forró. O Sr. G. R. (41 anos) ressaltou que sua renda é oriunda exclusivamente do artesanato, inclusive recebe encomendas de seus produtos para a Capital Manaus e também de outros estados, trabalha nessa atividade juntamente com a esposa.

A respeito do incentivo de políticas para a atividade produtiva do artesanato indígena, no período do Festival de Parintins e no decorrer do ano, os dísticos indicam:

*Tem Sateré que sabe fazer assim, mas eu não [Atividades administrativas]. Nem anota. Só quando trabalhando com venda eu fiz conta só na minha cabeça (Sra. A.M, 68 anos, 2016).*

*Para produzir é que custa a gente fazer, a gente vai em frente, a gente vai fazendo, tudo que é dificuldade que a gente vai encontrando. O material é caro, é duas voltas é dois reais que nossos parentes vendem, mas é o jeito a gente comprar porque a gente vai trabalhar a gente que vai vender. Se for botar dificuldade a gente não compra nada não. (Sra. F.V., 78 anos, 2016).*



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
Manaus - Amazonas

*Nenhum apoio, todos os materiais para expor os produtos são dos próprios artesãos (Sr. M.R.S, 29 anos, 2016).*

*Olha, a gente tem que entrar com requerimento para FUNAI [Fundação Nacional do Índio]. Aí a FUNAI entra com recurso na prefeitura e aí eles passam um papel para a gente liberando [o espaço]. A gente tem parente aqui em Parintins, mas fica longe e para a gente que vem sem apoio e sem recurso [financeiro], a gente leva para ali, torna trazer, tudo isso aí gera custo. Aí a gente vem e dorme aqui. (Sr. G. R., 41 anos, 2016).*

Há limitação das políticas de incentivo ao artesanato indígena ao ceder o espaço para a comercialização dos produtos, mas sem oferecer condições dignas aos artesãos, alguns até mesmo idosos é ultrajante, enquanto sujeitos de direitos que merecem respeito por parte do poder público. A geração de trabalho e renda através do artesanato requer que as autoridades competentes modifiquem suas atitudes perante as etnias amazônicas que durante todos os festivais de Parintins vem expor e comercializar seus trabalhos, mas ainda não são devidamente valorizados no âmbito das atividades econômicas por eles desenvolvidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, os artesãos Sateré-Mawé do município de Barreirinha vem criando estratégias de inclusão socioeconômica a partir da produção e reprodução do artesanato com elementos da própria cultura e inserção de elementos da interação com a sociedade envolvente e suas demandas.

O exercício da cidadania Sateré-Mawé em Barreirinha/AM, ao que tange os dísticos dos 04 artesãos tem se realizado em parte por meio da valorização de sua cultura na produção do artesanato, pois através dessa atividade produtiva estes se reconhecem valorizados pelo saber fazer da dinâmica indígena em interação com outras culturas.

Mais que geração de renda o artesanato é também manutenção do etnoconhecimento de seus ancestrais. Contudo, a valorização por incentivo de políticas para o artesanato indígena é imprescindível, pois a dignidade e respeito aos direitos constitucionalmente assegurado não podem ser ignorados pelo estado brasileiro, seja em esfera federal, estadual ou municipal. Por fim, os povos indígenas vem ressignificando seus saberes, cabendo a sociedade envolvente reconhecer e valorizar seus processos de transformação cultural.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## REFERÊNCIAS

- BALLIVIÁN, José M. P. Palazuelos (Org.). *Artesanato Kaingang e Guarani*. 1. Reimpr. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Tecendo Relações Além da Aldeia: artesãos indígenas em cidades da região sul*. COMIM, 2014.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BRASIL. Base conceitual do artesanato brasileiro. *República Federativa Do Brasil*. Programa do Artesanato Brasileiro. Brasília, 2012.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 289 p.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006.
- MAURO, Ana Luisa Sertã Almada. *Seguindo sementes: circuitos e trajetos do artesanato sateré-mawé entre a cidade e aldeia*. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. 212 f.
- MOUCO, Iuçana de Moraes. *Design aplicado ao artesanato, uma ferramenta para a sustentabilidade: estudo de caso sobre a comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Acajatuba, município de Iranduba/AM*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, 2010.
- TEIXEIRA, Pery. *Sateré-Mawé: retrato de um povo indígena*. Manaus: UNICEF/UNFPA, 2005.
- TEIXEIRA, Pery; SENA, Raylene Rodrigues de. *As migrações entre os Sateré-Mawé, povo indígena da Amazônia Brasileira*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NAS OCUPAÇÕES URBANAS DE MANAUS À LUZ DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE (LEI NO 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012)

Juçara Lobato da Silva

José Roque Nunes Marques

Em Manaus, como em diversos locais do Brasil, segmentos da população, por não possuírem condições de adquirir moradia em áreas urbanas estruturadas, acabam por ocupar áreas inadequadas do ambiente urbano que deveriam ser destinadas para a preservação das águas, encostas, fundos de vale, entre outros.

Algumas dessas áreas que deveriam ser protegidas dizem respeito às áreas de preservação permanente (APP), definida na legislação ambiental como sendo “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO, 2012).

Devido à sua importância ambiental e conseqüentemente social como patrimônio ambiental previsto no Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei no 12.651/2012, conhecida como “Código Florestal Brasileiro” e as leis estaduais e municipais, como o Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus, visam ordenar o uso de áreas relevantes como essas e garantir os direitos fundamentais e difusos ao meio “ambiente ecologicamente equilibrado”.

Direito à moradia e ao meio ambiente para a qualidade de vida da população à medida que os recursos naturais se tornam ainda mais escassos, confrontam-se enquanto direito fundamental.

Esta pesquisa em estágio inicial, pretende avaliar a legislação ambiental na esfera estadual ampliando o debate sobre as conseqüências do novo código florestal sobre a preservação das APP da cidade de Manaus em relação às ocupações urbanas.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

As mudanças implementadas no “Código Florestal Brasileiro” através da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, ganhou amplo destaque nos meios de divulgação, principalmente os especializados. Esse comportamento da comunidade ligada ao meio ambiente se deu principalmente por alguns pontos de discussão que dividiram opiniões com aquela ligada ao desenvolvimento econômico.

De um lado, ambientalistas acreditavam que tais mudanças poderiam tornar mais brandas as garantias de defesa dos recursos ambientais e de outro, setores da sociedade pressionavam por uma legislação que permitisse a exploração econômica e social de tais recursos.

Algumas mudanças referentes à proteção e recuperação de áreas de preservação permanente, em especial às áreas situadas na zona urbana das cidades, merecem particular atenção quando envolvem o crescimento desordenado de algumas cidades, mais ainda quanto tratam de cidades amazônicas, onde é flagrante o dilema em conciliar e promover o desenvolvimento sustentável.

O controle e ordenação do uso do solo em área urbana da cidade de Manaus, está previsto no Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus (Lei Complementar nº.002, de 16 de janeiro de 2014) e nas Normas de Uso e Ocupação do Solo no município de Manaus (Lei nº.1.838, de 16 de janeiro de 2014) e dispõe sobre os requisitos e demais normas que devem ser seguidas tanto para a ocupação vertical quanto horizontal do espaço urbano.

Dessa forma, qualquer tipo de ocupação das áreas urbanas que não sigam essas determinações pode ser classificada como ocupação desordenada e gera, necessariamente, impactos ambientais relevantes.

Assim, esse estudo busca a melhor compreensão do tema, relacionando a legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal e sua eficácia na proteção ambiental e na garantia do desenvolvimento sustentável no que concerne às ocupações desordenadas do espaço urbano do Município de Manaus, estudando o caso das ocupações mais relevantes da cidade entre os anos de 2012 a 2015.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

O crescimento populacional acentuado e o constante processo de urbanização que iniciou primeiramente nos países do continente europeu com a industrialização do século XVIII, trouxe consigo um crescimento desordenado das cidades que causou e causa profundos problemas ambientais, econômicos e sociais (BEAUJEU-GARNIER, 1980).

Com a expansão da industrialização pelo mundo a partir de 1950, esse processo tomou proporções globais. O Brasil seguiu a tendência mundial de urbanização que foi acentuada a partir da década de 1960 e aliada a falta de planejamento em algumas cidades, o que produziu sérias consequências sociais e ambientais.

Em Manaus, parte da população, por não possuírem condições de adquirir terrenos em áreas urbanas estruturadas, acabam por ocupar áreas inadequadas do ambiente urbano que deveriam ser destinadas para a preservação das águas, encostas, fundos de vale, entre outros. A zona norte da cidade também sofreu nos últimos anos crescimento por conta de políticas habitacionais do governo e de instituições privadas.

Algumas dessas áreas que deveriam ser protegidas dizem respeito às áreas de preservação permanente (APP), definida na legislação ambiental como sendo “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO, 2012).

Assim, devido à sua importância ambiental, e conseqüentemente social como patrimônio ambiental previsto no Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, conhecida como “Código Florestal Brasileiro” e as leis estaduais e municipais, como o Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus (Lei Complementar nº.002, de 16 de janeiro de 2014), visam ordenar o uso de áreas relevantes como essas e garantir os direitos fundamentais e difusos ao meio “ambiente ecologicamente equilibrado”.

A escolha do tema se alicerça na importância que o meio ambiente tem para a qualidade de vida da população, e que ganha mais destaque à medida que os recursos naturais se tornam ainda mais escassos com o crescimento “desordenado” das cidades. A



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

análise da legislação vigente no que se refere à tutela ambiental não é só de interesse local.

O levantamento da legislação que se ocupa do uso e proteção das áreas de preservação permanente a partir da vigência do Código Florestal de 2012 tem sido problemática pela falta de sistematização das informações nos órgãos competentes; o que compromete a discussão dos dados acerca das APPs e ocupações na cidade de Manaus; logo é delicado avaliar o impacto da legislação e sua eficácia sobre uso e proteção das áreas de preservação permanentes, entre 2012 e 2015.

Para tratar o problema pretende-se adotar a perspectiva do desenvolvimento sustentável. Faz-se necessária, a revisão bibliográfica sobre o tema e levantamento da legislação vigente, para confrontá-las ao caso concreto com ênfase no “Código Florestal Brasileiro” (2012) e no Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus (Lei nº.002, de 16 de janeiro de 2014) e nas Normas de Uso e Ocupação do Solo no município de Manaus (Lei nº.1.838, de 16 de janeiro de 2014), estudando o caso específico das Áreas de Preservação Permanente.

A pesquisa se classifica como exploratória, uma vez que está baseada em levantamento bibliográfico e estudo de caso específico, e pode ser considerada como qualitativa e quantitativa, pois busca explorar autores, pesquisas e produzir dados sobre a situação.

## REFERÊNCIAS

BEAUJEU-GARNIER. J. **Geografia Urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, 2012. **Código Florestal Brasileiro**. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1032082/lei-12651-12> Acesso em: 27 mar, 2016.







II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

FERREIRA, Alan dos Santos. **Diagnóstico da estrutura urbana e da área de preservação permanente (APP) em uma ocupação desordenada na zona leste da cidade de Manaus, Amazonas.** Manaus: UFAM, 2012. Dissertação

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 14ª. Edição. São Paulo, Saraiva, 961 p. 2013.

MARQUES, José Roque Nunes. **Direito Ambiental: análise da exploração madeireira na Amazônia.** São Paulo, LTr: 1999.

MANAUS, 2014. **Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus – Lei complementar nº. 002 de 16 de janeiro de 2014.** Disponível em: <<http://www.manaus.am.gov.br>>, acesso em: 27 mar, 2016.

\_\_\_\_\_, 2014. **Normas de Uso e Ocupação do Solo no município de Manaus - Lei nº.1.838, de 16 de janeiro de 2014.** Disponível em: <<http://www.manaus.am.gov.br>>, acesso em: 27 mar, 2016.

SAID, Mara Rúbia Benevides. **A efetividade da legislação ambiental em áreas de preservação permanente no meio urbano de Manaus.** Manaus, UFAM/PPGCASA, 2010. Dissertação

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro.** 7ª. Edição, revisada e atualizada. São Paulo, Malheiros Editores LTDA. 471p. 2012.

SIRVINSKAS. Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental.** 12º Edição. São Paulo, Saraiva: 2014.

BRASIL, 2001. **Estatuto da Cidade.** Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>, acesso em: 27 mar, 2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## AS EMOÇÕES E SEU PODER DE AUTOCONTROLE: ENTRELAÇAMENTO ENTRE O HISTÓRICO E CULTURAL

Anne Ariadne Alves Menezes Ponce de Leão<sup>1</sup>

Glaúcio Campos Gomes de Matos<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tratará de compreender a partir da discussão de Elias e Vigotski sobre as emoções e sua capacidade de autocontrole. Para isso ambos os autores, perpassam em uma corrente sociocultural, responsável por esse mecanismo de controle dos impulsos e das emoções, o que sinaliza Vygotski em seus estudos sobre as emoções humanas a partir do ponto de vista da psicologia, enquanto Elias utiliza a abordagem sociológica. Dessa maneira, o trabalho consistirá na análise de ambas as correntes com a finalidade de entender melhor esse processo.

**Palavras-Chave:** Emoções, autocontrole, sociocultural, Elias, Vygotski.

### INTRODUÇÃO

Discutir as relações que fazem parte do contexto sociocultural na perspectiva de compreender melhor o os impulsos que lideram as emoções humanas remete-nos a examinar teóricos que perpassam da teoria do processo civilizatório na sociedade. Nesse trabalho foi escolhido Norbert Elias por ser um sociólogo que estuda esse processo das relações que compreendem a sociedade e seu processo de formação (sociogênese e psicogênese) e Lev Vigotsky, psicólogo que estudou as relações da teoria sociocultural em uma perspectiva construtivista do sujeito que vai além do processo biológico, mas que perpassa e intervém no contexto cultural em que ele se situa. Dessa forma, esse trabalho será remetido dentre a teoria de ambos os autores, uma vez que compreenderá o estudo das emoções e do autocontrole em uma perspectiva social e cultural.

<sup>1</sup>Pedagoga e Professora Licenciada pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Psicopedagoga e Especialista em Gestão e Supervisão Escolar pela Faculdade Maurício de Nassau (AM). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) – UFAM. E-mail: [anneponce1989@gmail.com](mailto:anneponce1989@gmail.com)

<sup>2</sup>Professor Doutor da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: [glauciocampos@bol.com.br](mailto:glauciocampos@bol.com.br)





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Assim nesse processo, Elias aponta que “a maneira como falamos em impulsos ou manifestações emocionais leva às vezes a supor que temos dentro de nós um feixe inteiro de motivações diferentes entre sim.” (ELIAS, 1994c, p. 189, vol. 1). Para Elias o poder do autocontrole é exercido como forma de coerção, onde representa a transformação de caráter individual, a partir de que os impulsos afetivos e emocionais não são vivenciados como antes nas relações cotidianas. Esse processo de metamorfose transformou a *compulsão externa interpessoal* em *compulsão interna individual*. A partir desse ponto impulsos afetivos foram controlados subjetivamente, impedindo a manifestação de comportamentos violentos em contextos de interação social. Não podemos esquecer, contudo, que os autocontroles individuais surgiram no âmbito da vida social. Assim, o maior distanciamento reflexivo foi acompanhado da diminuição da ação afetiva espontânea.

Vygotski (1932/1999a, p.101) aponta que “o mérito de ter demonstrado como os movimentos agudos dos processos emocionais geram mudanças da consciência, as quais relegam a um segundo plano, outras funções que asseguram a vida normal da mesma consciência”. Estudar o processo das às emoções a partir de Vygotsky é um desafio, seja pela abrangência e persistência do tema, perpassa de toda a sua produção, seja pela interlocução com os autores nos mais diversos campos e tendências; a busca de compreensão de sua ideia e a análise de suas concepções requer um estudo detido e aprofundado. Assim, nesse trabalho não serão aprofundados a teoria do autor, mas procurará correlacionar esses processos através das mudanças sociais e culturais. A partir desse ponto de vista que se buscará identificar esse processo de autocontrole liderado a partir das emoções.

### **As emoções e o autocontrole no processo civilizatório**

A teoria do processo civilizador de Elias aponta a sustentação da estrutura do comportamento em civilização estando inter-relacionado com a organização das sociedades ocidentais a partir da formação dos Estados, apresentando uma abordagem de estudo da sociedade e as relações humanas partirem da contribuição da psicologia, sociologia e história. A partir dessa associação o processo civilizador e os processos de colonização europeus mencionada por Elias através do seu intelecto detêm pouca e por vezes nenhuma atenção daqueles que estudam o assunto. Elias desenvolveu seu



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

pensamento a partir das linhas sociológicas, o conceito de civilização, a relação entre estrutura psíquica e formação dos Estados, a difusão do processo civilizador europeu através da colonização. Trata-se de observar a construção de um modelo interpretativo das interações sociais que tem potencial para abrir novas perspectivas de abordagem historiográfica e de construção de objetos de estudo para aqueles que se debruçam sobre os contextos coloniais gerados pelo expansionismo europeu.

A questão da importância da sociologia empírica no trabalho desenvolvido por Norbert Elias pode ser aferida de maneira direta ou indireta. De forma direta, essa questão está posta no primeiro volume do livro *O Processo Civilizador (Uma história dos costumes)*, no momento em que Elias afirma que, quando da elaboração desse trabalho, pareceu-lhe “muito claro que estava lançando os alicerces de uma teoria sociológica não dogmática, empiricamente baseada”, e que “a prova factual é que nos interessa aqui”. (ELIAS, 1994c, p. 216-217, vol. 1).

Um dos conceitos principais sobre a teoria sociológica proposta por Elias é o conceito que ele denomina por “configuração”. Tal conceito “refere-se à teia de relações de indivíduos interdependentes que se encontram ligados entre si a vários níveis e de diversas maneiras”, sendo que “as ações de uma pluralidade de pessoas interdependentes interferem de maneira a formar uma estrutura entrelaçada de numerosas propriedades emergentes, tais como relações de força, eixos de tensão, sistemas de classes e de estratificação, desportos, guerras e crises econômicas”. (ELIAS DUNNING, 1992, p.25-26).

Entender esse conceito de configuração a partir das citações explicitadas remete a uma análise das relações e funções sociais vistas a uma teia de relações interdependentes defendida por Elias, ligando os indivíduos entre si a partir de uma determinada formação. Essas formações, Elias denomina como configuração, respeitando cada época histórica, e a um determinado tipo de sociedade a partir de seu contexto histórico, na perspectiva de produção de conjuntos de configurações únicas e específicas.

Assim para Elias, essas configurações são resultado “do entrelaçamento de incontáveis interesses e intenções individuais”, os possuam direções convergentes ou divergentes, cujo resultado é “algo que não foi planejado nem foi a intenção de qualquer



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

um desses indivíduos, mas emergiu a despeito de suas intenções e ações”. Entretanto para Elias, o conceito de configuração é a própria sociedade como um todo, admitindo que dentro dessa configuração maior (o conjunto de todas as relações sociais que formam uma sociedade), encontramos uma série de outras configurações menores (relações sociais entre grupos, classes, etc). (ELIAS, 1994c, p. 140, vol. 2).

Nessa direção, para subsidiar melhor a teoria do processo civilizador das sociedades ocidentais, Elias afirma que a civilização pode ser entendida como uma mudança no controle das paixões e da conduta, a qual “guarda estreita relação com o entrelaçamento e interdependência crescente das pessoas”. (Ibid., id., p. 54, vol. 2).

Elias utiliza dois pontos classificados por ele como empíricos presentes nas relações sociais: a história dos costumes dos homens na vida cotidiana e a formação dos chamados Estados nacionais, sendo que ambos os aspectos podem ser compreendidos como interdependentes. Assim, Elias aponta que a definição de civilização é entendida como um processo contínuo, não acabado e sem a possibilidade de definição de uma única causa, algum tipo de ponto inicial a qualquer tipo de relação que envolve a civilização.

Na teoria dos processos civilizadores proposta por Elias, um dos pontos iniciais é mostrar a impossibilidade de pensarmos os conceitos de indivíduos e de sociedade como duas categorias separadas ou antagônicas. As modificações ocorridas nas estruturas das sociedades afetaram a estrutura de personalidade de seres no sentido específico do controle de seus impulsos e paixões, os quais produzem autocontrole quando realizados. A noção de *homo clausus*<sup>2</sup>, que o autor tanto rejeitava, pode ser entendida como a dualidade entre indivíduo e sociedade, sujeito e objeto, que significa o indivíduo enquanto ser atomizado completamente livre e autônomo em relação ao social. Por “configuração”, Elias (2004) pretendeu expressar a ideia de que os seres humanos são interdependentes e apenas podem ser entendidos como tal; as suas vidas desenrolam-se e são moldadas por processos dinâmicos próprios em constante fluxo, passando por mudanças de ordens diversas.

Quanto ao processo de civilização Elias aponta que: “A civilização que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos. Todas as características distintivas que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

lhe atribuímos – a existência de maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado, ou o quer que seja – atestam a existência de uma estrutura particular de comportamento”.

Elias afirma que “as estruturas de personalidade e da sociedade evoluem em uma inter-relação indissolúvel. Jamais se pode dizer com absoluta certeza que os membros de uma sociedade são civilizados”. Mas, com base em pesquisas sistemáticas, calcadas em evidencia demonstrável, cabe dizer com alto grau de certeza que alguns grupos de pessoas tornaram-se mais civilizadores, sem necessariamente implicar o que é melhor ou pior, ou tem valor positivo ou negativo, tornar-se mais civilizado. Não obstante, pode-se demonstrar sem dificuldade que tal mudança nas estruturas da personalidade é um aspecto específico do desenvolvimento de estruturas sociais.” (ELIAS, 1994c, p. 221, vol. 1, *itálico no original*).

Para Elias, o controle dos impulsos e das paixões pelo indivíduo é feito através da coação externa (do meio social em que o indivíduo vive, por exemplo) ou através de coação interna. O processo civilizador, apesar de aumentar o autocontrole do indivíduo, seja por pressão externa ou interna, também é “acompanhado permanentemente por tipos de libertação dos mais diversos”, mas é impossível a existência de “uma suposta liberdade ‘absoluta’, se por ela entendermos total independência e ausência de qualquer coação social. O que há é libertação, de uma forma de restrição opressiva ou intolerável para outra, menos pesada.” (ELIAS, 1994c. p.184. 214-216, vol. 1, *aspas no original*).

Para Brandão (1994), o objetivo de Elias também é o de explicitar quais os mecanismos (sociais, históricos, políticos e econômicos) que possibilitam a existência de tais sociedades, bem como as forças de coesão e/ ou as forças de distensão (as quais ele irá chamar de forças centrífugas), que possibilitaram a sucessão, nessa sequência, desses diferentes tipos de sociedades ou configurações sociais. (p. 69)

Elias aponta essa relação dos impulsos, das paixões subsidiada pelo controle das emoções a partir da evolução das sociedades passadas. De modo que “O processo civilizador não segue uma linha reta. A tendência geral da mudança pode ser identificada, como aqui fizemos. Em escala menor, observamos os mais diversos movimentos que se entrecruzam, mudanças e surtos nesta ou naquela direção. Mas, se estudamos o movimento por um longo período, vemos claramente que diminuem as compulsões



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

originadas diretamente na ameaça do uso das armas e da força física, e que as formas de dependência que levam à regulação dos efeitos, sob a forma de autocontrole, gradualmente aumentam. Esta mudança desponta em seu aspecto mais composto se observamos os homens de classe alta do tempo- isto é, a classe composta inicialmente de guerreiros ou cavaleiros, em seguida de cortesãos e finalmente de profissionais burgueses. Se analisamos o tecido de muitas camadas do desenvolvimento histórico, contudo, verificamos que o movimento é infinitamente mais complexo. Em todas as fases ocorrem numerosas flutuações, frequentes avanços ou recuos dos controles internos e externos. (ELIAS, 1994c, p. 185-186, vol. 1).”

Ainda sobre a questão do controle das emoções pelas pessoas que viviam na Idade Média, diz Elias: “Quem quer não amasse ou odiasse ao máximo nessa sociedade, quem quer não soubesse defender sua posição no jogo das paixões, podia entrar para um mosteiro, para todos os efeitos. Na vida mundana ele estava tão perdido como inversamente, estaria numa sociedade posterior, e particularmente na corte, o homem que não pudesse controla-las, não pudesse esconder e ‘civilizar’ suas emoções”. (Ibid., id, p. 198, vol1, aspas no original).

Elias considera que momentos de pacificação na sociedade guerreira, por menores que sejam devem ser observadas que: “Nessa sociedade não havia poder central suficientemente forte para obrigar as pessoas a se controlarem. Mas se nesta região ou naquela o poder de uma autoridade central crescia, se em uma área maior ou menos as pessoas eram forçadas a viver em paz entre si, a modelação das emoções e os padrões da economia dos instintos lentamente mudavam.” (ELIAS, 1994c, p. 199, vol. 2).

Segundo Elias, o “processo de feudalização nada mais foi do que uma dessas mudanças compulsivas na rede de dependência”. Esse fato reforçava as forças centrífugas numa sociedade, na qual cada pedaço de terra sustentava seu proprietário. Essa foi à forma simples desses processos, no curso dos quais, em toda a hierarquia da sociedade guerreira, os antigos servidores foram se tornando, em número crescente, proprietários independentes da terra que lhes fora confiada, e os títulos nobiliárquicos, baseados em serviço, tornaram-se designações simples de posição na escala social, em correspondência com o tamanho da propriedade e o poderio militar. (ELIAS, 1194c, p. 61, vol. 2).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Na corte, Elias procura esclarecer o estágio em que as encontrava o controle das emoções nas sociedades de corte, sem estar ainda sob o domínio de um governante absoluto. Para Elias, os “relacionamentos e as compulsões humanas estabelecidos nesse ambiente não eram tão estritos e contínuos, ou inescapáveis, como mais tarde viriam a se tornar nas cortes absolutistas maiores, que eram muito mais estruturadas por relações monetárias.” (ELIAS, 1194c, p. 74-75, vol. 2).

Um dos motivos relatados por Brandão (1994, p. 78-79) declara que um dos motivos apontados por Elias para o aumento do autocontrole se deu a velocidade da competição sobre as diversas funções sociais. Na medida em que a sociedade se diferenciava entre as pessoas, fazendo com que elas, cada vez mais, pautassem a sua conduta e seus hábitos em relações às outras pessoas. Para Elias o autocontrole passou a fazer parte da personalidade do indivíduo na medida em que “o controle mais complexo e estável da conduta passou a ser cada vez mais instilado no indivíduo desde seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma auto compulsão à qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse.” (ELIAS, 1194c, p. 195-196, vol. 2).

### As emoções dentro do processo sociocultural

#### Bibliográfica

Esse tópico será remetido à análise social e histórica do indivíduo sobre o viés de Elias e Vigotsky, o que implica voltar o olhar para a sociedade em que o indivíduo se constitui e compreender os caminhos de sua própria evolução. Na visão de Elias, ele perpassa a investigar o processo civilizador a partir de um estudo que se estende por séculos e Vygotsky diferentemente analisa sobre essas emoções humanas a partir das preposições do materialismo dialético, interligando os pontos da evolução e história.

À medida desse processo que evidencia configuração psicológica dos homens, surge o processo civilizador, onde Elias (1994) destaca um distanciamento maior das funções de controle de mecanismos reflexos hereditários e sua aproximação de uma ordem regida por leis sociais, e para a “transformação gradativa e desigual da chamada auto-regulação ‘instintiva’ na chamada auto-regulação psíquica” (pg. 38).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Dessa maneira, Elias sobrepõe a partir dos seus estudos sobre o processo civilizador que esse autocontrole por vezes se torna evidente pelos indivíduos apresentarem certo temor frente a leis civis do nosso país. Assim, o indivíduo se torna mais controlado à medida que as leis resultam em punições que condicionam a prisão, estabelecendo o equilíbrio de sua vontade instintiva para a psíquica, ocorrendo em longo prazo. Contudo, a partir desse ponto de vista o sujeito passa a desenvolver um autodomínio de suas emoções e impulsos estabelecendo o controle de suas ações.

A partir de outra vertente do materialismo dialético, Vygotsky diferencia “história da natureza” e “história do homem”, onde considera que a história do homem segue caminhos diferenciados daqueles percorridos por outros animais. Quanto às funções psicológicas superiores, afirma que diferentemente das inferiores, estas são subordinadas às leis da vida histórica. Então para o autor, “Toda a peculiaridade do psiquismo do homem está em que nele são unidas (síntese) e outra (evolução + história)”. (2000, p. 23).

Vygotsky aponta essa inter-relação entre o processo de evolução e história, delimitando um espaço para uma abordagem sobre o psiquismo humano, possibilitando diferentes funções e esferas do desenvolvimento. O autor considera a base biológica desse processo em busca da alteração do percurso a partir da história e cultura desses indivíduos. A partir dessa análise, ele define essa questão como uma base biológica, social e cultural, escrevendo assim uma história a partir desses campos que estão correlacionados.

Ainda para o autor esse psiquismo humano tem sua gênese nas relações sociais em uma relação social constituída a partir da reciprocidade com o outro e depois no próprio indivíduo e na formação do Estado. Vygotsky utiliza os signos como um mecanismo de criar novas conexões e mudanças nas formas de relação entre as funções elementares, produzindo outras mais complexas, sujeitas as leis da vida histórica. Segundo Vygotsky (1996), todo [...] signo, se tomarmos sua origem real, é um meio de comunicação e, posteriormente dizê-lo mais amplamente, um meio de conexão de certas funções psíquicas de caráter social. Trasladado por nós mesmos, é o próprio meio de união das funções em nós mesmos e poderemos demonstrar que sem esse signo o cérebro e suas conexões iniciais não poderiam se transformar nas complexas relações, o que ocorre graças à linguagem. (pg. 114) Entretanto, essa apropriação do sistema de signos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
Manaus - Amazonas

estabelecida aos estudos do autor, altera a relação do indivíduo com a realidade externa e consigo mesmo, criando as condições necessárias para um processo de autor regulação.

Elias em seus estudos a partir da sociologia dos processos aponta que as emoções humanas deveriam vir abordadas em duplo aspecto. As emoções humanas compartilhadas com as espécies não humanas e o segundo com as humanas. Para o autor é as emoções que ocorrem de modo integrado aos componentes biológicos que constituem os seres humanos que muitas vezes para se configurar sem uma referência ao próprio corpo visto em algumas áreas de conhecimento e tendências do estudo mais próximo do mundo da natureza do que o mundo social e cultural.

A partir da evolução das emoções, Elias considera apresenta-se como ponto de partida pertinente. A primeira hipótese diz a medida de “como espécie, los seres humanos representam uma ruptura evolutiva”. (1998, pg. 302) Desse modo, a evolução das emoções de forma instintiva na concepção animal, mas na humana não corresponde totalmente ao biológico.

A segunda hipótese apresentada por Elias, de certa forma, em um desdobramento da primeira: “*los seres humanos no Sólo pueden aprender mucho más que otras especies, sino que deben aprender más que las otras*”. (1998, pg. 303) A evolução repercute nas condutas inatas dos seres humanos e que vão se enfraquecendo e abrindo mais formas de comportamento adquiridas gradativamente. Dessa maneira, os humanos estariam biologicamente constituídos de modo a serem conduzidos pelos conhecimentos aprendidos.

A terceira hipótese sinalizada pelo autor consiste em que “*ninguna emoción de una persona adulta es completamente no-aprendida o, em otras palabras, um modelo de reacción fijado genéticamente*”. (1998, pg. 314). A partir dessas características humanas e as outras emoções resultam de um entrelaçamento entre processos inatos e aprendidos. As emoções são estimuladas através do campo biológico e no seio familiar.

Nessa perspectiva cultural, Elias (1998), afirma que os seres humanos, dentre os impulsos emocionais inatos estão sempre relacionados com a capacidade pessoal adquirida de auto regulação e, mais especificamente com um controle das emoções que é



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

aprendido ao longo da vida. Assim, essa capacidade de autocontrole se desenvolve, por outro lado, a partir das necessidades e pressões impostas pela vida coletiva.

Vigotsky em suas pesquisas produzidas sobre as emoções iniciadas no século XX chamava atenção à perspectiva naturalista. Seus estudos faziam analogia entre os processos emocionais de animais e homens, sinalizando que as emoções inatas eram herdadas a partir do desenvolvimento sociocultural. Assim para ele as emoções “*isolam-se cada vez mais do reino dos instintos e deslocam-se para um plano totalmente novo*” (1998, p. 84).

Quanto ao contexto cultural para o autor a inserção no mundo da cultura desencadeia desde o recém-nascido e um processo interativo entre os processos biológicos e culturais em uma base biológica que transforma e integra no contexto histórico-cultural em que vive. A partir da diferenciação dos grupos sociais são criadas concepções a respeito dos sentimentos e expressões como determinadas práticas interferidas no processo das emoções.

## CONCLUSÃO

A partir da discussão frente ao processo das emoções e autocontrole do ponto de vista Elisiano, o mesmo se configura a partir dos modelos europeus preestabelecidos e predeterminados na sociedade em vista da autoimagem do homem civilizado dada a partir do processo expansionista. Os processos de civilização marcada pela obra processo civilizador do autor, o mesmo desenvolve seu pensamento a partir das observações pautadas na sociologia. Sendo assim, as interações sociais eram interpretadas por intermédio da construção da história do indivíduo que marca fortemente o histórico e o social.

Frente à teoria sociológica de Elias, que surge o conceito de configuração, notável a partir do tempo histórico do indivíduo, resultante das relações de interdependência presentes nas funções sociais cotidianas. Essa configuração então passa a ser o próprio seio “a sociedade”, e as relações sociais como se fosse uma estrutura que envolvesse essa



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

mesma, presentes entre grupos, pessoas, etc. A partir disso, que o processo civilizador nas sociedades ocidentais passa a ganhar espaço, ao modo que o controle das emoções passa a ser compreendidas pela conduta do indivíduo dentro dessa cadeia de relações sociais.

Quanto à teoria de Vygotsky, evidencia essa relação sociocultural quanto ao processo de evolução oriundo do psiquismo humano, possibilitando as diversas formas de desenvolvimento. Assim, autor considera que essa base biológica desse processo que busca a partir da relação histórica e cultural do sujeito. Em vista dessa análise, Vygotsky define essa questão em teorias biológica, social e cultural a partir da história desse sujeito.

Assim para o autor, o sistema de signos funciona por meio de comunicação por meio de conexão de certas funções psíquicas e de caráter social. Assim para Vigotski essas funções psicológicas estão ligadas geneticamente às pessoas através de ligações orgânicas através dos estímulos. A partir disso as funções psíquicas, mais conhecidas como funções da personalidade sendo social do tipo interação das funções que tomou o lugar da interação das pessoas.

Contudo, Elias e Vygotski estudaram os mesmos processos das teorias sobre os indivíduos. Elias baseou suas análises na teoria dos processos civilizadores e Vygotski na relação sócio histórica na perspectiva do psiquismo humano das relações sociais a partir dos estudos das emoções. Embora suas teorias sejam distintas, ambos os autores buscam analisar esse processo a partir do ponto de vista social e cultural.

## Referências

- ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- \_\_\_\_\_. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- \_\_\_\_\_. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- \_\_\_\_\_. **A Sociedade dos Indivíduos: «A questão cardeal da sociologia»**, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- \_\_\_\_\_. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1994c, v. 1 e v.2.
- \_\_\_\_\_. *Teoria simbólica*. Oeiras: Celta, 1994.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

BRANDÃO. Carlos da Fonseca. **O controle dos impulsos e das paixões no processo civilizatório de Norbert Elias**. In: O processo civilizador: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

OLIVEIRA. Ivone Martins. A constituição social e histórica das emoções: contribuições de Elias e Vigotsky. UFES: ES – Brasil.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. \_\_\_\_\_. Manuscrito de 1929. **Educação e Sociedade**. Revista Quadrimestral de Ciência da Educação / Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Campinas, CEDES, n. 71, p. 21-44, 2000.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## AS PRÁTICAS DE AJURI PROCESSADAS NOS QUINTAIS AGROECOLÓGICO

### THE PRACTICES OF AJURI PROCESSED IN THE AGROECOLOGICAL GARDENS

Maria Isabel de Araújo<sup>1</sup>  
 Silas Garcia Aquino de Sousa<sup>1</sup>  
 Jair Moraes Blaide<sup>2</sup>

#### RESUMO

Os quintais são construídos a partir da necessidade humana e de sua relação com natureza, assim, todas as experiências e saberes dos ancestrais são exercitados, tais como, as práticas de manejo do solo, do cultivo das espécies frutíferas, hortaliças, medicinais, conhecimentos estes, que fazem alguns desses processos da relação sociedade-natureza se preservassem culturalmente, entre outros, a prática do trabalho coletivo em 'ajuri'. O ajuri é balizado por uma relação de mútua integração, presente nas práticas sociais do homem junto à natureza, vivenciado em função das atividades agrícolas presentes nas relações de trabalho, como uma identidade territorial em relação ao sistema de produção agroalimentar. Objetivou o presente trabalho caracterizar o 'ajuri', enquanto processo coletivo, presentes no convívio multicultural, diante das práticas sociais, no manejo e cultivos da produção vegetal e animal, praticadas nos quintais agroecológico, cujo excedente, abastece as feiras de produtos orgânicos e agroecológicos no município de Rio Preto da Eva/AM. O método usado foi de pesquisa-ação etnográfica. Os resultados apontam que os agricultores familiares constroem seus agroecossistemas, manejando os recursos ambientais e naturais, com práticas de ajuri, compartilhada de forma dialógica e integrada com os saberes ancestrais presentes em cada grupo familiar da comunidade nas várias atividades de implantação e manejo dos quintais agroecológico, que resultaram das experiências e partilhas de conhecimentos tradicionais do manejo do solo e o cultivo de diferentes espécies vegetal, gerando diversificados produtos agroecológicos, garantindo soberania, segurança alimentar e renda aos agricultores familiares, a partir dessas agroflorestas.

Palavras-Chave: Agricultura familiar. Multiculturalismo. Ajuri. Amazônia.

#### INTRODUÇÃO

A diversidade agrícola na Panamazônia nos remete à questão dos saberes tradicionais do ponto de vista de sua relação com o tempo/espaço território, processadas pelos agricultores familiares de produção agroextrativista na diversificação de seus quintais agroecológico, garantindo a base alimentar e o bem-estar da família, o excedente dessa produção é comercializado nas feiras da cidade e comunidade local.

<sup>1</sup> Embrapa Amazônia Ocidental, Dr. Ciências Florestais/Conservação da Natureza. silas.garcia@embrapa.br; MBA em Meio Ambiente e Sustentabilidade. miar@terra.com.br

<sup>2</sup> SEPROR/IDAM-RPE, Tec. Agropecuária, moraisjair77@gmail.com.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

A construção destes agroecossistemas, diversificados nas formas de produzir e ordenar os recursos naturais disponíveis, já dominados pelo senso comum das populações tradicionais e agricultores familiares, é preconizado na diversidade e na diversificação de plantio e colheita dos agroecossistemas dos quintais. Essa cooperação entre os povos, e seu modo de produzir, pode ser percebida pela autossuficiência em alimentos nas unidades familiares.

A agricultura familiar neste sentido exerce grande contribuição na elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentável, cuja produtividade nos espaços dos quintais agroecológico, apresenta grande diversidade de produtos, que cultivam e mantêm múltiplas espécies de fácil acesso, fornecendo parte das necessidades nutricionais e alimentares da família, bem como outros produtos, por exemplo: lenha, plantas medicinais e criações de animais domésticos de pequeno porte: galinhas, patos e cachorros (AMOROZO e GÉLY, 1988; BRITO e COELHO, 2000), reduzindo a dependência por produtos externos.

O manejo da paisagem através dos saberes, cultura e conhecimento tradicional (Figura 1) cultivada nos quintais agroecológico, pelos agricultores familiares na hinterlândia Panamazônia, distingue-se dos sistemas agrícolas tradicionais desenvolvidos em outras regiões.



Figura 1 - Paisagem cultivada quintais agroecológico.  
 Fonte: ARAÚJO, M. I. De (2015).

Nos diversos sistemas de produção dos diferentes ambientes na Panamazônia (várzea, terra firme, campinara...) encontramos os termos - quintais, roçados, capoeira, sistema agrofloretais (SAF), conforme Martins (2005) a roça representa um tipo de agricultura (Figura 2),



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

“...com a derrubada e queima da capoeira, corte sem queima, área de pousio ou agricultura de coivara, em que o índio e o caboclo abrem uma clareira dentro da vegetação primária ou em diferentes estágios de sucessão e ateiam fogo. Dessa maneira, ele incorpora nutrientes ao solo e aí estabelece uma comunidade de plantas que apresenta heterogeneidade de espécies. (Martins, 2005, p. 209)”.

A forma como estas experiências se processam nos roçados e quintais agroecológicos, não são isoladas, são processos sociais complexos, com ampla troca de experiências, materiais e trabalho coletivo solidário de práticas agrícolas, no âmbito do espaço local da comunidade, denominado de ‘ajuri’.



Figura 2 – Roçados com derrubada e queima da capoeira.  
 Fonte: ARAÚJO, M. I. De (2015).

Os quintais localizadas próximo da casa, (Figura 3) apresentam uma riqueza de espécies de plantas condimentares, aromáticas, alimentares, fibras, ervas medicinais, ornamentais, florestais, com destaque para as frutíferas: abacate (*Persea americana*), abiu (*Pouteria caimito*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*), banana (*Musa*), cacau (*Theobroma cacao*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), mamão (*Carica papaya*), manga (*Mangifera indica*), goiabeira (*Psidium guajava*), caju (*Anacardium occidentale*), pupunha (*Bactris gasipaes*), açai (*Euterpe oleracea*, *E. precatoria*) entre outras, de uso na propriedade durante o ano todo, aliado, com a criação de pequenos animais domésticos, compondo o complexo sistema de produção.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas



Figura 3 – Quintais agroflorestais.  
 Fonte: ARAÚJO, M. I. De (2015).

Os quintais, denominado neste trabalho, de quintais agroecológicos, constituem-se em um arranjo (modelo) de Agroflorestas, que buscam manter os processos ecológicos do agroecossistema, semelhante ao equilíbrio ecológico da floresta natural, porém, reordenado e manejado pela intensa atividade humana, configurando-se assim, em uma alternativa de soberania e segurança alimentar, gerando renda adicional à agricultura familiar. Utilizou-se a terminologia “quintais agroecológicos”, por expressar melhor a questão de base conceitual socioambientais e agroecológica, na relação sociedade-natureza, para explicar o trabalho coletivo solidário “ajuri”. Na terminologia “quintal agroflorestal”, sugere-se, o modelo de sistema de produção, isto é, a questão tecnológica.

Araújo et al (2016) relata que o termo ajuri, expressa um conceito definido nas relações trabalho - homem - natureza...

“O termo ‘ajuri’ na cultura amazônica expressa um conceito bem definido, marcado por uma relação de mútua integração homem natureza, vivenciado em função das atividades agrícolas, do extrativismo vegetal e animal, presentes nas relações de trabalho que priorizam os saberes e práticas oriundas dos conhecimentos praticados no roçado, na feitura das casas, nas festas entre outras atividades no campo. (ARAÚJO et al, 2016i, p. 6).”

O processo de formação social, desta forma de organização do ajuri (Figura 4) reflete o caráter estratégico das redes de interdependência recíproca nas experiências agroecológicas o qual, segundo Elias (2001) explicita que cada ação individual depende



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

de toda uma série de outras figurações, seja em função de outras pessoas, de outros grupos, das relações sociais

... uma *Figuration* é uma formação social, cujas dimensões podem ser muito variáveis [...] em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões. Podemos perceber que as noções de *figuração, interdependência e equilíbrio das tensões* estão estreitamente ligadas umas às outras, permitindo deslocar diversas oposições clássicas, herdadas da tradição filosófica ou sociológica, lugar a estabelecida entre liberdade e determinismo. (ELIAS, 2001, p. 13).

Esta formação socioambiental revela com o passar do tempo, à ordem humana ao mundo natural desordenado, desenvolvidas nos espaços das atividades e práticas de ajuri, no plantio e manejo dos quintais agroecológicos.

O ‘ajuri’, configura-se neste processo de participação – trabalho - indivíduo e sociedade - em meio às práticas agrícolas qual, segundo Elias (2001) trata-se de um modo específico de dependências recíprocas, com participação ativa no sistema social, produzidas a partir de seus fundamentos, com normas e valores, cujos mandamentos, são obrigatórios para os indivíduos

“...Tais normas não podem ser esclarecidas a partir de um mistério encerrado no peito de grande número de homens singulares; elas só podem ser esclarecidas em conexão com a figuração específica que os muitos indivíduos formam conjuntamente, e com as interdependências específicas que os ligam uns aos outros. ELIAS (2001, p. 85).”



Figura 4 – Ajuri.  
 Fonte: ARAÚJO, M. I. De (2015).

A articulação destes atores sociais (vizinhos, amigos, familiares, compadres, comadres e conhecidos) constitui-se na rede de interdependência na perspectiva agroecológica, com uso e manejo da terra, demandada nas atividades de ajuri fora da



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

propriedade, tais atividades são reflexos das experiências ancestrais, de um mundo de sociedades solidárias.

Nestas circunstâncias, homens, mulheres, jovens e adultos têm papel fundamental nos espaços/território dos quintais agroecológicos, frente às necessidades dos agricultores familiares em benefício da comunidade agrícola, nessa perspectiva, realizou-se a pesquisa etnográfica, do presente estudo, na comunidade Asprone, o *lôcus* do trabalho foi no sítio CSMA (Figura 5), com a participação de membros da comunidade.



Figura 5 – Localização do Sítio CSMA.  
 Fonte: ARAÚJO, M. I. De (2015).

## MATERIAL E MÉTODOS

O estudo ocorreu no Sítio CSMA – Cindy, Shayanny, Marcus e Ashilaque - abrange uma área de 12 ha, nas coordenadas 2°48'38.8"S, 59°26'38.9"W, situada na comunidade Asprone, AM. 010 km 122, no município de Rio Preto da Eva/AM.

O solo predominante é o Latossolo Amarelo de baixa fertilidade, a cobertura vegetal é de floresta secundária densa, um capoeirão com serapilheira (liteira) sobre o solo.

O presente estudo buscou reforço teórico na literatura sobre o tema abordado - As práticas de ajuri processadas nos quintais agroecológico.

Com abordagem do método pesquisa-ação qualitativa e pesquisa etnográfica, objetivando-se compreender os aspectos simbólicos da organização e formação do processo de 'ajuri' junto aos comunitários, agricultores familiares, na caracterização



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

produtiva dos quintais agroecológicos e na promoção social do espaço agroalimentar, como garantia da segurança e soberania alimentar e complementação de renda familiar.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço agroalimentar da comunidade, conforme relata Araújo (2016i, p. 5), revela distintos grupos sociais, cada um com finalidades e intenções distintas uma das outras. Contudo as significações que os grupos sociais lhes atribuem, reduzem-se na distinção entre identidade social e identidade discursiva revelados nas ações diárias sobre os mais diversos aspectos da realidade local da comunidade, fortalecidos nas atividades sociais, econômicas e ambientais como alternativa de participação comunitária e democrática na garantia da preservação da cultura, na conservação ambiental e na sustentabilidade da produção e consumo alimentar, cuja ascendência resulta da influencia multicultural<sup>13</sup> no “fazer coletivo”, advindo desta forma, a partir das necessidades de superação aos desafios locais, uma nova forma de organização comunitária, objetivando o bem estar social, econômico e ambiental, denominado de ‘Ajuri’. (ARAÚJO, 2016i, p. 5).

Para Fraxe (2004, p. 73 apud ARAÚJO, 2016ii), o ajuri é uma prática habitual e faz parte da tradição da comunidade rural e marca a oposição entre o ontem, quando esse tipo de organização, de ajuda mútua no trabalho do roçado era mais frequente, e o hoje, caracterizado pela diminuição dessa prática. São condições impostas pelo atual sistema de produção capitalista, caracterizado pelo trabalho individual ou coletivo remunerado (assalariado), em oposição ao trabalho coletivo solidário, em ajuri.

Neste sentido Bourdieu (1983, p. 11, apud ARAÚJO, 2016i, p. 6), referencia que a prática social do agricultor é uma relação dialética histórica, entre a situação concreta e o *Habitus*, entendido este como um conjunto de pré-disposições historicamente estruturadas a partir da trajetória particular de cada agente.

Destaca neste contexto, Norbert Elias, em sua obra *Introdução à sociologia* (1980 p. 14) que para se entender a sociedade como um todo, se faz necessário nortear nosso

<sup>1</sup> (FORNET-BETANCOURT, apud DAMÁZIO, 2008). O multiculturalismo descreve a realidade fática da presença de várias culturas no seio de uma mesma sociedade, designa uma estratégia política liberal que visa a manter a assimetria do poder entre as culturas, posto que defende o respeito às diferenças culturais, mas não coloca em questão o marco estabelecido pela ordem cultural hegemônica.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

entendimento do conceito de sociedade, em razão do “modelo de senso comum que hoje domina a nossa própria experiência ou a dos outros, a relação com a sociedade é ingenuamente egocêntrica”.

Bem como, a análise sociológica das relações de grupos de pessoas (Elias, 1980).

“... as pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados. Cada uma dessas pessoas constitui um ego, uma pessoa, como se diz muitas vezes numa linguagem de natureza reificante e coercitiva. Entre estas pessoas colocamo-nos nós próprios. (ELIAS, 1980, p. 15).”

Na prática de construir os quintais, cada agricultor familiar desenvolve nestes espaços agroalimentar (Figura 6), maneiras diferentes de utilizar e cuidar dos recursos ambientais. No exercício deste manejo agroecológico, são utilizados os conhecimentos tradicionais, as trocas de experiências adquiridas ao longo do tempo, de sua formação sócio cultural. Saberes que merecem ser preservados pelas gerações futuras.



Figura 6 – Espaço agroalimentar.  
 Fonte: ARAÚJO, M. I. De (2015).

Constatou-se que a prática do ajuri (Figura 7) é costumeira no grupo estudado, com troca de conhecimento entre os agricultores familiares da comunidade, sobre as espécies a serem cultivadas, forma de manejo nos quintais, podas... Conhecimentos estes, partilhados entre os agricultores familiares e exercitado por meio do trabalho coletivo solidário, para auxiliar o grupo familiar que não dispõe de mão-de-obra, para realizar o trabalho de preparo da área, para iniciar o plantio de cultivo de ciclo curto e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

estabelecer e manejar o cultivo dos componentes arbóreos perenes e espécies semiperenes, do quintal agroecológico.



Figura 7 – Prática do ajuri.  
 Fonte: ARAÚJO, M. I. De (2015).

O ajuri é balizado por uma relação de mútua integração, presente nas práticas sociais do homem junto à natureza, vivenciado em função das atividades agrícolas presentes nas relações de trabalho, como uma identidade territorial (Figura 8) em relação ao sistema de produção agroalimentar.



Figura 8 – Prática do ajuri.  
 Fonte: ARAÚJO, M. I. De (2015).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
Manaus - Amazonas

Os resultados apontam que os agricultores familiares constroem seus agroecossistemas, manejando os recursos ambientais e naturais, com práticas de ajuri, compartilhada de forma dialógica e integrada (Figura 9), com os saberes ancestrais presentes em cada grupo familiar da comunidade, nas várias atividades de implantação e manejo dos agroecossistemas, que resultam das experiências e partilhas de conhecimentos tradicionais do manejo do solo e o cultivo de diferentes espécies vegetal.



Figura 9 – Participação dialógica e integrada dos agricultores familiar.  
Fonte: SOUSA, S. G. A. De (2015).

Os quintais geram diversificados produtos agroecológicos, garantindo soberania, e segurança alimentar. Os excedentes de produção são comercializados nas feiras (Figura 10) de produtos orgânicos e agroecológicos no município de Rio Preto da Eva/AM, gerando complementação de renda a agricultura familiar.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Figura 10 – Feiras de produtos dos agricultores familiar no município.  
 Fonte: SOUSA, S. G. A. De (2015).

O ajuri neste contexto, ressignifica a reprodução social histórica, econômica e cultural do grupo familiar beneficiado.

## CONCLUSÃO

Conclui-se que o ajuri realizado na Comunidade ASPORNE, no Sítio CSMA, fortalece as redes de interdependência recíproca nas experiências agroecológicas, com participação ativa dos indivíduos (agricultores familiar) no sistema social da comunidade, pois, reforça, reproduz e consolida tais relações, assegurando geração de renda à organização social de cada grupo familiar. Fortalecendo desse modo os atributos produtivos e simbólicos, como reprodução social, cultural e do conhecimento tradicional, adotados como indicativos da sustentabilidade dos agroecossistemas: resiliência, estabilidade, equidade e produtividade.

Como resultado dessas experiências e partilhas, em ajuri, os agricultores obtêm diversificados produtos agroecológicos, garantindo soberania, segurança alimentar e renda no atual sistema de produção e consumo em que vivem.

## BIBLIOGRAFIA

AMOROZO, M.C.M.; GÉLY, A.L. *Uso de plantas medicinais por caboclos do baixo Amazonas, Barcarena, PA, Brasil*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (Série Botânica) v. 4, n. 1, p. 47-131. 1988.

ARAÚJO, M. I. de; MATOS, G. C. G.; SOUSA, S. G. A. de. *AJURI* - Processo e valorização do saber tradicional amazônico. In: VIII Congresso da APDEA e o II Encontro Lusófono em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural, 2016, Coimbra - Portugal. Políticas Públicas para a Agricultura PÓS 2020. Coimbra - Portugal: APDEA (Associação Portuguesa de Economia Agrária), 2016i.

ARAUJO, I. L.; ARAÚJO, M. I. de; SOUSA, S. G. A. de. *Ajuri na Amazônia: uma prática solidária*. In: I Fórum de Leituras Paulo Freire da Região Norte: Educação Popular em Debate, 2016, Manaus - AM. I Fórum de Leituras Paulo Freire da Região Norte: Educação Popular em Debate. São Leopoldo - RS: Casa Leiria, 2016ii. v. 1. p. 23-35.

BRITO, M.A.; COELHO, M.F.B. Os quintais agroflorestais em regiões tropicais-unidades auto sustentáveis. *Revista Agricultura Tropical*, Cuiabá - MT, v. 1, n.4, p. 7-38, 2000.







II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. **Multiculturalismo versus interculturalismo:** por uma proposta intercultural do Direito Desenvolvimento em Questão [en línea] 2008, 6 (Julio-Diciembre): Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75211183004>> Acesso em 26 de novembro de 2016.

ELIAS. Norbert. **Introdução à sociologia.** Lisboa: Edições 75, 1980.

\_\_\_\_\_, Norbert. **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

MARCONI, M.A. & PRESOTTO, Z.M.N. **Antropologia:** uma introdução. São Paulo, Editora Atlas, 1989. 285 p.

MARTINS, Paulo Soder. **Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos.** Estud. av. Estud. av. vol.19 no. 53. São Paulo Jan./Apr. 2005 pp. 209-220. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100013>. Acesso em: 03 nov.2016.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1985.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## CARREGADORES DE MELANCIA E A CORPOREIDADE EXERCIDA EM UMA FEIRA DE MANAUS WATERMELON BOOTS AND CORPOREALITY EXERCISED IN A FAIR MANAUS

Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes<sup>1</sup>

Artemis de Araujo Soares<sup>2</sup>

### RESUMO

Discutir os movimentos corporais aliados à Praxiologia Motriz e corporeidade dos carregadores de melancia da Feira da Banana, localizada na área central de Manaus-Amazonas-Brasil é o objetivo geral desta pesquisa. Ao mesmo tempo, analisamos como os corpos destes trabalhadores se preparam para desenvolver seu trabalho diariamente na feira, que é um espaço entrelaçado dos variados tipos de relações, uma vez que permeiam o cotidiano destes homens que utilizam a corporeidade para exercer essa prática. Os procedimentos metodológicos que utilizamos foram: técnica da entrevista e observação direta das atividades destes trabalhadores. Para alcance do objetivo pré-estabelecido para o presente estudo realizou-se uma pesquisa do tipo exploratório-descritivo, além de recorrermos à pesquisa empírica. Portanto, o caráter da presente pesquisa é teórico-empírico, tendo em vista que não só utilizou de análise de autores que trabalham com Praxiologia Motriz e ambientes de feiras livres, como também, buscamos, em prática de campo, dados capazes de sustentar nossas análises para o desenvolvimento da pesquisa. Os estudos que buscam compreender as atividades corporais e todas as suas possibilidades praxiológicas têm impulsionado várias pesquisas no campo da Educação Física e áreas afins; portanto, esta pesquisa busca sair do plano cartesiano para as tendências tradicionais que envolvem atividades manuais do trabalho.

**Palavras-Chave:** Praxiologia Motriz; Movimento Corporal; Carregadores; Corporeidade.

### ABSTRACT

Discuss the body allied movements to praxiology Motive and corporeality of watermelon boots Fair Banana, located in the central area of Manaus Amazonas, Brazil is the objective of this research. At the same time, we analyze how the bodies of these workers prepare to develop their work daily at the fair, which is an interlaced space of different types of

<sup>1</sup> Jornalista. Especialista em Informática Aplicada à Educação, pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Doutoranda e Mestra do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM/PPGSCA). E-mail: joycekarolinepontes@gmail.com (Manaus-AM- Brasil).

<sup>2</sup> Doutora em Educação Física. Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Diretora da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – Universidade Federal do Amazonas (Manaus-AM, Brasil). E-mail: artemissoares@yahoo.com.br





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

relationships, since permeate the everyday of these men that use the corporeality to exercise this practice. The methodological procedures used were: the interview technique and direct observation of the activities of these workers. To reach the pre-set goal for this study was carried out a survey of exploratory and descriptive, and recourse to empirical research. Therefore, the character of this research is theoretical and empirical, given that not only used analysis of authors working with praxiology Motive and fairs environments, but also seek, in practice field, data capable of supporting our analyzes for the development of research. The studies that seek to understand the bodily activities and all its praxeological possibilities have driven several studies in the field of Physical Education and related fields; therefore, this research seeks out the Cartesian plane for traditional trends involving manual work activities.

**KEYWORDS:** praxiology Motive, Body Movement; Chargers; Corporeality.

## INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, buscamos referenciais e autores que discutem as questões da praxiologia articulada aos movimentos corporais, procurando entender as inter-relações existentes entre elas, bem como identificar as concepções que fazem parte do trabalho corporal dos carregadores de melancia. O interesse pelo tema surgiu, sobretudo, durante uma prática de campo da disciplina “Cultura Corporal dos Povos Tradicionais” do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), ministrada pela Professora Doutora Artemis de Araujo Soares, em 2015.

Nosso estudo se concentrou na Feira da Banana, localizado na Manaus Moderna. Essa feira existe, aproximadamente, desde a década de 1970 e tem sua inauguração oficial datada de 1994; é popularmente conhecida como Feira da Manaus Moderna; e consolidou na década de 1990 como a mais importante feira de Manaus, tornando esse espaço um local atrativo e com uma identidade cultural que exprime modernidade.

E enquanto o campo de pesquisa, o estudo aponta que as feiras livres são consideradas como um local que propicia desde a antiguidade a inclusão social, bem como o comércio e sobrevivência de muitas famílias. Para Sá (2010), o comércio de feira livre é ainda hoje uma atividade econômica e social relevante para a vida de muitos brasileiros. No Brasil, a feira é encontrada desde a chegada da família real, em 1808, quando a Corte fez a abertura dos portos às nações amigas. É em meio a esse cenário de urbanização que encontramos as feiras e os mercados urbanos nas Cidades do





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Brasil. Embora sabedores de que as feiras possuem uma função importante na vida urbana e no desenvolvimento regional devido ao processo de comercialização e de trocas inter-regionais, esses espaços revelam conflitos de ordem econômica, geográfica e social.

No entanto, esses mesmos espaços se configuram em meio a conflitos e lutas por interesses diferentes, onde os diversos trabalhadores buscam cotidianamente a luta pela sobrevivência ao mesmo tempo em que estabelecem ali as mais diversas relações, que de acordo com seus modos de vida, resistem às imposições que as condições de vida lhes proporcionam se ou se conformando a elas.

A fim de contextualizarmos o estudo com a Praxiologia Motriz, incluímos a necessidade de conhecermos a teoria, defendida pelo Dr. Pierre Parlebas em suas pesquisas realizadas a partir de 1966 na França. Com aproximadamente 48 anos de existência, a teoria se estabelece nas práticas esportivas, principalmente nos jogos.

Definimos “ação motora”, como que “a manifestação da pessoa que faz sentido em um contexto de um conjunto organizado de condições que definem os objetos motores.” Este conceito (também chamado de “praxis do motriz” é referência para o cumprimento de uma ou mais pessoas em um determinado lugar e tempo com uma finalidade específica também, e isso faz sentido nesse contexto específico (Hernández Moreno e Ribas, 2004, p.15).

No entanto, o exposto não quer dizer que a teoria não pode ser aplicada também nos movimentos corporais de um tipo de trabalho cujo corpo é uma espécie de “ferramenta”. Desse modo, os estudos praxiológicos também envolvem os movimentos de um trabalho que é feito manualmente: ao pegar e jogar o fruto da melancia para outro trabalhador, esses movimentos acabam se tornando repetitivos e cansativos; o que nos remete aos estudos de Parlebas (1981) quando demonstra que a Praxiologia Motriz visa à compreensão do campo de forças que se gera no sistema de confronto, onde os jogadores adaptam os papéis sociomotores correspondentes durante suas ações motrizes.

Para além disso, é importante considerar que o carregador de melancia participa das dinâmicas urbanas, seja na elaboração do mercado como um espaço de trocas e de sociabilidades, que são fundamentais para a vida cotidiana. Conforme Vedana, (2008) ele atua com uma conduta motriz que alia, além de tudo os movimentos, e nesse campo de disputas que é a feira, o corpo transparece desejos, bem como suas formas de percepção de mundo.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## METODOLOGIA

Para alcance do objetivo pré-estabelecido para o presente estudo, realizou-se uma pesquisa do tipo exploratório-descritivo, além de recorrermos à pesquisa empírica. Portanto, o caráter da presente pesquisa é teórico-empírico tendo em vista que não só utilizou de análise de autores que trabalham com Praxiologia Motriz e feira, como também, buscamos, em prática de campo, dados capazes de sustentar nossas análises para o desenvolvimento da pesquisa.

Os estudos que buscam compreender as atividades corporais e todas as suas possibilidades praxiológicas têm impulsionado várias pesquisas no campo da Educação Física e áreas afins; portanto, esta pesquisa busca sair do plano cartesiano para as tendências tradicionais que envolvem atividades manuais do trabalho. Conforme Santin (1990), o pensamento cartesiano fragmentava o homem em corpo e intelecto, e a tendência tradicional da Educação Física concebia o corpo enquanto massa bruta e material, trazendo para si a função de torná-lo útil e dócil às atividades da vida humana.

Como técnica de pesquisa optamos por um estudo tipo *survey* ou levantamento, tendo em vista que se pretendeu solicitar informações a um grupo significativo de pessoas que são os trabalhadores da feira que carregam melancia, “acerca do problema estudado, para em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados” (Gil, 1988, p. 56).

O roteiro da prática de campo e da entrevista não foi estruturado e visava primeiramente sondar a realidade dos carregadores de melancia, tanto que um dos instrumentos da coleta de dados foi a observação não participante, no qual atuamos como espectadoras registrando e captando as relações sociais e manuais do trabalho bem como os movimentos corporais realizado pelos trabalhadores.

O corpo está, pois, a viver um regresso festivo ao centro das atenções e dos olhares e a exercer uma influência marcante em muitos quadrantes, nomeadamente na alteração dos motivos, cenários e modelos da uma nova cultura desportivo-motora. Por outras palavras, apesar da sociedade pós-moderna ou pós-industrial se caracterizar, entre outras coisas, por uma desmaterialização e ‘afisicidade’ indicadoras do predomínio da mente sobre o corpo, nós continuamos a ser muito devotos do corpo. (BENTO, 2004, p.64).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Há toda uma preparação para realizar os movimentos corporais. De início um fica aguardando o outro arrumar as frutas:elas são divididas por tamanho (pequena, média e grande).Além do mais,existe uma organização preliminar. Em seguida, se inicia o processo do trabalho, que pode ser articulado conforme relata Parlebas (2001),ou seja, a conduta motriz refere-se a um conjunto de manifestações ou fatos observáveis, sem resumir-se a elas. Logo, Ribas (2005, p.114) colabora com Parlebas quando expõe que:

A conduta motriz se apresenta por meio da necessidade do estabelecimento de uma meta, contexto, projeto, enfim, um sentido para tudo, sentidos esses presentes nas atividades dos jogos e dos esporte; portanto, as ações de jogo são carregadas de significados, sendo esses entendidos por Parlebas como condutas motrizes.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O valor do homem que trabalha diariamente na feira carregando melancia, faz com que os limites do corpo em muitas das vezes chegue a uma situação que o deixa fadigado. Por isso, é necessário respeitar o corpo para que não ocasione em doenças, tendo em vista que é necessário favorecer o desenvolvimento de uma cultura corporal sadia.

Como fenômeno corpo-em-movimento. Algo absolutamente incalculável (...). Age nos lugares humanos onde o homem ainda não pode agir por si mesmo, brinca com o inconsciente e acrescenta o todo em cada uma das partes; pré-visto como coreografia tanto bela quanto lúdica. Bela porque eleva uma necessidade física a uma necessidade estética, faz vibrar, emociona. Lúdica porque é livre, espontânea, incômoda a toda coerção e privação. (CARMO JR., 1995, p.18).

O carregador de melancia pesquisado trabalha desde os dez anos de idade como carregador, uma herança hereditária de sua família. Possui 28 anos de idade e sustenta sua família composta de esposa e cinco filhos. A jornada de trabalho Inicia por volta das 3h até 18h, no fim de ano a demanda aumenta.

Depois de um dia de trabalho suas costas ficam bastante doloridas, devido o movimento contínuo de levantar e agachar passando a melancia em um simples jogar para o outro colega de trabalho. A questão temporal é primordial, pois são segundos e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

centésimos de segundos que ajudam a prestar atenção na melancia quando jogada em seus braços.

O processo de leitura da informação vinda do companheiro e do adversário é fundamental. O participante de modalidades com essas características deverá, a todo o momento, ler e interpretar as informações de seu companheiro e adversário e, por outra via, também é portador de informações (RIBAS, 2005, p. 3).

E por tratar-se de uma área da ciência que apresenta instrumentos próprios para investigar conteúdos relacionados aos jogos e esportes, tendo como objeto, Parlebas denominou de conduta motriz A Praxiologia Motriz, conceituada como “ciência da ação motriz e especialmente das condições, modos de funcionamento e resultados de seu desenvolvimento”. (PARLEBAS, 2001, p.354).

## CONSIDERAÇÕES

Diante dessa pesquisa, percebemos que a Praxiologia Motriz presente na vida dos carregadores de melancia, faz com que haja uma organização na conduta motriz. O fato de pegar a melancia, se agachar e levantar repassando ao outro trabalhador jogando-a, demonstra que a lógica interna presente no meio, cuja a feira é o local para se desenvolver a atividade, logo, o carregador deve ficar bastante atento às normas que regem os movimentos corporais, ou seja, qualquer erro faz com que a melancia caia no chão e se estrague.

Outra situação que foi constada é que os feirantes chegam muito cedo e trabalham mais de oito horas por dia, apesar do cansaço, do distanciamento de alguns com a família: muitos levam seus parentes para trabalhar. Portanto, “pode-se dizer que na feira da Manaus Moderna encontramos o desenvolvimento de alguns trabalhos que além de fazer parte da cultura da cidade participam ativamente do seu desenvolvimento econômico da cidade”. (LIMA; SOARES; 2013, p.3).

De acordo com Soares (1999) o estudo da lógica interna através da abordagem em relação ao outro, ao espaço, ao tempo e ao material, permite relevar a essência que mostra as relações de poder que uma atividade provoca entre os praticantes.

A identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. Segundo Hall (2001), percebemos que a formação do habitus está intimamente ligada à formação da





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

identidade. Nessa construção identitária do homem é pelo seu corpo que ele existe no mundo e integra-o a partir de uma corporeidade - uma experiência corporal.

A praxiologia motriz centra sua atenção disciplinar no estudo científico das ações motrizes, que representam as propriedades emergentes dos sistemas praxiológicos e surgem como consequência de que esses sistemas estão dotados de uma determinada estrutura, ou seja, possuem uma ordem estabelecida. Por isto, a ação motriz constitui a unidade básica da análise da praxiologia, visto que isto é a manifestação de todo um sistema operante suscetível de ser estudado a partir de constantes estruturais (OTERO; BURGUÉS, 2008, p. 68).

Toda prática social de um indivíduo é também uma prática espacial que transforma corpo e corporeidade em ações praxiológicas. O corpo biológico é o que a sociedade possui. No caso dos carregadores de melancia e da população de uma forma geral, é um corpo com características genéticas. Enquanto que o corpo social é reconstruído a cada tempo.

Apesar do cansaço diário dos trabalhadores da Feira, o simples ato de carregar a melancia, faz com que haja o tratamento corporal do grupo, eles ganham força e resistência e até mesmo músculos, por meio dos movimentos repetitivos. Posto isto, a Praxiologia Motriz e seus processos, tornam-se importantes, sendo necessário o reconhecimento de que a teoria apresenta um criterioso olhar não só sobre o esporte, mas também nas práticas corporais desenvolvidas no cotidiano do ser humano.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Jorge Olímpio. **Desporto: discurso e substância**. Porto: Campos das Letras, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** / StuartHall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, GuaraciraLopes Louro – 5. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HERNÁNDEZ MORENO, J. y Ribas, J. P. R. (2004). **La Praxiología Motriz: fundamentos y aplicaciones**. Barcelona: Inde.

LIMA, Soraya;SOARES, Artemis. **A CULTURA CORPORAL E O LUGAR DO CORPO DOS BANANEIROS DA FEIRA DA BANANA COMO EXPRESSÃO DO CAPITALISMO** Artigo apresentando no V SIMPÓSIO NAC. DA CULTURA CORPORAL E POVOS INDIGENAS e I SEMINÁRIO INTER. DE ED. FÍSICA, ESPORTES E COMU. TRADICIONAIS.outubro de 2013. Disponível em:<







II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

<http://congressos.cbce.org.br/index.php/5snccpi/1siefect>>Acesso em 11 de Dez. 2015.

OTERO, F. L., BURGUÉS, P. L. **Fundamentos da praxiologia motriz.** IN: **Jogos e esportes: fundamentos e reflexões da praxiologia motriz.** RIBAS, J. F. M. (ORG). Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2008.

PARLEBAS, P. (2001). **Juegos, deporte y Sociedad: léxico de praxiología motriz.** Barcelona, ES:Paidotribo.

PARLEBAS, P. (1988). **Elementos de Sociologia Del Deporte.** Universidad Internacional Deportiva. Andalucía: Colección unisport.

Parlebas, P. (1981): **Contribution a un Lexique Commenté en Science de l'Action Motrice.** Publ. INSEP.Paris.

RIBAS, João Francisco Magno. (2005). **Praxiologia Motriz: construção de um novo olhar dos jogos e esportes na escola.** Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/11n2/10MRJ.pdf>>. Acesso em 15 fev. 2014.

SÁ, M. G. **Feirantes: Quem São? Como Administram seus Negócios?.** In: Encontro Nacional da Associação dos Programas de Pós-Graduação Em Administração, 34, 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

SANTINI, Silvino. (2003). **Educação física: uma abordagem filosófica da corporeidade/** Silvino Santin – 2.ed. rev. - Ijuí : Ed. Unijui. — 168 p. - (Coleção educação física). Disponível em<[http://labomidia.ufsc.br/Santin/Livros/ed\\_fisica\\_uma\\_abordagem.PDF](http://labomidia.ufsc.br/Santin/Livros/ed_fisica_uma_abordagem.PDF)>. Acesso em 17 mar. 2014.

SANTIN, S. **Aspectos filosóficos da corporeidade.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, São Paulo, v.11, n.2, p.136-145, 1990.

SOARES, A. A. (1999). **Corpo e Ritual. Um estudo do ritual da Worecu do povo Tikuna.** Tese doutoral. Porto: Faculdade de Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto, Portugal.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA POR MEIO DA ATIVIDADE ARTESANAL – ARTESÃOS SATERÉ-MAWÉ NA CIDADE DE PARINTINS

### CITIZENSHIP AND SOCIOECONOMIC INCLUSION THROUGH THE ARTISAN ACTIVITY - SATERÉ-MAWÉ ARTISANS IN THE CITY OF PARINTINS

**Samuel Anselmo Filho<sup>1</sup>**

[anselmo.samuel\\_36@hotmail.com](mailto:anselmo.samuel_36@hotmail.com), 92 992539461

**Mayara Viana de Lima<sup>2</sup>**

[mayaravianadelima@gmail.com](mailto:mayaravianadelima@gmail.com), 92 991619225

**Sandra Helena da Silva<sup>3</sup>**

[sandrahsf@gmail.com](mailto:sandrahsf@gmail.com), 92 99180-6088

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo fazer uma análise de como se desdobram as relações de cidadania e inclusão socioeconômica por meio do artesanato, pontuando a atividade artesanal como difusor da cultura indígena, além de seu potencial econômico. A metodologia empregada foi de caráter qualitativo, o delineamento deu-se de acordo com o “estudo de caso”, embasado em uma pesquisa de campo, tendo como lócus o empreendimento Arte Poranga Nativa. O referido empreendimento é assessorado pela Incubadora de Empreendimentos Amazonas Indígena Criativa (AmIC). Em relação aos resultados, compreende-se que a partir de características intrínsecas da atividade artesanal, desenvolvida tradicionalmente pelos Sateré-Mawé, essa atividade impulsiona a valorização cultural, não agride o ambiente na extração da matéria-prima, viabiliza a geração de trabalho e renda, alavanca a atividade econômica e, principalmente, colabora no sentido do desenvolvimento regional e cidadania desses povos indígenas.

**Palavras-chaves:** Inclusão socioeconômica, cidadania, Artesanato indígena, Sateré-Mawé

<sup>1</sup> Bolsista na Incubadora AmIC. Universidade Federal do Amazonas. Graduando do curso de Serviço Social

<sup>2</sup> Bolsista na Incubadora AmIC. Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia

<sup>3</sup> Professora do Curso de Serviço Social e Coordenadora da Incubadora AmIC. Universidade Federal do Amazonas. Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## INTRODUÇÃO

Os indígenas Sateré-Mawé desenvolveram no ambiente citadino diversas estratégias para construir suas relações nesse complexo ambiente. Nessa perspectiva, na cidade de Parintins, estado do Amazonas, a etnia Sateré-Mawé realiza a produção e comercialização do artesanato, expressando uma estratégia de vida na cidade. O artesanato, além de possuir valor cultural, atua como fio condutor para a cidadania e inclusão socioeconômica desses povos, sendo desta forma um dos pontos que nos levaram a pesquisar tal proposta.

A atenção deste artigo não recai apenas sobre a produção do artesanato Sateré-Mawé, mas abrange sua inserção em uma malha de relações produzidas desde sua produção à comercialização. Dessa forma, este trabalho tem por objetivo analisar os desdobramentos das relações que ladeiam a atividade artesanal, sendo estas responsáveis pelo caminho de cada artesão no que concerne o contexto socioeconômico. Além disso, objetiva-se pensar o artesanato Sateré-Mawé como principal colaborador no sentido do desenvolvimento regional e cidadania desses povos indígenas.

Para o alcance dos objetivos propostos, este trabalho foi estruturado nos seguintes tópicos teóricos: a) Artesãos Sateré-Mawé e as atividades artesanais b) Cidadania e inclusão socioeconômica c) Valorização cultural e econômica. O trabalho encerra-se com as considerações finais.

### Estratégia Metodológica

A pesquisa é de tipo qualitativo possibilitando a compreensão dos fenômenos estudados em seus contextos e não apenas à sua expressividade numérica. O delineamento da pesquisa foi de acordo com o “estudo de caso”, considerando a unidade social estudada como um todo, reunindo o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, objetivando apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto.

Para a coleta de dados foi utilizado como referência a pesquisa bibliográfica tendo como categorias de análise: Inclusão socioeconômica e cidadania, Artesanato Sateré-Mawé, e Valorização cultural e econômica. Quanto à pesquisa de campo, esta teve como lócus o empreendimento Arte Poranga Nativa, sendo seu responsável o principal informante de dados. O referido empreendimento é assessorado pela Incubadora de Empreendimentos Amazonas Indígena Criativa (AmIC).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

A coleta de dados foi realizada pela equipe de trabalho da Incubadora de Empreendimentos Amazonas Indígena Criativa. Além disso, foi utilizada pesquisa documental de arquivos da Incubadora Amic: relatórios, plano de ação e plano de negócios do empreendimento em estudo, para fins de corroboração com os dados de entrevista e bibliográficos.

### Artesãos Sateré-Mawé e as atividades artesanais

O povo Sateré-Mawé habita a região do baixo Amazonas, com maior população nos municípios de Maués, Barreirinha e Parintins. O grupo Sateré-Mawé soma uma população de 8.500 pessoas (TEIXEIRA, 2005) e a maioria dos seus membros vive na terra indígena Andirá-Marau, situada entre os Estados do Amazonas e Pará, na região do médio rio Amazonas.

São chamados regionalmente “Mawés”, no entanto se autodenominam Sateré-Mawé. O primeiro nome “Sateré” quer dizer lagarta de fogo, o segundo nome “Mawé” quer dizer papagaio inteligente e curioso (LORENZ, 1992). A importância de se denominar Sateré surge da identificação e valorização de um clã mais importante dentre os que compõem essa sociedade.

Em Parintins a cultura indígena está fortemente ligada à manifestação cultural do Boi-Bumbá, refletida nos rituais, lendas e mitos oriundos do imaginário indígena e caboclo. Dentro dessas manifestações culturais revela-se a riqueza material da cultura Sateré-Mawé, expressa na inserção do artesanato indígena como elemento para o desenvolvimento, principalmente, durante o Festival Folclórico, quando o artesanato expressa-se, notoriamente, presente nas indumentárias e composição de cenários, adereços e alegorias típicas da festa folclórica.

A origem do artesanato indígena está associada à colonização europeia na América, esta que provocou a dispersão de vários povos indígenas, inclusive os Sateré-Mawé, para novas comunidades e espaços, os distanciando, nesse momento, de seu território original. Como afirma Pinheiro (2012, p. 13):

Os povos indígenas que se estabeleceram em outras localidades, passaram a viver da agricultura de pequena escala, da criação de animais para consumo doméstico e também da produção de artesanato para comércio, compondo os ganhos que garantem o consumo de bens que foram introduzidos no seu meio pela sociedade envolvente e que deixam de ser dispensáveis.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Pinheiro (2012) acrescenta apontando a origem do artesanato como estratégia para adaptação e desenvolvimento das relações dos povos indígenas, tanto no social quanto no econômico. Porém nem sempre o artesanato possuiu valor comercial, sendo em sua gênese produzido para utilidades domésticas, adereços pessoais, ritual e cotidiano, sendo, posteriormente, incorporado enquanto uma atividade de fins comerciais.

Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2004), o artesanato é uma atividade capaz de utilizar todo o conhecimento adquirido ancestralmente pelos “povos tradicionais” para valorizar, resgatar e divulgar a sua cultura; além de gerar renda e ter um grande potencial de melhoria para a vida desses povos.

Das características intrínsecas do artesanato, podemos ressaltar a identidade cultural como um dos pontos mais fortes, assim como a valorização cultural, presente na atividade, pois através dela, a origem do artesão é passada de geração em geração, dando sentido ao artesanato e indicando para o artesão o seu lugar no mundo (SEBRAE, 2004).

O segmento econômico do artesanato em Parintins está principalmente associado ao Festival Folclórico dos Bois Bumbás. Com o grande fluxo de turistas durante o mês de Junho, este torna-se um momento propício para que os Sateré-Mawé busquem um lugar, mesmo que disputado, na comercialização de artesanatos na cidade, seja como vendedores finais ou fornecedores para revenda.

Os artesanatos vendidos durante o evento folclórico são, principalmente, feitos a partir de sementes, são acessórios, pulseiras, braceletes. Alguns são produzidos utilizando-se também penas, como brincos e enfeites de cabelos. Dos artesanatos comercializados nesse período, a produção carrega como fator principal a inclusão das cores vermelha e azul, correspondendo, respectivamente, às cores representativas dos bois Garantido e Caprichoso, os protagonistas da festa na cidade.

Fora do período efetivo do Festival de Parintins os artesanatos são produzidos e comercializados em menor escala pelos indígenas que transitam entre as aldeias e a cidade. Atualmente são produzidas peças em pequena quantidade para fins comerciais na Casa de Artesanato Indígena.

A referida casa de Artesanato Indígena “Arte Poranga Nativa” está situada na cidade, ao lado da Casa de Trânsito Indígena (onde residem cerca de 30 indígenas em Parintins), localizada na Rua Silva Campos, centro da cidade (INCUBADORA AMIC, 2016). A Casa de Trânsito foi criada pela igreja católica no ano de 1970 com o intuito de acolher indígenas que chegavam a Parintins e não possuíam moradia para se hospedar.

Há mais de quarenta anos a Casa de Trânsito se mantém como moradia e abriga indígenas em períodos longos e/ou passageiros. Desta forma, esse contexto passou a exigir a necessidade de criar estratégias de geração de emprego e renda para o povo indígena residente na cidade, assim, a comercialização do artesanato tem se consolidado



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

como uma alternativa de subsídio à obtenção de renda para núcleos familiares que se encontram na Casa de Trânsito.

No âmbito da produção dos artesanatos, especificamente, no empreendimento Arte Poranga Nativa são produzidos e comercializados: máscaras, totens e estatuetas, produzidas a partir do molongó (*Ambelania acida* Aubl., madeira macia e leve, muito usada no artesanato indígena Sateré-Mawé). As máscaras são feitas de tiras da madeira com a fisionomia de um indígena, esculpida, desenhada e pintada nas cores, predominantemente, azul, vermelho e preto.

Totens são peças esculpidas com figuras antropomorfas, desenhadas com grafismo indígena e pintados com cores diversas, possui valor utilitário na forma de banco. As estatuetas zoomórficas são desenhadas com traços característicos de cada animal, geralmente não são pintadas, utiliza-se como peça de decoração e/ou utilitário, servindo como cofre.

Os remos são de outra espécie de madeira, não identificada pelos artesãos da Arte Poranga Nativa, podem ser utilitários ou decorativos com desenhos originalmente indígenas. Os outros itens são produzidos em pequena escala, e quando há matéria-prima disponível (INCUBADORA AMIC, 2016).

Esses artesanatos possuem grande valor para os indígenas. Assim, podemos apontar essa atividade como pilar para manutenção de sobrevivência cultural desse povo, sendo a produção do artesanato colaborador no sentido do desenvolvimento regional e cidadania desses povos indígenas (Figura 01).

Figura 01. Representação fotográfica de artesanatos indígenas



Fonte: Incubadora AmIC, 2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## Cidadania e inclusão socioeconômica

O artesanato hoje em todo o Brasil é alternativa para subsidiar renda e gerar emprego para diversas famílias. Um diferencial do artesanato é o fato de este não está submetido a lógica industrial, reverberando, assim, um forte componente cultural. No Brasil, segundo último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), projeta-se 8,5 milhões de profissionais no país na categoria de artesãos, delineando, assim, um crescente número de pessoas que tem o artesanato como fonte principal de renda.

No Amazonas, segundo dados da Secretaria de Estado de Trabalho (SETRAB, 2010) estima-se que 40 mil pessoas tenham o artesanato como principal fonte de renda. A importância dessa atividade recai sobre a cidade de Parintins, sendo esta uma das principais cidades do Estado do Amazonas, reconhecida nacionalmente por sediar o Festival Folclórico de Parintins.

O empreendimento Arte Poranga Nativa funciona nas dependências da Casa de Trânsito indígena coletiva, sendo assim, não apenas o proprietário, mais diversos indígenas estão inclusos no processo de produção do artesanato. Dentro do processo de produção há uma ciclo de conhecimentos que se entrelaçam e são repassados de um indivíduo ao outro, o aprendizado se torna uma questão de se introduzir e integrar-se socialmente com quem compra o artesanato (comercialização) e com quem está inserido na produção.

Da produção do artesanato à comercialização tem-se uma comunicação entre a produção, produto e cliente. Esta relação desencadeia diversas questões sejam sociais econômicas ou cidadãs. No que tange a cidadania, temos como base a participação política que é primordial para o exercício desta. Porém, vale salientar o fato da cidadania perpassar questões de inclusão política, pois para Faleiros (2006, p. 6):

A cidadania tem como pressuposto a participação e a garantia e a efetividade de direitos, isso implica a real prestação de serviços pelo poder público e existência de condições (ou meios) de vida, com desenvolvimento pessoal na diversidade explícita de culturas, gênero, raça, etnia e opções religiosas, sexuais, e de modos de existência.

São caracterizados como direitos de cidadania o direito à igualdade, à liberdade de expressão, direitos políticos, e direitos a uma vida digna e gratificante. A Constituição Federal Brasileira (art. 231 e 232) reconhece o respeito às formas de organização própria dos povos indígenas, além de suas crenças, costumes, usos e tradições, bem como os direitos originários dos povos indígenas sobre suas terras.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2004), a chave para qualquer transformação social está na educação, pois é por meio dela que os indivíduos encontram seu lugar na sociedade, adquirem a noção de pertencimento e de cidadania e podem desenvolver suas habilidades e capacidades para o trabalho.

O método de aprendizagem deve ser contínuo e sistemático, e essas características estão presentes dentro do processo de produção do artesanato, pois o conhecimento é repassado entre os indígenas durante a prática da atividade artesanal. Dessa forma, por meio do desenvolvimento do artesanato tem-se deveres sendo executados como a educação e proteção de seus semelhantes, a proteção à natureza; e também tem-se direitos como o respeito à fé e a diferença, sendo, então, executados direitos e deveres que estão inclusos na constituição.

Além do conhecimento outras estratégias são condutoras da cidadania, é o caso de políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo, estas, por sua vez, devem possuir um caráter de promoção do artesanato indígena, focados na garantia da cidadania das comunidades, preservando sua cultura e ampliando os canais de promoção e comercialização de seus produtos artesanais (SEBRAE, 2004).

O artesanato além de possuir esse segmento que conduz à cidadania, introduz o indígena no campo da inclusão socioeconômica, esta que se desdobra, principalmente, na comercialização do artesanato. É neste momento que o artesão terá maior contato com os clientes, tendo a comunicação com uma das chaves para a inclusão social e econômica.

Na comercialização, de forma direta, visualiza-se o artesanato como geração de emprego e renda para os indígenas, desta forma, a atividade artesanal abre caminhos para inclusão socioeconômica. Dentro da Arte Poranga Nativa tem-se, ainda que esporadicamente, a contratação de indígenas (alguns casos de não indígenas também) que estão de passagem pela Casa de Trânsito, caracterizando assim a geração de emprego.

Outra forma de geração de renda está na aquisição de matéria-prima nas áreas indígenas, onde estes fazem a coleta de sementes e madeiras para a confecção do artesanato, identificando, assim, uma forma de subsidiar renda para indígenas mesmo fora da cidade. Isto é, existe uma cadeia produtiva do artesanato que viabiliza geração de renda no âmbito dos fluxos de aldeia-cidade, pois a atividade artesanal gera renda tanto para os indígenas produtores (na aldeia e cidade) quanto coletores e vendedores de matéria-prima (principalmente das terras indígenas).

A Arte Poranga Nativa têm no artesanato sua atividade principal e fundamental à sobrevivência dos artesãos envolvidos nas atividades artesanais, diferente do caso daqueles indivíduos que têm no artesanato apenas uma opção de renda complementar ou como terapia ocupacional. Assim, podemos perceber que este empreendimento criativo viabiliza a condução para a cidadania e inclui socioeconomicamente indígenas por meio do artesanato tradicional Sateré-Mawé.







II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## Valorização cultural e econômica

O artesanato Sateré-Mawé possui imensurável valor tanto para os indígenas quanto para os não indígenas, tendo em vista seus valores culturais, econômicos, e características que conduzem à cidadania e a inclusão socioeconômica. Pinheiro (2012) afirma que o artesanato representa a cultura da etnia, sendo composto de significado na forma material e imaterial.

Para Mauro (2016) a importância do artesanato está na expressão e atualização de uma identidade indígena na cidade, no desenvolvimento de novos meios de subsistência e na manutenção das relações com outros agentes e espaços. Essa identidade que deve estar expressa nas peças produzidas pelas mãos do artesão, o reportando a uma cultura distinta e cheia de significados.

Mascêne (2010) afirma que a relevância do artesanato também se dá na medida em que se apresenta como contrapartida à massificação e uniformização de produtos globalizados, promovendo o resgate cultural e o fortalecimento da identidade regional. O artesanato, assim, é uma expressão cultural artística distante de um modelo de produção capitalista, de peças igualitárias e uniformes. Ele carrega a paciência de um artesão incluso no processo de produção manufaturado, construindo uma peça de cada vez, cheia de significados e de valores.

Para o proprietário do empreendimento Arte Poranga Nativa, senhor Douglas Sateré (45 anos, 2016), a missão principal do empreendimento criativo é disseminar e difundir a cultura Sateré-Mawé através da arte indígena. Em contrapartida a esse valor cultural tem-se o valor econômico, sendo estrado de suporte para a empresa e responsável pela vida e manutenção do empreendimento.

Através da comercialização do artesanato temos a difusão da cultura Sateré-Mawé, nesse processo cada cliente passa a possuir uma peça que de alguma forma o reporte à cultura, seja através do design ou da história imbricada no artesanato produzido e comercializado. Para Mascêne (2010, p.38) o valor cultural está atrelado ao comercial, pois:

Quem compra artesanato está comprando também um pouco de história. Nem que seja sua própria história de viagens e de descobertas. Um produto, por melhor que seja, deve vir acompanhado de algo que o contextualize, que o localize no tempo e no espaço. A informação sobre a pessoa que fez uma determinada peça, a quantidade de horas ou de dias que levou para executar esta tarefa podem ter um alto valor para quem a adquire.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

O valor econômico do artesanato está totalmente ligado ao valor cultural, pois o artesanato adquire valor na medida em que possui identidade visual, seja por meio da quantidade de horas trabalhadas, nas ferramentas usadas e até na procedência da matéria-prima usada na produção do artesanato.

Segundo SEBRAE (2004), um dos maiores critérios exigidos pelos compradores de artesanatos é o valor cultural. Desta forma, pode-se destacar a importância de um produto que carregue os traços fiéis a uma etnia seja esta Sateré-Mawé ou outra etnia. Vale salientar que se uma peça possui este critério primordial que é o valor cultural, entende-se que qualquer que seja o valor econômico agregado a este será ínfimo diante do impacto que irá desencadear frente ao mercado consumidor de artesanatos.

Ressalta-se que a comercialização do artesanato Sateré-Mawé através do empreendimento Arte Poranga Nativa, potencializa valores tangíveis e intangíveis e valoriza a identidade da etnia supracitada. Além disso, salienta-se que o valor econômico do artesanato para os indígenas está na geração de emprego e renda, pois este é a principal fonte de recursos financeiros para os indígenas, principalmente aqueles residentes nas cidades.

### Considerações finais

Este estudo não se esgota aqui, mas dentro das possibilidades do fôlego que ela conseguir suscitar, as conclusões que temos sobre esse estudo são:

Os artesãos Sateré-Mawé em Parintins se encontram residindo em grande maioria na Casa de Trânsito, sendo localizado em anexo a este recinto o empreendimento Arte Poranga Nativa, assessorado pela Incubadora AmIC, onde há a produção de artesanatos a comando do responsável Douglas Sateré.

Pode-se observar que a questões de cidadania e inclusão socioeconômica se desdobram através das relações de comunicação, desenvolvidas no processo de produção artesanal, além de políticas públicas. Os artesanatos produzidos no Arte Poranga Nativa, são principalmente máscaras, totens, estatuetas, remos, entre outros.

No que diz respeito à inclusão socioeconômica dos indígenas detectamos que o artesanato é fonte de geração de emprego e renda, tanto para indígenas da cidade quanto para aqueles que estão residindo nas terras indígenas. Assim, contribui com uma grande parcela na renda daqueles que estão dentro do processo de produção e comercialização do artesanato.

No âmbito da discussão dos valores, observa-se que o artesanato possui tanto valor econômico quanto cultural, e que ambos estão interligados, sendo um dependente do





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

outro, pois o valor cultural agrega valor econômico ao artesanato, um diferencial aos olhos dos compradores e aos olhos dos indígenas em relação a valorização cultural.

Conclui-se assim que o artesanato enfrenta diversos impasses, desde o processo de aquisição de matéria-prima à produção. Porém, este possui capacidade para manifestar e despertar o desejo de difundir a cultura Sateré-Mawé, é capaz de gerar renda de forma mais justa, valorizando a cultura local, facilitando o acesso bens e serviços sociais, fazendo do artesão um cidadão, e potencializando desenvolvimento regional.

## REFERÊNCIAS

FALEIROS, Vicente de Paula. *Inclusão social e cidadania*. International Conference on Social Welfare, 2006.

INCUBADORA AMIC. Amazonas Indígena Criativa. *Projeto de criação*. Universidade Federal do Amazonas. Parintins, Amazonas, 2016.

LORENZ, Sônia da Silva. *Sateré-Mawé: os filhos do guaraná*. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1992.

MASCÊNE, Durcelice Cândida. Termo de Referência: atuação do Sistema SEBRAE no artesanato / Durcelice Cândida Mascêne, Mauricio Tedeschi. Brasília: SEBRAE, 2010. 64 p.: il.

MAURO, Ana Luisa Sertã Almada. *Seguindo sementes: circuitos e trajetos do artesanato sateré-mawé entre a cidade e aldeia*. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. 212 f.

PINHEIRO, Aureliano Marques. *Cultura material: a produção de artesanato na terra indígena Beija-flor*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus: UFAM, 2012. 99fls.: il.

TEIXEIRA, Pery. *Sateré-Mawé: retrato de um povo indígena*. Manaus: UNICEF/UNFPA, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Diagnóstico sociodemográfico participativo dos sateré-mawé*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa\\_google.shtm?cx=009791019813784313549%3Aonz63jzsr68&cof=FORID%3A9&ie=ISO-88591&q=ind%EDgenas+parintins&sa=Pesquisar&siteurl=www.ibge.gov.br%2F&ref=&ss=5573j4794639j20](http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa_google.shtm?cx=009791019813784313549%3Aonz63jzsr68&cof=FORID%3A9&ie=ISO-88591&q=ind%EDgenas+parintins&sa=Pesquisar&siteurl=www.ibge.gov.br%2F&ref=&ss=5573j4794639j20)> Acesso em: 08 julho 2016.

SEBRAE. *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas* (2004). Disponível em: <[www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)> Acesso em: 08 julho 2016.

SETRAB. *Secretaria de Estado de Trabalho do Amazonas* (2010). Disponível em: <<http://www.setrab.am.gov.br/>> Acesso em: 08 julho 2016.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## CIÊNCIA, RELIGIÃO, AMAZÔNIA E SUSTENTABILIDADE; RELAÇÕES E CONTROVÉRSIAS

Marcílio de Freitas  
 freitasufam@gmail.com

A filosofia, a religião e as sociedades do saber constituem a base material da sustentabilidade comprometida com a vida e o nosso futuro

Esclarecimento: Este texto constitui uma versão simplificada do artigo “Diálogos da ciência com a religião e Amazônia: rupturas e sustentabilidade” que publiquei na Revista Olhares Amazônicos, Vol. 3, No. 01, 486-506, 2015.

**RESUMO:** Este ensaio apresenta e analisa importantes conexões históricas mundiais entrelaçadas aos processos científicos, econômicos e políticos durante o século 20. Confronta os fundamentos das representações científicas e religiosas numa perspectiva multitemática e sustentável. Analisa algumas convergências e rupturas estruturantes presentes nas abordagens e explicações da ciência e da religião sobre a criação do universo. Finalmente, identifica as contradições nas explicações sobre “O que é vida?”, e os nexos da ciência e da religião com a Amazônia, numa perspectiva sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ciências da natureza, Amazônia, educação científica, filosofia da religião, sociedade, sustentabilidade, divindade, cultura, cosmologia, evolução humana

### 1. Questões relevantes da modernidade

O entrelaçamento das questões políticas, econômicas e científicas acelerou a emergência de um conjunto de processos, impactando todos os setores, os aspectos sociais, a essência da vida contemporânea. Moldou, também, novas estruturas, concepções e sistemas de pensamento a partir do século 20.

Esta nova ordem mundial fundamenta-se em eixos científicos, tecnológicos e mercadológicos que constituem a principal sustentação dos processos de globalização em curso. Assentados em sistemas de redes complexas, os interesses globais deslocam-se redividindo e fundindo territórios, recriando e tensionando o mercado mundial de trabalho, redefinindo a natureza das concepções do que é público ou privado, subvertendo os lugares, as regiões, os Estados nacionais, os continentes, o planeta e os nexos de referência dos processos sociais [1].





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Freitas [2] afirma que “(...) A identificação de elementos teóricos e empíricos próprios das ciências da natureza, em especial da física, da química, da biologia, e também da matemática, que contribuíram para esse novo ciclo, pode ser resumida em quatro eixos:

I. Os desdobramentos da teoria física-matemática construída por Planck para desvendar os processos associados aos fenômenos de transporte da radiação luminosa que, ao contrário das teorias existentes até a segunda metade do século 19, possui uma estrutura matemática denominada ‘constante de Planck’, que não representa uma propriedade do objeto e sim da natureza.

Esta concepção constitui uma referência importante nas pesquisas em que Einstein postula que a radiação eletromagnética é formada por partículas sem massa e sem carga elétrica, chamadas de fótons. Ao contrário dos fundamentos das teorias mecanicistas, referências à época, Planck estabeleceu ainda que a correta leitura dos fenômenos da natureza tem que ser feita por escalas, isto é: um mesmo fenômeno físico pode se manifestar em formas diferentes, conforme os cenários e as intensidades dos elementos que o compõe. Utilizando as estruturas matemáticas designadas ‘simetrias’, em seus estudos sobre a natureza da radiação eletromagnética, Planck, reintroduziu, em forma criativa, a categoria ‘descontinuidade da matéria’ criando, em bases teóricas sólidas e consistentes, novas perspectivas à compreensão das propriedades da matéria.

O modelo atômico proposto por Rutherford e a superposição dos estudos de Planck com a teoria, posteriormente, construída por Bohr - que enfatizava o caráter discreto das órbitas eletrônicas e de outras entidades físicas fundamentais à compreensão das propriedades microscópicas da matéria -, potencializaram, à época, planos de pesquisa mais complexos em escala atômica, com muitas aplicações tecnológicas.

II. As contribuições seguintes, não necessariamente nesta ordem, foram construídas, principalmente, por Heisenberg, Schrödinger, De Broglie, Compton, Born, Gibbs, Dirac, Pauli, Landau e Fermi. O primeiro, dentre várias contribuições, estabeleceu os limites físico-matemáticos das teorias clássicas em física e química, vigentes à época. Por meio de estruturas físicas denominadas ‘Relações de Incertezas’, propostas por ele, foi possível projetar os cenários, reais e virtuais, que podem ser construídos com os conceitos clássicos, estabelecendo quando as teorias físicas são aplicadas aos processos em dimensão atômica ou ao mundo acessível aos nossos sentidos. Utilizando os fundamentos de uma álgebra não comutativa e representando as entidades físicas por estruturas matriciais, Heisenberg substituiu o clássico conceito de órbita pelo de ‘estado quântico’, associando-o com os resultados experimentais, objeto de medidas. Provocou uma revolução na representação e interpretação dos fenômenos da natureza.

Schrödinger, numa vertente diferente de Heisenberg, utilizou as representações de autofunção e de autovalor desenvolvidas pelos matemáticos e físicos durante os séculos 18 e 19, para construir uma teoria física-matemática analítica, propositiva e explicativa, para as denominadas ‘ondas eletrônicas’. Destaque à contribuição de De Broglie, segundo a qual: “da mesma forma que à existência de qualquer partícula está associada uma onda, a toda onda está associada à existência de uma partícula.”.

Outros pesquisadores assumiram a difícil tarefa de construir as bases sólidas da área científica conhecida como mecânica quântica, que é aplicada em problemas restritos ao nível atômico. O uso do conceito de densidade de ‘probabilidade’ na linguagem descritiva da mecânica



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

quântica, possibilitou a leitura dos efeitos decorrentes dos fenômenos da natureza à medida que estes passam a ter probabilidades de ocorrência, e, portanto, de verificação experimental. As novas metodologias e abordagens emergentes desta conjuntura científica contribuíram para eliminar, definitivamente, o caráter causal e determinista nos estudos da natureza, pelo menos na linguagem descritiva dos processos atômicos [3-4].

Destaque aos impactos das pesquisas realizadas por Compton, que confirmaram que a matéria tem um comportamento dual, em condições apropriadas ela pode se manifestar em forma ondulatória ou corpuscular, dependendo das escalas envolvendo a dinâmica do fenômeno físico em questão.

Diversas propriedades físicas dos materiais foram desvendadas. Os fundamentos da interação da luz, radiação eletromagnética, com a matéria; a condução de eletricidade e de calor; a elasticidade; o magnetismo e outros aspectos próprios da estrutura atômica/molecular da matéria foram explicados e aplicados, criando possibilidades para a inovação tecnológica, em particular, na indústria elétrico-eletrônica que viria a se constituir um dos principais empreendimentos dos processos de globalização em curso. A indústria de semicondutores consolidou-se e expandiu-se em forma exponencial, e os avanços da litografia óptica possibilitaram a fabricação de circuitos transistorizados com maiores performances e a miniaturização dos dispositivos eletrônicos. O aumento da potência dos microprocessadores impactou vários setores tecnológicos, em especial as tecnologias de ponta relacionadas à aquisição, armazenamento, processamento e à transmissão de informações. A projeção de um futuro promissor para a microeletrônica continua tendo um grande impacto na macroeconomia mundial.

III. Outra contribuição científica fundamental deve-se à teoria construída por Einstein, na qual a velocidade da luz também representa uma propriedade da natureza. E mais ainda, que o aparente desacoplamento dos conceitos de espaço e tempo, admitido a priori no senso comum, decorre de condições muito específicas e próprias das escalas espacial e temporal, presentes no cotidiano das pessoas. Em condições atômicas e/ou cosmológicas, pode-se aferir o grau de acoplamento destes dois conceitos, que se articulam entre si por meio da velocidade da luz.

Os estudos de Einstein mostram que esta entidade física [velocidade da luz] constitui uma estrutura espaço-temporal, que na presença de matéria provoca a curvatura do espaço, exigindo utilizar e incorporar uma nova linguagem geométrica, uma métrica diferente da Euclidiana, na leitura física das leis fundamentais da natureza. Uma métrica característica dos hiperespaços preconizados por Riemann, estruturas dinâmicas e multidimensionais, caracterizadas por normas e curvaturas espaço-temporais. Einstein mostrou também que a matéria é uma fonte inesgotável de energia e vice-versa [5-6].

IV. Por último, destaca-se um conjunto de contribuições, que se impõe como a maior conquista da cosmologia, a teoria do 'Big Bang' ou 'Grande Explosão', proposta por Aleksandr Alexandrovich Friedmann e Georges Edonard Lemaitre, na década de 1920. Ela foi construída e confrontada com as observações do astrônomo Edwin Hubble, também nessa década, confirmando que a luz emitida pelas galáxias desvia-se em direção ao valor da frequência da luz vermelha.

Este fenômeno, denominado 'Efeito Doppler', que já era conhecido pelos físicos à época, refere-se à mudança da frequência de uma onda emitida por uma fonte em movimento. Da mesma



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

forma, como o som da buzina de um carro se torna cada vez mais grave à medida que o mesmo se afasta de um observador, a luz fica cada vez mais vermelha quando a sua fonte emissora se afasta da pessoa que a observa [7]. Essa teoria prevê que a origem, o princípio do universo, foi por meio de uma grande explosão ocorrida há 13,7 bilhões de anos. E desde então este universo encontra-se em contínuo processo de expansão, em todas as direções, com a sua temperatura média decrescendo continuamente. Apesar das polêmicas suscitadas por esta teoria, ela tem se fortalecida com inúmeras descobertas e observações astronômicas. A possibilidade de o ‘todo’ emergir do ‘nada’, de se desvendar a dinâmica da criação do universo próxima à singularidade, e de se projetar cenários reais e virtuais de o ‘todo’ do sistema a partir de uma parte do mesmo são problemas emergentes e de grande significação nos atuais estudos em cosmologia e na história da vida [8].”

As contribuições científicas, anteriormente apresentadas, impactaram as concepções e todas as formas de organização da humanidade durante o século 20, em especial a filosofia da religião, conforme apresentado na seção 2 deste ensaio.

O conhecimento acumulado sobre a natureza permite afirmar que as principais teorias das ciências físicas no século 20: a mecânica quântica, a teoria de campo quântica e a relatividade geral não são independentes entre si. Apesar das estruturas reducionistas destas teorias, a grande acurácia e a capacidade de predição das mesmas projetam um futuro promissor para a física. Inventadas a pouco mais de 100 anos, elas se impõem como presença obrigatória em todos os esquemas de representações científicas e filosóficas contemporâneas.

Destaque aos filósofos Gaston Bachelard (1884-1962), Karl Popper (1902-1994) e Thomas Kuhn (1922-1996) que questionaram os fundamentos metodológicos do conhecimento científico, ao problematizarem, configurarem, reconfigurarem e delimitarem as metodologias científicas prevalentes até a década de 1960.

Bachelard é autor de uma vasta e sofisticada obra filosófica. Entre seus trabalhos destacam-se os livros “O Novo Espírito Científico” e “A Formação do Espírito Científico”, publicados, respectivamente, em 1934 e 1938. Nestas obras, Bachelard analisa, criticamente, os dogmas científicos existentes à época. Combate o empirismo, o idealismo e o positivismo recusando o dogma clássico do progresso contínuo da ciência. Reafirma a existência de rupturas epistemológicas que se traduzem pelas subversões de métodos e conceitos. Dentre inúmeras contribuições, ele colaborou para a transformação do pensamento científico em uma realidade social. Bachelard é considerado um dos precursores da epistemologia contemporânea.

A principal obra de Popper “A Lógica da descoberta científica”, foi publicada em 1934. Neste livro, ele põe duas questões básicas: Qual é o método mais apropriado para as ciências empíricas?, e, Como distinguir o que é científico do que é não científico? A partir destas premissas, Popper concebe uma nova forma de raciocinar cientificamente, propondo critérios de cientificidade para uma teoria.

Kuhn publicou seu principal livro “A Estrutura das Revoluções Científicas” em 1962. Nesta obra, ele enfoca a característica individual das descobertas científicas e o progresso científico por meio da acumulação de conhecimentos, enfatizando as rupturas, as discontinuidades e as crises epistemológicas das ciências. Este livro teve grande impacto em todos os campos de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

conhecimento, em especial nas ciências da natureza, nas ciências humanas e nas ciências econômicas.

As metamorfoses das noções de transformação, evolução, desenvolvimento, e de variação contínua dos seres (organismos vivos, sociedades, culturas) constituem um marco na história das ciências da natureza e das ciências humanas. Estas noções foram alvos de intensos debates na Europa durante o século 19. Auguste Comte e Friedrich Hegel também estudaram a história da sociedade e do espírito humano como uma marcha passando por estados em forma progressiva. Enquanto a linguística, mostrou, à época, que as línguas indo-europeias se diversificaram a partir de uma mesma matriz. A ideia de evolução dos povos também esteve presente na história, nas pesquisas da antropologia sobre a humanidade e na concepção de alguns sistemas filosóficos, em particular nos trabalhos do inglês Herbert Spencer (1820-1903) [9].

A ideia que as sociedades deveriam evoluir das raças inferiores às superiores, ou dos povos primitivos às sociedades civilizadas, segundo uma marcha contínua e irrevogável, foi submetida a intensas críticas e compreendida como uma concepção colonialista e imperialista dos povos centrais.

‘O Capital’ de autoria de Karl Marx, no século 19, mudou, em forma radical, o conceito e o sentido operacional de desenvolvimento econômico e divisão de classes. Criou nexos definitivos entre a nossa história e as relações trabalhistas, e os processos de produção, reprodução e circulação do capital, estabelecendo novas determinações entre ciência e tecnologia, economia e política.

Desde 1980, Ilya Prigogine tem proposto uma tese científica com grandes impactos nos estudos sobre os processos físico-químico-biológicos. Baseado na categoria que associa à evolução, um crescimento macroscópico na informação contida num sistema autorreprodutor sem intervenção inteligente, Prigogine construiu uma teoria que explica questões até então indecifráveis, tais como: Qual é a relação entre entropia e evolução? Como aplicar as leis da termodinâmica aos processos associados à vida? Como explicar a emergência da ordem e da complexidade a partir dos processos da natureza?

As preocupações intelectuais de Prigogine se encaixam numa especulação mais fecunda que pode ser traduzida da seguinte forma: O que é vida? François Jacob [10], fisiologista francês de grande reputação científica, revela que a vida é um processo, um estágio de organização da matéria, e que ela não existe numa certa quantidade independente que nós possamos caracterizar.

Estes pressupostos, em conjunto com o deciframento do código genético, após a descoberta do DNA, por Watson e Crick, em 1953, constituem problemas fundantes ao que comumente denominam-se Física, Química e Biologia modernas. O artigo “A Structure for Deoxyribose Nucleic Acid”, de James Dewey Watson (1928-?) e Francis Harry Compton Crick (1916-2004) publicado no volume 171, página 737, da revista Nature, em 2 de abril de 1953, introduziu avanços revolucionários na compreensão da estrutura e do funcionamento celular. Identificou o núcleo das células como a “residência” do material genético (DNA) dos organismos vivos. Caracterizou esta entidade [o DNA], como “guardião” das informações responsáveis por todas as nossas características biológicas, criando conexões entre o passado, o presente e o futuro biológico, próprio do ser vivo, e construindo possibilidades universais de se obter informações e inferências seguras do todo, a partir de uma parte do mesmo. A descoberta do DNA possibilitou





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

o desenvolvimento teórico e empírico de inumeráveis arranjos e padrões de organizações da “vida biológica”, com o desvendamento da hereditariedade e a emergência da transgenia. Introduziu, também, novas relações e sentidos históricos entre Política-Ciência-Economia-Religião.

Embora a biologia seja um campo de conhecimento chave no desvendamento das questões que articulam ‘natureza-espírito’, Bitsaks [11] enfatiza que “(...) O pensamento reducionista reduziu o homem a uma máquina química e biológica. O behaviorismo constitui um reducionismo ingênuo, incapaz de compreender a verdadeira natureza do ser humano. O conhecimento do genoma, por outro lado, provocou uma nova onda de reducionismo, segundo o qual, são os genes que determinam diretamente a natureza humana. Desta forma, os sentimentos, as ideias políticas ou morais, são determinadas por nosso genoma. Em consequência, a história, a barbárie, as guerras etc., são resultados diretos das propriedades inscritas dentro de nosso cérebro. O que se desdobra numa concepção ingênua que justifica o racismo, o nazismo, as guerras, as desigualdades sociais, em detrimento das determinações sociais desses fenômenos (...). Para explicar as ideias dos homens faz-se necessário pesquisar suas origens dentro da sociedade, não dentro da biologia. E a marcha da história é determinada pelas forças sociais, pelas ideias de origem social. Evidentemente, o livre arbítrio e a liberdade não estão inscritos dentro do genoma, o mesmo vale para a fatalidade histórica.”

A psicanálise também colocou elementos novos nessa questão. Freud mostrou que a “personalidade” não é somente uma combinação de informações genéticas e socioculturais. Ao contrário, a conjunção de temas conflituosos, uns resultantes de informações genéticas (hereditariedade) e outros de informações sociológicas (cultura), é por ela mesma potencialmente geradora de conflitos, os quais constituem acontecimentos internos invisíveis. Dessa forma, o desenvolvimento é uma cadeia cujos elos estão associados por uma dialética entre acontecimentos internos (resultado de conflitos interiores) e acontecimentos externos. É nesta dinâmica interativa que aparecem os traumatismos fixadores que desempenham um papel fundamental na formação da personalidade que se modifica em função de três fatores: a hereditariedade genética, a herança cultural e os eventos e os riscos. É instigante examinar como a associação antagônica ou heterogênea da hereditariedade genética e a herança cultural permitem ao acontecimento-risco jogar um papel na formação do sistema biocultural que constitui um indivíduo humano [12].

A transgenia também revitalizou o principal fundamento da biologia evolucionista, o qual estabelece que as propriedades de um ser vivo não podem ser explicadas somente pelas suas estruturas moleculares, o que impede a redução da biologia às leis da física e da química. Holisticamente, é como se o “todo” fosse maior que a soma de suas partes [13]. As leis que determinam a preservação e a evolução da vida são de outra natureza. O que não impede que a biologia constitua um campo de conhecimento chave para explicar as relações entre o espírito e a matéria.

Nesta conjuntura, os alinhamentos plenos da ciência e da tecnologia com a indústria e o mercado puseram novas perspectivas à humanidade. Priorizou-se o mundo máquina dissociado de um ideal humanístico. Compreender a complexidade do homem exige não mutilar a condição humana. Pressupõe a fusão das representações simbólicas dos processos da natureza aos fundamentos civilizatórios multiculturais e universais. Põe novas articulações e utopias às ciências, às religiões e aos processos sustentáveis.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## 2. Ciência, religião e sustentabilidade; convergências e rupturas

A racionalização da natureza pôs problemas novos à religião. Problemas que se reverberaram em todas as dimensões socioculturais da humanidade.

Boderie [14] postula que a razão é a imagem ou o raio divino que brilha. Ele põe uma questão germinal: a divinização da razão. Por outro lado, David Ingram [15], baseado em Habermas, filósofo com fecundos estudos sobre a razão, especula “Que a transição da visão mitopoética para a cosmológica, religiosa e metafísica e as formas modernas de compreensão demonstra uma descentralização moral e cognitiva (...). Com a transição das civilizações arcaicas para as desenvolvidas ocorre uma ruptura decisiva e narrativas são substituídas por explicações que podem ser justificadas com argumentos. As religiões monoteístas abordam a realidade sob um só princípio unificador, demonstrando assim um forte impulso na direção do universalismo e da consistência lógica (...). Com o advento da modernidade, os princípios mais elevados (Deus, Ser ou Natureza) rendem-se aos princípios formais da razão discursiva (...). O mundo objetivo dos fatos não deve ser confundido com a natureza, da mesma forma que o mundo social não deve ser igualado à sociedade e à cultura.”.

Esta seção privilegia as seguintes questões: “Quais são as convergências e as divergências estruturantes entre as abordagens e as explicações da ciência e da religião sobre a criação do universo?”, “Quais são as rupturas nos processos explicativos sobre “O que é vida?”, e, “Quais são os nexos da sustentabilidade com a ciência e a religião?”. Não se têm respostas definitivas e consensuadas para estas questões; elas são complexas, polêmicas e contraditórias quando analisadas e confrontadas nos sistemas de representações religiosos e científicos [16].

Especula-se sobre a importância de se identificar um novo princípio central que ordene a inclusão do homem no mundo contemporâneo, numa concepção que se proponha sustentável, considerando que desde seu nascimento à morte, sua vida e suas contradições assim como suas relações gerais desenvolvem-se imbricadas em suas interações com os meios naturais e sociais [17]. Um princípio que articule sua existência física e ética com sua religiosidade numa perspectiva sustentável.

Os processos físicos, químicos e biológicos, em geral, não são sustentáveis. A evolução da natureza tem uma tendência de não sustentabilidade [18], isto é: registra a impossibilidade de se reproduzir no futuro réplicas idênticas de situações do presente. A sustentabilidade divina se contrapõe a não sustentabilidade científica, em todos os contextos históricos. Portanto, na perspectiva biológica, a vida não é sustentável, ela ‘viaja’ continuamente em direção à morte física. A divinização humana abre novas alternativas para este processo.

A origem do homem se entrelaça à criação da matéria primordial imbricada à história do nascimento e da evolução do cosmos, que é tipificado como universo. Portanto, compreender a história da matéria exige desvendar a história do universo imprimindo historicidade aos seus processos de formação e organização [19].

Por outro lado, na perspectiva religiosa, Deus criou o universo, a vida que o anima e, simultaneamente, todas as leis da natureza. A presença de Deus na humanidade é muito



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

impactante, independe do discurso e da razão. A filosofia da religião mostra a dificuldade e a complexidade em conceituá-lo. Ele é moldado em cenários que o apresenta como um ser pessoal, incorpóreo, onipotente, onisciente, onipresente, criador e mantenedor do universo, infinitamente bom, eterno e digno de adoração [20].

Há duas amplas “tradições europeias sobre a criação do universo”. A primeira, estabelecida a partir da cultura grega, põe a possibilidade de compreender a sua formação e a sua ordem, a partir da lógica e da razão humanas. A segunda tradição estabelece a criação do universo a partir de Deus, num momento definido do passado e ordenado segundo uma série de leis divinas pré-estabelecidas [21-22].

Estas duas tradições, a criação do universo segundo pré-condições materiais e energéticas estabelecidas no passado, e, àquela associada à ação de Deus possuem divergências e convergências de fundamentos e em seus mecanismos operacionais conforme será mostrado ao longo deste ensaio.

Christian de Duve, Prêmio Nobel de Medicina em 1974, apresenta especulações científicas fascinantes sobre a criação do universo [23]. Ele destaca a tese do biólogo Denton [24], segundo a qual o universo começou para abrigar a vida. Outros especialistas atribuem à criação do universo ao acaso da natureza. O químico inglês Peter Atkins [25] afirma que “o universo pode ter emergido do nada sem intervenção divina. Ao acaso.”. Para o cosmólogo inglês Martin Rees [26], “o universo é único, cognoscível conforme adaptado à vida, num conjunto gigantesco de universos. Produzido ao acaso.”. O físico americano Lee Smolin [27] considera esta mesma concepção, mas num contexto evolucionista. De imediato, a criação do universo põe duas novas questões: “De onde viemos?”, e “Para onde vamos?”.

A ciência tem acumulado importantes contribuições explicativas, embora não conclusivas, para estas questões. O russo Alexander Oparin foi o primeiro a explicar, em 1924, o problema da formação do primeiro organismo vivo. Em 1953, o químico Stanley Miller produziu em laboratório, um conjunto de experimentos que mostraram a possibilidade da origem da vida ser explicada em termos das leis da física e da química. Isto é: mostrou que é possível, por meio de sínteses orgânicas e em condições físicas adequadas, gerar as condições necessárias à produção da vida, sem as intervenções humana e divina.

A possibilidade de a vida ter se originado de um único ser vivo, de uma “protobactéria” inicial, ou, a hipótese de germes vivos terem sido enviados à Terra por outras civilizações mais avançadas que a nossa, ou finalmente, a previsão de existência de cenários físico-químicos menos complexos, mas suficientemente sofisticados para possibilitar a formação do primeiro ser vivo na Terra são teses polêmicas e muito reducionistas sobre a história da humanidade. A tese dos astrofísicos segundo a qual o universo contém um grande número de planetas com condições semelhantes às da Terra e, portanto, com grande possibilidade de existência de vida consciente ainda constitui uma hipótese factível [28], apesar de sua imponderabilidade.

A teoria evolutiva prevê que somos descendentes de seres pré-humanos e que a vida estabeleceu-se na Terra pelo menos há 3,5 milhões de anos. O surgimento da vida a partir da matéria inorgânica constitui uma ruptura que ainda se encontra fora do alcance explicativo da ciência. Este processo, segundo os biólogos, precisa ser complementado com novos conceitos tais como integração, padrão, função e sistema [29].

A posição da Terra no sistema solar e no universo, a sua dimensão física assim como sua distância do sol, as características de sua atmosfera, suas velocidades de translação e rotação, sua



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

composição material, sua diversidade geológica e os seus ciclos biogeoquímicos foram fatores determinantes ao florescimento e à evolução da vida em nosso planeta, independente de sua origem divina ou biológica.

Outra contribuição da ciência para se compreender estas questões foi a idealização do tempo. Segundo Schrödinger [30], três pensadores destacam-se neste processo: Platão, Kant e Einstein. Platão foi o primeiro filósofo a prefigurar a ideia de existência intemporal e a enfatizá-la, contra a razão, como realidade mais real que nossa experiência. Conforme sua teoria das formas e das ideias, nossa experiência nada mais é que a sombra da existência intemporal. Teoria que privilegia a abstração total, o raciocínio lógico puro, as simetrias e as geometrias numa perspectiva matemática intemporal. Kant também idealizou o espaço e o tempo. O ponto essencial foi formar a ideia que estas “estruturas” – mente ou mundo – podem assumir outras formas que ainda não podemos compreender e que não implicam as noções de tempo e espaço. Portanto, para Kant, existem outras ordens de aparência explicativas além das espaciais e temporais. Nesta perspectiva, ainda segundo Schrödinger, as possibilidades de ocorrência dos eventos guiados pelos processos de causa e efeito podem ser substituídas por alternativas intemporais, nas quais as noções de antes e depois carecem de sentido.

Einstein mostrou que energia pode ser convertida em matéria e vice-versa, indicando que a mesma é o “alicerce físico fundamental” do universo, num cenário cosmológico que privilegia as estruturas espaço-temporais que se encontram associadas entre si por meio da velocidade da luz.

Schrödinger, também, põe outra questão: “O que poderá existir após a morte?” A experiência forma a convicção que a sobrevivência humana não resiste à destruição do corpo, a cuja vida, como é conhecida, está inseparavelmente ligada. Portanto, nas experiências conhecidas - e que, necessariamente, ocorrem no espaço e no tempo - não há possibilidade de nada ocorrer após a morte. Entretanto, numa ordem de aparência em que o tempo não desempenhe nenhum papel, a noção de depois continua não tendo nenhum significado. Nesta condição não se pode garantir que exista alguma coisa após a morte, mas se podem remover os evidentes obstáculos para que se conceba esta possibilidade.

Neste novo marco epistemológico, as questões científicas podem potencializar a sustentabilidade plena sem contradições com a possibilidade de sustentabilidade divina.

A possibilidade de extinção da espécie humana devido à desestabilização ecológica do planeta se contrapõe à sua existência divina absoluta. Manter a perenidade da vida no planeta, em todas as suas dimensões, requer uma nova escala de necessidades e de valores dirigida à construção de uma nova relação existencial entre o homem e a natureza. Uma concepção estética de mundo e de processo civilizatório centrada em estruturas, sistemas e processos sustentáveis.

Nesta conjuntura, o conceito de sustentabilidade pode ser aplicado, *had hoc*, ao Universo e à Terra em suas totalidades, considerando-os como extensões, recíprocas, da existência humana compromissada com nosso futuro comum e num processo coletivo de compartilhamento material e espiritual. Gerando ações históricas que convirjam para a construção de um “ideário cósmico” de desenvolvimento econômico que tenha como foco central o paradigma da sustentabilidade, científico e espiritualizado.

Aspecto singular refere-se à reinvenção dos mitos da imortalidade, do mundo-paraíso, do universo-espetáculo e do mundo-fashion, elementos que movimentam o imaginário deste novo



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imagário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

quadro civilizatório. Elementos que, em ordem, têm como referências centrais as religiões, a Amazônia, a ciência e a mercadoria virtual como matrizes de significações simbólicas e que projetam a ecologia como o principal signo da modernidade.

Uma dimensão importante sobre o “papel” da sustentabilidade refere-se à existência de complexas diversidades culturais e biológicas no mundo. A construção de uma unidade política e religiosa que abarque estas diversidades culturais e históricas numa perspectiva sustentável põe-se como grande desafio para a humanidade.

Entretanto, as condições de operacionalidade da sustentabilidade consideram que a categoria ‘natureza’ é mais ampla e sofisticada que a noção de “meio ambiente”, o que exige novas metodologias para a análise de uma relação do tipo: homem-natureza-espírito.

As contínuas reinvenções das ciências e das técnicas e a conformação de novas matrizes ocupacionais impulsionam as metamorfoses da religião, criando novas estéticas civilizatórias no quadro de referência da sustentabilidade. Trata-se da recriação e da ressignificação de um novo diálogo entre ciência e religião, permeado por processos sustentáveis. Ciência e religião...

### 3. Ciência e religião: contornos e conflitos

Ciência e religião acumulam conhecimentos sobre o universo e o homem por meio de diferentes metodologias. A ciência tem como principal fundamento a razão, utilizada para formular hipóteses, generalizações e construir teorias legitimadas por testes e experimentos. As religiões constataam suas verdades por meio da revelação, da fé, da crença e da santidade. Apesar destas diferenças estruturantes, a maioria das inovações científicas e técnicas prévias à revolução científica foram realizadas por sociedades organizadas por meio de tradições religiosas. Max Weber enfatiza que as ciências modernas têm forte influencias das tradições judaico-cristã. Por estas razões elas se desenvolveram na Europa onde estas religiões floresceram, embora uma parte do método científico tenha sido formulada pela primeira vez por estudiosos islâmicos, e mais tarde por cristãos. O hinduísmo tem historicamente abraçado a razão e o empirismo, propugnando que a ciência constrói o conhecimento legítimo do mundo, embora seu alcance seja incompleto. Enquanto o pensamento Confucionista tem apresentado diferentes pontos de vista da ciência ao longo do tempo. Para maioria dos budistas, a ciência é interpretada como complementar às suas crenças [31]. Embora o “sagrado” seja uma construção social que não se reduz a nenhuma categoria racional.

É como se o processo de sacralização constituísse uma camada simbólica ‘nobre’ e ‘inatingível’ à razão e aos sentimentos humanos. A compreensão das rupturas entre os sistemas que comandam estes processos constitui desafio posto aos especialistas.

A universalidade e o contínuo avanço da ciência possibilitam sua crescente incorporação aos modelos de desenvolvimento econômico e humano de diferentes países, com impactos diretos nas crenças e nas religiosidades das pessoas, e vice versa. A literatura indica que a ciência atinge, atualmente, os seguintes números de adeptos religiosos: Cristianismo – 2 bilhões; Islamismo – 1,5 bilhão; Hinduísmo – 0,9 bilhão; Religiões chinesas – 0,4 bilhão; Budismo – 0,37 bilhão; Skihismo – 23 milhões; Judaísmo





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

– 15 milhões; Espiritismo – 12 milhões; Fé Bahá'í – 7 milhões; e, Confucionismo – 6 milhões [32].

Duas amplas questões explicativas instigam o confronto entre ciência e religião, a saber: “Quais é a origem do universo”; e, “O que é vida?”. Destas questões emergem inúmeras contradições e conflitos entre ciência e religião.

A aceitação pública de fatos científicos pode ser influenciada pela religião. Um grande segmento da sociedade americana rejeita a tese da evolução por seleção natural, especialmente em relação aos seres humanos, embora a Academia Nacional Americana de Ciências defenda o princípio que “as evidências da evolução podem ser totalmente compatíveis com a fé religiosa.”. Visão oficialmente endossada por muitos grupos religiosos mundiais.

Caso singular refere-se à interpretação simbólica das Gênesis – As origens – na Bíblia que mostra que Deus criou o mundo durante seis dias, correspondentes a 144 horas, em algum momento entre 6000 e 8000 a.C.. Esta interpretação criacionista relata, também, que todas as espécies de plantas e animais foram criadas neste mesmo intervalo de tempo [33] - denomina-se criacionismo, a crença religiosa que o universo, a Terra, a vida e a humanidade são criações de um agente sobrenatural. Este termo é, também, utilizado para se referir à rejeição, por motivação religiosa, de certos processos biológicos, particularmente a evolução das espécies.

Como caracterizar as divergências entre as interpretações científicas e religiosas sobre a criação do mundo? E sobre a criação e a evolução da vida?

Nos marcos das histórias da ciência e da religião é possível conceber novas formas de diálogo entre os seus pensamentos. A questão da idade do universo continua sendo um dos desdobramentos do debate criacionismo x evolucionismo. Qual é a idade do universo? Os estudos científicos indicam que o universo, desde o “Big Bang” até nossos dias, tem cerca de 13,7 bilhões de anos e que a Terra surgiu aos 4,5 bilhões de anos passados. E os biólogos defendem a tese que as espécies evoluíram ao longo de centenas de milhões de anos, principal ou completamente, por meio de processos de seleção natural [34]. Por outro lado, os relatos bíblicos projetam uma idade de 7000 anos para este mesmo universo.

Bramante [35] registra que Aryeh Kaplan menciona, em seu livro “Imortalidade, Ressurreição e Idade do Universo: uma Visão Cabalística”, a existência de ciclos sabáticos na cultura rabínica. Segundo Kaplan [36], existem sete ciclos sabáticos, conferindo ao mundo uma idade de 49000 anos. Kaplan identifica estudos rabínicos que atribuem 42000 anos ao universo quando Adão foi criado. Cita, também, outros estudos que, baseados na diferença entre anos terrestres e anos celestes, projetam a idade do universo como sendo da ordem de 15 bilhões de anos, idade próxima à prevista pela ciência e a Teoria do Big Bang.

Religião e ciência constituem diferentes sistemas de compreensão e interpretação do mundo. A ‘Teoria do Big Bang’ e a ‘Doutrina Cristã de Criação’ têm um objetivo comum: explicar a origem do nosso universo no decorrer do seu processo de secularização, ou seja, à medida que a ciência se consolida na cultura ocidental como uma forma específica de compreensão do mundo, e a interpretação cosmológica religiosa continua tendo crescente aceitação pela humanidade.

O estudo das histórias da ciência e da religião abre novas perspectivas para se compreender as relações entre ciência e religião no passado, além de indicar novos caminhos para tratar as suas contradições e polêmicas. A representação simbólica da



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

religião referente aos eventos cósmicos não impede a sua coexistência com as atuais teorias da astrofísica.

Entende-se que a ciência não deveria ter uma convivência conflituosa com a religião, pois esta prega bondade, justiça, honestidade, moral e a ética; referências que também deveriam nortear a ciência, como forma de explicar, transformar e aperfeiçoar a existência humana.

Há duas correntes filosóficas principais sobre a origem e a existência da vida: o dualismo e o monismo. O dualismo atribui duas características intrínsecas à matéria viva; a entidade material e o espírito, a alma ou uma entidade não material e invisível. Nesta concepção o ser vivo não resulta, somente, de um sistema organizado e comandado pelas leis da física e da química, e de suas relações com os ambientes e a sociedade. Enfatiza que o ser vivo é dotado de um sentido cósmico que é ponderado pela cultura. Após a morte, a alma passaria ao estágio sobrenatural, cuja estrutura se molda às diversas crenças que interpretam a vida dualista. Em algumas, o espírito passaria a existir num estado livre dos problemas do plano material. Em outras, o espírito seria reciclado e voltaria a “animar” um organismo, semelhante ou não, àquele que morreu; entre outras possibilidades.

Para os monistas, o Universo tanto pode ter sido criado num dado momento, como pode ter sempre existido. Dualistas e monistas não divergem muito no que diz respeito aos aspectos essenciais dessa discussão. No entanto, os materialistas tentam explicar o surgimento do Universo e sua expansão somente por meio de forças físicas e das propriedades termodinâmicas da matéria.

Conforme o dualismo, o Universo, as leis da natureza assim como todas as forças que animam a vida foram criadas por uma entidade divina. Processo de criação que, também, transformou o caos do Universo em compartimentos organizados no tempo e no espaço e com propriedades distintas, incluindo o aparecimento da vida. Por esta razão, associa-se ao dualismo o conceito do criacionismo, que representa um ato ou evento no qual Deus, ente sagrado, criou a matéria a partir do nada, por meio de um processo de ruptura.

O monismo interpreta a natureza estritamente do ponto de vista da física, da química, da biologia e da matéria, sem a intervenção de um componente espiritual. No monismo ou materialismo, o que se observa, direta ou indiretamente, é produto de interações físico-químicas e do comportamento de estruturas biológicas. Esse cenário também inclui a vida. A diferença mais perceptível entre o dualismo e o monismo é que este último generaliza certos princípios utilizados para se estudar um determinado fenômeno, os quais seguem o método científico.

Em consequência da forte aliança entre o monismo e o método científico, a visão materialista da natureza evita, quando possível, apelar ao criacionismo para uma explicação razoável para a evolução da vida e a própria história da matéria.

Foi desse modo que as ideias evolucionistas substituíram o criacionismo. No entanto, ainda há dificuldades. Verifica-se que a própria cosmologia, em uma de suas versões para a origem do Universo, apela para o criacionismo. Mas não é exatamente o criacionismo das doutrinas religiosas.

Esse ente físico da Teoria do Big Bang que a cosmologia designa de “singularidade” é simplesmente um dispositivo, um recurso inventado pelos cientistas, que constitui um arquivo ainda vazio da física. Um instante de opacidade total, um tipo de “insanidade” do tempo zero. No



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

ponto de vista lógico, o tempo zero é um instante dentro de um tempo que não existe ainda. Sob o ponto de vista físico é uma catástrofe conceitual. As leis da física ou da química não são plenamente aplicáveis neste ponto, onde as condições iniciais e as condições de contorno das equações matemáticas se tornam problemáticas devido aos valores infinitos (muito grandes) assumidos pela temperatura, massa, densidade, pressão e gravidade, com o tempo e o espaço tornando-se nulos. A teoria das cordas põem outros cenários para o Big Bang. Um deles é o cenário pré-Big Bang por meio do qual há possibilidade de uma fase anterior do universo antes do Big Bang. A transição e a ruptura entre estas fases, pré e pós-Big Bang, põem novas dificuldades à compreensão da história do universo [37], que ainda estão fora do alcance explicativo da ciência.

A criação do mundo a partir de um “ponto singular”, nela mesma, constitui uma ruptura com a razão e, também, com a sensibilidade humanas. Os físicos trabalham para legitimar cientificamente esta entidade física difusa e confusa. Os avanços das ciências da natureza serão importantes para eliminar as ambiguidades entre o criacionismo dualista e o evolucionismo no contexto da discussão da origem da vida. Nesta conjuntura, questões ‘Como surgiu vida na Terra?’, e, ‘O que é vida?’ põem várias especulações às ciências e às religiões.

Estas questões refletem a possibilidade de uma interação fecunda entre as ideias científicas e religiosas [38]. Há também a possibilidade de uma separação total entre elas, dependendo do grau de ruptura nos processos explicativos e nas realidades concretas e subjetivas das pessoas e das instituições. Por outro lado, o conhecimento e o poder eternos que Deus tem em suas ações, não nos impedem de fazer os nossos próprios planos dentro da esfera limitada do nosso poder.

Por milhares de anos os astrônomos visitaram os céus à busca de informação sobre o universo. Em 1912, o astrônomo americano Vesto Slipher constatou que as galáxias se distanciam da Terra em grandes velocidades. Essas observações são as primeiras evidências que o universo encontra-se em expansão. Em 1929, a Teoria do “Big Bang” foi confirmada por meio das observações do astrônomo Edwin Hubble. Este cientista também constatou que, por meio de forças físicas, as galáxias estavam se afastando da Terra e, simultaneamente, se distanciando umas das outras. Isso significa que o universo esta se expandindo em todas as direções, da mesma forma que um balão expande quando cheio com ar.

Posteriormente, o físico Leon Lederman [39] mostra, por meio de seu livro ‘The God’s particle’, que a física e a religião compartilham ideias: ambas projetam o monocriacionismo, segundo o qual o universo foi criado e permanece animado por uma única força poderosa. Similar à tese defendida pelas religiões monoteístas.

Grandy [40] registra que na década de 1930, o físico Niels Bohr generalizou a noção de incerteza intrínseca para outros campos de conhecimento. Em seu ensaio ‘Luz e Vida’, Bohr afirma que “(...) Em cada experimento em organismos vivos é gerada uma incerteza relacionada às condições físicas nas quais os mesmos estão submetidos. A ideia sugere que a liberdade mínima que se pode permitir ao organismo a este respeito é grande o suficiente para que o mesmo esconda seus últimos segredos do observador. Neste ponto de vista, a existência de vida deve ser considerada como um dado elementar que não pode ser explicado, e sim tomado como ponto de partida em biologia, em forma semelhante ao quantum de ação na física moderna, o qual aparece





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

como um elemento irracional no ponto de vista da mecânica clássica, e que em conjunto com a existência das partículas elementares, constitui a base da física atômica.”.

Da mesma forma que Bohr interpretava as manifestações contraditórias (partícula e onda) como opostos complementares, uma completa a outra, ele concebia que a vida e a não vida também se complementam. No contexto das controvérsias à época, no prefácio de seu livro “Bohr’s Atomic Theory and the Discription of Nature”, publicado em 1929, ele afirma que “(...) a mecânica quântica se aplica ao comportamento estatístico de um dado número de átomos em condições externas muito bem definidas, o que impede de definir o estado de um ser vivo em termos de medidas físicas.” [41].

Á semelhança de Kant, Bohr acreditava que a vida não pode ser reduzida às estruturas mecânicas, moleculares ou até mesmo genéticas. Nesta conjuntura, a convergência de novas abordagens científicas e religiosas em estudos dessa natureza também constitui um desafio posto aos especialistas.

William Lane Craig [42] apresenta seis cenários nos quais a ciência e a religião são mutuamente relevantes: “A religião fornece a estrutura conceitual em que a ciência pode florescer; A ciência é capaz tanto de contestar como de confirmar as afirmações da religião; A ciência encontra problemas metafísicos que a religião pode ajudar a resolver; A religião pode ajudar a decidir entre teorias científicas; A religião pode ampliar a capacidade explanatória da ciência; e, A ciência pode estabelecer uma premissa num argumento que tenha conclusão com importância religiosa.”.

Neste século, a linguagem ficcional e mecânica da ciência encontra-se entrelaçada às representações divinas e sensíveis da religião, para compor um novo quadro universal; um marco civilizatório movimentado pela sustentabilidade e que exige a presença da Amazônia.

#### 4. Breve conclusão - Amazônia; o mito da imortalidade e o sagrado

Grandes projetos científicos em curso na Amazônia demonstram a sua importância à estabilidade ecológica do planeta. Sua condição de maior biblioteca viva do planeta, em solo contíguo, e suas contribuições às estabilidades termodinâmica, química e física dos processos atmosféricos do planeta, com impactos diretos nas mudanças climáticas mundiais, reafirmam a sua importante participação no ciclo da vida no planeta. Definitivamente a Amazônia está imbricada aos destinos do homem e da humanidade [43].

O uso depreciativo da ciência e da tecnologia conspira contra a perenidade da espécie humana, embora elas sejam imprescindíveis para se construir as soluções factíveis contra este quadro trágico. A árvore do conhecimento subsumiu a árvore da vida, desestabilizando as relações do homem com a natureza. O mito dos “bem-aventurados”: natureza pródiga, saúde, harmonia e unidade e imortalidade está sendo desconstruído com a ruptura do eixo de comunicação entre as dimensões “celeste” e “terrena”. Caudatária da opção pela sabedoria e não pela imortalidade, a condição humana, atualmente, se encontra como refém dos sistemas econômicos que usam os processos científicos e religiosos, numa perspectiva niilista e privatista.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

No paraíso, após Deus ter concluído sua obra... “Tomou o homem e o colocou no jardim do Éden, para cultivar o solo e o guardar. Deu-lhe este preceito: ‘Podes comer do fruto de todas as árvores do jardim; mas não comas do fruto da árvore da ciência do bem e do mal; porque no dia em que comeres, morrerás indubitavelmente’”. (...) A serpente disse à mulher: “‘É verdade que Deus vós proibiu comer do fruto de toda árvore do jardim?’”. A mulher respondeu-lhe: ‘Podemos comer do fruto das árvores do jardim. Mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, Deus disse: ‘Vós não comereis dele, nem o tocareis, para que não morrais’.’ ‘Oh, não! – disse novamente a serpente – vós não morrereis! Mas Deus bem sabe que, no dia que dele comeres, vossos olhos se abrirão, e sereis como Deuses, conhecedores do bem e do mal.’” [44]. Possuidores do conhecimento do bem e do mal, Adão e Eva, perderam o segredo divino da vida eterna.

Desta matriz ocidental do confronto natureza versus cultura, de natureza judaico-cristã, emergiu um dos principais fundamentos do processo civilizatório ocidental: a busca do novo, da inovação, do diferente, do outro. O crescente distanciamento entre as realidades virtuais próprias da “condição humana” e o estado virtual edênico desdobrou-se numa relação “homem-natureza”, permeada por profundas contradições socioeconômicas, imbricadas aos processos históricos.

É neste estado complexo, no qual a Amazônia encontra-se imersa, que a ciência e a tecnologia se inserem; estado singular, diferente, com existência própria, situada entre o virtual e o real. Um estado dotado de um comportamento dual. Um “mundo fashion”, que com a participação do mercado, já se encontra impregnado no imaginário da humanidade. Um arquétipo que tem na Amazônia uma das principais referências da pós-modernidade [45]. Neste sentido, o “papel” do mundo na Amazônia está, também, relacionado com os nexos simbólicos que soldam esta região aos fundamentos da cultura ocidental.

Uma questão singular refere-se à sua significação teológica. A cultura judaico-cristã tem uma matriz, uma gênese ou origem do mundo centrada na condição perfeita perdida, o Paraíso.

A localização ficcional da árvore da vida, imortalidade, e da árvore da ciência, do bem e do mal, na Amazônia reserva um lugar especial às representações simbólicas mundiais nesta região.

Importância que se amplia à medida que os modelos de desenvolvimento econômico baseados no uso depreciativo da natureza entram em colapso.

Neste sentido é, também, importante investigar as articulações dos fenômenos religiosos com os processos ideológicos [46]. Esta perspectiva quando situada nos campos da sociologia, da antropologia e das ciências da natureza aplicados às diferentes concepções de sustentabilidade põe novas abordagens e formas de intervenção na realidade.

O cristianismo, o judaísmo e o islamismo têm origens comuns; compartilham muitos conceitos, valores e ensinamentos. Na concepção destas religiões o ser humano ocupa uma dimensão separada do resto da criação; ele tem um começo e um fim; é o guardião do ‘mundo’, incluindo a natureza. Religiões orientais, como o budismo e o hinduísmo, que pregam a paz, defendem o princípio que o homem é parte constituinte da natureza. Estas relações das religiões com a natureza e o homem potencializam a sua perenidade, que também pode ser traduzida como sua sustentabilidade centrada no homem-natureza-Deus-cultura.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
Manaus - Amazonas

No contexto das religiões, a natureza é uma entidade sagrada, que deve ser protegida e resguardada da extinção. Neste quadro civilizatório, os povos amazônicos reafirmam suas fusões intrínsecas com a natureza e os seus compromissos com a perenidade da vida e do planeta. As religiões não consideram a natureza como um obstáculo ao aperfeiçoamento do homem, ao contrário, elas pressupõem a condição humana como uma extensão delas. Criar os nexos entre as representações materiais e simbólicas mundiais que articulem as ciências e as religiões entre si e com a sustentabilidade na modernidade são desafios postos a todos.

## REFERÊNCIAS

- [01] M. C. da Silva, *Metamorfoses da Amazônia* (Editora Valer, Manaus, 2013), 2ª ed..
- [02] M. Freitas, [Amazonia: the nature of the problems and the problems of nature - International Review of Sociology - Revue Internationale de Sociologie](#) 12(3), 363-388 (2002).
- [03] W. Heisenberg, *La nature dans la physique*, (Gallimard, France, 2000).
- [04] E. Schrödinger, *Problemas da Física Moderna*, (Editora Perspectiva, São Paulo, 1990).
- [05] M. Born, *Nobel Lectures, Physics 1942-1962*, (Elsevier Publishing Company, Amsterdam, 1964).
- [06] P. Auger, In: L. Persson, *Pierre Auger - A life in the service of science - Acta Oncologica* Vol. 35, No. 7, 785-787 (1996).
- [07] A. Hurwic, *A Física*, (São Paulo, Editora Loyola, 1990), p. 13.
- [08] J. Silk, *O Big Bang – A Origem do Universo*, (Brasília, Editora UnB, 1988), tradução de Fernando Dídimo Pereira Barbosa Vieira, pp. 40, 83-117.
- [9] J.-F. Dortier, *Darwinisme: une pensée en évolution* (In: *Sciences Humaines*, nº 19, août-septembre, France, 2001), pp. 24-29.
- [10] F. Jacob, *Q'est-ce que la vie?* [In : *Michaud, d'Yves (Org.), Université de tous les savoirs, La Vie, vol. 4, Éditions Odile Jacob, Paris, 2002*].
- [11] E. Bitsaks, *La Nature Dans La Pensée Dialectique*, (L'Harmattan, France, 2001).
- [12] E. Morin, *Science avec conscience*, (Editions du Seuil, Paris, 1990), pp. 232-233.
- [13] C. Larrère e R. Larrère, *Du bon usage da la nature* (Alto Aubier, Paris, 1997).
- [14] G. F. Boderie, *Encycle des secrets de l'Eternité, 1571*, [Citê dans *Gorris, R. L'Encycle des secrets de l'eternite ou les secrets d'Uranie. In: Courcelles, D. (Ed.), D'un principe philosophique à un genre littéraire: les "secrets", Honoré Champion Éditor, Paris, 2005*], pp. 315-317.
- [15] D. Ingram, *Habermas e a razão dialética*, (Editora da UnB, Brasília, 1993), pp. 49-51.
- [16] C. Bertka and J. Miller, *A Primer on Science, Religion, Evolution and Creationism*, (Smithsonian National Museum of Natural History, Disponível em: <<http://humanorigins.si.edu>>. Acessado em 02 de Setembro de 2014).
- [17] W. Heisenberg, W., *Física e Filosofia*, (Editora da UnB, Brasília, 1987), traduzido por Jorge Leal Ferreira. Brasília, pp. 78-81.
- [18] W. Dab, *Santé et environnement*, (Coleção 'Que sais-je?', Puf, Paris, 2007).
- [19] M. Freitas, *Sustainability and modernity*, (Star America Books, Baltimore, 2014, forthcoming), pp. 68-74.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

- [20] M. Cassé, Le cosmos: conceptions et hypothèses, [In: Morin, Ed. (Ed.), Le défi du XXI siècle – relier les connaissances, Editions du Seuil, Paris, 1999], pp. 27-32.
- [21] A. C. Portugal, Filosofia da Religião, [In: Galvão, P. (Org.), Filosofia - uma introdução por disciplinas, Edições 70, Portugal, 2012).
- [22] P. Davies, Entrapercevoir l'esprit de Dieu, [In: Staune, J. (Ed.), Science et quête de sens, Presses de la Renaissance, Paris, 2005].
- [23] C. Duve, Les mystères de la Vie: y a-t-il "quelque chose d'autre"?, [In: Staune, J. (Ed.), Science et quête de sens, Presses de la Renaissance, Paris, 2005].
- [24] M. J. Denton, Nature's Destiny. How the Laws of Biology Reveal Purpose in the Universe, (The Free Press, New York, 1988).
- [25] P. Atkins, Four Laws That the Universe, (Oxford University Press, Oxford, 2007).
- [26] M. Rees, Before the Beginning, (Perseus Books, MA, USA, 1997).
- [27] L. Smolin, *The Life of the Cosmos*, (Oxford University Press, Oxford, 1977).
- [28] Jacob, F. Q'est-ce que la vie? Université de tous les savoir, La Vie, vol. 4, [In: d'Yves Michaud, d'Yves (Org.), Éditions Odile Jacob, Paris, 2002].
- [29] N. Murphy, Ação divina, emergência e explicação científica, [In: Harrison, P. (Org.), Ciência e Religião, Editora Ideias & Letras, São Paulo, 2014], Traduzido por Eduardo Rodrigues da Cruz.
- [30] E. Schrödinger, O que é vida? (Editora Unesp, São Paulo, 1992), Traduzido por Jesus de Paula Assis e Vera Y. K. de Paula Assis.
- [31] F. Capra, O Tao da Física: um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental, (Editora Cultrix, São Paulo, 1986).
- [32] C. Fortino, (Editor) *O Livro das religiões*, (Editora Globo, São Paulo, 2014).
- [33] *Genêsis – as origens*, (In: *Bíblia Sagrada*, Editora Ave-Maria, São Paulo, 2012), 198ª Edição, pp. 1-11.
- [34] C. Darwin, A origem das espécies, (Publicações Europa América, São Paulo, 2009).
- [35] S. Bramante, Ciência e religião interagem e explicam a existência do universo, (Disponível em: <<http://www.leituraescritura.com>>. Acessado em 04 de Agosto de 2014).
- [36] A. Kaplan, Imortalidade, Ressurreição e Idade do Universo: uma Visão Cabalística, (Editora Sefer, São Paulo, 2004).
- [37] W. R. Stoeger, Deus, a Física e o Big-Bang, [In: Harrison, P. (Org.), Ciência e Religião, Editora Ideias & Letras, São Paulo, 2014], Traduzido por Eduardo Rodrigues da Cruz, pp. 221-240.
- [38] A. Einstein, Einstein: Ideas and Opinions, (New York Times Magazine, New York, 1930).
- [39] L. Lederman, The God's Particle, (Dell Publishing, USA, 1985).
- [40] D. A. Grandy, *Quantum Uncertainty, Quantum Play, Quantum Sorrow. Cosmos and History: The Journal of Natural and Social Philosophy, Vol. 4, N. 1-2, 202-210 (2008)*.
- [41] N. Bohr, Bohr's Atomic Theory and the Description of Nature, (Cambridge University Press, Cambridge, 1929)
- [42] W. L. Craig, What is the Relation between Science and Religion? (Disponível em: <<http://www.reasonablefaith.org/what-is-the-relation-between-science-and-religion>>. Acessado em 23 de Outubro de 2014).
- [43] M. Freitas and M. C. Silva Freitas, Sustainability, Amazonia and environment: propositions and challenges - International Journal of Environmental Studies, Vol. 70, N. 4, 467-476 (2013).

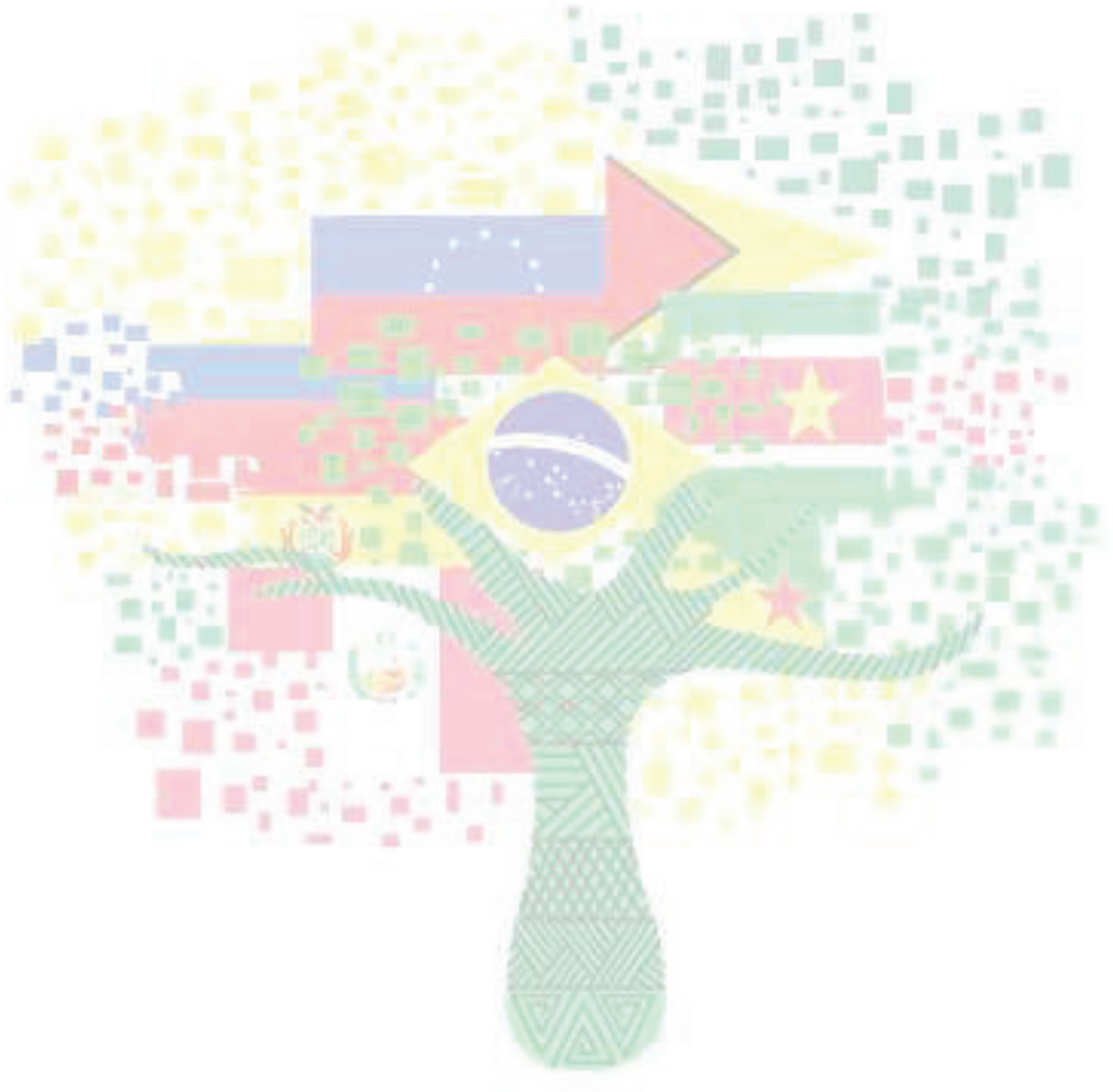


II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

[44] *Genêsis – as origens*, (In: *Bíblia Sagrada*, Editora Ave-Maria, São Paulo, 2012), pp. 50-51.

[45] M. Freitas and M. C. Silva Freitas, *Sustainability: Man-Amazonia-World*, Paperback Edition, (America Star Books Publisher, Baltimore, 2013), pp. 126-132.

[46] E. Durkheim, *as Formas Elementares da Vida Religiosa*, (Editora Martins Fontes, São Paulo, 2003).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## COMPLEXIDADE E TOTALIDADE: BREVE COMPARAÇÃO ENTRE O CONCEITO DE COMPLEXIDADE EM MORIN E A CATEGORIA TOTALIDADE EM MARX

## COMPLEJIDAD Y TOTALIDAD: BREVE COMPARACIÓN ENTRE EL CONCEPTO DE COMPLEJIDAD EN MORIN Y LA CATEGORÍA TOTALIDAD EN MARX

Geraldo Magela Daniel Júnior<sup>1</sup>  
 Magelaufam70@gmail.com  
 Heloísa Helena Corrêa da Silva<sup>2</sup>  
 heloisacorrea85@hotmail.com

### Resumo

O objetivo deste artigo é efetuar breve comparação entre a ontologia (concepção de mundo) materialista dialética marxiana e a ontologia subjacente à proposta de Edgard Morin de um novo paradigma, designado de “pensamento complexo”, para a atividade científica. Para isso, após apresentar as razões que o motivaram, procura definir, sucintamente, a proposta de um pensamento complexo em Morin. Em seguida, faz uma análise da aparente similitude entre a ideia de complexidade em Morin e a ideia de totalidade em Marx. Na sequência, expõe a concepção de realidade que serve de fundamento à proposta do pensamento complexo de Morin, em contraste com a mesma concepção no pensamento de Marx. Por fim, a título de encerramento, apresenta brevemente as implicações heurísticas e políticas da proposta epistêmica da complexidade.

**Palavras-chave:** Epistemologia; Marxismo; Pensamento complexo

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é efetuar breve comparação entre a ontologia (concepção de mundo) materialista dialética marxiana e a ontologia subjacente à proposta de Edgard Morin de um novo paradigma para a ciência, designado de “pensamento complexo”. Sua justificativa reside no fato de seu autor – marxista pela constatação da densidade teórica e da capacidade heurística, ainda sem paralelos no interior das ciências humanas, do

<sup>1</sup> Professor do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Mestre em Ciências da Educação pelo Instituto Latinoamericano y Caribeño (IPLAC/CUBA), Doutorando em Sociedade e Cultura da Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e bolsista do programa RH-Interiorização da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

<sup>2</sup> Professora Doutora e Pós doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Programa de Estudos pós Graduados em Serviço Social. Orientadora de Mestrado e Doutorado no Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

materialismo dialético – ser doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no qual o pensamento de Morin goza de grande prestígio, servindo de baliza metodológica para parcela significativa de atividades e de trabalhos de conclusão (dissertações e teses) do PPGSCA. O autor, que ao optar por fazer seu doutoramento no PPGSCA o fez em razão do objeto (a sociedade e a cultura na Amazônia) sobre o qual se debruçam as atividades de ensino e pesquisa do Programa<sup>3</sup>, mas discordando da abordagem epistêmica “complexa” que predomina no interior do PPGSCA, se sente então, por diligência com o fazer teórico-científico, na obrigação não somente de apresentar publicamente as razões de sua recusa à proposta epistêmica hegemônica no PPGSCA, mas também de provocar o debate a respeito das opções teóricas capazes de efetivamente fazer avançar o conhecimento crítico sobre as realidades sociais amazônicas. Este artigo é, pois, uma primeira sistematização manifesta das razões de uma recusa ao “pensamento complexo” de Morin e um convite inicial ao debate no interior do PPGSCA.

Devido à extensão da obra de Morin e ao fato de sua proposta teórica tomar por alicerce teorias científicas provenientes das ciências da natureza (física quântica, cibernética etc.)<sup>4</sup>, das quais o investigador dos fenômenos humanos possui, normalmente, apenas um conhecimento básico, a empreitada à qual se dedica este artigo requer, para ser feita com retidão, uma disponibilidade de tempo que o estudante de pós-graduação apenas dispõe para aquilo que é o objeto de sua pesquisa de mestrado ou doutorado – o que não é o caso da pesquisa de doutoramento deste autor. A extensão e o fôlego requeridos pela tarefa, todavia, não devem servir de pretexto para a sua elisão. Uma análise propedêutica, com base em textos aos quais Morin atribui objetivos de apresentação e/ou introdução ao seu pensamento, é perfeitamente legítima.

Assim, ciente de suas limitações, mas convicto não apenas de sua necessidade como também de sua legitimidade, a título de ponderações preliminares a demandar por

<sup>3</sup> Nascido em Teresina-PI e nela residente até o ano de 2004, o autor, no entanto, se transferiu para o Estado do Amazonas no ano de 2007 para assumir o cargo de professor no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) da UFAM, em Parintins-AM, com o propósito de viver e trabalhar no Estado do Amazonas, dirigindo seus interesses intelectuais às questões sociais da região que, a partir daquele momento, lhe serviria de lar.

<sup>4</sup> Trata-se, como será apresentado adiante, de uma proposta para o saber em geral, incluso o saber sobre os fenômenos histórico-culturais, que ignora o rico debate epistemológico-metodológico até agora desenvolvido pelas ciências humanas, pautando-se nos desenvolvimentos teóricos das ciências da natureza.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

aprofundamentos posteriores, o presente trabalho empreenderá, em contraste com o materialista dialético marxiano, uma análise da ontologia subjacente à proposta paradigmática do “pensamento complexo” de Edgard Morin, a partir de três textos da lavra de Morin que possuem o caráter de introdução ao seu pensamento.

O primeiro, “Problemas de uma epistemologia complexa”, é o capítulo inicial do livro *O problema epistemológico da complexidade* (MORIN, s/d), obra que apresenta o conteúdo de um encontro realizado em Lisboa em novembro de 1983, promovido pela editora Europa-América, no qual Morin discute, com professores de diferentes áreas do conhecimento, o pensamento complexo. O capítulo em questão corresponde à conferência de abertura do encontro, na qual Morin expõe sucintamente, para os professores presentes, o pensamento complexo.

O segundo, “Por uma reforma do pensamento” (MORIN, 2010b), foi escrito para uma conferência proferida no “Colóquio Reforma do Pensamento e Sistema Educativo”, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em Paris, no ano de 1994, e publicado no Brasil numa coletânea sobre o pensamento complexo organizada por Alfredo Pena-Vega e Elimar Pinheiro do Nascimento, sob o título *O pensar complexo: Edgard Morin e a crise da modernidade* (PENA-VEGA e NASCIMENTO, 2010).

Por fim, o terceiro, *Introdução ao pensamento complexo* (MORIN, 2011), se constitui numa coletânea de textos de Morin, revistos, corrigidos e parcialmente modificados por ele para publicação, em 2005, na forma de coletânea introdutória à problemática da complexidade. O conjunto dessas obras será analisado, objetivando a comparação à luz do materialismo histórico.

Para subsidiar e/ou aprofundar a análise dos textos supracitados, este estudo também fez uso das seguintes obras: *Meu caminho* (MORIN, 2010a), um conjunto de treze entrevistas concedidas por Morin à Djénane Tager em 2008, que trata do percurso existencial e teórico de Morin; *O método 3: o conhecimento do conhecimento* (MORIN, 1999), volume da obra magna de Morin (*O método*, em seis volumes, escrita ao longo de trinta anos e dedicada a constituição e fundamentação do pensamento complexo) no qual o pensador francês, já tendo analisado a natureza e a vida nos volumes I e II, respectivamente, debruça-se diretamente sobre a problemática do conhecimento humano.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

A estruturação do texto compreenderá três pequenas seções. Na primeira, procura-se definir o pensamento complexo. Na segunda, faz-se uma rápida análise da aparente similitude entre a ideia de complexidade em Morin e a ideia de totalidade em Marx. Na terceira, apresenta-se a concepção de realidade que serve de fundamento à proposta do pensamento complexo, em contraste com a mesma concepção no pensamento de Marx. Por fim, à título de considerações finais, procura explicitar as implicações heurísticas e políticas que derivam da análise empreendida.

### O que é o pensamento complexo

Segundo Morin, o termo complexidade deriva da palavra *complexus*, de origem latina, que significa literalmente “o que é tecido em conjunto”. A ideia de complexidade remete para um traço fundamental da realidade: a articulação e interação de todas as coisas. Nos termos de Morin (2011, p. 13): “a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico”.

O pensamento complexo é, então, aquele que procura restabelecer no espírito humano a natureza complexa do real, em oposição ao pensamento científico clássico, cartesiano, “simplificador”, que “visa a conhecer isolando seu objeto, ignorando, portanto, o que o liga ao seu contexto e, mais amplamente, a um processo ou a uma organização global”. É o pensamento que “procura situar seu objeto na rede à qual ele se encontra conectado”, que “objetiva conhecer o que liga ou religa o objeto a seu contexto, o processo ou organização em que ele se inscreve” (MORIN, 2010, p. 190). Seu princípio fundamental fora estabelecido por Blaise Pascal, ainda no século XVII:

Como todas as coisas são causadas e causantes, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas e todas se acham entrelaçadas por um vínculo natural e insensível que liga as mais afastadas e as mais diferentes, considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, assim como conhecer o todo sem conhecer, particularmente, as partes (PASCAL, apud MORIN, 2010, p. 07).

### Complexidade e totalidade

A ideia moriniana de complexidade, conforme apresentada acima, possui patente similitude com a concepção marxiana de totalidade, a qual, para fazer justiça, Marx deve à Hegel. Com efeito, também Marx advoga como condição do conhecimento a inserção dos fenômenos na totalidade real na qual eles se encontram insertos. Como bem frisou





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Lukács (2003, p. 105), o traço distintivo do método materialista dialético de Marx é o predomínio da perspectiva da totalidade, e não a preponderância de motivos econômicos. Portanto, do mesmo modo que o pensamento complexo de Morin, o método dialético marxiano exige a inserção do objeto de pesquisa no contexto do qual ele é parte; impõe, para citar novamente Lukács (2012, p. 338), que “todo fato deve ser visto como parte de um complexo dinâmico em interação com outros complexos”.

Sob essa similitude aparente, todavia, repousam duas divergências essenciais entre a ideia de complexidade em Morin e a categoria totalidade do materialismo histórico-dialético de Marx.

Primeiro, a ideia de complexidade refere-se a toda a realidade, isto é, abrange o mundo físico, o mundo biológico e o mundo cultural. A categoria totalidade, por sua vez, na pena de Marx, diz respeito apenas ao mundo cultural, não obstante as problemáticas tentativas posteriores, iniciadas por Engels (1979) em *O Anti-Dühring*, de extensão do materialismo dialético para a análise do mundo físico-químico e biológico<sup>5</sup>.

Segundo, é pela consideração de desenvolvimentos teóricos em campos disciplinares das ciências da natureza (física da relatividade, física quântica, teoria dos sistemas, ecologia, teoria da informação e cibernética) que Morin chega à conclusão de que a realidade, em bloco, tem por característica essencial a complexidade. Já a concepção marxiana da realidade social como totalidade é oriunda da análise dos processos histórico-sociais à luz de categorias teórico-metodológicas oriundas da filosofia de Hegel, do pensamento político socialista francês e da economia política inglesa.

Essa segunda distinção entre a complexidade de Morin e a totalidade de Marx é de extrema importância, pois revela, sob a similitude entre complexidade e totalidade, diferentes concepções de mundo. Embora tanto o conceito de complexidade como o de totalidade aponte para realidades constituídas por uma diversidade de elementos em interação, forjando sistemas, o âmago destes, quando respeitantes ao mundo social, de modo algum é o mesmo quando pensado em termos de complexidade ou em termos de totalidade. Ao tempo em que, para Marx, os fenômenos sociais se apresentam como

<sup>5</sup> Sobre o deslocamento do materialismo dialético para as ciências naturais, vale consultar os verbetes “Dialética da natureza” e “Materialismo histórico”, no Dicionário do pensamento marxista (BOTTOMORE, 1988); o singelo, mas abalizado, opúsculo *Escritos metodológicos de Marx* (VIANA, 2007); por fim, o artigo “A dialética como método e filosofia no último Engels” (MUSSE, 1997).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

totalidade em razão da natureza dos processos constitutivos do ser social, em especial o trabalho (cf. MARX, 1985; MARX e ENGELS, 1989), Morin concebe a complexidade dos fenômenos humanos como uma extensão da complexidade que reina na natureza (cf. MORIN, 1999, 2010a, 2010b, 2011, s/d).

Na seção abaixo, essas distintas concepções ontológicas serão melhor desenvolvidas.

### Fundamentos ontológicos do pensamento complexo e do materialismo dialético

Como já assinalado, a obra magna do pensamento complexo, na qual Morin procura constituir e fundamentar a sua proposta epistêmica, é *O método*. Neste, logo em seu primeiro volume, *A natureza da natureza* (2008), Morin explicita a concepção de realidade da qual deriva o pensamento complexo: o mundo físico, tal como ele estava sendo visualizado pelos desenvolvimentos teóricos da física a partir do século XX.

Conforme escreve em *Introdução ao pensamento complexo*:

A complexidade chegou a nós, nas ciências, pelo mesmo caminho que a tinha expulsado. O próprio desenvolvimento da ciência física, que se consagrava a revelar a Ordem impecável do mundo, seu determinismo absoluto e perpétuo, sua obediência a uma Lei única e sua constituição de uma forma original simples (o átomo) desembocou finalmente na complexidade do real. Descobriu-se no universo físico um princípio hemorrágico de degradação e de desordem (segundo princípio da termodinâmica); depois, no que se supunha ser o lugar da simplicidade física e lógica, descobriu-se a extrema complexidade microfísica; a partícula não é um primeiro tijolo, mas uma fronteira sobre uma complexidade talvez inconcebível; o cosmos não é uma máquina perfeita, mas um processo em vias de desintegração e de organização ao mesmo tempo (MORIN, 2011, p. 14).

Importa observar que a revolução nos fundamentos da *Physis* provocada pela física da relatividade e pela física quântica, a rigor, significa uma modificação no nosso modo de compreender os fenômenos físicos na escala do infinitamente grande (o universo) e do infinitamente pequeno (os átomos, as partículas atômicas). Todavia, a física da relatividade e a física quântica não atingem os fenômenos físicos intermediários com os quais lidamos em nossas experiências cotidianas. Ao mesmo tempo, não conduzem a nenhuma modificação significativa no entendimento da vida, muito menos na interpretação da história, da sociedade e da psicologia humana. Conforme escreve o físico brasileiro Marcelo Gleiser (2014, p. 210-1), “somos entidades quânticas”, nós humanos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

e tudo o que existe, pois tudo é constituído por átomos. “Nossa essência quântica, porém, é tão sutil que podemos considera-la essencialmente irrelevante. O mesmo para árvores, carros, sapos e amebas”. Morin, no entanto, de maneira aparentemente incauta, deduz da teoria física moderna, à qual agrega conceitos oriundos da teoria dos sistemas, da ecologia, da cibernética e da informática, os princípios que constituem a base da sua interpretação “complexa” do mundo, incluído o mundo social humano. Ele escreve:

As noções de física e de biologia não devem ser reificadas. As fronteiras do mapa não existem *no* território, mas *sobre* o território, como os arames farpados e os aduaneiros. Se o conceito de física se amplia, se complexifica, então tudo é física. Eu digo então que a biologia, a sociologia, a antropologia são ramos particulares da física; do mesmo modo, se o conceito de biologia se amplia, se complexifica, então tudo o que é sociológico e antropológico é biológico. A física e também a biologia param de ser redutoras, simplificadoras e tornam-se fundamentais (MORIN, 2011, p. 37).

Conforme exposto, Morin estabelece um contínuo ontológico entre o mundo físico, o mundo biológico e o mundo cultural. Ainda que não reduza o mundo biológico e o mundo cultural ao mundo físico<sup>6</sup>, Morin, no entanto, encapsula tanto a biologia como a cultura na física, na medida em que identifica na *Physis* princípios estruturadores que se fazem presente, de modo fundamental, além do mundo inanimado, nas manifestações da vida e no mundo dos homens. Conforme ele diz, o núcleo do seu pensamento é a *physis*, “universo material, cujo conhecimento libera os conhecimentos sobre a vida e sobre a humanidade” (MORIN, 2010a, p. 222).

Portanto, para Morin, ainda que plural, o mundo é um só tecido<sup>7</sup>, do qual a matéria (“quântica”, em sua essência) é o elemento constitutivo fundamental, elemento este que outorga ao mundo princípios estruturadores imanentes a todas as suas formas de manifestação.

É importante destacar que essa ideia de homogeneidade ontológica serve, na estrutura lógica do pensamento de Morin, de esteio para a proposta de uma epistemologia complexa com validade tanto para as ciências físicas como para as biológicas e as culturais. Somente a partir de uma realidade considerada em essência homogênea é que se torna legítimo uma unidade metodológica entre as diferentes ciências, conforme a

<sup>6</sup> Longe de operar com reduções simplificadoras, Morin faz, em sua obra, uma denúncia contundente do caráter redutor e simplificador da ciência tradicional, ao tempo em que enfatiza as propriedades distintivas da biologia e da cultura em relação matéria inanimada.

<sup>7</sup> Unidade e pluralidade fazem parte da natureza complexa, contraditória, da realidade, segundo Morin.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

proposta epistemológica de Morin. Esta unidade metodológica entre as ciências implica, por sua vez, para as ciências da cultura, uma condição subsidiária, em alto grau, em relação às ciências da natureza, em especial a física, pois o contínuo ontológico entre realidade física, realidade biológica e realidade cultural significa a inexistência, no real, de saltos ontológicos que justifiquem métodos científicos de investigação distintos para ciências que investigam diferentes dimensões da realidade, ao tempo em que a primazia da realidade física em relação à realidade biológica e a realidade cultural confere às ciências do mundo físico o caráter de “ciências mãe”.

Marx, por seu turno, não investiga a problemática da natureza em si, considerando-a apenas no âmbito de suas relações com a humanidade. Em outras palavras, sobre a natureza em sua existência objetiva, da qual o homem é parte, Marx tão somente pressupõe a sua essência material (em oposição ao idealismo hegeliano, que destituía a natureza de sua existência em si e afirmava-a apenas como manifestação alienada do Espírito<sup>8</sup>) e seu caráter dinâmico, histórico, para, a partir daí, debruçar-se sobre aquilo que é o seu objeto: o mundo dos homens (mundo da cultura)<sup>9</sup>. Nos termos de Quaini (1979, p. 44-5):

Marx não se interessa pela natureza como problema filosófico, ontológico (como *filosofia prima*) e portanto abstrato e metafísico, mas somente no terreno da assim chamada história universal [...]

Em outras palavras, Marx interessa-se pela natureza antes de mais nada como um momento da práxis humana, porque “a natureza tomada abstratamente, em si, separada do homem, é nada para o homem”.

Analisando a obra de Marx, Foster (2010), consistentemente, defende – inclusive pelo exame detido do estudo que Marx (1979) fizera do pensamento de Epicuro em sua tese de doutorado – que a concepção de natureza em Marx é, em essência, originária de Epicuro. Com efeito, Epicuro foi o primeiro pensador a defender um mundo natural

<sup>8</sup> Nos termos do próprio Hegel: “a natureza é a ideia absoluta, na forma da alteridade, da objetividade indiferente, exterior, da efetivação concreta, individualizada, de seus momentos, isto é, a essência absoluta na determinação da imediatidade, em relação à sua mediação. O vir-a-ser da natureza é um vir-a-ser na direção do espírito” (apud CORBISIER, 1991, p. 62).

<sup>9</sup> Existem, em língua portuguesa, pelo menos duas obras dedicadas à análise da categoria “natureza” em Marx: *Marx e a natureza em ‘O capital’* (DUARTE, 1995) e *A ecologia de Marx: materialismo e natureza* (FORSTER, 2010). De modo mais sintético, é possível consultar, com proveito, o verbete “natureza” do *Dicionário do pensamento marxista* (BOTTOMORE, 1988) e a seção intitulada “O conceito de natureza e a relação natureza-história” do capítulo III (“Materialismo histórico e geografia”) de *Marxismo e geografia* (QUAINI, 1979).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

(material) em que tudo é interdependente, dinâmico e isento de teleologia (seja na forma de intenções sobrenaturais, divinas, como nas religiões, ou de causas finais imanentes, como na filosofia aristotélica). Posteriormente, demonstra igualmente Foster, Marx encontraria também em Darwin arrimo teórico para a sua perspectiva em filosofia natural, sobremaneira no que dizia respeito à sua (de Marx) concepção dinâmica (histórica) de natureza – o que o levou a escrever a Engels, em 1860, após a leitura de *A origem das espécies* (Darwin, 1979): “este é o livro que contém a base para a nossa visão em história natural” (MARX, apud FOSTER, 2010, p. 274), respondendo à carta anterior, de dezembro de 1859, na qual Engels (apud FOSTER, 2010, p. 274), se antecipando à Marx na leitura de Darwin, informa ao amigo: “até hoje nunca houve uma tentativa tão grandiosa de demonstrar a evolução histórica na natureza, e certamente tão bem sucedida”.

Objeto exclusivo da investigação marxiana, a realidade cultural, ainda que radicada, em última instância, nas formas de apropriação da natureza pelo homem – o que converte a natureza em precondição irrevogável da existência humana – é interpretada por Marx como radicalmente distinta da realidade natural (mundo da *physis* e da *bíos*), em razão do fato daquela (realidade cultural) não ser um mundo dado, mas um mundo construído pelo próprio homem. A atividade mediante a qual os homens satisfazem suas necessidades biológicas e reproduzem sua existência material, o trabalho, diferente das outras formas de atividade existentes no reino animal, é uma atividade criadora, pela qual é modificado o ambiente vital humano (através da criação de ferramentas e objetos em geral) e o próprio homem (mediante o desenvolvimento de faculdades engendradas ou pelas próprias ações exigidas pelo trabalho ou pelo uso daqueles que são os produtos do trabalho). O mundo humano é, assim, um produto a atividade do homem; é um mundo que não é dado como a *physis* e a *bíos*, mas que é construído e reconstruído, continuamente, pelos homens<sup>10</sup>.

A emergência da cultura é, pois, para Marx, a irrupção de um salto ontológico, posto que, no mundo da cultura, determinações novas, distintas das que opera na *physis* e na

<sup>10</sup> Relevante salientar que, ao analisar de forma materialista a realidade humana, ou seja, ao abordar o mundo da cultura a partir das condições materiais e das relações sociais mediante as quais as sociedades produzem e reproduzem sua própria existência, Marx chega ao entendimento de uma condição, nas sociedades nas quais predomina o modo capitalista de produção, de alienação dos homens em relação a vários fatores de sua existência social, dentre os quais se encontra a própria natureza. Em outros termos, a análise materialista marxiana da vida social humana conduz à percepção de um estado de alienação, nas sociedades capitalistas, no qual se faz presente, também, a alienação dos homens em face da condição material última de suas existências, isto é, a própria natureza.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

*bíos*, se fazem presentes. Produtos espontâneos da natureza, *physis* e *bíos* são regidos por relações existentes na própria natureza (relações necessárias). Produto da atividade consciente do homem, o mundo da cultura é regido não por relações imanentes a natureza e que, por isso, possuem o *status* de relações necessárias. De outro modo, o mundo da cultura é regido por determinações que emanam do fazer consciente dos homens, portanto, determinações que são sociais e, assim, não são necessárias.

É evidente que o progressivo desenvolvimento do ser social na história, decorrente do caráter consciente e cumulativo das criações humanas, não suprime a condição natural primeira dos homens. Todavia, na medida em que ocorre o desenvolvimento histórico-cultural, as determinações naturais do ser dos homens vão perdendo terreno para as determinações que resultam do mundo cultural engendrado pelas próprias ações humanas. Em outras palavras, os determinantes que agem sobre o viver dos homens vão se tornando cada vez mais sociais, fazendo recuar a influência da natureza. Como escrevem Netto e Braz (2008, p. 38):

Constituindo-se a partir dela [natureza], o desenvolvimento do ser social faz com que ela perca, cada vez mais, a força de determinar o comportamento humano: o que é próprio do desenvolvimento do ser social consiste, sem eliminar a naturalidade do homem, em *reduzir* o seu peso e a sua gravitação na vida humana – quanto mais o homem se humaniza, quanto mais se torna ser social, tanto menos o ser natural é determinante em sua vida.

Será justamente o salto ontológico referido acima que demandará, das ciências que estudam os fenômenos humanos, um estatuto epistêmico diverso daquele que impera nas ciências da natureza, pois a investigação de fenômenos em essência distintos (fenômenos da natureza X fenômenos sociais; fenômenos dados X fenômenos construídos; fenômenos que obedecem a determinações da natureza e que, por isso, são independentes do agir dos homens X fenômenos que obedecem a determinações postas pelos homens, determinações que derivam do agir dos homens) exige, para a apreensão de suas respectivas essências, de metodologias de investigação distintas.

A ontologia de Marx, portanto, refere-se apenas ao ser social, e não à *physis* e à *bíos*. No que toca a estes, Marx – como já assinalado – apenas enfatiza a sua essência material, o seu caráter dinâmico e a sua condição de “substrato material [...] indissolivelmente ligado pelo trabalho [...] à sociedade humana” (DUARTE, 1995, p.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

55)<sup>11</sup>. Para Marx, conforme exposto, o mundo social é construído pelos homens, a partir do trabalho, que se constitui na atividade fundante da cultura e no modelo paradigmático (prévia ideação – ação – produto da ação – avaliação da ação pela comparação entre o produto final e o modelo ideal inicial que pôs o objetivo e guiou a ação) do agir dos homens. Produto do trabalho, o mundo social vai se desenvolvendo na história, paralelamente a ampliação das formas de atividade humana (práxis) e de seus respectivos produtos. Conseqüentemente, a natureza vai progressivamente recuando, apesar de não poder ser suprimida, do viver dos homens. Tal fato significa que na cultura, distintamente da *physis* e da *bíos*, as determinações naturais perdem relevância e assumem primazia as determinações sociais, determinações que derivam do próprio fazer humano.

Desse modo, a partir da perspectiva teórica marxiana (e contrastando com o pensamento complexo de Morin), os fenômenos naturais e as leis da natureza se tornam secundários para a compreensão dos fenômenos humanos: que importância possui a relatividade tempo/espaço no cosmos ou a indeterminação da posição e da velocidade das partículas ao nível quântico para a compreensão do fracasso das experiências comunistas no leste europeu, a explicação da crise de legitimidade do sistema político brasileiro contemporâneo ou a determinação dos fatores que influenciam a constituição de cada psicologia individual humana? Os fenômenos humanos possuem o seu próprio nicho ontológico e o seu estudo requer uma metodologia apropriada, distinta daquela que é utilizada para o estudo da natureza.

Uma observação necessária: importante não confundir métodos com técnicas de investigação. Estas últimas dizem respeito, simplesmente, aos procedimentos adotados para a observação do objeto, para a coleta de dados. O método é bem mais amplo e se refere ao enquadramento teórico do objeto, a partir de uma visão de mundo (ontologia), visão de homem (antropologia) e visão de conhecimento (epistemologia). Assim, este artigo está pontuando um aspecto da diferença metodológica entre o pensamento complexo e o materialismo dialético (suas respectivas concepções ontológicas), e não simplesmente diferenças entre procedimentos de investigação.

<sup>11</sup> Importante reiterar, desta feita nos termos de Foster (2010, p. 164): “não houve nenhum lugar na análise de Marx em que o domínio da natureza exterior tenha sido simplesmente ignorado. Porém, ao desenvolver o materialismo histórico, ele tendeu a mencionar a natureza apenas no limite em que ela era incorporada à história humana [...] Neste particular, a força da análise de Marx residia na sua ênfase na qualidade da interação entre a humanidade e a natureza ou no que ele acabaria por chamar o ‘metabolismo’ da humanidade com a natureza: através da produção”.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## Considerações finais

Conforme o exposto nas páginas acima, a proposta epistêmica do pensamento complexo é não apenas incompatível com a ontologia marxiana, mas, se considerada a partir dela, totalmente inepta para as ciências do homem. Isso significa, evidentemente, que, para um marxista, o pensamento complexo – supondo sua superioridade heurística em relação à ciência cartesiana-newtoniana – somente tem serventia para o estudo da *physis* e da *bíos*. Para a investigação dos fenômenos culturais, opera o mesmo equívoco do pensamento positivista: afirma uma homogeneidade ontológica entre natureza e cultura e subsumi a metodologia das ciências sociais numa proposta epistêmica válida para todas as ciências indistintamente e fundamentada em princípios ontológicos do mundo físico. Tal fato determina uma ciência que se restringe, em suas investigações e conclusões teóricas sobre o mundo cultural, apenas aos aspectos fenomênicos do mesmo, sendo incapaz de atingir os determinantes essenciais do que ocorre no mundo dos homens. Assim, uma ciência politicamente inofensiva às relações sociais de exploração a partir das quais se estrutura a totalidade da sociabilidade capitalista.

## REFERÊNCIAS

- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- CORBISIER, Roland. *Hegel (textos escolhidos)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. São Paulo: Memne, 1979.
- DUARTE, Rodrigo A. de Paiva. *Marx e a natureza em 'O capital'*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- ENGELS, Friedrich. *O Anti-Dühring*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FORSTER, Jonh Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- GLEISER, Marcelo. *A ilha do conhecimento: os limites da ciência e a busca por sentido*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- LUKÁCS, GEORG. *História e consciência de classes: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

\_\_\_\_\_. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. In: *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. São Paulo: Global, 1979.

\_\_\_\_\_. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MORIN, Edgar. *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

\_\_\_\_\_. *O método 1: a natureza da natureza*. 2ª.ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

\_\_\_\_\_. *Meu caminho: entrevista com Djénane Kareh Tager*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

\_\_\_\_\_. Por uma Reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro de. *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010b.

\_\_\_\_\_. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

\_\_\_\_\_. Problemas de uma epistemologia complexa. In: *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Europa-Américo, s/d.

MUSSE, Ricardo. A dialética como método e filosofia no último Engels. In: *Crítica marxista*. São Paulo: Xamã, 1997.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

PENA-VEGA, Alfredo e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro de. *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

QUAINI, Massimo. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

VIANA, Nildo. *Escritos metodológicos de Marx*. Goiania: Alternativa, 2007.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## CONTRIBUIÇÕES CRÍTICAS AOS ESTUDOS SOCIAIS DE GÊNERO: A INDIFERENÇA QUANTO AO DOMÍNIO DOS HOMENS SOBRE AS MULHERES À LUZ DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NORMÁSCULAS

## CONTRIBUTIONS TO CRITICAL SOCIAL STUDIES GENDER: INDIFFERENCE ON THE FIELD OF MEN ON WOMEN IN THE LIGHT OF SOCIAL SCIENCES NORMÁSCULAS

Francélia de Jesus Uchôa Paiva<sup>1</sup>  
 Marilene Correa da Silva Freitas<sup>2</sup>

### RESUMO

O propósito principal deste artigo é oferecer um panorama acerca da contribuição de Michel Crozier, celebrizado no âmbito da Sociologia das Organizações na França dos anos de 1970, bem como sobre a perspectiva sociológica de E. Goffman quanto à objetivação social das diferenças biológicas entre sexos. A microsociologia deste autor será a que mais repercutirá na elaboração dos sociólogos(as) feministas quanto a reflexão sobre o “gênero como relação de poder”. Tais análises estão contidas na obra *Questões de Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour* (2014), na qual estudiosas renomadas se propuseram a elucidar, por meio da perspectiva de gênero, as contribuições e/ou lacunas dos trabalhos de sociólogos, filósofos, antropólogos e historiadores, todos homens, com exceção de Hanna Arendt, considerados como clássicos e contemporâneos.

**Palavras-chave:** Gênero. Ciências Sociais. Michel Crozier. Erving Goffman.

### ABSTRACT

The main purpose of this article is to provide an overview about Michel Crozier contribution lionized within the Sociology of Organizations in France in the 1970s, as well as the sociological perspective of E. Goffman as social objectification of biological differences between the sexes. The microsociology this author is the one that will have repercussions in the preparation of sociologists (as) as feminist reflection on the "gender as a relation of power." Such analyzes are contained in the work *Gender Issues in Social Sciences: reinterpretations criticism of Max Weber Bruno Latour* (2014), in which renowned scholars have proposed to elucidate, through a gender perspective, contributions and / or gaps in work sociologists, philosophers, anthropologists and historians, all men, with the exception of Hanna Arendt, considered as classic and contemporary.

**Keywords:** Gender. Social Sciences. Michel Crozier. Erving Goffman.

<sup>1</sup> Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Tres Fronteras (UNINTER- Assuncion-PY). Doutoranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Santa Catarina ( UFSC), advogada, professora universitária em Manaus.

<sup>2</sup> Pós-Doutora pela Université de CAEN e UNESCO, Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, Prof<sup>a</sup> titular da Universidade Federal da Amazônia-UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
Manaus - Amazonas

## INTRODUÇÃO

As Ciências Sociais ditas “normásculas”(ou *malestream*), termo resultante do jogo de palavras francesas *normales* (normais) e *mâles* (masculinos/as), são aquelas que concebem o masculino sem perceber; infundindo a masculinidade nos resultados ou teorias supostamente ‘objetivas’, apregoando uma neutralidade que, com efeito, assinala a “indiferença em relação às desigualdades entre os homens e as mulheres e, mais profundamente ainda, por sua indiferença ao domínio das segundas pelos primeiros”. (CHABAUD-RYCHTER ET ALL, 2014, p. 3).

Mesmo diante desse pensamento predominante nas Ciências Sociais, o objeto de estudos sociais de gênero firmou-se e avançou continuamente ao longo de “quarenta anos de estudos de campo e de pesquisas teóricas e epistemológicas”, tendo prioridade no “processo de institucionalização multiforme (ensinos, equipes de pesquisa, redes, coleções de obras, revistas)” preponderantemente nas disciplinas de Ciências Sociais, sobretudo na Sociologia. Mas, inegavelmente, no desenvolvimento de sua construção a Sociologia de gênero, desde o seu principiar, manteve um “diálogo interdisciplinar com a História, a Etnologia e a Antropologia, a Filosofia e, um pouco mais tarde com a ciência política e com o Direito”. (CHABAUD-RYCHTER ET ALL, 2014, p. 4).

Essas autoras organizaram a coletânea “Questões de gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour”(2014), congregando as análises críticas de especialistas, na maioria mulheres que lecionam em universidades francesas, canadenses, estadunidenses, suíças, e britânicas, as quais, fundamentadas na relação de obras eleitas pelos departamentos de sociologia dos programas universitários vigentes na França, trataram de esmiuçar grandes autores das ciências sociais, em que pesem todos do sexo masculino, salvo Hannah Arendt. Ademais, incluem-se, também outros autores que de algum modo ou de outro, registraram a evolução da sociologia na França.

A obra em epígrafe encontra-se agrupada em seis grandes divisões: No primeiro bloco temático, intitulado “estruturas, estruturação, práticas”, a abordagem recai sobre o lugar que Comte, Durkheim, Mauss, Lévi-Strauss, Bourdieu, Godelier, Giddens atribuem as mulheres ou as práticas das mulheres e dos homens situadas no processo de estruturação das sociedades.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

No segundo bloco temático\_ “atores, saberes, regimes de ação”\_, percebemos, mesmo que as mulheres e a divisão sexual marquem presença na obra de Parsons, Crozier, Touraine, Boudon, Ginzburg, Boltanski, Latour, resta patente a invisibilidade das relações de poder entre os sexos. Ora camuflada sob a noção da complementaridade dos sexos, como se constata em Talcott Parsons, ora na sobredeterminação e multiplicidade de atores, como visto em Bruno Latour, ou ainda no pressuposto do universalismo abstrato ou do sujeito neutro, como registrado em Raymond Boudon e Michel Crozier.

O terceiro bloco temático da coletânea trata sobre “ interações e produção da ordem social”. Do rol de autores analisados nesse bloco( Everett Hughes, Alfred Shchütz, Anselm Strauss, Howard Becker, Harold Garfinkel e Erving Goffmann) enfatiza-se sobre a diversidade de pontos de vista e de experiências dos atores, que remetem para certa congruência com a perspectiva feminista. Contudo, apenas Erving Goffman e Harold Garfinkel, tocam diretamente sobre a questão de gênero em sua obra, ao passo que os demais rejeitaram por mera deliberação a temática de gênero. Observa-se, igualmente, neste bloco, a concepção da academia no que diz respeito à inserção de uma perspectiva feminista que, ainda nos anos de 1960 e 1970, era apreendida como uma desfiguração da neutralidade científica.

O quarto bloco temático da coletânea versa sobre “classes sociais”. É o momento em que se analisam os limites e os suportes dos teóricos da divisão da sociedade em classes: Marx, Engels, Naville, Hoggart, Thompson, ao debaterem em torno da dominação masculina. Se, por um aspecto, suas teorias possibilitam levar em consideração as diferenças entre as mulheres a partir da própria concepção de classe; por outro, as diferenças de estatuto entre os sexos no interior da classe operária são anuviadas, ou mesmo desaparecem, consoante as críticas feministas direcionadas para Edward P. Thompson, ressaltadas por Laura Frader (2014,p. 430). Para certos (as) estudiosos (as), a divisão sexual do trabalho seria um resquício pré-capitalista, para outros (as) essa variável é componente do capitalismo.

No quinto bloco temático da coletânea promove-se a relação entre “Progresso, racionalidade, dinâmicas do Ocidente”. São analisados autores como Max Weber, Norbert Elias, Philippe Ariès, Jürgen Habermas. Destaca-se, a análise feita por Varikas (2014) sobre Max Weber, a gaiola de aço e as senhoras”, a partir das suas principais, a “racionalização ocidental” e a “ética protestante” que chama a atenção para os influxos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

e a contribuição de Marianne Weber, a mais importante fonte inspiradora de Weber quando se trata da questão da mulheres.

O sexto bloco da coletânea (Crítica da modernidade) envolve autores como Georg Simmel, Karl Mannheim, Theodor Adorno, Hanna Arendt, Michel Foucault. Destaca-se o artigo de Riot-Stacey (2014) intitulado “Michel Foucault para pensar o gênero: sujeito e poder. É incontestável o influxo dos seus estudos para as teóricas de gênero, que passaram a edificar uma via crítica sobre a área a qual ele se dedicou, suas análises políticas da modernidade e sua visão acerca dos dispositivos de poderes desnudados das ideologias.

A referida coletânea se propõe a preencher uma importante lacuna ao retomar o olhar, ou melhor, a essência sobre as mulheres. Esta obra se debruça sobre os estudos de trinta e quatro autores clássicos e contemporâneos. Por isso mesmo, devido a este volume, priorizamos neste artigo a abordagem de apenas dois autores, a seguir.

### **Michel Crozier e a diferença dos sexos: uma Sociologia das organizações ao masculino neutro?”**

Jaqueline Laufer (2014) no artigo “Michel Crozier e a diferença dos sexos: uma Sociologia das organizações ao masculino neutro?”, após analisar a renomada obra de Crozier “O fenômeno burocrático” denuncia-o por “alguns deslizes entre feminino e o masculino (as ‘operárias’ transformam-se, em alguns trechos, em ‘operários de produção’) sem nenhuma explicação ou justificativa”. Igualmente, em outra obra “O mundo dos empregados de escritório”\_ apesar das estratégias dos autores em suas organizações e relações de poder estabelecidas entre si serem o cerne de sua de análise, Crozier faz desaparecer a questão da diferença entre os sexos como variável de análise, “ou pelo menos aparece de maneira incidental. (LAUFER, 2014, p. 152-153). Tais deslizes fazem com que a análise de Crozier à semelhança de uma voçoroca caia por terra, diante da constatação de que ele não integra, ou integra parcialmente, uma análise em termos de gênero e das relações sociais de sexo em seu modelo explicativo, e em que pesem as obras examinadas.

Para reforçar sua análise, Laufer (2014, p.153) foi buscar subsídios nas pesquisas de vários sociólogos americanos [Merton, 1940; Goudner, 1954; Selznick, 1949] que passaram a criticar o tipo ideal weberiano da burocracia pautada no modelo ‘racional’ de organização, caracterizada pela notória hierarquia funções, competências claramente



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

estabelecidas, admissão por qualificação(concursos), salários determinado pela hierarquização, regulamentos administrativos minuciosos da obrigações e direitos de cada empregado no exercício de suas funções, regras escritas para controlar a atividade e a participação. As pesquisas empíricas realizadas por aqueles sociólogos sobre organizações foi enriquecida por meio da reflexão que permite articular o conjunto de características das organizações burocráticas “com uma reflexão original sobre o poder nessas mesmas organizações. (LAUFER, 2014, p. 153-154). (Grifo nosso).

Laufer (2104, p. 155-156) ao analisar sobre “A evolução da categoria dos empregados” recomenda que deve-se situar esta evolução na perspectiva de uma “proletarização relativa da categoria com sua feminização”, considerando-se, no mínimo três razões, a saber, em síntese apertada: a) a invasão da categoria dos empregados pela mão de obra feminina, cuja remuneração e bastante inferior em relação a dos homens, aponto de somente as mulheres a aceitarem-na; b) mediante a evolução do trabalho dos homens empurrando para a recrudescente mecanização e automação, as mulheres foram grandemente atingidas, amenizando a situação dos homens ao serem deslocados para setores mais qualificados e postos de gerência e, c) a proletarização da categoria deve ser relativizada, pois “são as mulheres que compõem a maioria do grupo e não mais os chefes de família.” (CROZIER, 1965, apud LAUFER, 2014, p. 155-156).

Tal análise feita por Laufer (2014) nos leva a patentear que a feminização da categoria dos empregados carrega a dificuldade epistemológica de Crozier passar “de uma análise sociológica formulada em termos de diferenças de sexos a uma análise em termos de relações sociais de sexo. No intento de contribuir para uma análise que considere o gênero para clarear e completar a interpretação dos fenômenos diagnosticados no que tange às trabalhadoras, essa articulista traz à lume as seguintes críticas:

Primeiro, ela assevera que, de fato, Crozier( 1965) não relacionou o estatuto das mulheres na organização com suas atitudes e reações frente ao seu próprio estatuto profissional, ao dos seus colegas masculinos e da hierarquia, também masculina. Ele não comparou as evidências captadas na Agência contábil como reflexo da situação de dominação e de marginalização que caracteriza as mulheres. Tal situação explica o fato das mulheres trabalhadoras de origem social mais alta serem mais críticas e rancorosas, ao passo que “as trabalhadoras de origem mais modesta parecem relativamente mais



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

satisfeitas em deter um emprego no qual elas se sentem ‘protegidas’. (LAUFER, 2014, p. 160).

Segundo, o sentimento de ‘isolamento’(das empregadas) e a ‘apatia’ de algumas categorias de trabalhadoras, conceitos norteadores na análise de M. Crozier (1963) sobre o impacto da organização burocrática nos assalariados, não são explicitados por uma análise que considere os influxos do gênero, mesmo diante da constatação de que as mulheres são a maioria e são mais as mais descontentes com o passar do tempo de serviço, essa evidência não é relativizada com a segregação e a marginalização das mulheres na organização.

Terceiro, para Laufer (2104) a coisa se repete diante da comprovação da falta de espírito de solidariedade nas trabalhadoras, pois não percebem que os problemas das empregadas da Agência são significativamente diferentes dos homens, com o agravante de que elas são defendidas por homens e por sindicatos, dirigidos só por homens, que não entendem seus problemas.

Quarto, Laufer (2104, p. 160) aponta que Crozier(1963) ao colocar a ênfase no “determinismo rígido do sistema de organização e dos estatutos sociais”, ele desconsidera um outro ‘determinismo’: àquele que se liga ao “estatuto feminino nas organizações em que as mulheres constituem a maioria, mas são dirigidas unicamente por homens”, em que pesem o estatuto das mulheres na sociedade francesa em 1954.

Laufer (2014,p.161) também aborda a relação “Organização, poder e gênero”, para elucidar “a dimensão sexuada do poder organizacional”, tomando como referência a obra “O fenômeno burocrático, cujo estudo feito por Crozier(1963) recai sobre o monopólio industrial no contexto dos anos 70. Esse monopólio é caracterizado como uma empresa pública bastante centralizada que reúne fábricas dispersas pela França, em um sistema racional, rotineiro e previsível. Porém, toda esta racionalidade degradingola quando uma máquina sofre alguma avaria e conseqüentemente o seu desligamento para que seja realizada o seu conserto. Isso nos leva a corroborar que, independentemente do nível de refinamento posto pela regulamentação interna de uma organização, é impossível acabar completamente com o fator “imprevisibilidade do comportamento de um indivíduo e dos grupos dentro das organizações”( FREIDBERG,1972,p. 48).

Nesse lócus, Crozier(1963) examinou as relações entre os operários de produção, operários de manutenção e chefes, sendo que: a) a relação entre **operários de produção** e **chefes** são tênues, minimamente valorizadas, e com baixo compromisso afetivo de





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

ambas as partes, portanto relações cordiais e tolerantes; b) a relação entre operários de **produção** e operários de **manutenção** são tensas e conflituosas. Porém, Laufer observa que estas tensões não são tão facilmente expressas ou personalizadas, sendo que “Os julgamentos são inclusive, sensivelmente mais restritos quando se trata de apreciar o serviço de manutenção em geral”; c) nas relações entre operários de **manutenção** e **chefes** de oficina, as tensões são visivelmente hostis. O conflito, aqui, gira em torno do “exercício do poder no ateliê”, sendo que a relação envolve uma “forte carga emocional” para cada parceiro, pois os operários de manutenção criticam asperamente a competência dos chefes e praticamente a metade dentre eles diz abertamente que os chefes são incompetentes.”(LAUFER, 2014, p. 162).

M. Crozier(1963) e posteriormente Friedberg(1972), ambos citados por Laufer(2014,p.163) constataram que na luta pelo poder os operários de manutenção são os vencedores, conquistaram o poder efetivo no ateliê, porque os chefes sentem-se dependentes deles, uma vez que são aqueles operários que controlam a perícia e as incertezas. Contudo, sob a ótica de uma análise de gênero, o problema que desponta é o fato de que os operários de produção são majoritariamente mulheres, mas Crozier (1963 apud LAUFER, 2014, p. 164) não apurou qualquer diferença de reação entre as operárias e os operários de produção em relação aos operários de manutenção.

Diante disso, Laufer(2014, p. 164-165) coloca em evidência que as mulheres operárias aparecem atreladas ao domínio das competências técnicas dos operários de manutenção. Essa percepção favorece esses operários e perpetua, nos outros atores, a visão de poder que eles têm. Esta articulista acredita que os fenômenos de poder nas organizações como estrutura sexuada, no caso do Monopólio Industrial, não configura unicamente a dependência das mulheres frente aos homens nas organizações. Representa, igualmente, um ‘arranjo entre sexos’ que auxilia na edificação dessa dependência.

Laufer (2014, p. 166) conclui que na obra de Crozier, L’ Acteur et le système(1977, p. 58 e 60), as mulheres sumiram, pois elas são recepcionadas sem que haja qualquer referência ao sexo das pessoas ou categorias elencadas. Concomitantemente, a partir dos anos 60 e 70, enaltece-se a importância do surgimento de pesquisas sobre o trabalho das mulheres, como por exemplo, o de Madeleine Guilbert (apud Laufer, 2014, p. 166), intitulada “As funções das mulheres na indústria”(1966). Esta obra é bem vinda por quebrar esse silêncio acerca das diferenças de sexo, no contexto analítico das relações de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

poder entre os atores. Essa omissão nas obras de Crozier e Friedberg implica a dificuldade desses estudiosos em atrelarem uma análise das relações de poder a uma abordagem sobre a dominação, conseqüentemente masculina.

### **Erving Goffman da produção social do gênero à objetivação social das diferenças biológicas**

Atualmente é incontestável a contribuição E. Goffman para construção das teorias de gênero e das teorias feministas. Suas obras *La Ritualization de la feminité* [A Ritualização da feminilidade, 1976] e *L' Arrangement des sexes* [ O arranjo dos sexos, 2002( 1977)] tratam sobre as relações entre homens e mulheres na organização social. Ele foi grande opositor da “perspectiva biologizante- naturalizante”. Para tanto, elaborou o que ele denominou de “reflexividade institucional” para significar os “mecanismos da produção social do gênero como dualidade hierarquizada pela organização social, e seu reforço pelas instituições”. Ademais, ao desenvolver a “Sociologia das interações” possibilitou às feministas pesquisarem o jogo entre o privado e público, entre o político e o social, como observa Kian (2014, p. 313).

E. Goffman (1988, p. 192) respalda-se em uma abordagem não puramente etnográfica que, aliada aos diversos métodos qualitativos, procurando distinguir a complexidade da experiência vivida, por meio do estudo das interações sociais e da análise acerca do agenciamento das relações entre os indivíduos. A perspectiva sociológica de E. Goffmann (apud Kian,2014, p. 314) será a que mais repercutirá na elaboração dos sociólogos feministas quanto a reflexão sobre o “gênero como relação de poder”.

Kian(2014, p. 315) extrai, a partir da análise E.Goffman(1988) sobre a “organização do comportamento observável e cotidiano dos indivíduos no meio urbano” que um acontecimento social, por mais que seja insignificante por uma parcela significativa de sociólogos, é passível de traduzir bastante coisas sobre a vida social. Tanto que, na Obra *La mise em scène de la vie quotidienne* [Representações da vida cotidiana, 1959], ele demonstra que “cada oportunidade de interação, face a face pode ser interpretada como um performance teatral, o jogo constante de dissimulação (de si) e de pesquisa (do outro)”, pois “somos veículos de sinais”, cujo “idioma corporal”



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

repassa informações e/ou impressões sobre nós mesmos e sobre nossas relações sociais, de modo volitivo ou inadvertido.

Essa análise da interação social como performance teatral realizada por E. Goffman (1973[1959]) possibilitou a elaboração da performance de gênero, sistematizada por Judith Butler, trinta anos depois, com a publicação de “Problema de gênero, 1990 [2005, edição francesa], que não cabe neste espaço aprofundar. Porém, ambos concebem que “o gênero se constrói através da performance”. (KIAN, 2014, p. 316). A Sociologia de E. Goffman (1988) se preocupou em descobrir a complexidade da experiência vivida, sobretudo ao entregar-se ao “estudo da interação face a face entre os indivíduos no meio urbano, que ele mesmo denominou de ‘estudo da ordem da interação’, cujo método de análise adotado é preferencialmente a “microanálise”. A ordem da interação é um campo de análise autônoma, sendo que nessa interação os mecanismos de regulação e manutenção desta ordem são inerentes.

Uma das obras mais influentes de E. Goffman em Sociologia do gênero é “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada” (1975). Ele define o estigma como um atributo [no singular] que, no âmbito das relações sociais forja a desconsideração do público. Ele adverte que é apropriado “falar de estigma em termos de relações e não de atributos [plural], pois o estigma de um atributo pode confirmar a banalidade de um outro. Ele distingue três tipos de estigma, a saber: a) as diversas deformações, b) ‘as taras do caráter (falta de vontade, paixões irrepreensíveis ou antinaturais...) às quais inferimos a existência em um indivíduo sobre o qual sabemos que é ... , por exemplo, drogado, homossexual, desempregado ou prisioneiro’; c) estigmas tribais como por exemplo, a raça, a nacionalidade e a religião.

Por meio das pesquisas de campo, os sociólogos que analisam a vivência dos membros de grupos estigmatizados demonstraram que, “a diferença de sexo, de raça e de classe é frequentemente fonte de assédios que as mulheres e outras minorias encontram devido a sua cor de pele, sua idade, seu corpo, sua orientação sexual” ou ainda a questão da sua “recusa voluntária em ter filhos” (BROOKS GARDNER, 1991, 1995, WEST, 1996; PARK, 2002 apud KIAN, 2014, p. 318).

Kian (2014, p. 319) afirma que “O gênero é o ópio do povo”, pois com lastro no estudo de E. Goffman nas obras *La Ritualization de la feminité* e *L’ Arrangement des sexes*, aquela articulista sobreleva que as relações de poder são exprimidas de maneira



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

visualmente sutil, de modo que a publicidade espelha e contribui para a formação da nossa concepção dos comportamentos ‘masculinos’ e ‘femininos’. Via de regra, nas publicidades a mulher aparece mais recorrentemente em posições subalternas ou como assistente, reforçando a representação de uma mulher delicada, dócil, submissa, sonhadora ou até mesmo infantil. Contrariamente ao homem, projeta-se o estatuto superior, simbolizado por uma postura protetora, variável conforme o laço social que ele estabelece com suas parceiras: família, profissional, apaixonado’.

Atente-se que o modo como as publicidades veiculam as relações entre os sexos é igualmente capaz de informar como nossa sociedade estrutura o gênero a partir dos retratos sociais (v.g. os casamentos). Aduz-se, portanto, que a mercadoria dos publicitários não passa de uma “hiper-ritualização” (KIAN, 2014, p. 319). A ritualização social que E. Goffman concebe como a padronização do comportamento corporal e vocal por meio da socialização.

Na obra *L’ Arrangement des sexes* (1977), de E. Goffman( apud KIAN,2104, p. 320), tem-se que “a etiquetagem” associada ao sexo na ocasião do nascimento, por meio da inspeção das genitálias do recém-nascido, é uma prática de classificação e de divisão social que conduz a uma “socialização diferencial à prática de gênero da experiência social comum, a uma ‘subcultura de sexo’. Mas, o mérito de E. Goffman(2002) é o de condenar o naturalizante-biologizante, definindo o gênero como uma “construção social”.

A partir de então, E. Goffmann dedica-se a provar que os gêneros femininos e masculinos são construídos, por meio da socialização diferenciada sobre os corpos macho e fêmea. Ao proceder a essa objetivação social das diferenças biológicas entre sexos, afirma que sobre essa grade biológica é superposta uma maneira própria de “surgir, de agir, de sentir, ligado à classe sexual”. A esse complexo pode-se denominar “gênero (...) como uma *subcultura de sexo*”. Mesmo se o gênero fosse inteiramente a consequência social e não biológica dos funcionamentos da sociedade, essas consequências são objetiva”.

Com fulcro na “reflexividade institucional”o indivíduo constrói sua identidade de gênero à medida que forja o sentimento “de quem ele é e do que ele é ao referir-se a sua classe sexual e ao julgar-se segundo os ideais da masculinidade (ou feminilidade), podemos falar de uma identidade de gênero”. (GOFFMAN, 2002, p. 47 apud KIAN, 2014, P. 321) (grifos originais).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Kian (2014, p. 322) ao abordar sobre “A organização social e a diferenciação de sexo”, sustenta que Goffman (2002) não refuta a importância da estrutura social na subordinação das mulheres. Contudo, ele se questiona com base em que agenciamento essa subordinação ocorre e qual leitura simbólica é realizada deste agenciamento. Ele evoca a noção de ‘junto-separado’ e a segregação periódica cadenciada no dia a dia assegura que as “diferenças subculturais possam ser reafirmadas e restabelecidas pela instauração dos sexos”. A divisão social do trabalho, a socialização diferencial ou a seleção na contratação situam-se no rol das características da organização social, que influem nas formas dominantes de arranjos entre os sexos e os estereótipos de gênero.

Resta demonstrado que a microsociologia de E. Goffman atrelam-no aos interesses das sociólogas feministas dos anos de 1970, pois “favorece a inserção de uma “Sociologia das interações” na seara universitária e possibilita a “exploração, em particular, do jogo entre o privado e público, entre o pessoal e o político”. (Zaidman, 2002, p. 23). Sabe-se que parte considerável das análises sociológicas do poder é imbuída da perspectiva weberiana centrada nas ações dos dominantes, na reprodução e na legitimação do poder que eles praticam. Para contrapor-se a essa preponderância, é importante a análise de poder sob a perspectiva de gênero, ou mais precisamente do que Teresa de Laurentis (2007, p. 76) denomina de “práticas micropolíticas”.

É, por esse novo prisma que sociólogas feministas e pós-coloniais evocam uma compreensão mais alargada de poder: O poder de “constituir-se e definir-se como sujeito; o poder de criar e de alimentar, o poder de resistir, de sobreviver e de testemunhar; o poder de negociar com competência as solicitações da vida cotidiana (ALWAY, 1995, p. 221). Sem embargo, a resistência e o ativismo político ensejam as ações individuais que no dia a dia são rebeladas e promovem a transformação pessoal.

Para Kian (2014, p. 324) as críticas endereçadas ao paradigma de E. Goffman podem ser no sentido do seu modelo ter a compleição de homens e mulheres ou casais provenientes da classe média, branca, americana e o fato de ter generalizado este modelo, declarando-o como verdade universal. Apesar das críticas de algumas teóricas feministas contemporâneas, como Monique Wittig (2007, Gayatri Spivak (1999) ou Chandra Mohanty (1988), todas citadas por Kian (2014, p. 324) e da alegação de que E. Goffman, foi desatencioso, negligente quanto as relações de poder, Kian (2014) reafirma que a Sociologia de E. Goffman é digna de aplausos pela construção social das desigualdades



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

entre os sexos e por ter negado a naturalização e a biologização. Ao rechaçar a dicotomia essencial, ele imprimiu o gênero como prático e como categoria de pensamento, como uma dualidade hierarquizada elaborada pela organização social. Decerto, o percurso de sua perspectiva sociológica oportuniza um grande potencial para a transformação social das relações de gênero.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas análises de M. Crozier restou patente a invisibilidade das relações de poder entre os sexos, camuflada no pressuposto do universalismo abstrato ou do sujeito neutro. Essa lacuna gerou prejuízos ao limitar as análises e as perspectivas teóricas deste autor como bem demonstra Jaqueline Laufer (2014) após analisar as célebres obras de Crozier “O fenômeno burocrático” e “O mundo dos empregados de escritório”, denunciando-o por “algumas omissões entre feminino e o masculino. Crozier faz desaparecer a questão da diferença entre os sexos como variável de análise, ou pelo menos só é vislumbrada incidentalmente.

Demonstrou-se a contribuição de E. Goffman, grande opositor da perspectiva biologizante- naturalizante. A sua denominada “reflexividade institucional” mostra que as ferramentas da produção social do gênero como dualidade hierarquizada pela organização social são sustentadas pelas instituições. Ademais, ao desenvolver a “Sociologia das interações” possibilitou às feministas pesquisarem o jogo entre o privado e público, entre o político e o social, embora ele não tenha sido compreendido suficientemente ou até mesmo ignorado por algumas teóricas feministas dos anos 70, a exemplos de Janet Wedel (1978) e Ann Oakley(1975), todas citadas por Kian( 2014, p. 313).

## REFERÊNCIAS

- CHABAUD-RYCHTER, Danielle et all. *O Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. Trad. Lineimar Pereira Martins. São Paulo: UNESP; Brasília: Universidade de Brasília, 2014. Pp. 3-21.
- CROZIER, M. *Le Phénomène bureaucratique*. Paris: Seuil, 1963.
- \_\_\_\_\_. *Le monde des employés de bureau*. Paris: Seuil, 1965.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

- FREIDBERG, E. *L'analyse sociologique das organisation*. Les Lias, caderno 28,1972.
- GOFFMAN, E. *Gender Advertisements: Studies in the Antropology of visual communication*. v.3,n.2,1976,p.69-154[ Ed.Franc.: WINKIN,Y.Erving Gofman. Les momenste et leus hommes.Paris: Seuil,1988,p.150-185.
- \_\_\_\_\_. *The Arrangement betwenn the sexes*. Theory and SocietyV.4,n.3,1977,p.301-331.[ Ed.Franc.: LArrangement des sexes.Paris: La Dispute, 2002].
- \_\_\_\_\_.*The presentation of self in everyday life*.Nova York: Doubleday Anchor,1959[Ed.Franc.: La Mise em scène de la vie quotidienne.Paris: Minuit,1973][Ed.Bras.: A representação do eu na vida cotidiana. Trad. Maria Célia santos Raposo.Petrópolis:Vozes,2011.
- \_\_\_\_\_. *Stigma*. Notes on the Management of Spoiled Identity.Englewood Cliffs: Praticce-Hall,1963.[ Ed. Fran.: Stigmatte. Les usages sociaux des handcaps.Paris: Minuit,1975]. [ Ed. Bras.: Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.Trad. márcia Bandeira de Mello leite nunes.Rio de Jnaeiro: LTC,2012.]
- KIAN, Azadeh. Erving Goffmann da produção social do gênero à objetivação social das diferenças biológicas. In.: CHABAUD-RYCHTER, Danielle et all. *O Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno latour*.Trad. Lineimar Pereira Martins. São Paulo: UNESP; Brasília: Universidade de Brasília,2014.pp.313-326.
- LAUFER, Jacqueline. Michel Crozier e a diferença dos sexos: uma Sociologia das organizações ao masculino neutro? In.: CHABAUD-RYCHTER, Danielle et all. *O Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno latour*.Trad. Lineimar Pereira Martins. São Paulo: UNESP; Brasília: Universidade de Brasília,2014.pp. 151-168.
- RIOT STACEY, Michèle. Michel Foucault para pensar o gênero: sujeito e poder.In.: CHABAUD-RYCHTER, Danielle et all. *O Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno latour*.Trad. Lineimar Pereira Martins. São Paulo: UNESP; Brasília: Universidade de Brasília,2014.pp. 553-567.
- VARIKAS, Eleni. Max Weber, a gaiola de aço e as senhoras. CHABAUD-RYCHTER, Danielle et all. *O Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno latour*.Trad. Lineimar Pereira Martins. São Paulo: UNESP; Brasília: Universidade de Brasília, 2014.pp. 423-422.
- ZAIDMAN, C. *Ensemble et séparés*. Prefácio na tradução francesa de L'arrangement des sexes.Paris. La Dispute, 2002.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DA NEUROCIÊNCIA COMO POTENCIALIZADOR NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

### CONTRIBUTIONS OF STUDIES AS NEUROSCIENCE POTENTIATING IN THE PROCESS OF TEACHING AND LEARNING

Lívia Ingrid Macena Dourado<sup>1</sup>  
 liviadourado.censupeg@gmail.com

Lila Sígrid Macena Lemos<sup>2</sup>  
 lilasigrid@gmail.com

#### RESUMO

A presente pesquisa aborda as contribuições dos estudos da Neurociência como potencializador no processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido entendemos que dentre a diversidade de alunos em sala de aula, há a anatomia e a fisiologia de um cérebro que aprende, que o torna único em sua singularidade. Entender esses processos faz parte de um vasto estudo que se constituiu como sendo um grande aliado ao professor no ensino em sala de aula, trata-se da Neurociência. Esta vem sendo um norteador para pesquisas educacionais e auxílio às práticas pedagógicas. Nesse sentido, este estudo objetiva: compreender como os estudos da Neurociência podem contribuir para mediação pedagógica do docente em relação ao processo de ensino e aprendizagem. Os específicos: conhecer teoricamente as contribuições da Neurociência para a educação; identificar como os estudos da Neurociência podem auxiliar nas mediações pedagógicas; e identificar fatores que estimulem a aprendizagem o ensino. Quanto aos aspectos metodológicos, o estudo apresenta uma abordagem qualitativa, com procedimentos do tipo de pesquisa bibliográfica. A análise final permitiu identificar fatores que segundo as contribuições da Neurociência, potencializam o ensino e a aprendizagem em sala de aula, ligados diretamente aos órgãos do sistema nervoso e suas funções específicas, assim como as funções cognitivas, e como resultado da atividade dessas estruturas apresenta-se o comportamento do indivíduo.

**Palavras-chave:** Neurociência, educação, ensino e aprendizagem.

#### INTRODUÇÃO

Dentre a diversidade de alunos em sala de aula, há a anatomia e a fisiologia de um cérebro que aprende, que o torna único em sua singularidade, e compreender esses processos faz parte de um vasto estudo que se constituiu como sendo um grande aliado ao professor no ensino: trata-se da Neurociência, que vem sendo um potencial norteador para pesquisas educacionais com possibilidade de aplicação em sala de aula e auxílio às práticas pedagógicas. Considerando isto, esta pesquisa visa compreender o que ocorre no cérebro humano na aprendizagem, a partir dos estudos da Neurociência, e como esses estudos podem contribuir com as estratégias pedagógicas do professor em relação ao processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, este estudo objetiva: compreender como os estudos da Neurociência podem contribuir para mediação pedagógica do docente em relação ao processo de ensino e aprendizagem. Os específicos: conhecer teoricamente as contribuições da Neurociência para a educação; identificar como esses estudos podem auxiliar nas mediações pedagógicas; e identificar fatores que estimulem a aprendizagem o ensino.

<sup>1</sup> Diretora do Centro Nacional de Ensino Superior, Pesquisa, Extensão, Graduação e Pós Graduação (CENSUPEG) e Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia.

<sup>2</sup> Mestre em Geografia Física (UFAM), com especialização em Administração Escolar e Professora do Colégio Militar de Manaus.







II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Diante disso, apresenta uma interface entre Neurociência e a Educação, entendendo a necessidade de construir saberes que unam o conhecimento científico sobre os processos biológicos na aprendizagem, no sentido de contribuir ao ensino à medida que esses conhecimentos possibilitam mediações pedagógicas eficientes, e no intuito de instrumentalizá-los ao planejamento dos métodos, através de recursos que estimulem o estudante a pensar e construir aprendizagens. Seguimos neste caso, com a pesquisa de natureza qualitativa, e quanto ao tipo de estudo de caráter descritivo-bibliográfico, realizado a partir de diversos materiais que representam recursos seguros para análise.

## INTRODUÇÃO A NEUROCIÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES À EDUCAÇÃO.

Com o avanço técnico científico e informacional ocorrido intensamente no final do século XX, houve o desenvolvimento do estudo do cérebro. Dada a sua importância alavancada a partir da descoberta dos neurônios teve o surgimento da Neurociência; ciência multidisciplinar que vem principalmente nos últimos anos, trazendo a tona abordagens científicas relevantes às áreas das Ciências da Educação.

Desta forma, diante da abrangência destes estudos em pesquisas educacionais, a Neuroeducação vem se consolidando para proporcionar o conhecimento fundamentado na pesquisa da Neurociência e potencializar a atuação profissional de educadores. Isso permite a esses profissionais entenderem os processos que permeiam a aprendizagem, por meio do conhecimento das estruturas cerebrais como conectivo principal nesse processo. Esses conhecimentos possibilitam mediações pedagógicas eficientes, no intuito de instrumentalizá-los ao planejamento dos métodos, através de recursos, que estimulem o estudante a pensar e construir aprendizagens.

Porém inicialmente será necessário compreender o conceito de aprendizagem entendendo-o como resultado de um processo. Mecanismo que permitiu às gerações promoverem descobertas que possibilitariam contribuições às posteriores, assim o conhecimento tem-se desenvolvido, por meio da capacidade do homem em aprender.

Para Campos (2005, p. 15) “A aprendizagem é, afinal, um processo fundamental da vida”, por meio dela os homens aperfeiçoam suas atividades e realizações necessárias à vida e que independente dos resultados, viverá de acordo com o que aprende.

Afim de melhor entender o conceito de aprendizagem que fundamente sua utilização aos estudos da Neurociência utiliza-se a definição proposta por Witter (1984 p.2), onde “a aprendizagem é definida como uma mudança de comportamento resultante da prática ou experiência anterior.” Por isso, aprender exige tanto os mecanismos construídos socialmente, o meio social, os estímulos ambientais, quanto às constituições biológicas do ser humano em desenvolvimento. Esses fatores são compreendidos também nos estudos neurocientíficos como inerentes a aprendizagem, porém evocados os fatores biológicos no ser humano.

O cérebro cresce e se modifica durante toda a vida, esse desenvolvimento é mais rápido nos primeiros anos de vida e na adolescência, e torna-se lento a partir da fase adulta





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

e velhice, porém não significa que não ocorrerão aprendizagens. Atualmente, muitos fatores no cérebro humano ainda não foram compreendidos ou concluídos por neurocientistas e estudiosos na área, porém o que se sabe em comum é que o cérebro humano possui grande plasticidade, ou seja, está sujeito a sofrer alterações a todo o momento, e isso acontece através dos estímulos, que produzem a modificação fisiológica cerebral. Daí a importância do educador saber como proporcionar esses estímulos.

### **Estrutura e funcionamento do Sistema Nervoso.**

**Conhecer a organização geral do sistema nervoso é o primeiro passo para compreender a correlação biológica do homem com o meio. Mas como ocorrem as comunicações das partes interiores do organismo com o mundo exterior?**

**Compreender esta relação integradora faz parte dos estudos da neurofisiologia. Neste processo, o cérebro exerce a principal função, pois é nele que se reúnem as informações obtidas pelos neurônios através dos estímulos, que produzem respostas ao corpo, que assim atuará sobre o meio. Segundo Alvarenga (2007, p.130), “O cérebro, além de controlar muitas funções importantes, fornece, além disso, um significado para as coisas que ocorrem no mundo que nos circunda”.**

Para entender este desenvolvimento neurobiológico é preciso especificar algumas estruturas e organização funcionais básicas do cérebro humano para conhecer o que ocorre processo de aprendizagem.

Para responder a esta e outras questões é preciso conhecer algumas funções gerais da neurofisiologia que compreende os estudos do desenvolvimento do Sistema Nervoso (SN). Praticamente, todas as ações concernentes ao ser humano acontecem por meio do SN. Este *sistema* é composto por:

*Neurônios*, que são células nervosas; formam a parte cinzenta do cérebro, e representam a unidade fundamental deste órgão;

*Células Glia*, células que exercem a função de nutrir, regenerar e sustentar os neurônios, e representam a parte esbranquiçada do cérebro;

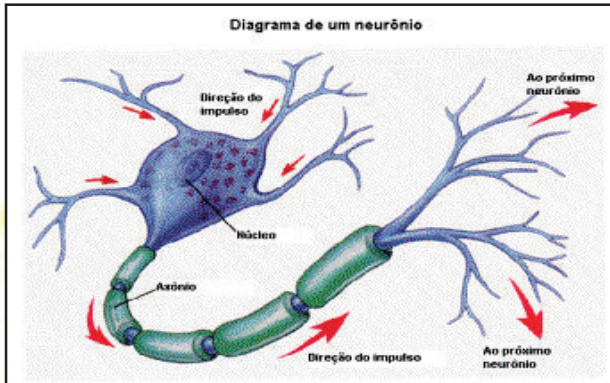
*Nervos*, estruturas por onde transitam as informações entre o SN a outro órgão. Eles se dividem em classes: *Nervos Sensitivos*, que recebem as informações do meio externo pelos órgãos dos sentidos; *Nervos Motores*, condutores dos impulsos produzidos pelos músculos e órgãos internos e os *Nervos Mistos*, pois realizam as duas funções ao mesmo tempo.

O SN é capaz de captar os estímulos e variações energéticas do meio externo e interno no organismo, que organiza o comportamento do indivíduo em resposta ao estímulo captado. Esta relação é ressaltada por Alvarenga (2007, p. 27), onde “tanto as informações que chegam (sensoriais), como as respostas (as enviadas, motoras ou ações) viajam através do cérebro e do resto do sistema nervoso sob a forma de impulsos eletroquímicos.”



## Informações Neurais

Dentre os componentes do SN, o Neurônio (Figura 1) é a unidade básica principal, que exerce a função de receber, processar e transmitir as informações que transitam no meio externo e interno. Assim, para Relvas (2005, p.22):



Neurônios são células especializadas. Eles são feitos para receber certas conexões específicas, executar funções apropriadas a passar suas decisões a um evento particular, a outros neurônios que estão relacionados com aqueles eventos.

A neurofisiologia de um neurônio é formada por *axônios*, *dendritos*, *ponto de transmissão sináptica*, e alguns por *bainha de mielina*. Cada parte da estrutura dos neurônios funciona em

auxílio à outra no objetivo de executar a tarefa de receber e repassar as informações para outros neurônios, formando

varias conexões neurais, semelhantes a uma rede, organizados no SN.

Quanto aos *axônios* pode-se considerar que, geralmente o corpo celular de um neurônio possui apenas um axônio que é o prolongamento fino e maior que os dendritos. Eles são responsáveis por conduzir os impulsos nervosos do corpo celular para outros órgãos e outros neurônios. Os *dendritos*, são os prolongamentos menores, semelhantes a ramificações, e são responsáveis por receber os estímulos ao interior do corpo celular ou de outros neurônios. Podemos exemplificar como a ramificação de uma árvore. Já o *Ponto de transmissão sináptica* “é um espaço que existe entre dois neurônios com a finalidade de transitar dados entre eles – um dendrito pode ter de uma até dez mil sinapses aproximadamente” (MESTRING, 2011, p.40). Existem dois tipos de sinapses: as *sinapses elétricas* e as *sinapses químicas* (Figura 2).

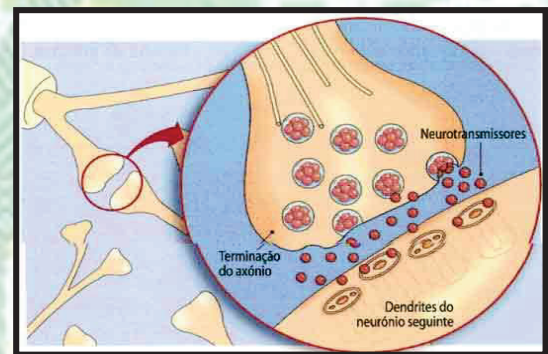


Figura 2 - Sinapse Neural

As *sinapses elétricas* passam informações de forma rápida e direta aos neurônios. Estas atuam geralmente nos músculos e coração. Nas *sinapses químicas*, a transmissão depende de um neurotransmissor. A liberação dessas substâncias é essencial para que a informação chegue ao cérebro, o que torna as sinapses, o local de suma importância para que ocorra a aprendizagem.

Fonte:  
<http://biotic.no.sapo.pt/images/sinapse.jpg>

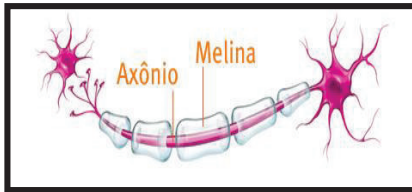
[...] neurotransmissor, liberado na região das sinapses, atua na membrana da outra célula (membrana pós-sináptica) e aí pode ter dois efeitos: vai excita-las de forma que os impulsos nervosos sejam disparados por ela, ou poderá dificultar o início de novos impulsos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
Manaus - Amazonas

nervosos, pois muitos neurotransmissores são inibitórios (COSENZA; GUERRA, 2011, p. 13).

Atualmente, existem dezenas de neurotransmissores que potencializam o processo de ida e vinda das informações ao cérebro, produzindo um número incalculável de conexões sinápticas no SN ao mesmo tempo.



Aumentar a velocidade com que um neurônio conduz as informações é um aspecto importante, por isso alguns neurônios possuem um envoltório ao redor do axônio chamado de *Bainha de Mielina*, formada

por células auxiliares, denominada *célula Glía*, o que torna a velocidade da informação até cem vezes mais rápida do que as fibras não mielínicas (Figura 3). Segundo Leal:

Com uma bainha isolante, as fibras de células, os axônios, podem transmitir sinais muito mais rapidamente do que as não isoladas. Os chamados oligodentrócitos geram as membranas gordurosas com as quais envolvem os axônios até 150%. [...] As camadas de mielina não envolvem um axônio completamente, mas é interrompida pelo nódulo de Ranvier. (2013, p. 19).

O *nódulo de Ranvier* representa um espaço onde os potenciais de ação serão fortalecidos por meio das correntes de íons, que representam um reforço elétrico para fortalecer e enviar os sinais rapidamente para o próximo nódulo.

Anatomicamente, o SN é dividido entre *Sistema Nervoso Central (SNC)* e *Sistema Nervoso Periférico (SNP)*. O SNC é composto pelo *encéfalo* e *medula espinal*. O encéfalo é protegido pela *Cavidade Craniana* (crânio), nele estrutura-se o *cérebro*, o *cerebelo* e o *tronco encefálico*. No SNP, localizam-se os *nervos* e *gânglios* que são os aglomerados de corpos celulares dos neurônios (Figura 4).

No SNC o encéfalo coordena grande parte das atividades das células nervosas, nos mamíferos e principalmente os seres humanos. É o órgão que processa as informações, forma-se desde a fase embrionária, e na fase completa do seu desenvolvimento. “O propósito fundamental do encéfalo é adquirir, propagar, coordenar e distribuir informação sobre o corpo e seu ambiente.” (ALVARENGA, 2007, p. 27).

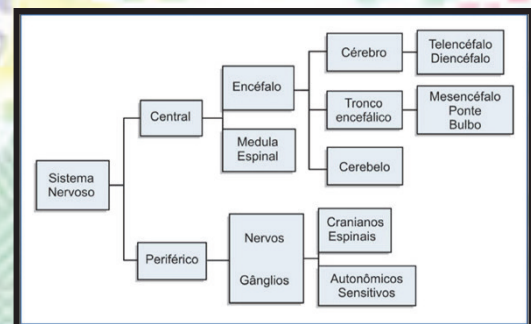


Figura 4 - Divisão do Sistema Nervoso em termos anatômicos.

Fonte: BRANDÃO, M. L. *As Bases Biológicas do Comportamento: Introdução à Neurociência* / Marcus Lira Brandão – São Paulo: EPU. 2004 il. Color.

## O Cérebro

O cérebro é um dos principais componentes do SN. É a parte mais desenvolvida e volumosa do encéfalo, ele é responsável pelo processamento das informações, e por desempenhar comportamentos adaptativos. O cérebro possui bilhões de células nervosas, dentre os mais de cem bilhões de neurônios presentes em todo o SN, conectadas, e são responsáveis pelas funções



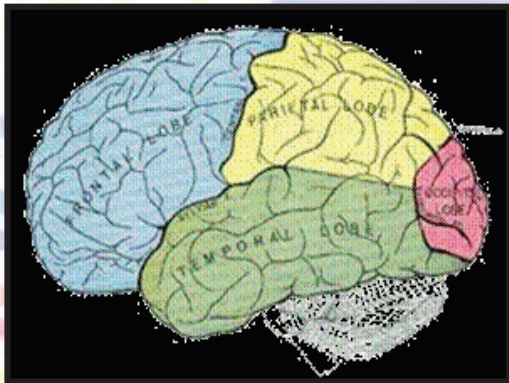
II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
Manaus - Amazonas

mentais, e controle dos movimentos, funções vitais, além de receber os estímulos enviados pelo organismo e pelo exterior. Conhecer as estruturas básicas por onde perpassam as informações no cérebro é primordial para compreender o seu funcionamento em relação à aprendizagem, sendo este um dos principais objetivos deste estudo (MESTRING, 2012).

O cérebro possui um revestimento constituído por uma substância cinzenta denominada *Córtex Cerebral*.

[...] córtex cerebral contem bilhões de neurônios organizados em circuitos bastantes complexos que se encarregam de funções como a linguagem, a memória, o planejamento de ações, o raciocínio crítico, etc. Essas capacidades, que são características da espécie humana, costumam ser chamadas de funções nervosas superiores (COSENZA; GUERRA, 2012 p. 15).

O córtex é a área externa ao cérebro, rico em células nervosas, o que representa a parte cinzenta do cérebro. O córtex é responsável por dezenas de áreas funcionalmente específicas, além das grades áreas cerebrais.



O cérebro humano possui dois hemisférios: direito e esquerdo. Os hemisférios cerebrais são essencialmente responsáveis pelo raciocínio e inteligência. Suas funções perpassam por partes especializadas para cada tipo de processamento, e cada região depende da outra para realizar suas funções, porém, cada hemisfério necessita de estímulos específicos a elas, e estão divididas de acordo

Figura 5 - Áreas cerebrais.

Fonte:

<http://www.sistemanervoso.com/pagina.php>

com os ossos do crânio revestidos pelo córtex cerebral (Figura 5).

Além da estrutura anatômica do cérebro composta pelos hemisférios, os estímulos chegam à áreas do córtex, que se encarregam pelo processamento dessas informações, essas áreas específicas são denominadas de *lobos corticais*: Occipital, Temporal, Parietal e Frontal, além das áreas de Wernick e de Broca, classificados por Mestring (2011).

*Lobos Corticais* são as áreas de funcionamento especializado em receber as informações. Se por algum motivo a cadeia neural for interrompida a informação não chegará ao córtex, e desta forma não será possível receber os estímulos dos receptores, e aquela região ficará desconectada dos restantes dos sistemas. Alguns órgãos, como por exemplo, os dos sentidos (olfato, audição e visão), têm receptores e cadeias neurais específicas, com transmissões sinápticas elétricas. A comunicação nesses casos será direta às regiões do cérebro e se tornará consciente.

O *Lobo Frontal* abrange a área responsável pela elaboração do pensamento, julgamento e soluções de problemas. Responsável também pelo controle da motricidade “Este lobo para funcionar demanda das informações armazenadas nas outras áreas cerebrais” (MESTRING, 2011 p. 83). O lobo frontal divide-se em:



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
Manaus - Amazonas

- **Centro pré-frontal:** possui neurônios especializados por regular funções mentais superiores, esta área do cérebro atua no controle, planejamento, julgamento, em geral na solução de problemas, possíveis através das aprendizagens armazenadas e fazem parte dos processos elaborativos.
- **Centro pré-motor:** recebe os planejamentos elaborados pelo córtex pré-frontal, e designa as determinadas áreas motoras.
- **Córtex motor primário:** esta área exerce juntamente com os outros órgãos a distribuição das instruções aos terminais nervosos.
- **Lobo Parietal:** os neurônios desse lobo decodificam os impulsos vindos dos receptores táteis, registra e interpretam as sensações, processamento espacial e relacionado à lógica matemática.
- **Lobo temporal:** neste lobo os neurônios decodificam os estímulos auditivos, reconhecimento de tons e sons. No lobo temporal também estão envolvidas as questões da aprendizagem, memória. A união com uma porção do lobo parietal permite a compreensão da fala.
- **Lobo occipital:** os neurônios deste lobo decodificam os estímulos vindos do nervo óptico. Esta área é responsável por processar as informações visuais.
- **Lobo límbico:** está relacionado aos fatores de comportamento emocional, sexual e pelo processamento da memória.
- **Área de Wernicke:** localizada entre os lobos occipital, temporal e parietal, exerce a importante função de compreensão da linguagem. Compreende a organização das palavras e produção do discurso.
- **Área de Broca:** é responsável por organizar os movimentos necessários na linguagem e escrita, por isso funciona de modo integrado com a área de Wernicke, porém localizado no hemisfério esquerdo e motor do cérebro.

De acordo com o exposto pode-se perceber que tanto as áreas de Wernicke, Broca e o córtex pré-motor, são áreas que envolvem a aprendizagem, pois estão envolvidas na organização do pensamento, da fala, linguagem e escrita.

Compreender as áreas funcionais do cérebro, as especificações hemisféricas, divisões de processos cognitivos e os vários circuitos das atividades cerebrais auxiliam as práticas pedagógicas à medida que se compreende esse percurso ao longo do desenvolvimento, e do processo de aprendizagem. Todas essas informações ajudam a dar o máximo de respostas e consequentemente diferentes formas de aprendizado.

#### Plasticidade Cerebral e Memória

O cérebro recebe informações e envia comandos a todo o instante, e desta forma as espécies interagem com o mundo exterior e interior do organismo; tudo acontece por meio do SN, especificamente através dos neurônios que conduzem as informações formando cadeias neurais. Esse processo é o que torna os cérebros diferentes. As conexões sinápticas constroem o cérebro. A cada nova experiência do indivíduo, conexões sinápticas são criadas, assim possibilitam as diferentes respostas a essas experiências, este processo apenas torna-se possível através da *plasticidade cerebral*.

Plasticidade cerebral é a denominação das capacidades adaptativas do SN – suas habilidades para modificar sua organização estrutural própria e funcionamento. É a propriedade do sistema nervoso que permite o desenvolvimento de alterações estruturais em resposta à experiência, e como adaptação a condições mutantes e a estímulos repetidos (RELVAS 2005, p.43).

O cérebro é plástico durante toda a vida, esse período é maior nos primeiros anos de vida, onde são formadas diversas sinapses que alteram a forma física do cérebro. Na fase adulta e na velhice, a capacidade de aprender é mantida justamente pela capacidade do cérebro em manter-se em permanente plasticidade. A base da aprendizagem consiste na plasticidade cerebral. Ela permite que as ligações entre os



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

neurônios sejam feitas e refeitas durante toda a vida. O que ocorre com o passar dos anos é o esforço para que de fato ocorra a aprendizagem.

Desta forma, é indubitável que a aprendizagem tenha um correlato biológico, tendo em vista que a constituição neurobiológica advém da formação e reconexão de neurônios, que formam conexões sinápticas através da plasticidade cerebral. A aprendizagem pode ser considerada um fenômeno individual, porém intrínseco ao ambiente, ou seja, as circunstâncias históricas de cada um. Nesse processo, o professor pode se posicionar como facilitador.

O cérebro é um órgão moldável, adaptável a novas situações partir da plasticidade. Nesse sentido as escolas precisam ser desafiadoras, através de estímulos que auxiliem a plasticidade neural. A sala de aula pode torna-se um local de auxílio à plasticidade do cérebro quando se utilizam de ferramentas que exercitem as diferentes áreas cerebrais.

Outro fator importante na aprendizagem é a *memória*. Ela é a base do saber humano. O cérebro funciona a partir da memória, e assim determina a individualidade dos seres. Segundo Relvas (2009, p. 39) “A memória tem sua origem etimológica no latim e significa a faculdade de reter e/ou adquirir ideias, imagens, expressões e conhecimento.” Este conceito ratifica a memória como a base da aprendizagem, através dela que os homens retêm os conhecimentos, geram habilidades e comportamentos adaptativos, e assim exercem uma das principais funções do cérebro.

O sujeito *aprendente*, o que vivencia experiência a todo o momento, utiliza a memória por meio das estruturas relacionadas ao Sistema Límbico, que como dito anteriormente, é o principal sistema responsável pelas emoções e armazenamento da memória. Outras estruturas relacionadas à memória são o *córtex pré-frontal* e o *hipotálamo* (Pequeno órgão, localizado na base do crânio que controla as funções de sobrevivência e comportamento). Para Relvas (2005, p. 53): “A memória não está localizada isolada no cérebro: ela é um fenômeno biológico e psicológico envolvendo uma aliança de sistemas cerebrais que funcionam juntos”.

## Neurociência e Práticas Pedagógicas: um potencial para o ensino em sala de aula.

Como visto, os estudos da neurociência sobre o funcionamento cerebral, possibilitam entender as alterações no cérebro durante o seu funcionamento, e a partir do foco neurobiológico procura explicar como os indivíduos percebem, interpretam e utilizam o conhecimento; esses estudos abordam cientificamente o desenvolvimento neurológico das espécies, tornando compreensível o processo biológico que percorre a aprendizagem.

Porém, as evidências neurocientíficas têm um correlato essencialmente biológico. Não apresentam estratégias de ensino, muito menos se constituem fórmulas prontas para as metodologias de ensino. No entanto, os estudos da neurociência contribuem ao ensino e aprendizagem, pois fornece embasamento científico sobre o desenvolvimento do cérebro. Cabe ao educador apropriar-se dessas informações para entender a relação de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

fatores biológicos envolvidos na aprendizagem, integrá-los ao meio, para assim potencializar sua prática pedagógica e assegurar um aprendizado significativo. A união desses conhecimentos científicos através da Neurociência e as Didáticas Pedagógicas, consolidou o surgimento da *Neuroeducação*, área específica que se propõe explicar os comportamentos da aprendizagem.

Diante das considerações destes estudos, é possível entender alguns aspectos que exercem influência em torno da aprendizagem, e que os estudos da Neurociência podem contribuir significativamente para o conhecimento no campo da educação. Como explicitado anteriormente, há também necessidade dessas discussões na formação inicial e continuada do professor.

### **Estímulos ao aprendizado na organização do espaço escolar.**

Um dos fatores comuns entre a Neurociência e Educação, assim como para as áreas envolvidas no estudo da aprendizagem, refere-se ao *meio*, delimitando todo espaço destinado ao processo educacional. Desta forma, esse aspecto será enriquecido através dos estudos de alguns teóricos da educação, que já abordavam esses aspectos em diferentes caminhos.

A *Teoria Psicogenética Walloniana* atribui ao meio, e às suas culturas específicas, diversas possibilidades ao desenvolvimento infantil, por entender que este é um espaço de oportunidade para as diversas manifestações das relações humanas.

Desta forma, pode-se considerar que o *meio* exerce influências no desenvolvimento biológico do ser humano, tanto para teóricos da educação, quanto para a Neurociência, quando estabelece que as redes neurais funcionam em resposta ao desafio do ambiente.

A partir das diversas possibilidades de acesso às várias dimensões do meio ampliam-se as possibilidades a novos recursos, que consequentemente resultará na ação do indivíduo, ou seja, as dimensões do contexto social, e o espaço físico onde são estabelecidas as interações agem como estímulos externos, levando a criança a diversas percepções, que por sua vez, estão relacionadas com as funções tônicas (visão, olfato, tato, etc.), ligados ao cérebro através dos neurônios, e de acordo com as experiências, desencadeiam a tomada de consciência das realidades externas.

A ação sobre o meio físico representa o progresso de sua atividade cognitiva. Desta forma, a cada etapa do desenvolvimento, a criança assume um novo tipo de ação particular no ambiente. Com ênfase nesse aspecto, estão algumas das principais considerações de Piaget, que segundo Relvas (2005, p.101) “procurou explicar o desenvolvimento intelectual partindo da ideia de que os atos biológicos são atos de adaptação ao meio físico e organizações do meio ambiente, procurando sempre manter um equilíbrio”.

Transpondo esta análise para o ambiente escolar, percebe-se a necessidade de estruturar e planejar um ambiente adequado, que vise a promoção do desenvolvimento do estudante. Ao ampliar estas reflexões às ações pedagógicas, entende-se que as atividades escolares precisam abranger além do conteúdo de ensino, embasamento nos







II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

processos neurobiológicos envolvidos na aprendizagem, além de atingir as dimensões que compõem o meio.

As atividades que compreendem o uso do espaço devem ser planejadas, principalmente quanto às questões de organização e duração de tempo, para definir um momento adequado para a realização, de acordo com o alcance do objetivo e a realidade social dos envolvidos. Segundo Galvão, em relação ao espaço escolar, conclui:

A estruturação do ambiente escolar, fruto do planejamento, deve, por fim, conter uma reflexão sobre as oportunidades de interações sociais oferecidas, definindo, por exemplo, se serão realizadas individual ou coletivamente e, neste caso, como serão compostos os grupos. [...] quanto maior a diversidade de grupos de que participar, mais numerosos serão seus parâmetros de relações sociais, o que tende a enriquecer sua personalidade. (GALVÃO, 2007 p. 101).

São válidas as discussões sobre a importância das atividades que promovam o desenvolvimento em suas várias etapas, que de acordo com as teorias do desenvolvimento da criança, e a Neurociência enquanto ciência interdisciplinar, promove saberes para que o educador estabeleça seu *planejamento e estratégia* de ensino, de acordo a *neurofisiologia* cerebral de seus alunos.

Desta forma, segundo a neurociência, é necessário que o educador *estimule* o estudante, por meio de práticas pedagógicas que promovam o pensar sobre o pensar. Afinal, se o processo de socialização do homem é entendido como sendo um fator responsável pela transformação do processo neurobiológico, ficariam a cargo das instituições escolares, cujas principais atribuições são de condução e transmissão de conhecimentos relevantes. Por isso compreender *o ser biológico*, na tentativa de promover os estímulos adequados ao desenvolvimento da criança.

É necessário que estes indivíduos consigam integrar, associar e entender os conteúdos, transformando-os em aprendizado significativo, no espaço intitulado; para isso é necessário que sejam compreendidos em seu processo de desenvolvimento biológico.

### **Fatores que influenciam na aprendizagem: discutindo possibilidades de potencializar.**

Do ponto de vista educacional, entender o processo de aprendizagem a partir do funcionamento neural, implica compreender que este ser é individual, pois perpassa por sistemas singulares, no ritmo das sinapses. A fisiologia cerebral pode ser similar entre os indivíduos, mas *as formas de aprender* não o são. A Neurociência procura comprovar cientificamente estes dados, a partir das técnicas de neuroimagens, dentre outros. Aos educadores essas evidências são as diversas experiências pessoais de cada aluno frente a situações parecidas de aprendizado.

A partir desta compreensão, será apresentada uma análise geral, sobre a necessidade de desenvolver práticas que influenciam e estimulem a aprendizagem. Sendo explicitada uma síntese, a partir da pesquisa bibliográfica realizada, com o objetivo final



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

de identificar fatores que segundo as contribuições da Neurociência, potencializam o ensino em sala de aula, conforme apresentado e conceituado anteriormente.

### Algumas considerações de fatores que influenciam na aprendizagem

**Atenção:** é um importante mecanismo de seleção das informações, um fator essencialmente específico de retenção da aprendizagem. Através da atenção o sistema nervoso faz a “seleção” das informações que chegarão ao cérebro por meio dos circuitos neurais, porém, para que se atinja a região necessária para que a informação se torne consciente são necessárias influências que sirvam de estímulos, alguns exemplos são: as preferências, necessidades, experiências anteriores, estado emocional, estimulações relativas aos receptores sensoriais periféricos.

**Memória:** sem memória não há aprendizado, é por meio dela que as informações estão registradas no cérebro, e sempre que solicitadas, principalmente por meio da associação, serão recuperados os conhecimentos adquiridos anteriormente. Quanto maior a frequência, mais estáveis serão as conexões sinápticas e mais rápidas a recuperação da memória. A retenção de uma informação pode ser reforçada pelo interesse, pela observação, pela associação, por repetição, dentre outras técnicas que auxiliem a busca pela memória sempre que necessário.

**Emoção:** estudantes e professores estão envolvidos por emoções básicas, esta condição é indissociável na constituição do homem. A emoção é um fator intrínseco e extrínseco na aprendizagem, é preciso analisar se as emoções em sala de aula estão estimulando ou não, pois quanto mais emoção positiva há em um evento, serão liberados neurotransmissores favoráveis, ampliando a possibilidade de serem armazenados no cérebro, em forma de memórias, estímulos negativos podem desencadear reações emocionais desfavoráveis.

**Motivação:** em muitos casos a aprendizagem ocorre por meio da motivação, que seria o impulso interior, processo que ressalta a atividade cerebral, ligado a alguma relação de troca e que determina o empenho na prática. Esse fator é indispensável para que o estudante estabeleça motivos para apropriação do conhecimento. Fator estimulado principalmente por meio do incentivo.

**Oportunidade:** todo indivíduo aprendente necessita de oportunidades para a exposição de ideias e sentimentos, de um ambiente favorável para a elaboração do pensamento. Ocasões propensas a diversas criatividade através da associação do ensino às experiências vivenciadas, as múltiplas oportunidades representam incentivos ao aprendizado.

**Métodos e práticas fundamentadas e objetivas:** não basta ensinar, é preciso entender como se aprende para buscar novas formas de aprendizagem. Novos métodos estimulam a atenção, para isso é necessário domínio e segurança quanto aos objetivos do ensino.

**O trabalho do educando:** da mesma forma não ser obstante ensinar, é necessário que se queira aprender, por isso a Neurociência também evoca o papel do educando nesse processo de aprendizagem, pois não adiantarão as diversas metodologias e ferramentas diferenciadas de ensino os indivíduos se estes não dispõem em adquiri-los, quando não há um esforço do aprendente para isto, suas funções cognitivas podem ser por ele próprio bloqueadas, as sinapses desativadas, as memórias armazenadas esquecidas, ou seja, os neurônios não criam as conexões próprias ao aprender.

### Algumas considerações das Práticas pedagógicas que estimulam a aprendizagem

**Escuta:** a escuta pedagógica é uma prática simples, porém demanda paciência por meio de quem a exerce. Possibilita a clareza de informações necessárias aos educando frente às reais necessidades, para que possam ser identificados os principais impedimentos quanto ao método de aprendizagem, assim como possibilidade de transformação das ações realizadas, tendo o foco no aluno em desenvolvimento e no resultado das práticas desenvolvidas.

**Propor desafios:** o educador precisa planejar-se no intuito de procurar propor novos desafios, para que as sinapses estabelecidas produzam novas conexões e fortaleça as existentes em forma de memória de longo prazo.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

**Vínculos afetivos:** a construção e vínculos afetivos auxilia o educador compreender as necessidades e comportamento dos alunos. Com relação aos processos de funcionamento do cérebro podemos assinalar que:

A acetilcolina controla a atividade de áreas cerebrais relacionadas à atenção, à aprendizagem e à memória. Para garantir que essa informação seja transformada em memória de longo prazo e, por conseguintes, em aprendizagem, o professor deve permitir que as aulas sejam emolduradas pela emoção, pois quando a informação tem significado para a vida e vem pelo caminho da emoção, jamais, é esquecida (RELVAS, 2012, p. 150).

**Provocar diferentes estímulos:** é necessário que o educador promova diferentes estímulos. Quando positivos, provocam mudanças no curso do desenvolvimento, desta forma é importante compreender os educandos como seres singulares e que não se desenvolvem estímulos pela aprendizagem através de um único modelo de ensino;

**Reconfigurar o espaço escolar:** nem sempre educadores dispõem de espaço ou recursos de auxílio nesse processo, porém reconfigurar significa, adaptação, mudança, fazer uma nova configuração, neste caso, em relação às disposições existentes através da criatividade.

**Domínio do conteúdo;** é preciso estar preparado e seguro diante de situações de ensino, assim torna-se mais fácil utilizar ou buscar propostas pedagógicas simplificadas em detrimento da necessidade circunstancial.

**Novas tecnologias;** Reconhecer o uso das tecnologias como interfaces possíveis de sustentação dos aprendizes, principalmente por necessidade desde novo século.

**Atividades práticas;** a realização de atividades práticas ou físicas, como jogos e esportes que determinam o uso do corpo e raciocínio, provocam alterações nos cursos nervosos do cérebro humano, auxilia na plasticidade cerebral, pois estimula a aquisição de novas habilidades.

**Aprendizagem significativa:** aprendizagens significativas são prazerosas, o ensino pode e deve despertar as emoções, ou seja, produzir a acetilcolina, como explicitado anteriormente, processo neuroquímico importante para a aprendizagem.

O exposto representa algumas reflexões realizadas por meio dos estudos e contribuições da Neurociência em relação à aprendizagem. Fatores ligados diretamente aos órgãos do sistema nervoso e suas funções específicas, assim como as funções cognitivas, o resultado da atividade dessas estruturas representa o comportamento do indivíduo. Desta forma, os educadores, função executada também, por coordenadores, supervisores, professores e pais, todos aqueles que orientam em qualquer situação de aprendizado podem identificar-se como agente que auxiliam o desenvolvimento de pessoas, e que precisam utilizar estratégias contribuintes para as mudanças neurobiológicas, que provoquem o tão sonhado, e pleno desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## CONSIDERAÇÕES

Considerando o estudo realizado compreende-se a necessidade da aproximação do estudo da Neurociência na formação do educador, pois trata-se de discussões recentes que podem contribuir significativamente para construção de processos de mediações pedagógicas na sala de aula. Os objetivos educacionais, assim como as práticas pedagógicas precisam ser repensados, a fim de priorizar e valorizar a aprendizagem, não apenas subjetiva onde o estudante precisa aprender, ou pseudo-aprender; é necessário entender a neurobiologia deste processo, levando em consideração os fatores que influenciam, aliado a práticas pedagógicas que estimulem essa aprendizagem. O indivíduo é um ser aprendente, emocional, social, cultural e acima de tudo biológico e suas condições constitutivas precisam ser respeitadas seja qual for o espaço de convivência.

Aos profissionais da educação cabe a busca por esse entendimento, primeiramente para compreender-se também como um ser aprendente, e assim entender que cada “sujeito cerebral” possui sua autonomia em aprender, que se vejam como agentes desse processo. Outro desafio urgente seria a inclusão dos temas relacionados às contribuições da Neurociência a aprendizagem na formação inicial do educador no Brasil.

Quanto à Neurociência, precisa-se de cautela, quando estes estudos são aplicados à educação, para que não seja compreendido apenas por visões estruturais e fisiológicas sobre o cérebro. Visto que a presente pesquisa foi apenas subsidio de melhoria nas práticas pedagógicas. Porém otimista quanto à necessidade por estudos científicos que contribuam e avaliem as tais práticas em função dos achados sobre o funcionamento neural. Outro destaque quanto ao estudo é a aproximação com as *teorias cognitivistas*, pois nos possibilita a ampliação e interlocução com esses conhecimentos.

O desafio da educação a esta área de pesquisa ainda existe quanto aos relevantes estudos sobre o sistema nervoso de aprendizes, que por diversos motivos apresentam diferentes cérebros, especialmente quanto aos casos de deficiência ou distúrbios na aprendizagem. Neste caso, são necessárias estratégias pedagógicas específicas aos profissionais que trabalham de acordo com as políticas de inclusão.

Enfim, tecemos algumas discussões e resultados provisórios de um campo de estudo recente na área da educação, mas que nos provoca a pesquisar o funcionamento cerebral e o processo de aprendizagem, questão que desafia a novos olhares e inquietações, pois há muito que aprender sobre a *mente humana*, rompendo inclusive com a visão que mente e corpo são algo separado.

## REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Galeno Procópio M. *Homem, animal de duas cabeças*. [S. I.: s.n.], 2007.  
 BRANDÃO, M. L. *As Bases Biológicas do Comportamento: Introdução à Neurociência* / Marcus Lira Brandão – São Paulo: EPU. 2004;  
 COSENZA, R. M. *Neurociência e Educação: como o cérebro aprende* / Ramon M. Cosenza, Leonor B. Guerra, Porto Alegre: Artemed, 2011;  
 GALVÃO, Isabel. *Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil* / Izabel Galvão. 16. Ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007. – (Educação e conhecimento).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

- GIL, Antônio Carlos, - *métodos e técnicas de pesquisa social*/ Antônio Carlos Gil. - 5. Ed. - São Paulo: Atlas, 1999.
- LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. Ed. - São Paulo: Atlas 2003.
- LEAL, Gláucia : *Biblioteca mente e cérebro: aprender mais e melhor* / Gláucia Leal (Org). – São Paulo : Dueto editorial, 2013. – (biblioteca mente e cérebro; v. 3).
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia científica*. 5ªEd. São Paulo: Atlas, 2003;
- MESTRING, R. A. *Neuropsicologia e aprendizagem: fundamentos necessários para planejamento do ensino*/ Roberte Mestring, Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011;
- RELVAS, M. P. *Fundamentos biológicos da educação: despertando inteligências e afetividade no processo de aprendizagem* / Marta Pires Relvas. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2005;
- \_\_\_\_\_. *Potencialidades dos gêneros humanos na sala de aula* / Marta Pires Relvas. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009;
- \_\_\_\_\_. *Neurociência na prática pedagógica* / Marta Pires Relvas. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012;
- TRIVUÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928 – *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*/ Augusto Nivaldo Silva Triviños. – São Paulo: Atlas, 1987.
- Witter, Geraldina Porto. *Psicologia da aprendizagem* / Geraldina Porto Witter, José Fernando Bitencourt Lomônaco - São Paulo: EPU, 1984. (temas básicos de psicologia; v. 9) bibliografia.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS INDÍGENAS SATERÉ- MAWÉ NO UAICURAPA NO BAIXO AMAZONAS

### PEDAGOGICAL COORDINATION OF INDIGENA SCHOOLS SATERÉ- MAWÉ WAICURAPA IN THE LOWER AMAZONAS

Elizabeth Cristina Siel Souza<sup>1</sup>  
 E-mail: [Beethy9@hotmail.com](mailto:Beethy9@hotmail.com)

João Luiz da Costa Barros<sup>2</sup>  
 E-mail: [dr.joaoluizbarros@gmail.com](mailto:dr.joaoluizbarros@gmail.com)

#### RESUMO

Educação Escolar Indígena é marcada por lutas históricas de movimentos sociais de instituições e órgãos não governamentais juntamente com a FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Neste sentido, a Constituição de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 amparam uma educação indígena bilíngue, diferenciada, intercultural, específica e comunitária em todas as comunidade autóctones no Brasil. Com elementos educacionais particulares étnicos, o coordenador pedagógico é o principal mediador das informações culturais entre os componentes curriculares da educação não indígena e a especificidade do seu grupo no processo educacional. Sendo este um dos papéis do coordenador pedagógico, esta pesquisa objetivou-se em refletir o cotidiano e o desafio enfrentado pelo coordenador pedagógico da instituição indígena diante sua função de coordenar cinco escolas da comunidade Sateré-Mawé no rio Uaicurapa, no Baixo Amazonas. Tendo como foco, a estratégia de trabalho e planejamento escolar sob os pilares da educação escolar indígena. Para alcançar os objetivos expostos a entrevista semiestruturada, foi fundamental para a compreensão do universo, no qual, a coordenadora está inserida. Contudo, conhecer as dificuldades da coordenadora em realizar seu trabalho nos contextos educacionais torna-se fundamental para pensar numa educação de qualidade para os povos indígenas.

**Palavras-chaves:** Coordenadora Pedagógica. Sateré-Mawé. Educação Escola Indígena.

#### INTRODUÇÃO

O coordenador pedagógico é responsável por articular o planejamento das ações educacionais de ensino e aprendizagem dentro das instituições. Este princípio para o coordenador pedagógico da escola indígena não é diferente, pois, sua função é cercada por desafios maiores que da escola comum. Ou seja, este necessita articular saberes

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia – PPGSCAUFAM, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Pós-graduanda em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Kurios-FAK.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia – PPGSCAUFAM, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

culturais, sociais e políticos dos povos autóctones com os conhecimentos dos povos não indígenas dentro da perspectiva intercultural do saber.

Ao reporta-se para comunidades indígenas em Parintins, no baixo Amazonas, retrata-se uma realidade educacional específica dos povos Sateré-Mawé. Por muito tempo a educação desses povos foram vivenciadas e registradas através da oralidade, contudo de 2000 aos dias atuais está educação passa por um período de escrever e arquivar sua história educacional, onde a coordenação pedagógica tornou-se responsável pela organização e registro histórico no processo educacional.

Você pode estar se perguntando por que a coordenação pedagógica é a responsável por escrever sobre a educação indígena Sateré-Mawé. Para este questionamento, a resposta pode ser conduzida pelos caminhos dos documentos oficializados pelo setor educacional no nível nacional, estadual e municipal. Pois, a coordenação pedagógica constitui-se de duas pessoas: uma pessoa não indígena e outra indígena de origem Sateré-Mawé. As duas pessoas são responsáveis por cinco escolas Sateré no rio Uaicurapa, no Baixo Amazonas.

Por ser responsável em dirigir o processo educacional das escolas, a coordenação funciona na cidade e não diretamente nas instituições como deveria, ou seja, objetivo de acompanhar o processo educacional. Uma vez que, o acompanhamento funciona por meio de visitas temporárias ou pela espera de algum dos professores, virem a cidade para tirar dúvidas ou planejar as atividades da instituição.

Dentro deste contexto, o desafio da coordenação está no distanciamento vivido entre o coordenador e a instituição de ensino. E para o docente esta distância é recebida com maus olhares, pois, eles ressaltam a importância de ter um orientador pedagógico dentro do âmbito escolar (Caderno de 2015). Por esta razão, a pesquisa intitulada *Coordenação Pedagógica das escolas indígenas Sateré-Mawé no Uaicurapa Baixo Amazonas*, parte do objetivo geral de refletir o cotidiano e desafio enfrentado pelo coordenador pedagógico da instituição indígena diante sua função de coordenar cinco escolas da comunidade Sateré-Mawé no rio Uaicurapa, no Baixo Amazonas.

As cinco instituições são distintas devido em cada comunidade ter suas especificidades próprias e serem compostas por clãs diferentes que compõe a etnia Sateré-Mawé. Por esta razão, o objetivo específico está em: identificar o papel da coordenação



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

pedagógica na história da educação escola indígena que acompanhe a contextualização da educação escolar dentro das instituições de ensino Sateré-Mawé.

A relevância da pesquisa está no retrato descrito por ela, a respeito da função do coordenador pedagógico dentro da escola. Cujas o coordenador que desejar dar continuidade no trabalho do anterior terá de onde partir e solucionar alguns desafios ainda não superados. Pois, os dados coletados foram obtidos por entrevista semiestruturada realizada com técnica educacional pedagógica que exerci a função de coordenadora.

Enfim, todo o desenvolvimento da pesquisa levou a reconhecer que a questão partidária influencia diretamente no trabalho da coordenação, ou seja, o espaço que o setor municipal da educação indígena é mínimo, mas já houve prefeito anterior que abriu portas essenciais para o início do arquivamento e acompanhamento constante com as cinco escolas do rio Uaicurapa.

### **Papel da Coordenação Pedagógica na história da Educação Escolar Indígena.**

A Educação Escolar Indígena parte da perspectiva de ser específica, bilíngue, intercultural, diferenciada e comunitária, que visa contemplar a cultura, política, geográfica, mitológica, cosmológicas, artesanato e saberes milenares da própria etnia. Mas, para alcançar as conquistas atuais e a institucionalização da educação que leve em consideração suas raízes culturais e étnicas, muitas lutas foram traçadas para resultar em currículos escolares diferenciados e individuais de cada comunidade autóctone.

Ao reporta-se para este processo, Brasil (2002) descreve que a introdução da escola nas comunidades indígenas inicialmente serviu como instrumento de imposição de valores alheios e de negação de identidades diferenciadas. A catequização em primeiro momento foi a grande responsável pela integração a força dos índios à comunhão nacional (BRASIL, 2002).

Neste período o coordenador recebia instruções do visitador das escolas elementares das vilas e tinha a função de descrever o que acontecia em cada prédio destinado a educação catequética dos índios, assim, com eles eram os responsáveis de presidir exames aos alunos e alunas (RIZZINI, 2004). No Amazonas e Pará em 1859, os visitantes e diretores das instituições públicas descreviam em seus relatórios a vida cotidiana da população e a concepção a respeito do que significava a escola para eles (RIZZINI, 2004).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Rizzini descreve o papel que coordenador pedagógico recebeu por vários séculos dentro das escolas indígenas. Visto que, o conceito de coordenador pedagógico é atual, pois, anteriormente a ideia de inspetor, visitador, técnico, supervisor (LIBÂNEO, 2008). Mas, dentro do contexto educacional de imposição cultural aos povos indígenas o coordenador esteve presente.

Neste sentido, podemos refletir o papel do coordenador pedagógico em dois momentos da coordenação, o de organizar a documentação, formação continuada dos docentes indígenas e o bilinguismo. O primeiro momento que reflete na organização, a técnica em educação que atua com coordenadora descreve que em 2011 iniciou o processo de arquivamento das matrículas, memórias e boletins.

A ausência do arquivamento era sentido. E assim ela tece que a organização só foi possível por que *“junto a apoio que foram realizados, o estudo, conversas e reuniões, nós fomos conseguindo realizar essa questão da organização mediante à documentos, a questão de quadro, mediante a questão de contratações”* (Entrevista/2015, técnica educacional). A ausência e processos de arquivamento documental pode ser vista como um diagnóstico.

Souza (2003, p. 95) tece que *“a função do coordenador pedagógico é aquele que organiza, orienta e harmoniza o trabalho de um grupo, por intermédio de métodos de acordo com o sistema ou contexto em que se insere”*. Esta função foi possível observar na fala da técnica anterior quanto ela buscou apoio de todos e tornou-se a mediadora dos saberes, assim com a necessidade imediata que aprecem ao longo do cotidiano.

Almeida (2003) destaca que o mesmo pode elaborar propostas de trabalho, e não ficar somente à mercê das emergências, ou seja, ele terá de solucionar alternativas que tenha o desejo de atingir a todos da instituição escolar. Por esta, razão ao propor a organização documental o coordenador buscou solucionar uma demanda que vinha se estendo por vários anos.

Ao ter apoio da comunidade dos professores Sateré-Mawé outros dois momentos da atuação da coordenação andaram junto, sendo elas, a formação continuada e a revitalização da língua dentro das instituições de ensino. Segundo a técnica *“elaboramos um projeto [...] o projeto ele foi agraciado, nós conseguimos levar pra comunidade que não tem mais a língua, não fala mais a língua Sateré-Mawé e até o momento pelo o que nós observamos tá dando certo”* (Entrevista/2015, técnica educacional).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Este projeto surgiu da necessidade da própria comunidade escolar e foi amparada legalmente pela legislação. Angelo (2006) destaca que a participação da comunidade é essencial para construção de projetos curriculares e político pedagógico para a agregação dos projetos societários no intuito de valorizar, fortalecer a identidade e o desenvolvimento socioeconômico.

Desta forma, a elaboração de um projeto que seja conduzido pelos mais velhos que falam a língua materna torna-se uma troca de experiência entre os mais velhos e a nova geração, e também possibilita a formação continuada por parte dos docentes que são indígenas e não falam a língua. Pois segundo a técnica funciona:

Eh, as vezes a gente consegue um espaço pra ministrar três dias, nós começamos era três etapas nós começamos ministrando, depois foi pra dois e agora com um dia pra ministrar, isso é pouco tempo não tem condições, até um aluno que tá semanalmente em sala de aula ele já tem dificuldade imagine um dia.

Dentro deste contexto, Bruno (2008, p. 80) destaca que “o formador diz respeito ao seu compromisso de preparar o professor para uma atuação que incorpore essas novas formas de acesso ao conhecimento e de comunicação, além da constante necessidade de revisão das concepções”. Neste universo o coordenador deve está conectado em dois saberes, o indígena e não indígena, uma vez que a língua e formação ganham destaque neste momento devido uma completar a outra.

### **Contextualização da educação escolar indígena Sateré-Mawé.**

Retratar historicamente as lutas dos povos indígenas ao longo dos séculos XVI ao XXI é descrever as situações vividas por etnias distintas, em busca de seus direitos na sociedade como seres humanos livres. Sendo que, os Europeus ao iniciarem suas conquistas em 1549 foram protagonistas de diferentes lutas entre os indígenas com os não-indígenas, intertribais e as ditas “guerras justas”, cada situação desta, havia indígenas que lutam do lado ou contra os europeus, ou seja, existiam dois grupos distintos com interesses diferentes para a sobrevivência de sua cultura, etnia, mitologia, economia e social.

No sistema colonial tinha legislação que era subordinada à legislação metropolitana, que tornava-se o sistema jurídico como: conselhos consultivos – a Mesa de Consciência e Ordens (1532), o Conselho da Índia (1603) e o Conselho Ultramarino



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

(1643), que estabeleciam Carta Régias, Alvarás e Decretos que os governadores gerais aplicavam nas colônias (OLIVEIRA e ROCHA FREIRE, 2006). Nestas primeiras legislações a educação escolar não tem valor, pois, as mesmas se configuram para os casos de escravidão dos índios através de guerras justas e por resgate, onde as relações de dependência, de trabalho e instituições são visível por elas.

A catequese por séculos buscou uniformizar as práticas disciplinares em seus espaços educacionais, onde converter os índios para o trabalho, por meio da educação foi a chave para a dizimação cultural e das crenças deste povos. De modo particular, “no Alto Rio Negro ou em Mato Grosso ou em Mato Grosso, os salesianos atuavam criando oficinas mecânicas e educando as crianças indígenas longe dos pais, em internatos” (OLIVEIRA e ROCHA FREIRE, 2006, p. 146). A educação nestas localidades era acrescentada pela oficina de agricultura.

As ordens religiosas eram muito fortes na região Amazônica por vários séculos e foram responsáveis pela dizimação dos costumes, saberes, cosmologia e valores. Mas, com a criação do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) em 1936, houve mudanças significativas no planejamento educacional dos povos indígenas, assim como este buscou reconhecer os indígenas como cidadão (FERREIRA, 2001).

Para o SPI era importante o indígena ser educado dentro de suas próprias comunidades, algo que já vinha acontecendo, mas ainda não era reconhecida por lei. Os responsáveis pelos órgãos viam e tentavam colocar em destaque a especificidade de cada grupo étnico e suas línguas em particular (FERREIRA, 2001).

Em 1967, quando houve substituição do SPI pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), o órgão implementou o bilinguismo na educação, no intuito de valorizar e respeitar a diversidade étnica individual, entretanto por não haver tantos professores bilíngues que contemplasse todas as comunidades, existia locais que o ensino ainda funcionava sob legado dos missionários (FERREIRA, 2001; ESTÁCIO, 2009). A FUNAI priorizava a educação que possibilitasse ao indígena entrar na sociedade não indígena, sem deixar de viver suas origens.

Ferreira (2001, p. 75) descreve que “a Funai resolveu investir, também, na capacitação de índios, para assumir integralmente, as funções educativas na sua comunidade, expressando o propósito de a educação escolar interferir o mínimo possível nos valores culturais de cada povo”. Ensinar a língua para criança na escola era sinônimo



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

de perpetuamento cultural e conseqüentemente de mediação entre os conceitos e valores entre a cultura sistematizada do não indígena e os saberes transmitidos oralmente por longos séculos de geração a geração do seu povo.

Ao iniciar a discussão da educação bilíngue para as etnias autóctones, outras vitórias foram alcançadas ao longo das lutas, como o reconhecimento legal desses povos por meio da diversidade cultural e pluriétnicidade dentro da Constituição Federal de 1988 (VILARES, 2009). Ou seja, o indígena para de ser visto como um sujeito de cultura inferior para ser reconhecido como um povo dotado de culturas, organizações sociais, línguas, religiões, modo de vida peculiar cada grupo étnico (VILARES, 2009).

Deste modo, a educação escolar indígena na comunidade ganha caminhos legais e que são confirmados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.94/96 de 20 de dezembro de 1996, que ampara uma educação escolar indígena diferenciada, específica, comunitária, bilíngue e intercultural (FERREIRA, 2009). Porém este amparado legal só contempla estudantes indígenas que estudam na comunidade de origem, pois, está são vistas pelo ponto de partida para a luta política que reconheça a sua identidade e cultura étnica.

As escolas nas terras indígenas Sateré-Mawé iniciaram sua efetivação em 1993, por meio de professores e lideranças. Com destaque, a Resolução N° 11/2001/CEE/Am, do Conselho Estadual de Educação do Amazonas, fixa as normas para criação e funcionamento da Escola Indígena. Para Lico Paz, Norbert Batista e Ivana Trindade (2004) que ressalta que a contribuição para o processo de formação diferenciada dos professores e construção de Escolas Indígenas Sateré-Mawé asseguram o direito à uma educação de qualidade e respeitosa da diversidade social e cultural.

Este momento marca a luta de confirmação dos povos Sateré pela educação diferenciada e específica para suas comunidades. Pois, anteriormente a educação deste povos era mediada por professores não indígenas e compactuavam com processos anteriores de dizimação da língua, cultura, mitos e ritos deste povos (RODRIGUES, PAIVA e CATALÃO JÚNIOR, 2012)

Mas, para registrar as mudanças ocorridas ao longo das reivindicações dos docentes para a educação Sateré-Mawé ser lecionada em grande porcentagem pelos próprios, a organização documental e construção do projeto político pedagógico das



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
Manaus - Amazonas

escolas das 05 (cinco) comunidades sob base legislativa, a coordenação educação escolar indígena descreve que

*Em 2011 havia uma perspectiva de que nós pudéssemos alcançar o arquivamento dos documentos como matrículas dos alunos, atas, memoriais, entre outros. [...] isso tinha que ter uma organização, mesmo por conta das questões das Legislações, das Leis que amparam mediante a questão a educação escolar indígena, então pra isso havia uma necessidade e com isso nós viemos caminhando, fazendo essa organização, e não posso dizer que nós estamos 100%, acho que é até difícil chegar à isso né? mais eu acho que nós avançamos muito em relação a todo esse processo (Entrevista/2015, técnica educacional).*

A técnica educacional destaca que a educação escolar nas comunidades aconteciam, mas não tinham uma organização expressiva documental, e nos momentos que havia precisão de alguns documentos para comprovar que a criança estudou determinada serie, eles não tinham como comprovar, devido o docente não ter um registro (Caderno de Campo/2015).

A documentação do processo de atuação da escola indígena é vista por Ângelo (2006) como fundamental para posteriores avaliações do processo de educação, pois, a escola pode ser vista como um manual didático que guarda a memória do grupo indígena após e durante a chegada do não índio dentro das comunidades.

O caminho de documentação escrita da escola passou por conversas comunitárias entre os mais velhos e os responsáveis por esta organização, ou seja, a escola deve ser analisada pela situação geral. Rodrigues, Paiva e Catalão Júnior (2012, p. 278) descreve que para a construção do projeto político pedagógico e a documentação da escola, “mapeou-se sua realidade nas dimensões pedagógicas, administrativa, financeira e judiciária, procurando perceber os resultados que o trabalho tem apresentado à comunidade local. Tratou-se, portanto, da realização de um diagnóstico da realidade da escola”.

Com o início da escrita da história da escola dentro da comunidade, docentes recém formados filhos da terra ajudam e ajudaram neste processo, pois, as comunidades protagonizam a valorização desses professores antigos e os estudantes recém formados que ainda estão começando a ter um contato direto com a cultura. Este processo é necessário pois, muitos são ensinados pelos professores não indígenas que atuam na comunidade ou devido sua aprendizagem ser na cidade (Caderno de Campo/2015). Este contexto descrito pela técnica educacional é vista por dois ângulo, no qual, muitos dos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

jovens professores indígenas ao voltarem para comunidade sentem dificuldade de trabalhar a interculturalidade.

Para procurar amenizar essa dificuldade, Brasil (2002) ressalva que as políticas traçadas fundamenta a formação dos próprios índios como docentes da comunidade, pois, ele saberia como produzir materiais bilíngues e na língua nacional, para o uso nas próprias instituições, e assim o adequamento dos currículos e calendários escolares seria conforme a necessidade de seu povo.

Para o Sateré-Mawé o projeto Pira-Yawara permite aos docentes indígenas uma formação dentro da perspectiva intercultural que a educação indígena os permite. Para a coordenação o projeto ajuda os docentes no cotidiano, visto que, o mesmo, recém formado precisa pelo projeto, pois, ele tem como base qualifica-los pra atuar em sala de aula, *nos dá coordenação estudamos nele, para poder assim trabalhar com a comunidade.*

Rodrigues, Paiva e Catalão Júnior (2012, p. 273) tece que “na última década os Sateré-Mawé decidiram formar seus próprios docentes para que eles atuassem junto à comunidade indígena realizando os ensinamentos”. Neste sentido, o projeto Pira-Yawara é o responsável pela formação, uma vez que, a coordenação apoia a realização dele dentro das comunidades.

Com todas as dificuldade de trabalho a coordenação pedagógica das 05 comunidades busca por meio dos amparos legais os caminhos necessários para sua conquista diária de como a educação escolar indígena pode ser desenvolvida e descrita em conjunto com docentes, comunidades em geral e coordenação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O universo educacional dos povos indígenas está ligado entre dois mundos: o conhecimento milenar e da sistematização dos conhecimentos por meio da escola. E neste âmbito o coordenador pedagógico deve estar atento nas bases curriculares da educação indígena, pois, esta deve ser intercultural, bilíngue, diferenciada e específica.

Atenta a todos estes aspectos que envolve a educação nas comunidades a coordenação pedagógica de 05 comunidades Sateré-Mawé no rio Uaicurapa, no Baixo Amazonas, situada na cidade de Parintins trabalha no intuito de desenvolver projetos para alcançar as necessidades vivenciadas dentro das instituições.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Neste sentido, este estudo buscou apresentar o trabalho que a coordenação desenvolve ao longo de 10 anos dentro das escolas e em conjunto com a comunidade, sendo que a cada dia este grupo de pessoas lutam para que a educação escolar indígena conquiste diariamente seus próprios espaços dentro da educação.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Laurinda Ramalho. Um dia na vida do coordenador pedagógico de escola pública. **In:** \_\_\_\_\_. PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho. **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. Edição Loyola, São Paulo, Brasil. 2003/2008
- BRASIL. **O governo Brasileiro e a educação escolar indígena 1995-2002**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. 2002.
- BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira. Desejo e condição para mudança no cotidiano de uma coordenação pedagógica. **In:** \_\_\_\_\_. PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho. **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. Edição Loyola, São Paulo, Brasil. 2003/2008
- ESTÁCIO, Marcos André Ferreira. **Direito a educação: o percurso histórico da educação escolar e superior indígena no Amazonas**. Anais do V Encontro Anual ANDHEP. Direitos Humanos, Democracia e Diversidade. Belém/Pará- UFPA, 2008.
- FERREIRA, Mariana Kawall Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. **In:** \_\_\_\_\_. SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal. **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2001.
- OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- OLIVEIRA, José Pedro Garcia. **As Aulas Regias na Capitania do Grão Pará (1759-1808)**. Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação: história e memória da educação brasileira. Natal: SBHE, UFRN, 2013.
- RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHAIS. 2004. Tece de Doutorado.
- RODRIGUES, Renan Albuquerque; PAIVA, Ignês Tereza Peixoto de; CATALÃO, Antônio Heriberto. **A prática construtiva de um projeto político pedagógico junto a índios Sateré-Mawé, na Amazônia Central**. Muitas Vozes, Ponta Grossa, V.1, n.2, p. 271-285, 2005.
- SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade. **In:** \_\_\_\_\_. PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho. **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. Edição Loyola, São Paulo, Brasil. 2003/2008
- VILLARES, Luz Fernando. **Direitos dos povos indígenas**. Curitiba: Jurua, 2009.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## CORONELISMO E RELAÇÕES DE PODER EM PARINTINS/AM: UM ESTUDO DE CASO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

### CORONELISMO Y RELACIONES DE PODER EN PARINTINS/AM: UN ESTUDIO DE CASO DEL CONSEJO MUNICIPAL DE LA SALUD

Alexsandro Melo Medeiros<sup>1</sup>  
 alexsandromedeiros@gmail.com  
 Nelson Matos de Noronha<sup>2</sup>  
 noronhanelson@hotmail.com

#### Resumo

A atuação como conselheiro do Conselho Municipal de Saúde da cidade de Parintins (CMS/PIN), interior do Estado do Amazonas, ao longo do triênio 2013-2016 proporcionou uma série de reflexões e indagações que deram origem ao projeto de doutorado de um dos autores desta comunicação a partir da qual já é possível realizar um diagnóstico preliminar sobre as relações de poder que ocorrem no espaço de discussão e deliberação pública dos Conselhos de Saúde. A comunicação discute o conceito de coronelismo como um símbolo de poder local que, embora em sentido restrito tenha terminado na década de 1930, a prática de mandonismo dos coronéis continua bem atual como pretendemos demonstrar nesta comunicação. Os dados apresentados foram coletados seguindo uma orientação metodológica de pesquisa de tipo qualitativa, utilizando como técnicas e instrumentos de pesquisa: pesquisa de campo, estudo de caso, análise documental, observação sistemática e participante e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa realizada reforça o debate proporcionado em diferentes pesquisas que identificam inúmeros obstáculos para que os Conselhos de Políticas Públicas exerçam de forma plena suas funções, dentre as quais daremos ênfase a política coronelista, mandonista e clientelista. Quanto mais o Conselho exerceu o seu papel de Controle Social durante este triênio, mais obstáculos ele teve que enfrentar para cumprir com suas funções, culminando com o seu fechamento por falta de condições estruturais e organizativas de funcionamento, consequência direta da falta de apoio administrativo da gestão pública.

**Palavras-Chave:** Coronelismo; Relações de Poder; Conselhos de Saúde.

<sup>1</sup> Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Assistente da UFAM. Doutorando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Bolsista e Pesquisador da FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas.

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas com estágio doutoral (bolsa sanduíche) na École Normale Supérieure de Paris, em 1997/1998. Atualmente é Professor Associado e pesquisador da UFAM junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## INTRODUÇÃO

A figura do coronelismo tem estado presente na vida social e política do Brasil, inclusive na Amazônia. Leal (1978) afirma que o termo coronel designava o chefe, o mandão, o grande senhor de terras, a base da organização da República Velha. Um símbolo de poder local (FORTUNATO, 2000; FAORO, 2000). O coronelismo buscava legitimar as relações políticas e sociais como institucionais e hierárquicas, a partir de uma concepção de poder como exercício de dominação e apropriação por parte de uma classe dominante. Alguns historiadores denominavam os coronéis de senhores feudais, pois eram eles que comandavam a família, a parentela, os escravos, os agregados, os capangas e, no caso da Amazônia, os seringais. De acordo com Fortunato (2000, p. 02),

O conceito de coronelismo e a imagem do coronel, criados para designar o domínio do 'poder local' pelas elites políticas brasileiras e legitimados continuamente como um saber dominante e imutável adquiriram positividade que perpassa os diversos discursos sobre o exercício do 'poder local' no Brasil.

Não é propósito desta comunicação entrar na discussão sobre as origens históricas do coronelismo, mas sim entender este fenômeno como elemento que define as relações de poder, um poder que produz e é produzido permanentemente nas relações sociais, relações que são simultaneamente políticas e econômicas, valorizando as hierarquias sociais, escamoteando as diferenças e considerando como o *coronelismo* esteve presente em várias regiões do Brasil e em várias épocas e se constituiu numa oligarquia dominante nos conchavos políticos.

Pretendemos utilizar um referencial teórico que tem como base as relações de poder que são produzidas permanentemente nas relações sociais fazendo uma análise dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas no município de Parintins, sobretudo o Conselho Municipal de Saúde, a partir das relações que se estabelecem nestes espaços demonstrando como tais relações também podem ser consideradas como relações hierárquicas, de dominação, manutenção e até mesmo abuso de poder.

Os dados apresentados reforçam o debate proporcionado em diferentes pesquisas que identificam inúmeros obstáculos para que os Conselhos de Políticas Públicas exerçam de forma plena suas funções e nesta comunicação daremos ênfase aos obstáculos criados para o





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

funcionamento do CMS/PIN como resultado de uma política autoritária e coronelista que caracterizou a gestão pública entre o período 2013-2016, com o claro objetivo de limitar o trabalho de atuação do CMS/PIN e para que o mesmo não cumprisse com suas funções: quanto mais o Conselho exerceu o seu papel de Controle Social e Fiscalização da gestão pública, mais obstáculos ele teve que enfrentar ao longo dos últimos anos, culminando com o seu fechamento por falta de condições estruturais e organizativas de funcionamento.

Os dados apresentados nesta comunicação seguem uma metodologia de pesquisa qualitativa e como técnicas de pesquisa foram utilizados os instrumentos: a) *Pesquisa Bibliográfica* que dispõe de um material já selecionado para auxiliar na compreensão e análise da pesquisa empírica; b) *Pesquisa Documental* do material coletado no Conselho Municipal de Saúde de Parintins; c) *Diário de Campo* para registro das observações e entrevistas feitas *in loco*; d) *Realização de Entrevista* elaborada a partir de um roteiro de perguntas semiestruturadas aplicada com os conselheiros do Conselho Municipal de Saúde de Parintins; e) *Observação Sistemática e Participante*, permitindo que o observador esteja em contato direto com o fenômeno observado, haja reflexão pessoal, descoberta de novos problemas e coleta de dados. A observação sistemática ocorreu principalmente durante as sessões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde de Parintins e, no que diz respeito à observação participante, ela é utilizada em pesquisa qualitativa para coleta de dados onde o pesquisador não apenas observa de forma passiva, mas, participa no cenário pesquisado (MINAYO, 2004) onde os dados obtidos para análise dos resultados aqui apresentados advêm da conjugação da tríade: “participação do pesquisador, ação dos sujeitos observados e situação contextual” (FERNANDES; MOREIRA, 2013, p. 520).

Contribuíram para as análises presentes nesta comunicação as entrevistas realizadas até o momento com 37,5% dos conselheiros titulares do CMS/PIN (sujeitos da pesquisa) sendo a grande maioria representantes da sociedade civil organizada ou profissionais da saúde. Esta pesquisa já possui o parecer favorável do Comitê de Ética e Pesquisa submetido através da Plataforma Brasil sob o n. CAAE: 49719915.0.0000.5020.

### Os Conselhos de Políticas Públicas e a Participação Social via Conselhos de Saúde

Desde a década de 1990 que é possível observar, no Brasil, um amplo movimento de participação da sociedade civil, através dos Conselhos de Políticas Públicas que existem nas mais diversas áreas como saúde, educação, assistência social, defesa de direitos da criança e





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

adolescente, meio ambiente, habitação etc. Desse modo, a sociedade vem conquistando importantes espaços de participação democrática em instâncias deliberativas e essa proliferação de espaços institucionais (conselhos, fóruns, conferências) de participação foi acompanhada de diversas reflexões teóricas nas Ciências Sociais, especialmente no que se refere ao papel desempenhado pela sociedade civil na consolidação e no aprofundamento da democracia (AVRITZER, 1994; BRAVO e PEREIRA, 2002; GOHN, 2001; MARTORANO, 2011).

Os Conselhos de Políticas Públicas são um dos canais de participação legalmente constituído para o exercício do controle social das políticas públicas, surgem como um novo espaço de participação da sociedade civil e “tratam-se de canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos” (GOHN, 2001, p. 7). A existência desses conselhos cria condições para que a sociedade civil participe, junto com o Poder Público, não apenas da elaboração e definição de políticas públicas mas também de fiscalização e controle social.

A emergência destes espaços tem sido acompanhada de uma série de reflexões “[...] de que é preciso observar o movimento dos atores e como eles se constituem enquanto ‘sujeitos políticos’ que exercem papel singular na estruturação e correlação de forças em jogo” (DURÁN; GERSCHMAN, 2014, p. 893). Pesquisas têm sido realizadas no sentido de entender como os Conselhos alteram a configuração do modelo democrático, as relações Estado/sociedade e como a participação social, no caso específico em saúde, desempenhou e tem desempenhado um papel central na política brasileira desde fins dos anos 1970 (CORTES, 2009; LABRA, 2006; GERSCHMAN, 2004).

As análises desta comunicação dão ênfase ao estudo das relações de poder que são perceptíveis no espaço do CMS/PIN, a partir do conceito de *coronelismo*. A figura do coronelismo tem estado presente na vida social e política tanto do Brasil quanto da Amazônia desde a República Velha, onde o coronel constituía um símbolo de poder local (FORTUNATO, 2000; FAORO, 2000). O coronelismo buscava legitimar as relações políticas e sociais como institucionais e hierárquicas, a partir de uma concepção de poder como exercício de dominação e apropriação por parte de uma classe dominante.

O que os dados desta comunicação revelam é que, se o coronelismo como fenômeno historicamente situado e sistema de poder entrou em declínio em meados da década de 1930, o poder dos coronéis não desapareceu, dando origem ao que poderíamos chamar hoje de coronelismo urbano (QUEIROZ, 1976), novos coronéis (SÁ, 1978) ou neocoronelismo (ANDRADE 1985).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Tais relações de poder podem facilmente ser observadas também, no município de Parintins, interior do Estado do Amazonas, distante 369 km da cidade de Manaus, como revelará os dados nesta comunicação, após fazermos algumas breves considerações sobre o Conselho Municipal de Saúde de Parintins.

### **O Conselho Municipal de Saúde de Parintins/AM**

A questão da Saúde no município de Parintins é prevista em seu artigo 149 da Lei Orgânica Municipal (PARINTINS, 2009) que estabelece, entre outras competências, a criação do Conselho Municipal de Saúde (inciso VIII). Ao CMS cabe, entre outras coisas, estimular a participação popular para que a sociedade desempenhe este importante papel de fiscalização e controle social.

A lei que criou o Conselho Municipal de Saúde foi a Lei nº 88 de 09 de dezembro de 1992, revogada pela Lei nº 288 de 27 de maio de 2002, que por sua vez também foi revogada pela Lei nº 479 de 08 de setembro de 2010 que consiste na Lei mais atual do município que dispõe sobre o CMS. Através destas leis é garantida a participação da sociedade civil organizada na organização, gestão, fiscalização e controle do Sistema Único de Saúde – SUS, bem como da comunidade em geral, uma vez que as reuniões do CMS são abertas ao público e todos podem participar e inclusive se pronunciar em plenário, embora apenas os conselheiros tenham direito de votar nas deliberações que são debatidas e discutidas em sua plenária.

De acordo com a Lei 279/10, o CMS/PIN é um órgão de instância deliberativa, normativa, fiscalizadora, que deve atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, colaborando com a formulação e o controle da execução das políticas de saúde no município de Parintins. A referida Lei estabelece as competências do CMS/PIN, atribuições, composição, organização, estrutura e funcionamento. Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas devem ser compostos de forma paritária, quer dizer, com representação de 50% da sociedade civil organizada e, no caso do CMS/PIN, conforme definido na Lei, este Conselho pode ter representações de movimentos sociais e populares organizados; movimentos organizados de mulheres em saúde; sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais; organizações de moradores, entre outros (art. 4º, § 3º). Vale destacar que “os segmentos que compõem o Conselho Municipal de Saúde são escolhidos para representar a Sociedade como um todo, no aprimoramento do Sistema Único de Saúde (SUS)” (art. 4º, § 13º).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Percebemos assim que a sociedade civil, além de ter garantida por lei sua participação nas políticas de saúde, sua participação deve ser estimulada pelo poder público no fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS. Mas como tem sido esta participação da sociedade civil organizada no CMS? Como o poder público tem atuado para garantir e fortalecer a participação social no CMS? A hipótese que queremos enfatizar nesta comunicação é que, na realidade, encontramos em Parintins resquícios da velha política coronelista que impede e cria obstáculos para uma efetiva e democrática participação social via Conselho Municipal de Saúde, como pretendemos defender a partir de agora.

### Relações de Poder na Gestão dos Conselhos de Políticas Públicas

O papel dos Conselhos de Políticas Públicas é o de fiscalizar. Se o poder legislativo exerce o que podemos chamar de um controle institucional sobre o poder executivo, fiscalizando e monitorando suas ações, os Conselhos de Políticas Públicas exercem um Controle Social sobre os atos da administração pública. Mas o que acontece quando esse controle social é exercido de forma operante e consistente? O que vamos tentar demonstrar agora é que o poder executivo, quando ameaçado pelo exercício do controle social, cria barreiras e obstáculos para o trabalho de monitoramento e fiscalização, usando de vários subterfúgios que vão desde práticas coronelistas e autoritárias, até o uso de cooptação de membros da sociedade civil e práticas de cunho clientelista.

A atuação como conselheiro do Conselho Municipal de Saúde ao longo dos anos (2013-2016) permitiu observar algumas situações que são reveladoras do método impositivo que uma Administração Pública exerce para coibir o tipo de fiscalização e controle realizado por um Conselho de Políticas Públicas. Usando nomes fictícios, vamos relatar três fatos que demonstram claramente como a Administração Pública agiu para impedir o trabalho de fiscalização do CMS/PIN.

Alberto Sabin, representante da sociedade civil e através do método democrático conseguiu se eleger presidente do CMS/PIN. Acontece que Alberto, adotou uma postura incisiva quanto ao trabalho de fiscalização e monitoramento das ações e serviços do SUS no município de Parintins. Mas Alberto não era funcionário concursado e apenas contratado, de uma das universidades existentes no município. O que gerou uma situação de desconforto, pois mesmo não tendo ingerência sobre a referida universidade, a gestão municipal empreendeu todos os





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

esforços para influenciar a direção da universidade no sentido de demitir o conselheiro Alberto, fazendo com que o mesmo também não pudesse mais compor o quadro de conselheiro do CMS/PIN, uma vez que o mesmo já não poderia representar a categoria pela qual foi eleito conselheiro, a saber, representantes dos profissionais de ensino superior de Parintins.

Os fatos acima relatados foram observados durante a experiência enquanto conselheiro de um dos autores desta comunicação e corroboram com os dados explorados por vários pesquisadores sobre o papel dos gestores na definição de quem participará dos Conselhos de Políticas Públicas (PAIVA; STRALEN; COSTA, 2014; GUIZARDI; PINHEIRO, 2006; WENDHAUSEN; CAPONI, 2002).

[...] os representantes do poder executivo buscam articular parcerias que melhor representem seus interesses. Neste sentido, a proximidade do ator estatal com alguns segmentos sociais poderá significar suas indicações para a composição do conselho, sendo, portanto, estrategicamente inseridos nos espaços públicos mais em razão de sua aliança com o ator estatal do que de fato por representarem a diversidade existente na esfera da sociedade civil (PAIVA; STRALEN; COSTA, 2014, p. 490).

De acordo com um dos entrevistados na pesquisa de Francini Guizardi e Roseni Pinheiro (2006), que realizaram um estudo de caso de um movimento popular – a Pastoral da Saúde da Arquidiocese de Vitória-ES, a dependência por parte dos conselheiros do poder público é um fato negativo para a consolidação dos Conselhos:

Então, se eu dependo do poder público, o poder público garante para mim alguns serviços, algum medicamento, enfim, algum material médico, paramédico e tal. Eu não posso me opor nesse espaço, e aí, no caso de você tentar tematizar um problema, às vezes é constrangedor, por causa dessa relação estabelecida (2006, p. 802).

A falta de autonomia, ocasionada pela dependência do poder público, também foi ressaltada por um dos entrevistados da nossa pesquisa como um dos grandes entraves para que o CMS/PIN realize plenamente suas funções:





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Sem autonomia o Conselho fica muito limitado para ter uma atuação como a sociedade deseja e como nós conselheiros gostaríamos que fosse. Sem uma autonomia administrativa com recursos de profissionais qualificados para auxiliar as comissões, sem uma gestão financeira também deliberativa pelo colegiado o CMS fica muito preso e limitado à gestão pública politiquera (ENTREVISTADO 1, PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Uma relativa independência dos conselheiros em relação ao poder público foi o que permitiu uma atuação mais contundente e incisiva do CMS/PIN, mas não sem consequências drásticas, e que nos leva ao terceiro e último fato que vale a pena relatar: o fechamento do CMS/PIN.

Desde fins do ano de 2015 que o CMS/PIN vem enfrentando dificuldades para o seu funcionamento, culminando com sua inoperância e inatividade. As dificuldades começaram quando os dois servidores do município que prestavam serviços como secretários executivos de apoio às atividades do Conselho foram removidos de suas funções e não houve nenhuma indicação para substituir os mesmos. As dificuldades aumentaram quando houve uma mudança no endereço das instalações do Conselho: sem funcionários para ajudar nas atividades administrativas do Conselho, a sala ficou parecendo mais um depósito, com amontoados de caixas, equipamentos e papel. No início o trabalho do Conselho passou a depender do esforço de alguns conselheiros, que faziam reuniões em suas próprias residências e colaboravam de alguma forma quando era necessário imprimir material para as reuniões ordinárias e extraordinárias. Aos poucos as reuniões ordinárias que devem acontecer mensalmente deixaram de ser realizadas. A situação foi denunciada aos órgãos competentes, como o Conselho Estadual de Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, mas sem muito sucesso. Dois conselheiros do Conselho Estadual de Saúde até estiveram em Parintins e constataram as dificuldades pela qual passava o CMS/PIN para o seu pleno funcionamento e, em reunião com a então secretária de saúde deram um prazo para que a situação fosse resolvida, sob pena de intervenção no município por parte do Conselho Estadual de Saúde. Tal reunião ocorreu em meados do mês de abril de 2016, mas após dois meses, ou seja, em junho de 2016, encerrou-se o tempo de mandato bienal dos conselheiros fazendo com que o CMS/PIN encerrasse definitivamente suas atividades.

Através do esforço de alguns conselheiros a situação foi encaminhada ao Ministério Público que, mais uma vez, convocou a Secretaria Municipal de Saúde para uma reunião em conjunto com os ex conselheiros da saúde procurando firmar um acordo entre as partes para que a situação fosse resolvida, uma vez que essa situação contraria a lei 8.142/90 podendo o município inclusive ser penalizado com o não repasse de verbas do Fundo Nacional de Saúde. Mas até o





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

momento onde estas páginas estão sendo escritas, ou seja, setembro de 2016, nenhuma solução foi dada, nada foi resolvido e o CMS/PIN permanece inativo e inoperante.

Estes fatos são significativos e reveladores, pois demonstram o descaso com o que a administração pública tem tratado este importante órgão de controle social e fiscalização. E a nossa análise conclusiva é a de que tais eventos ocorreram como uma sucessão de fatos que servem como retaliação da administração pública pela forma atuante com a qual o CMS/PIN veio se posicionando desde 2013 na fiscalização das ações e serviços de saúde. É a velha política coronelista. A figura do coronel, naturalmente, não existe mais no município de Parintins, mas a vida social e política do município está permeada por grupos políticos locais que representam e simbolizam um saber dominante e um “poder local” (FORTUNATO, 2000; FAORO, 2000). O objetivo é claro: a manutenção das relações institucionais e hierárquicas, a partir de uma concepção de poder como exercício de dominação e apropriação por parte destes grupos.

A partir dos dados aqui apresentados, não seria exato dizer que estamos presenciando um tipo de neocoronelismo como o entende Andrade (1985)? Uma forma de coronelismo urbano (QUEIROZ, 1976) cujo fenômeno não está mais associado aos grandes senhores de terra, mas a grupos políticos que exercem seu poder e influenciam a vida da cidade, com um único propósito e objetivo: chegar ao poder e nele permanecer? Os dados aqui apresentados reforçam a ideia de Torres (2009) de como tudo depende dos interesses políticos que estão em jogo a partir de uma dialética fundante das relações de poder.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma democracia, no sentido literal do termo, pressupõe um local onde os indivíduos possam se reunir para discutir temas de interesse comum e um diálogo através do qual os indivíduos sejam capazes de expressar seus pontos de vista, questionar o dos outros, argumentar e chegar a um consenso. O exercício da cidadania estende-se para além da mera participação no processo eleitoral, exigindo uma participação mais direta dos indivíduos no domínio da esfera pública, em um processo contínuo de discussão e crítica reflexiva das normas e valores sociais. E os Conselhos de Políticas Públicas surgem como um importante *lócus* de análise, discussão e deliberação de políticas públicas, em um diálogo constante entre sociedade civil e poder público. Pelo menos é isso o que deveria acontecer.







II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

A existência dos Conselhos deveria criar as condições para que a sociedade civil participe, junto com o Poder Público, do processo de tomada de decisões políticas e ações governamentais. Sendo um dos canais de participação legalmente constituído para o exercício do controle social das políticas públicas os Conselhos devem articular representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos. Mas os dados apresentados nesta comunicação revelam a outra face da existência dos Conselhos: a de quando o exercício do controle social incomoda a Administração Pública e de como tal Administração empreende todos os seus esforços para anular ou limitar a atuação de um Conselho.

E nesse caso a atuação do Poder Público é totalmente incompatível com os princípios de um Estado Democrático de Direito, promovendo um retorno ao passado das políticas coronelistas e mandonistas dos grandes senhores de terra e grupos políticos dominantes que fazem de tudo para se perpetuar no poder. O resultado se torna o pior possível para a sociedade, pois sempre irão prevalecer na arena democrática não os interesses da coletividade, mas os interesses desses grupos dominantes e políticos partidários que se utilizam dos princípios democráticos como recurso para dominar e manter o poder estatal.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. A. Alonso de. Neo-coronelismo e perspectivas eleitorais na Nova República. João Pessoa: NDIHR, 1985.
- AVRITZER, L. (org.). Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. (orgs.). Política social e democracia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- CORTES, S. V. Introdução: atores, mecanismos e dinâmicas participativas. In: \_\_\_\_\_. (Org.). Participação e saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 19-39.
- DURÁN, Paulo R. F.; GERSCHMAN, Silvia. Desafios da participação social nos conselhos de saúde. Saúde e Sociedade, São Paulo, vol. 23, n. 3, p. 884-896, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n3/0104-1290-sausoc-23-3-0884.pdf>>. Acessado em 23/09/2016.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2000.
- FERNANDES, Fernando M. B.; MOREIRA, Marcelo R. Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na Saúde Coletiva. Physis – Revista de Saúde Coletiva, vol. 23, n. 2, p. 511-529, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312013000200010>>. Acessado em 25/07/2016.
- FORTUNATO, Maria Lucinete. O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2000.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

- GERSCHMAN, S. A democracia inconclusa. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2001. (questões da nossa época. v. 84).
- GUIZARDI, F.L.; PINHEIRO, R. Dilemas culturais, sociais e políticos da participação dos movimentos sociais nos Conselhos de Saúde. *Cien Saude Colet*, 11(3), p. 797-805, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232006000300027>>. Acessado em 20/09/2016.
- LABRA, M. E. Conselhos de Saúde: dilemas, avanços e desafios. In: LIMA, N. T. et al. (Org.). Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 353-384.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- MARTORANO, Luciano Cavini. Conselhos e Democracia: em busca da participação e da socialização. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8.ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 2004.
- PARINTINS. Lei Municipal nº 479 de 08 de setembro de 2010. Dispõe sobre a reorganização e atribuições do Conselho Municipal de Saúde de Parintins. Câmara Municipal de Parintins, 2010.
- \_\_\_\_\_. Lei Municipal nº 01/2004 – Lei Orgânica do Município de Parintins. 3. ed. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2009.
- PAIVA, Fernando S.; STRALEN, Cornelis J. Van; COSTA, Pedro H. A. da. Participação social e saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(2), p. 487-498, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014192.10542012>>. Acessado em 17/07/2016.
- QUEIROZ, M. I. P. de. O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: AlfaÔmega, 1976.
- SÁ, M. A. F. de. Dos velhos aos novos coronéis. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1978.
- TORRES, Iraildes Caldas. Arquitetura do Poder: memória de Gilberto Mestrinho. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- WENDHAUSEN, Águeda; CAPONI, Sandra. O diálogo e a participação em um conselho de saúde em Santa Catarina, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(6):1621-1628, nov./dez., 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2002000600016>>. Acessado em 25/08/2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## CRECHE: FRONTEIRAS E SABERES

Sally Ataide Miguel<sup>1</sup>

[sallyataide@oi.com.br](mailto:sallyataide@oi.com.br)

Rosemara Staub de Barros<sup>2</sup>

[rosemarastaub@gmail.com](mailto:rosemarastaub@gmail.com)

Rita Maria dos Santos Puga Barbosa<sup>3</sup>

[ritapuga@yahoo.com.br](mailto:ritapuga@yahoo.com.br)

### RESUMO

O presente artigo visa fazer uma reflexão acerca das fronteiras entre os saberes educacionais percebida no cotidiano das práticas realizadas na Creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com trabalho de campo, de abordagem qualitativa. Sob o viés das considerações de Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos, tem como enfoque central os Pensamento Norte e Pensamento Sul que antagonicamente se encontram presentes em nossas ações dentro do ambiente escolar. Na tentativa de buscar detectar essas expressões, relataremos situações observadas dentro da instituição citada. Estabelecemos um eixo de análise para detectar a relação do Pensamento Norte-Sul: as atitudes dos profissionais que lidam com as crianças desta instituição.

**Palavras-chave:** Pensamentos, Fronteiras, Creche.

### ABSTRACT

The present article aims at reflecting on the frontiers between educational knowledge perceived in the daily practices of the Municipal Nursery Professor Eliana de Freitas Moraes. It is a bibliographical research, with fieldwork, of qualitative approach. Under the bias of the considerations of Edgar Morin and Boaventura de Sousa Santos, it has as central focus the North Thought and South Thought that are antagonistically present in our actions within the school environment. In an attempt to detect these expressions, we will report situations observed within the cited institution. We established an axis of analysis to detect the relation of North-South Thought: the attitudes of the professionals that deal with the children of this institution.

**Keywords :** Thoughts , Borders , Daycare.

<sup>1</sup> Licenciada em Educação Física, Pós-graduada em Educação Infantil e Psicomotricidade, mestranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia.

<sup>2</sup> Prof<sup>a</sup> Dra. no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, responsável pela disciplina Epistemologia e Metodologia das Ciências Humanas e Sociais.

<sup>3</sup> Licenciada, Doutora e Pós-Doutora em Educação Física, docente inativa UFAM, credenciada PPGSCA-ICHL-UFAM .



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## 1. INTRODUÇÃO

A relação de um pensamento Norte-Sul de natureza hierárquica tem continuamente existido em nossas atitudes devido o adestramento que temos sofrido desde a primeira infância na educação infantil, onde no Norte global, outras formas de conhecimentos por não serem capazes de serem medidos, deduzidos ou quantificados, não são validados pela ciência clássica que acredita no conhecimento científico como fiel espelho da realidade, colocando à margem saberes populares rico em cultura local que não são propagados no ensino formal. Autores como Morin (2000; 2003a/b; 2005; 2007; 2011) e Boaventura (2007; 2009) ao reivindicarem o reconhecimento desses saberes nos faz refletir acerca das fronteiras que são colocadas no nosso sistema educacional desde a base da educação.

A creche, por estar subordinada aos parâmetros que regem a nossa educação atual, é uma parte do todo desse sistema educacional que apesar de dar uma maior liberdade para à criança que às séries subsequentes, ainda assim podemos identificar em seu cotidiano, o nascer dessas barreiras que limitam o saber provocando cegueiras futuras que Morin (2005 p.11) chama de “paradigma de simplificação”. Boaventura argumenta sobre as teorias que dominam ainda hoje nosso país, que foram desenvolvidas em países da Europa e que não representam a nossa sociedade, falando que “As teorias do contrato social dos séculos XVII e XVIII são tão importante pelo que dizem como pelo que silenciam” (2009, p.28), onde evidencia que essas teorias foram pensadas em função dos interesses desses países dominantes. E a educação do futuro que Morin (2000) aborda, traz um novo olhar capaz de formar o cidadão e o profissional com habilidades para pensar e trabalhar com o todo sem a visão reducionista que só percebe o particular eliminando o global.

Ambos os autores argumentam sobre esse pensamento Norte que encontra manifestações do pensamento Sul dentro dos espaços escolares, explicando não se tratar de contradições inconquistáveis, mas sim de opostos complementares. O paradigma da disjunção que norteia a ciência atualmente considera que, tudo aquilo que caminha na contradição é indício de erro, porém esses autores tem nos dito que a contradição e a tensão que ela gera nos possibilita compreender verdades mais dinâmicas e potencialmente mais completas.

De acordo com a perspectiva dos referidos autores, buscaremos interpretar as expressões do Pensamento Norte e Pensamento Sul manifestado nas atitudes dos profissionais no cotidiano das práticas realizadas dentro da Creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes, e com o intuito de detectar essas exteriorizações, observaremos relatando alguns fenômenos ocorridos dentro da instituição citada.

## 2. ONDE ESTAMOS E PARA ONDE PRECISAMOS CAMINHAR

Uma reforma do pensamento nos é proposto por Morin (2000; 2003a/b; 2005; 2007; 2011) argumentando que somente com uma reforma o indivíduo poderá transformar suas ações, modificando os paradigmas que foram enraizados desde a inserção desse indivíduo





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

na sociedade na tenra infância “Nossa formação escolar [...] nos ensina a separar [...] as disciplinas umas das outras para não ter que relacioná-las” (2007, p.18). O autor elucida que apenas com essa mudança que poderemos ver refletido nos demais âmbitos da vida do ser humano tais transformações, pois somente assim se conseguirá ampliar a compreensão desse ser que é composto de biológico e sentimentos ao mesmo tempo “[...] o desenvolvimento da compreensão pede a reforma das mentalidades. Esta deve ser a obra para a educação do futuro” (2000, p.17). Na mesma perspectiva Boaventura (2007; 2009) vem nos propor uma revisão, que demanda a busca de novas propostas que venham a ser alternativa ao paradigma científico moderno, e ambos questionam a posição de um pensamento hegemônico produzido sobre nossas mentes, que foram domesticadas no decorrer das décadas com a globalização, responsável por imprimir uma histórica tradição de dominação política e cultural.

Essa reforma encontra resistência por parte da maioria por parecer algo inimaginável, que paira nas instâncias da esperança de um mundo melhor, após tanta degradação que o progresso trouxe com a globalização. Com base na visão de Morin (2003a, p. 20) “A reforma do pensamento é que permitirá o pleno emprego da inteligência [...] a ligação de duas culturas dissociadas [...]”, o difícil de compreender a complexidade dessas mudanças estar no saber compartimentado, podemos dizer que essa separação é iniciada na base da educação, onde esse conhecimento fragmentado/reduzido que o mundo capitalista condicionou a cada um de nós a buscar nas especializações para nos transformar em um cidadão útil para a sociedade a qual pertencemos, nos tornou indivíduos com tanto acúmulo de saberes específicos, que ficamos incapazes de organizar esses saberes de forma complementar, nos impedindo de visualizar o global que envolve a vida humana. Boaventura (2007, p. 54) quando afirma que “Vivemos hoje em um mundo dominado por utopias conservadoras” critica as cegueiras que o capitalismo nos impoem ao se apresentar como única alternativa “O materialismo histórico converteu o capitalismo em um fator de progresso [...]” (2007, p.51), nos instigando a importar ideias externas com o intuito de alinhamento global, e com isso o mundo passa a olhar pela visão dos cientistas do Norte reproduzindo desigualdades entre Norte e Sul.

Com o mercado conduzindo o conhecimento ao longo dos anos de acordo com os interesses dos países dominantes, Morin (2011, p.13) destaca a emergência de uma reforma da educação e do ensino, transformando a educação atual, ele explica que “Somos testemunhas e vítimas atuais de uma crise econômica decorrente da ausência de regulação de uma economia mundial corrompida pela especulação financeira”. Boaventura (2009) ao abordar a Epistemologia do Sul faz uma reivindicação dos conhecimentos nascido na luta por aqueles que tenham sofrido sistematicamente com as injustiças do pensamento homogeneizado trazido com a globalização, que não valida o conhecimento diferente do científico.

Com isso nasce a necessidade de um novo olhar, conforme Morin (2003b p.36) “O conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido” e isto vai além da inter-poli-transdisciplinaridade, levando em conta tudo que é contextual, inclusive as





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

condições culturais e sociais, para que desta forma, as fronteiras existentes entre as disciplinas possam ser transformadas e o conhecimento progrida “indo das partes ao todo e do todo as partes” com uma educação que dissipe as disjunções, respondendo positivamente aos desafios da complexidade e da globalidade que envolve a vida humana.

Esse é um processo que só será possível se a compreensão se tornar manifesta, pois somente ela pode estimular espírito e mente à aventura do conhecimento, nos capacitando enquanto seres humanos a reconhecer a humanidade e a diversidade cultural que tanto Morin (2000 p.47) fala ao abordar a condição humana “A educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana [...] reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano”. Os profissionais que lidam com a crianças na tenra idade devem buscar despertar e cultivar nas futuras gerações um sentimento de cuidado e pertencimento ao planeta, que precisa ser salvaguardado das destruições desordenada de seus recursos naturais. E o autor nos alerta da ligação que existe entre o homem e a natureza, onde a destruição de um leva a inexistência do outro, porque vivemos em uma relação de interdependência com a natureza. Por esse motivo Boaventura (2007, p.33) vem nos falar sobre a ecologia dos saberes “a possibilidade de que a ciência entre não como monocultura mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes”, do reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico, onde em todo o mundo não só existem diversas formas de conhecimento da matéria, sociedade, vida e espírito, como também muitos e diversos conceitos sobre o que conta como conhecimento e os critérios que podem ser usados para validá-lo, criticando a racionalidade do Norte que tem exercido grande influência em todas as nossas maneiras de pensar.

A educação do futuro se inicia no presente, Morin (2000; 2003a/b; 2005; 2007; 2011) tem nos falado sobre essa visão ao abordar a reforma da educação com a reforma do pensamento e vive versa, e Boaventura (2007, p.37) ao nos propor uma Sociologia das Emergências “[...] na Sociologia das Emergências temos de fazer uma ampliação simbólica, por exemplo, de um pequeno movimento social, uma pequena ação coletiva” nos covida a abandonar a ideia de um futuro ilimitado por um mais concreto, alargando assim o presente e contraindo o futuro. Precisamos ter em mente que a criança não é apenas cidadã do futuro e sim cidadã do presente, com necessidades e direitos no presente, é um ser que ainda não criou fronteiras entre os saberes com possibilidade de aprender a compreensão da condição humana tão enfatizada por Morin (2000, p.50) “A importância da hominização é primordial à educação voltada para a condição humana, porque nos mostra como a animalidade e a humanidade constituem, juntas, nossa condição humana”, mas para isso seus professores precisam se atentar para não colocar as barreiras disciplinares que embassam a visão e o entendimento do global. Os saberes educacionais precisam ser mais abertos, conforme a propostas dos autores, buscando conceitos que venham de outros conhecimentos, se complementando.

### 3. ESPAÇO MOVIDO POR FORÇAS ANTAGÔNICAS COMPLEMENTARES





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

A potência do pensamento Norte enraigado em nossa cultura, tem sentido o nascer das manifestação das energias emanada do pensamento Sul, que anceiam florescer nos espaços educacionais. Na atualidade, a creche vem ganhando cada vez mais significância pela sociedade devido à ausência da família, por uma necessidade de trabalho fora de casa e por ser considerado um espaço de continuidade da educação familiar, ela tem se tornado o início da caminhada entre os saberes formal, uma vez que na tenra idade a criança passa a frequentá-la.

Esse espaço educativo passa a ter a responsabilidade de ofertar à criança, diversificadas formas de aprendizagens que a ajude no desenvolvimento de todos os seus aspectos social, psicomotor e afetivo. Ser responsável por uma criança em um ambiente educacional requer conhecimentos específicos dos profissionais envolvidos no processo de desenvolvimento dessa criança, onde as atividades propostas precisam favorecer o conhecimento, a cultura, a criatividade e a imaginação “o ser humano é ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e racional [...] O conhecimento pertinente deve reconhecer esse caráter multidimensional e nele inserir estes dados” (MORIN 2000, p.38), todavia o autor tem argumentado sobre as falhas educacionais ao lidarmos com esse pequeno indivíduo, quando não levamos em consideração as multidimensionalidade que envolve a vida humana.

Não apenas compreender as características das crianças para melhor assisti-la, bem como compreender, conforme o autor supracitado, suas multirrealidades, consiste em um dos grandes desafios dos profissionais que atuam na área, que por já terem sido enquadrados em uma forma de pensamento compartimentado desde o início de sua formação, tendem a reproduzir o Pensamento dominante do Norte dentro do espaço escolar. Mas, é possível flagrarmos em várias atitudes dentro do cotidiano da creche, o Pensamento Sul como uma fênix, se fazer manifesto, sinalizando seu desejo de revelar o que está latente em nossa cultura.

Dentro do espaço da creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes, ao observarmos atentamente as dinâmicas da instituição, podemos perceber em vários momentos esporádicos ao longo do dia, essas duas formas de pensamento se expressarem.

Uma das heranças marcantes da escola tecnicista, que foi implantada em nosso sistema educacional no decorrer do regime militar, é a formação de filas, ela é utilizada com frequência pela maioria das professoras para deslocar a turma de um ambiente a outro. Esse é um Pensamento Norte que foi implantado em nossas práticas, compondo o cotidiano educacional, e na maioria das vezes passam despercebidas diante dos olhos da comunidade escolar por já estarem acostumada com as formas como a organização escolar funciona. Isso acontece devido ao processo de naturalização dos fatos, que é resultado da falta de reflexão das ações cumpridas cotidianamente.

Formação em fila são com mais frequência observada nas turmas de 2 e 3 anos de idade. As crianças são estimuladas a fazerem fila e se deslocar sem desordená-la por meio de músicas infantis, seja indo para o refeitório para tomar café, almoçar, lanche ou jantar, seja para ir à sala de atividade para participar das aulas de Educação Física, seja para prestigiarem uma atividade no pátio ou no hall da escola.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Músicas como “quem vai chegando, vai ficando atrás, criança educada é assim que faz” e “piuí tcha tcha tcha não precisa empurrar, piuí tcha tcha tcha devagar eu chego lá”, são mecanismos educacionais que a maioria das professoras utilizam para condicionar a criança a manter-se na fila, camuflada de ludicidade por fazer uso da música infantil. E quando uma criança ousa sair da formação, coerções por parte do professor é sofrido.

Em alguns profissionais podemos perceber aflorar um pouco do Pensamento Sul, manifestando ruptura dessa prática quase que unânime das escolas brasileiras, demonstrando sensibilidade à dificuldade da criança de tão pouca idade que está com seu controle motor em formação, propondo formas diferenciadas de deslocamento nos espaços “[...] a reforma também começará de maneira periférica e marginal. Como sempre, a iniciativa só pode partir de uma minoria, a princípio incompreendida, às vezes perseguida.” (MORIN 2003a, p.101). Surpreendemos professoras solicitando às crianças que segurem nas mãos uma da outra, formando uma corrente ou em dupla, com isso ao se deslocarem, todas conseguem andar sem se preocupar com o pé do colega da frente porque este se encontra ao seu lado, evitando sem grandes esforços empurrões, tropeços e machucados. Nas turmas de 1 ano de idade, a liberdade de deslocamento é mais flexível, apesar de percebermos os primeiros estímulos para andarem segurando nas mãos de pelo menos um dos colegas, para que assim possam já irem se adaptando a andar em conjunto. Ainda é marcante a presença do tecnicismo no cotidiano escolar, embora seja marcante a manifestação de outras tendências pedagógicas na prática docente.

É da natureza da criança observar o mundo e como as pessoas se comportam dentro dele, as percepções infantis são interpretadas por ela que após organizar sua ideia de mundo, adota suas próprias ações diante de determinadas situações, onde a criança afeta e é afetada pela sociedade, modificando, preservando ou resignificando a cultura humana.

Diante disso, a diversidade cultural fortemente presente em nossa cultura, é um dos temas abordados no Referencial curricular nacional para a educação infantil (1998, p.77) orientando as práticas pedagógicas, nos esclarecendo “A pluralidade cultural [...] caracterizam a população brasileira [...] O trabalho com a diversidade e o convívio com a diferença possibilitam a ampliação de horizontes tanto para o professor quanto para a criança”. Desta forma, podemos perceber que na creche se inicia a responsabilidade dos valores seguidos pelas crianças, ajudando na construção da sua identidade enquanto ser humano.

As manifestações culturais fazem parte do calendário escolar e no decorrer do ano letivo podemos observar comemorações como o “Dia do Índio” ou o “Dia da Consciência Negra” sendo trabalhado com as crianças que frequentam a creche. Esses momentos são planejados por toda a equipe com o intuito de maior aproveitamento do tema buscando ajudar a criança na melhor compreensão desses assuntos abordados, vamos refletir sobre esses dois acontecimentos dentro da instituição.

Nessas datas, geralmente as professoras conversam com as crianças sobre características dos povos, raças, etnias, destacando suas diferenças onde aproveitam para





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

trabalhar com as crianças valores como respeito ao próximo. Apresentando para a turma o modo de se vestir, podemos notar que a maioria das professoras proporcionam às crianças momento de vestimenta das roupas ou pintura no corpo, as comidas típicas normalmente são experimentadas pelas crianças e os acessórios são mostrados dando a oportunidade à elas de utilizarem e posteriormente manipularem no momento das brincadeiras livres. Barbosa (2009, p.4) ressalta que “Os conteúdos da educação infantil têm como referência a aprendizagem das práticas sociais”, sendo essas vivências que ajudam a criança na internalização dos conteúdos abordados nas aulas.

Todas essas ações são cuidadosamente planejadas pela instituição, porém o que Morin vem nos propor com a Transdisciplinaridade, é mais do que tirar um dia ou uma semana do ano para enfatizar essas heranças culturais, pois “A fronteira disciplinar, sua linguagem e seus conceitos próprios vão isolar a disciplina em relação às outras e em relação aos problemas que se sobrepõem às disciplinas” (MORIN 2003a, p.106). Tais patrimônios culturais podemos encontrar no nosso dia a dia no decorrer de todo o ano, nosso próprio linguajar, nosso modo de vestir misturando cores, tecidos, calçados, acessórios, demonstram essa diversidade herdada no decorrer de nossa história.

Essa inquietação já foi expressada por uma das professora mais antiga da instituição, e apoiada por uma minoria. Onde ela explicou em reunião para planejar esses dias, que precisam renovar suas práticas porque apenas vestir as crianças a caráter, organizar uma dança para se apresentarem ou permitir que experimente um alimento ou outro, fazendo-as voltar para casa no final do turno com pintura no rosto, não é trabalhar a cultura desses povos. Podemos identificar o Pensamento Sul se manifestando em um grupo pequeno de professores da escola, mas também encontramos a força do Pensamento Norte fazendo resistência à mudanças na prática pedagógica.

Vamos fazer uma reflexão acerca desse assunto, o interessante seria, que todos os dias as crianças fossem estimuladas a reconhecer as características dessas culturas nos detalhes do dia a dia, por exemplo, quando a criança chega na escola tomada banho, a professora poderia aproveitar a roda de conversa para falar com a turma que esse hábito é uma herança indígena, já adentrando no assunto higiene corporal que é um dos conteúdos. Enfatizando o bem que faz esse hábito para a saúde evitando doenças, e como na educação infantil a repetição é uma forma de ajudar a criança entender internalizando as informações, nos outros dias, a professora poderia perguntar diretamente para as crianças de onde vem o hábito de tomar banho, desta forma as crianças seriam estimuladas a buscar essa informação que já foi dita anteriormente para expor nessa conversa, reforçando o entendimento dessa herança cultural, e isso poderia acontecer na rotina da roda de conversa.

Um outro exemplo que podemos expor, é quando uma criança chega na escola com uma pulseira de característica africana, geralmente essas pulseiras são bastante coloridas. A professoras poderia conversar com a turma explicando que isso é uma herança desses povos que muito tem contribuído para o enriquecimento da nossa cultura, aqui ela tem a oportunidade de trabalhar as cores, formas, tamanho do objeto com a turma.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

O mesmo poderia ser realizado com os alimentos quando as crianças se encontram no refeitório para fazer as suas refeições. Nos pratos variados, podemos encontrar arroz, feijão, macarrão, peixe, carne, frango, verdura, fruta, e muitas vezes é servido junto à comida a farinha de mandioca, que é bem aceita pela maioria das crianças que frequentam a creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes, outra herança.

Todos esses fenômenos relatados nos fazem perceber como as forças do Pensamento Norte-Sul estão fortemente presente na nossa cultura, no nosso cotidiano. Precisamos de modo complementar utilizá-las para aproveitar o que de melhor cada uma dessas forças antagônicas tem para nos oferecer e nos ajudar a melhorar como seres humanos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frequentemente podemos encontrar no cotidiano da creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes, as forças do Pensamento Norte-Sul se manifestando nas atitudes dos profissionais que lidam com as crianças desta instituição, ambas as forças são heranças de uma história marcada por dominação e resistência à perda de uma cultura local rica em conhecimento.

Na creche, que é um espaço cada vez mais frequentado pelas crianças da sociedade moderna, as fronteiras já se iniciam sob a forte influência do Pensamento Norte, que tem dominado nossas atitudes e práticas educacionais, devido está submetida a um sistema educacional falho que insiste em manter os saberes de modo fragmentado, isso porque mudar exige uma transformação que não é alcançada em um curto espaço de tempo. O educador lesionado pela aflição da desvalorização profissional coopera para o caos planetário, e as fronteiras dos saberes educacional tem se estabelecido fortemente, tendo como resultado a fragmentação total e presente do sistema educativo atual.

Morin (2000; 2003; 2005; 2007; 2011) vem nos propor uma transformação pessoal, o que é difícil devido as verdades que foram colocadas como absolutas em nossas mentes no decorrer de nossa formação. Boaventura (2007; 2009) nos convida a lutar contra a força esmagadora do pensamento dominante que se encontra enraigado nas nossas ações.

Morin tem nos falado que precisamos conceber uma educação apta para lidar com realidades e problemas multidisciplinares, multidimensionais, transversais, globais, planetários, ou seja, problemas complexos. E a “Reforma do Pensamento na Educação” em termos complexos precisa ser realizada de forma igualmente complexa, tendo claro em nossas mentes que em tudo existe sempre certo grau de incerteza, e isso pode tanto gerar efeitos desejados como gerar ações opostas às planejadas.

Com base nessas incertezas que o professor precisa está aberto ao novo, permitindo que sua visão seja abrangente, reconhecendo que essas forças do Pensamento Norte-Sul estão presentes em nossas vidas e que precisam ser utilizadas de modo que possamos tirar delas o que tem de melhor para elevar a condição humana, transformando os presentes futuros cidadãos, em seres mais humanos capazes de compreender o sentido da vida. Contudo, a



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

mudança é um processo de transformação que deve ter como base uma reflexão acerca de onde estamos e para onde precisamos caminhar, visando um bem que vá além do pessoal e quem sabe assim poderemos amenizar o caos que vem se instalando no nosso planeta.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira (Consultoria) **I Seminário Nacional de Currículo em Movimento**. Bases para a Reflexão sobre as Orientações Curriculares. Ministério Da Educação/Secretaria De Educação Básica - Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Brasília, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7150-1-1-artigo-mec-proposta-curricular-maria-carmem-seb&category\\_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7150-1-1-artigo-mec-proposta-curricular-maria-carmem-seb&category_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192)

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

MORIN, Edgar **Os setes saberes necessários à educação do futuro**; Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica; Edgar de Assis Carvalho, 2ª edição – São Paulo: Cortêz, Brasília: UNESCO, 2000.

MORIN, Edgar **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**; Tradução: Eloá Jacobina, 8ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio-Roger; MOTTA, Raúl Domingo **Educar na era planetária: o pensamento complexo como Método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**; Tradução: Sandra TrabuccoValenzuela, Revisão: Edgar de Assis Carvalho, Editora: Cortêz, 2003b.

MORIN, Edgar **Introdução ao pensamento complexo**/ Edgar Morin: tradução do francês Eliane Lisboa. – Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar **Educação e complexidade: os setes saberes e outros ensaios**; Maria da Conceição de Almeida e Edgar de Assis Carvalho (orgs.) – 4ª edição – São Paulo: Cortêz, 2007.

MORIN, Edgar **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. – Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social** /Boaventura de Sousa Santos; tradução Mouzar Bedito – São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologia do Sul**/ org. Boaventura de Souza Santos, Maria Paula Menezes – (CES), Coimbra: Almedina, 2009.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## CRIANÇA: A ESSÊNCIA DA TRANSDISCIPLINARIDADE

Sally Ataide Miguel<sup>1</sup>

[sallyataide@oi.com.br](mailto:sallyataide@oi.com.br)

Rosemara Staub de Barros<sup>2</sup>

[rosemarastaub@gmail.com](mailto:rosemarastaub@gmail.com)

Rita Maria dos Santos Puga Barbosa<sup>3</sup>

[ritapuga@yahoo.com.br](mailto:ritapuga@yahoo.com.br)

### RESUMO

O presente artigo visa fazer uma reflexão acerca do comportamento de crianças em idade creche, de um a três anos de idade, que frequentam a Creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com trabalho de campo, de abordagem qualitativa. Sob a luz do Pensamento Complexo em Edgar Morin, tendo como enfoque central a natureza transgressora do indivíduo na tenra idade. No seu cotidiano diante da relação com os adultos de seu convívio, uma forma de tentar compreender como a criança busca se firmar diante das regras que são colocadas à elas, relataremos situações observadas dentro da instituição citada.

**Palavras-chave:** Criança, Comportamento, Creche.

### ABSTRACT

This article aims to reflect on the behavior of children age kindergarten, from one to three years old, who attend Municipal Creche Professor Eliana Freitas Moraes, under the light of Complex Thought in Edgar Morin, with the central focus the transgressive nature of the individual at an early age. In his cotidiano on the relationship with the adults close to them, a way to try to understand how the child seeks to firm on the rules that are put to them, we will report situations observed in the said institution.

**Keywords:** Child, Behavior, Daycare.

## 1. INTRODUÇÃO

O olhar transdisciplinar que nos é instigado por Morin diante dos vários níveis da realidade humana, nos fez aflorar o Eros pela compreensão da natureza transgressora da criança em idade creche. Na tentativa de descortinar as fronteiras dos saberes escolares, buscaremos relatar situações vivenciadas pelas crianças na Creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes, onde elas sendo autoras interpretativa da sociedade em que vivem, recriam, reproduzem, constituindo seus próprios saberes, transpondo muitas das regras que a elas são impostas na interação com todos de seu convívio.

<sup>1</sup> Licenciada em Educação Física, Pós-graduada em Educação Infantil e Psicomotricidade, mestranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia.

<sup>2</sup> Prof<sup>a</sup> Dra. no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, responsável pela disciplina Epistemologia e Metodologia das Ciências Humanas e Sociais.

<sup>3</sup> Licenciada, Doutora e Pós-Doutora em Educação Física, docente inativa UFAM, credenciada PPGSCA-ICHL-UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Apesar de Morin não abordar especificamente a infância, podemos perceber que todo processo que o indivíduo passa, se inicia nessa fase, e é nesse período que o ser humano dentro de uma compreensão desordenada do mundo que o envolve, aos poucos vai ajustando seu entendimento acerca desse universo em que ele se encontra. Piaget (1978) em seus estudos argumenta sobre, a capacidade da criança desde muito cedo de interpretar, organizar e usar informações do seu envolvimento para construir suas próprias concepções.

A família, que é o eixo de ligação da criança com a sociedade que a engloba, é primordial no processo de ingresso na cultura humana. Porém na sociedade moderna, podemos observar que a ação da escola se tornou mais intensa na vida e formação do indivíduo, visto que cada vez mais a criança está adentrando nesse espaço com pouca idade e permanecendo boa parte de sua vida. Na escola, novas informações são apresentadas a criança com o intuito de nortear seu comportamento diante do grupo, para que assim possa em suas relações interpessoais, perceber que se torna necessário à reciprocidade para agir conforme as regras socialmente aceitas. Lembrando aqui que já existe um processo em fluxo contínuo da conduta humana quando a criança a ela é apresentada, por isso se faz necessário a relação da criança com o adulto que já se encontra nesse processo.

Todavia, a criança afeta e é afetada pelas regras que a ela é colocada pela sociedade, e isto pode ser bem compreendido por meio do operador recursivo, onde Morin (2003a, p.95) elucida que somos o produto de um ciclo de reprodução, sendo ao mesmo tempo produto e produtor, produzimos a sociedade por meio das interações que retroage sobre o indivíduo, pois quando nascemos somos inseridos na sociedade com suas normas e proibições que são produzidas pelo próprio indivíduo.

De acordo com essa visão, buscaremos interpretar as transgressões que constantemente as crianças demonstram na relação adulto-criança, isso dentro da rotina na Creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes. Observaremos alguns fenômenos com o intuito de relatar, valorizando esse pequeno ser que nesse processo, desenvolve autonomia para a transformação planetária que tanto Morin tem enfatizado em seus livros, doravante os profissionais que lidam com essa fase, a primeira infância, precisam ser sensíveis para não tosar a capacidade inerente que toda criança tem, curiosidade de descobrir e desbravar o entorno.

## 2. CRIANÇA, AUTONOMIA E DEPENDÊNCIA

Le Boulch (1982) em seus estudos sobre o desenvolvimento psicomotor de crianças nos primeiros anos de vida, faz uma análise entre o desenvolvimento orgânico e emocional argumentado que mesmo que a criança apresente potencialidades para se desenvolver, ela depende das relações com os outros para a construção de sua personalidade. Morin (1999) no Método 2, A vida da vida, destaca o sujeito egocêntrico e o sujeito social que interage com o entorno vivendo uma relação de interdependência. Sob a mesma perspectiva de intercâmbios, Elias (1994a) em sua Teoria do Processo Civilizador, destaca o quão é necessário que o indivíduo, para atingir o que ele chama de “padrão



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

alcançado por sua sociedade no curso da história”, regule suas pulsões e emoções desde cedo em um processo que permite o aprendizado em grupo.

Nesse processo de internalização da conduta humana que vise o bem comum, a escola ganha atenção por ser considerada o espaço, instuído pelo Estado, seguro e apropriado para o desenvolvimento das capacidades inerente do indivíduo à continuidade da cultura humana, assim como a transformação pessoal que possa a vir somar para o convívio em grupo. Porém Morin (2000) critica as falhas da educação e propõe novos caminhos para a formação dos futuros cidadãos do mundo, argumentando a necessidade de uma reforma da educação e do ensino nesse processo, que são duas coisas distintas mas que se complementam dentro dessa teia de relações que ajuda o ser humano “a assumir a parte prosaica e viver a parte poética de nossas vidas” (2003a, p.11), e que precisam ser conduzidos com responsabilidade para que haja a compreensão da condição humana, pois só assim favorecerá o pensar livre e aberto que tanto o autor fala.

Em Sociologia da Infância Corsaro (2011) aborda a criança como agentes sociais bastante ativos, que contribuem para a reprodução da sociedade adulta ao mesmo tempo em que criam suas próprias culturas infantis, desta maneira o autor nos convida a refletir sobre um novo olhar a respeito da infância, nos solicitando a reconhecer esse período onde as crianças são “operadoras de sua infância” construindo uma relação entre o que ele chama de cultura de pares. Piaget (1978) afirma que a personalidade infantil tende a se libertar de todas as condições que lhe são colocadas caminhando livremente em busca de satisfação e sentido, com isso o universo infantil muitas das vezes acaba sendo estigmatizado pelo adulto para poder compreendê-lo, e nessa tentativa de entendimento, por vezes a criança é tolhida.

Ao pensarmos na criança como produto e produtora das mudanças e transformações de sua cultura, devemos levar em consideração as multirealidades que a envolve, Morin (2000) tem enfatizado essas dimensões do ser humano, onde encontramos o ser biológico que tem necessidades de comer, beber, urinar que ao mesmo tempo está em um processo de desenvolvimento que o permite se comunicar com o mundo a sua volta, primeiramente por meio de pequenos porém significativos movimentos, como um olhar, um sorriso, um choro. E quando esse movimento alcança o equilíbrio bípede, permite a ampliação da exploração do espaço que ajuda na compreensão de tudo que aguça sua curiosidade, contudo, o desenvolvimento biológico não corresponde a toda realidade da criança.

Essa mesma criança que explora o ambiente, tanto no âmbito familiar como na creche, norteada pela sua incansável sede de conhecimento, é também um ser social que se encontra em constantes trocas, nessa reciprocidade surgem as relações que estão interligadas onde “uma sociedade é o produto das interações entre os indivíduos que a compõem” (MORIN 2007, p.66). Com o operador hologramático apresentado por Morin (2007, p.67) se pode entender que tudo está relacionado “A sociedade, entendida como um todo, também se encontra presente em nosso próprio interior, porque somos portadores de sua linguagem e cultura”, e Le Boulch (1982, p.33) soma a essa ideia ao expor que “[...] um conjunto de estruturas [...] faz com que o organismo reaja sempre



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

como um todo”. Nessas relações, Elias (1994a/b; 2006) argumenta sobre as cadeias de interdependências que mantêm os indivíduos interligados.

Paralelo a todo esse processo biológico e social vivido pela criança, encontramos um vetor que incrementa o conhecimento de mundo dessa criança, a afetividade. Tanto Le Boulch (1982) quanto Corsaro (2011) ressaltam sobre a natureza afetiva que permite a criança se sentir segura e capaz de conviver com o mundo que a cerca. Dantas (1992) in: Teorias Psicogenéticas em discussão argumenta por meio da teoria de Wallon, as emoções como essenciais para a sobrevivência humana, já que desde os primeiros anos de vida, o indivíduo as utiliza para comunicar suas necessidades.

Toda essa multidimensionalidade infantil nos faz perceber que a criança quer brincar, mas também quer descansar, quer ler, dançar, falar sobre o novo, sobre o velho, quer se impor, mas também deseja agradar. Os laços estabelecido, desenvolvido e fortalecido entre as crianças, com o passar dos anos em suas múltiplas relações com irmãos, primos, amigos da rua onde vivem, amigos da escola e os adultos que fazem parte de sua teia, fazem parte de todas essas realidades infantil que exercem influência sobre o comportamento e a personalidade da criança. Com isso, podemos perceber por meio do operador dialógico proposto por Morin (2007, p.66) que tudo se encontra integrado e “o princípio dialógico é necessário para afrontar realidades profundas que, exatamente, unem verdades aparentemente contraditórias”, englobando a capacidade de entender o conhecimento como uma viagem por meio dos saberes, ligando a explicação à compreensão, onde ao mesmo tempo em que são complementares são antagônicos, estando em constante movimento.

### 3. CRECHE, UM ESPAÇO PARA TRANSPOR AS FRONTEIRAS

Para um melhor ritmo organizacional da instituição, a creche é movida por uma rotina. Dentro dessa rotina podemos encontrar, atividades direcionadas pelo professor que é o momento onde ele estimula a criança a desenvolver suas habilidades por meio de diversificadas atividades pedagógicas, e atividades livres que são os momentos onde a criança explora, se expressa, em fim se relaciona sem direcionamento pedagógico, podendo ocorrer dentro da sala de referência da criança ou nos espaços alternativos que a creche dispõe.

A ideia de rotina pode até parecer algo maçante, pesado, desinteressante. Mas faz necessário levar em consideração, que a rotina bem planejada, respeitando o ritmo de desenvolvimento da criança, valorizando o tempo das atividades livres, ajuda esse pequeno indivíduo a se situar no tempo e espaço. Na creche após o período de adaptação, onde às crianças percebem que não foram abandonadas e ao final do dia um membro da família vem buscá-la, a rotina facilita no ganho de confiança na instituição de ensino que passa a ser vista como local seguro, se tornando uma aliada desse sentimento, além de contribuir para a autonomia infantil. Corsaro (2011) ao abordar sobre rotina, enfatiza que esse conjunto estável de atividades permite que as crianças obtenham controle sobre seus medos e ansiedade.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Na Creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes, observando uma turma de 1 ano, algumas crianças recentemente haviam aprendido a andar enquanto que outras já demonstravam certa intimidade com o equilíbrio em pé, certo dia em um momento de atividade livre na sala de referências, um fenômeno dentro da rotina da creche chamou atenção. Uma das crianças, segura do seu equilíbrio, subiu em uma cadeira que ficava no canto da sala, uma das professoras vendo o fato, imediatamente correu tirando a criança e colocando-a no chão. Sabendo que o cuidar junto com o educar é um dos eixos de trabalho que a Proposta dos Referenciais (1998) trás para a escola, a professora conversou com a criança explicando que “se subir, pode cair e machucar e se machucar, vai doer e chorar”. Porém bastou a criança perceber que a professora já não estava com a atenção voltada para ela, que novamente voltou a subir na cadeira, seus olhos atento na reação da professora, ao perceber que foi flagrada em sua transgressão ao proibido, antes mesmo que a professora corresse para tirá-la, a criança imediatamente desceu da cadeira. Mesmo assim a professora se direcionou para a criança e conversou com ela repetindo a frase acima. Por várias outras vezes, em momentos esporádicos, a criança continuou realizando a mesma ação, até que em um determinado momento, a criança não apenas subiu na cadeira, como soltou as mãos abrindo os braços e antes de ser flagrada novamente pulou no chão dando uma gargalhada.

Podemos notar nesse relato, quão divertido é para a criança as suas ações proibidas, percebemos que desafiar a autoridade do adulto faz parte da natureza transgressora da criança. Essas manifestações são perceptíveis desde cedo, pois é uma forma da criança experimentar até onde pode ir após os limites serem colocados a ela, e na tentativa de alcançar o controle de sua vida, a criança rompe com as fronteiras que lhe são impostas resistindo às regras. É respeitável a preocupação do professor, mas vejamos, quanto da organização psicomotora a criança precisou articular nesse momento. A força aplicada para subir na cadeira, o equilíbrio para ficar em pé a uma altura, a atenção nas ações do adulto que havia lhe colocado as proibições, o impulso para saltar no tempo certo para não ser visto, a chegada ao chão sem machucados e a satisfação de ir além, de experimentar, de explorar, saciar a curiosidade do que existe além das barreiras quando se arrisca a transgredir.

A experiência ativa de confrontação com o meio, nos comportamentos de afirmação e resistência às regras, geram os conflitos interpessoais que são significativos nesse processo de ajuste do comportamento infantil com o mundo ao qual a criança pertence. Elias (1994b) argumenta sobre as tensões e conflitos existente nas relações de interdependências como mecanismos relevantes para o equilíbrio das relações sociais, Piaget (1978) ao abordar a concepção de equilíbrio nos faz entendê-lo como uma força que impulsiona a criança no decorrer das etapas do desenvolvimento cognitivo para posteriormente harmozinar suas atitudes à sua compreensão do seu entorno, assim como Le Boulche (1982) afirma que as funções cognitivas vão se desenvolvendo nessas confrontações com a realidade. Podemos notar que a espontaneidade desse pequeno ser em formação, por não ser muitas vezes compreendida, é vista como ato de transgressão negativo pelo adulto.







II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Um momento da rotina dentro da creche para valorizar a comunicação em coletivo, é a chamada roda de conversa. Nela o professor instiga as crianças com perguntas, à exporem sua opinião a respeito de um assunto que está sendo trabalhado com a turma ou tema familiar. Uma característica dessa ocasião é a forma como as crianças são orientadas a ficarem, sentadas com a atenção voltada ao professor. Certa manhã, acompanhando uma turma de crianças de 2 anos, os professores na roda de conversa estavam abordando os tipos de locomoção dos animais, uma das crianças ao visualizar a figura do sapo, se levantou e começou a pular falando, “é assim que o sapo anda”, imediatamente a professora pediu para a criança sentar, porque só depois a turma ia imitar a forma de locomoção dos animais que estavam sendo trabalhado naquele dia de aula, e cada vez que um dos professores mostravam a figura de um dos animais, a criança mostrava com movimentos como tal animal se locomovia.

As aulas são organizadas em etapas pelo professor, e após todo o momento da conversa, as crianças foram estimuladas a realizarem a forma de locomoção de cada animal que foi mostrado nessa aula. Essas etapas, do ponto de vista organizacional, fazem muito sentido para o adulto que precisa fazer observações sobre o desenvolvimento da criança para posteriormente registrar nos documento obrigatórios que envolvem a educação infantil, como o caderno de registro e pareceres descritivo das crianças. Os aspectos cognitivos geralmente são mais atentamente observados no momento em que as crianças estão sentadas expondo suas opiniões, já o aspecto motor são mais enfatizados quando as crianças são estimuladas a imitar o movimento dos animais. Porém, em uma perspectiva da criança, etapas de atividades pedagógicas não existem, não fazem sentido algum, para elas tudo é uma circularidade não havendo dominância nem linealidade de um aspecto ao outro, tudo está em constante diálogo, em constante movimento, por esse motivo várias vezes podemos presenciar a criança transgredindo a regra de ficar sentada para somente depois realizar os movimentos de locomoção dos animais, transpondo as fronteiras disciplinares.

Embora a criança desempenhe um papel ativo dentro da rotina da creche, suas ações são acompanhadas pelo professor, que sabendo da grande responsabilidade de estar com elas aos seus cuidados, em determinados momentos procura harmonizar seu comportamento visando a intergridade individual e coletiva. Elias (1994a/b) tem esclarecido essa teia de dependência indispensável para a preservação da cultura humana e Morin (1997, 2000; 2003a/b; 2007) aborda essas interações entre os indivíduos de modo hologramático.

Em um outro dia, estando presente na sala de banho no momento em que uma turma de 3 anos se encontrava lá após o almoço para fazer a higiene bucal, a transdisciplinaridade infantil se manifestou novamente. A professora seguindo a rotina de seu planejamento aproveitando para por em prática o conteúdo higiene corporal, começou a conversar com a turma sobre a saúde da boca, explicando a escovação para a prevenção de “bichinhos” que podem deixar o dente “doente”. Na parede do banheiro podemos encontrar várias figuras de animais que fazem parte do mundo aquático, e uma das crianças olhando para esses desenhos falou, “olha, o peixinho, ele vive na água” e outra criança complementou, “baleia também vive na água”, e outra interagindo com a conversa “o tubarão é mau, ele



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

come os peixinhos”, e mais manifestações foram surgindo, “mas se tu tiver com teu pai na tua casa o tubarão não te morde”, e outra criança levantando os braços afirma, “mas eu sou forte, porque eu como toda a minha comida”.

Para um adulto toda essa conversa pode parecer uma grande confusão, porque já estamos domesticados a pensar de modo compartimentado, mas vamos refletir um pouco sobre esse episódio. O conteúdo sobre higienização bucal que envolve a água saindo da torneira, com as figuras de animais que vivem na água presente na parede da sala de banho, despertou na criança conteúdos que geralmente são abordados no momento das aulas de ciências, e o quanto de conhecimento podemos perceber, a baleia, o tubarão, o perigo que alguns animais podem representar, a segurança da família e do lar, e a criança que afirma ser forte porque come toda a sua comida! Possivelmente essa afirmação, se manifestou baseada em informações anteriores vivenciada pela criança, quem sabe em alguma aula sobre alimentação e seus benefícios ou até mesmo em casa com seus pais; o que podemos notar aqui é que a criança de alguma forma sabe que ser forte o permite superar medos e perigos.

Que a ordem e a desordem cooperam para uma organização Morin (1997, p.55) tem nos falando ao abordar o Pensamento Complexo “ordem, desordem e organização co-produziram-se simultânea e reci-procamente”, nos sugerindo que o processo de ordem surge de um certo tipo de desordem. Para a criança essa compreensão é tão natural que se manifesta em suas multirealidades. E Piaget (1978) em seus estudos, já argumentava sobre a habilidade que a criança desenvolve para estruturar e construir suas próprias concepções de mundo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pensamento Complexo em Edgar Morin, talvez fosse melhor compreendida se procurássemos olhar o mundo por meio de uma perspectiva da crianças, que mesmo sujeita ao maior poder que o adulto tem sobre ela, facilmente dialoga com as multirealidades tendo a capacidade de ir do real ao imaginário, tranpondo as barreiras da formalidade escolar.

Observando atentamente o comportamento infantil, podemos perceber a capacidade inerente da criança na tenra idade de transpor as fronteiras interligando os saberes. Sabemos da valia das interrelações onde a criança está aprendendo como funciona o mundo social e como ela funciona dentro dele, por esse motivo que tanto Morin (1997, 1999, 2000; 2003a/b; 2007) como Elias (1994;2006) e Le Boulch (1982) tem em seus estudos ponderado as relações interpessoais. Mas quiçá o adulto que se propor a encher o mundo por meio do olhar infantil, poderá aprender a validar as pequenas coisas que somam a beleza de viver.

A creche, por ser um espaço que cada vez mais está sendo utilizado pelas famílias para deixar suas crianças, considerada a base da Educação escolar, tem assumido um papel significativo na formação desses pequenos indivíduos que precisam ser preparados para se tornarem cidadãos do mundo, mas sabemos que seu ritmo de funcionamento por





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

vezes tem limitado a criança, por esse motivo Morin (2000) tem chamado atenção para as falhas da Educação propondo novos caminhos.

Um novo olhar a respeito do comportamento infantil nos fez compreender a natureza transgressora da criança como um processo relevante para a regulação do comportamento desse pequeno indivíduo com o funcionamento da sociedade, sociedade esta que ele recria, transformando-a após sua própria compreensão de mundo.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.
- CORSARO, William Arnold. **Sociologia da Infância**; tradução: Lia Gabriele Regius Reis; revisão técnica: Maria Letícia B. P. Nascimento. – Porto Alegre: Artmed. 2011.
- ELIAS, Norbert, 1897 – 1990. **O processo civilizador** / Norbert Elias; tradução Ruy Jungman; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994a v.1
- ELIAS, Norbert, 1897 – 1990. **A sociedade dos indivíduos** / Norbert Elias; organizado por Michael Schorter; tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1994b.
- ELIAS, Norbert, 1897-1990. **Escritos & ensaios**; 1 :Estado, processo, opinião pública;/organização e apresentação, Federico Neiburg e Leopoldo Waizbord; tradução textos em inglês, Sérgio Benevides; textos em alemão, Antônio Carlos dos Santos; textos em holandês, João Carlos Pijnappel.— Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- LE BOULCH, Jean **O desenvolvimento psicomotor: do nascimento até 6 anos** 4ª ed. Porto Alegre, Artes médicas, 1982.
- MORIN, Edgar **O Método 1: A natureza da natureza**; Tradução: Maria Gabriela de Bragança, 3ª edição, Publicações: Europa-América, 1997.
- MORIN, Edgar **O Método 2: A vida da vida**; Tradução: Maria Gabriela de Bragança, 3ª edição, Publicações: Europa-América, 1999.
- MORIN, Edgar **Os setes saberes necessários à educação do futuro**; Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica; Edgar de Assis Carvalho, 2ª edição – São Paulo: Cortêz, Brasília: UNESCO, 2000.
- MORIN, Edgar **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**; Tradução: Eloá Jacobina, 8ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a.
- MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio-Roger; MOTTA, Raúl Domingo **Educar na era planetária: o pensamento complexo como Método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**; Tradução: Sandra TrabuccoValenzuela, Revisão: Edgar de Assis Carvalho, Editora: Cortêz, 2003b.

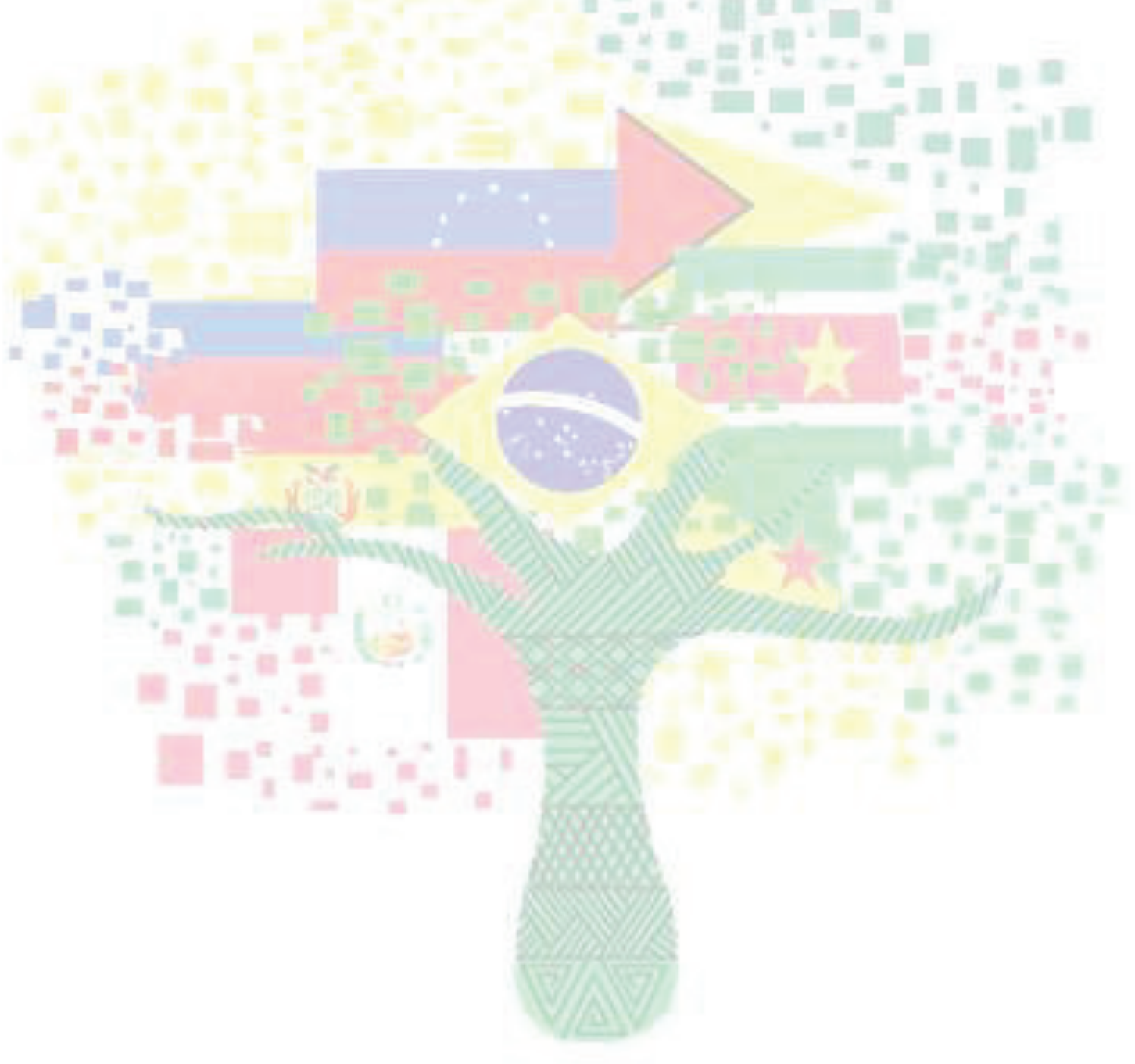


II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

MORIN, Edgar **Educação e complexidade: os setes saberes e outros ensaios**; Maria da Conceição de Almeida e Edgar de Assis Carvalho (orgs.) – 4ª edição – São Paulo: Cortêz, 2007.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representações** 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

TAILLE, Yves de La; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão** – São Paulo: Summus, 1992.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## CRIANÇA SATERÉ-MAWÉ NO CONTEXTO ESCOLAR DA CIDADE: REFLETINDO A RESPEITO DO PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

### SATERÉ-MAWÉ CHILDREN IN THE URBAN SCHOLAR CONTEXT: REFLECTING CONCERNING THE PREJUDICE AND DISCRIMINATION

Maria SÍngela Bitencourt Soares<sup>1</sup>.  
 E-mail: [singela\\_soares@hotmail.com](mailto:singela_soares@hotmail.com)

Elizabeth Cristina Siel Souza<sup>2</sup>  
 E-mail: [Bethy9@hotmail.com](mailto:Bethy9@hotmail.com)

Ignês Tereza Peixoto de Paiva<sup>3</sup>  
 E-mail: [Ignestereza@hotmail.com](mailto:Ignestereza@hotmail.com)

#### RESUMO:

A criança Sateré-Mawé que estuda em uma escola da cidade de Parintins-Am, carregando significados culturais e étnicos de um grupo indígena. Características como: altura, cheiro, comportamento e língua da criança em muitos momentos tornou-se sinônimo de rotulação de palavras pejorativas por meio de brincadeiras sem graça onde há momento que soa como preconceito ou discriminação. Diante à realidade descrita, este estudo propôs refletir à respeito do preconceito ou da discriminação de crianças Sateré-Mawé dentro do contexto e cotidiano escolar. Ao caminhar na busca da conquista do objetivo exposto, a entrevista semiestruturada tornou-se instrumento de análise dos dados da pesquisa, cuja a participação de três crianças indígenas foram de protagonismos, devido elas serem os sujeitos da mesma. A vivencia dos estudantes Sateré-Mawé no âmbito educacional, marca as inter-relações culturais que deveria haver entre dois mundos, o indígena e não indígena, mas, historicamente o processo educacional carrega consigo conceitos discriminatórios que homogeneiza as culturas étnicas representadas pelas crianças que se fazem presente nas escolas.

**Palavras-chave:** Criança Indígena. Preconceito ou discriminação. Educação Escolar.

#### INTRODUÇÃO

Ao tecer a respeito do preconceito e discriminação de crianças indígenas da etnia Sateré-Mawé dentro do espaço escolar da cidade de Parintins, no baixo Amazonas, perpassa em conhecer o cotidiano deles dentro do âmbito educacional. Uma vez que, o

<sup>1</sup> Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia. Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia – PPGSCA/UFAM, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Pós-graduanda em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Kurios-FAK.

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia –PPGSCA/UFAM. Bolsista Fundação de Amparo de Estudo da Amazônia – FAPEAM. Docente da Universidade Federal do Amazonas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

estudante indígena representa o outro e o diferente diante dos estudante não indígena. Nesta perspectiva, se pergunta o porquê? Qual é a diferença entre a criança indígena e a não indígena?

Para esta e outras perguntas, ainda não se tem uma resposta visível devido as limitações de pesquisa a respeito do preconceito ou discriminação sofrida pelo indígena dentro do espaço educacional. Dentro da realidade de escassez de pesquisa houve-se destaque para as pesquisa de Bessa Freires<sup>4</sup> e Wendell Bezerra<sup>5</sup> que abordam a criança indígena Sateré-Mawé dentro da escola da cidade.

Neste sentido, o estudo foca-se em refletir a respeito do preconceito ou da discriminação de crianças Sateré-Mawé dentro do contexto e cotidiano escolar da cidade. Na qual, a vivencia dos estudantes indígenas com os não indígenas marcam as inter-relações entre dois mundos, entretanto, na prática esta relação é apontada historicamente como homogenia e por conceitos preconceituosos e discriminatórios discutidos ou abordados dentro dos conhecimentos formais e educacionais da escola do *branco*.

Os estudantes Sateré-Mawé ao se deslocarem, de suas comunidades dos rios Andirá/Marau com suas famílias para Parintins, deparam-se com vários desafios dentro da escola. Seja eles descritos pelas suas características como: altura, cheiro, comportamento e língua da criança em muitos momentos tornou-se sinônimo de rotulação de palavras pejorativas por meio de brincadeiras sem graça onde há momento que soa como preconceito ou discriminação. Ou pela dificuldade de aprender, devido muitos deles ter a língua materna como seu principal meio de comunicação. O discente que fala Sateré se comunica com a docente não indígena com receio ou nem falam. No que refere-se a comunicação com os colegas o Sateré enfrenta a mesma situação.

Do contexto acima descrito, o objetivo da pesquisa focou-se em três crianças Sateré-Mawé que foram ouvidas, através da entrevista semiestruturada que ocorreu em uma roda de conversa. Este tornou-se instrumento de análise dos dados da pesquisa. A escolha delas como sujeitos, ocorreu devido elas carregarem consigo um leque de conhecimentos socioculturais, valores étnicos, crenças, cosmologias, mitos e rituais próprios de sua etnia (FREIRE, 2009).

<sup>4</sup> Criança Indígena na Escola Urbana. Maria do Céu Bessa Freire

<sup>5</sup> O cotidiano de criança indígena Sateré-Mawé em um escola estadual do Município de Parintins-Am. 2013



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Para responder a questão acima é importante levar em consideração as inter-relações sociais que as crianças indígenas vivem no cotidiano escolar, onde o conhecimento formal e sistematizado será o ponto de partida para discutir a respeito do preconceito ou discriminação dentro do espaço escolar. Visto que, o saber a respeito dos povos indígenas é invisível ou passa quase despercebido como conteúdo no processo de ensino, dentro das escolas da cidade, e assim resulta dentro do contexto educacional, a invisibilidade cultural do Sateré-Mawé, frente as outras culturas ou a hegemonia que a escola produz.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

### ***Sou criança Sateré-Mawé: meu cotidiano e desafio de estudar na cidade.***

A criança Sateré-Mawé advém do grupo étnico que habita inicialmente os rios dos Andirá e Marau, mais precisamente da comunidade de Ponta Alegre<sup>6</sup>. Estes povos apesar de 300 anos de contato com a sociedade envolvente tem conseguido manter a língua materna e suas formas de organização social da comunidade tribal (ARAÚJO, 2014). Muitas famílias, ainda falam a língua Sateré e vejam na tradição suas raízes identitária e cultural.

Bernal (2009), Araújo (2014) e Rocha (2014) descrevem em suas pesquisas, que os Sateré-Mawé ressignificam culturalmente suas tradições na cidade e buscam seus lugares na sociedade não indígena. Exemplo disto, é a criança indígena que estuda e vive na cidade, esta ressignifica sua cultura para poder ser aceita dentro do espaço escolar, pois, muitos destes estudantes migram com os pais, na busca de melhor qualidade de vida, trabalho, saúde e educação.

Pais destes, ressaltam em seu discurso que “a educação na cidade é melhor que na comunidade” (ENTREVISTA/2016)<sup>7</sup>. Para os mesmos a educação é o principal motivo para sua vinda para cidade, assim como a busca de melhor qualidade de vida, saúde e um emprego também são citados por eles. Os autores Teixeira, Mainbourg e Brasil (2009) e Maximiano e Wagner (2011) as famílias Sateré-Mawé que migram para cidade tem como objetivo, uma melhor qualidade de vida e de estudo para os filhos.

Levando em consideração as informações dos autores Teixeira, Mainbourg e Brasil, o senso do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010 exemplifica a quantidade de indígena que se deslocam para a cidade, ou seja, 330 famílias Sateré-Mawé entre adultos e crianças se reconhecem como indígenas e moram na cidade, onde seus filhos estudam, sendo aproximadamente 110 estudantes da etnia Sateré-Mawé.

De modo particular, ao foca-se apenas para os estudantes, observaremos que o Sateré depara-se com uma outra cultura, com um outro eu, no qual, o cotidiano da escola tem um papel significativo para o novo mundo que se apresenta. Entretanto, o *novo* carrega consigo um preconceito histórico, falta de informação e formação sobre cultural indígena, as lutas e movimentos sociais protagonizados pelos indígenas.

<sup>6</sup> Comunidade indígena Ponta Alegre está localizada no Baixo Rio Amazonas, na Terra Indígena Rio Marau-Andirá, abrangendo os municípios de Maués, Parintins, Barreirinha (Amazonas) e Itaituba (Pará).

<sup>7</sup> Entrevista cedida a mestrandia do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia Elizabeth Cristina Siel Souza no ano 2016.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Bessa Freire<sup>8</sup> ao pesquisar a criança indígena na escola da cidade de Manaus-Am, aponta que, por diversas vezes a instituição de ensino assume posições que reforçam a reprodução e perpetuação de práticas dizimadoras em relação à cultura e à interculturalidade dentro de seu ambiente educacional, do mesmo modo, no momento que as crianças indígenas fazem-se presentes nas salas de aula, elas são silenciadas e/ou renegadas (FREIRE, 2009).

Ao descrever a abordagem da autora, pode-se observar na seguinte passagem vivenciada na sala de aula do *in locus* da pesquisa. A professora num dia de aula, abordou por meio de uma passagem rápida as brincadeiras das etnias indígenas, colocando em destaque os momentos lúdicos vividos na comunidade, como por exemplo: a natação e pular nas águas dos rios, lagos e igarapés, subir em árvores, arco e flecha e pequenas caças, como brincadeiras gerais de todas as etnias (Caderno de Campo/2016).

O destaque para a cultura indígena foi pequeno e silencioso por parte dos estudantes Sateré. Eles por sua vez, observaram com bastante atenção a cada imagem mostrada. Mas, em nenhum momento a educadora pediu que os estudantes demonstrassem ou falasse sobre sua etnia ou contasse do que eles brincam na comunidade de origem (Caderno de Campo/2016).

Na visão de Freire (2009) e Bezerra (2013) a atitude e metodologia usada pela educadora não permitiu o reconhecimento dos saberes tradicionais e costumes das crianças indígenas que residem na cidade, assim como, suas brincadeiras, rituais, habitus, cosmologias, mitologias e modo de vida. Para ambos, a metodologia e atitude da professora não causam o esquecimento cultural, identitário e étnico do estudante Sateré, mas ocasiona o silenciamento e homogeneização cultural, ocasionando assim, o preconceito ou a discriminação e dificuldade de permanência na escola, por parte das crianças indígenas (FREIRE, 2009; BEZERRA, 2013).

Ao reporta-se para *in loco* da pesquisa, os estudante Sateré são silenciados inconscientemente por parte dos docentes, pois, como podemos reportar para a observação acima os educadores se propõe a discutir a temática em sala, mas de forma mínima ou superficial sem dar voz aos discentes indígenas.

<sup>8</sup> FREIRE, Maria do Céu Bessa. **A Criança Indígena na Escola Urbana**. Manaus. AM. Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

A representação cultural e étnica do povo autóctone dentro da escola, a mesma sente que existem dificuldade metodológica de ensinar e trabalhar a inter-relação cultural entre indígena e o não indígena, tendo como destaque as vozes dos Sateré-Mawé. Contudo, o in loco pesquisado, os docentes relatam as dificuldades em trabalhar os saberes, cosmologias e mitos dos grupos étnicos e particularmente da etnia presente na instituição.

Freire (2009, p. 18) descreve que a dificuldade em educar e comunicar-se com o discente indígena:

[...] assume posições que reforçam uma reprodução e perpetuação de práticas dizimadoras em relação à cultura e à interculturalidade. E isso se constata no momento em que as culturas indígenas presentes nas salas de aulas das Escolas [...] são aparentemente silenciadas e/ou renegadas.

A educação deveria ser intercultural, que respeitasse a diversidade cultural e étnica, onde os povos indígenas pudessem ser visto como membros de uma sociedade e parte de uma história, no qual, o Sateré que estuda na cidade torna-se um instrumento mediador de saberes. Mas, o que ocorre no espaço escolar são metodologias que homogeneiza e silencia a cultura, cosmologia, mitos, regras e valores.

Ao abordar as culturas silenciadas nos espaços escolares, Santomé (2008) sinaliza para a vozes dos grupos minoritários e/ou marginalizados que são vistos como os sem poderes, quando não estereotipados e deformados pelo sistema educacional. Ao reporta-se para os indígenas, que na maioria das vezes são minoria nas salas de aulas, ou são vistos de maneira estereotipadas pelos livros didáticos.

A criança Sateré-Mawé relata: – “*eles (as crianças não indígenas) professora, nos apelidam, porque somos indígenas. Eles ficam apelidando de anão pro meu primo, tem outro lá que eles chamam de cheiro-verde, ou nos chama de índio*” (ENTREVISTA/2016). Para o estudante Sateré-Mawé é visível os estereótipos por partes dos colegas não indígenas, ou seja, a estatura e o cheiro deles são pontos de partida para apelidos e palavras pejorativas.

Dentro do âmbito educacional o contexto retratado pela criança indígena é enfrentado pelos professores naturalmente, onde a chamada de atenção são reflexões educacionais, e após este momento a aula volta a ter como foco a educação sistematizada e curricular. Barroco, Chaves e Faustino (2008) descrevem que a conduta do docente em



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

sala de aula é essencial para o processo de ensino aprendizagem da criança indígena, onde os procedimentos didáticos e concepções teóricas, contribuem para haver a relação dos saberes científicos e tradicionais, com intuito de permitir a valorização dos artefatos, da cultura e das tradições da comunidade indígena.

O universo educacional de negação e silenciamento do diferente pode ser redefinido. Freire (2009, p. 36) pontua que ao “ressignificar seus objetivos e valorizar o diálogo, levando em conta a diferença, a igualdade, o respeito, a alteridade, a educação como um meio de superação da desigualdade no mundo”. Para as crianças indígenas presentes nas escolas da cidade significa ser reconhecida culturalmente, assim como, para outros grupos étnicos.

O diálogo proporcionado pela ressignificação das metodologias de ensino, deve apresentar as histórias, culturas, costumes, cosmologias e as mitologias permitindo assim a valorização dos símbolos (signos) étnicos e sociais dos estudantes Sateré que compõem o ambiente educacional.

### **Refletindo a Identidade da criança indígena: preconceito ou discriminação no contexto escolar.**

No cotidiano da escola o estudante Sateré-Mawé transita em todos os espaços e vive uma relação de socialização com outros colegas não indígenas. Mas, nem sempre esta relação tem um olhar diferenciado, ou seja, existem momentos que uma cultura predomina sobre a outra. E, assim as crianças indígenas sentem a diferença no dia-a-dia, pois muitas vezes eles negam sua identidade e que elas são realmente.

Um dos estudantes indígenas, diz que *“uma vez, contei pra professora que eles tinha me chamado de pajé, e depois ela contou pra gestora”* (Entrevista/2016, criança indígena). Na fala e no gesto do estudante de baixar a cabeça, pode-se perceber que o fato contado a docente passou despercebido. Pois ele continuou: *“vejo, eles apelida toda hora, pro meninos que moram lá em casa comigo e estudam em outras sala daqui da escola”* (Entrevista/2016, criança indígena). No diálogo a característica física e os conceitos prévios a respeito dos indígenas são causas de apelidos e rotulação de quem é índio e quem não é. Neste contexto Rocha expõe que:



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Esse choque gerador do etnocentrismo nasce, talvez, na constatação das diferenças. A diferente é ameaçadora porque fere nossa própria identidade cultural [...] O grupo de “eu” faz, então, da sua visão a única possível ou, mais discretamente se for o caso, a melhor, a natural, a superior, a certa. O grupo do “outro” fica, nessa lógica, como sendo engraçado, absurdo, anormal ou inteligível (ROCHA, 2006, p.09).

As diferenças presentes na sala de aula causa um estranhamento entre alunos, geram preconceito ou discriminação, resultado estes da não aceitação do comportamento e atitude do diferente presente em sala de aula. E as crianças indígenas por não se sentirem livres para expor seus conhecimentos étnicos, se silenciam quando é julgado como inferior aos demais alunos dentro do ambiente escolar.

Mas, ao reporta-se para educação das crianças indígenas, a autora Freire (2009) assina-la que diversos momentos a escola assume a posição de reforçar e reproduzir práticas dizimadoras em relação à cultura e à interculturalidade, e por esta razão, as crianças indígenas presentes nas salas de aulas, são silenciadas e/ou renegadas. Estas situações são vividas por meio do não reconhecimento dos saberes tradicionais, costumes, brincadeiras, rituais, habitus, cosmologias, mitologias e modo de vida do estudante indígena que está presente em sala de aula (FREIRE, 2009).

O indígena precisa construir no seu dia-a-dia sua história própria. É preciso acreditar na urgência e na possibilidade real de conquista das escolas verdadeiramente inclusivas que estejam a serviço de todos os povos, que ajudem a vivenciar um pouco da sua cultura na sala de aula como instrumento de resistência para combater o preconceito e a discriminação, enfim que contribuam no processo histórico de sobrevivência dos povos indígenas.

Entretanto conhecer a criança Sateré-Mawé que compõe o espaço escolar e saber onde eles moram (Itaúna I, Palmares e Centro) e com quem eles moram na cidade. É compreende que em grande parte elas resistem com seus parentes na vila (comunidade indígena) e na cidade somente com os pais. Posteriormente, saber suas aflições dentro da sala de aula, pois, suas ações são de pouca fala sobre sua comunidade, tradições, cultura e saberes e contam ao mesmo tempo que recebem apelidos como: ‘chocolate’ e ‘azedinho’.

A princípio podem parecer palavras comuns e inofensivas, mas na verdade quando eles recebem, os mesmos se sentem discriminados. Pois a



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

expressão 'azedinho' se refere ao cheiro da criança indígena, é na verdade algo cultural e característico delas. Partindo desta situação, a pesquisadora indaga se eles já sofreram preconceito ou discriminação, e obteve como resultado, um não e um silêncio por parte da maioria das crianças.

São nas expressões fortemente enraizadas no sentido comum, que expressam juízos de valor sobre determinados grupos sociais e/ou culturais, assim como as brincadeiras, são âmbitos especialmente sensíveis às manifestações de discriminação no cotidiano escolar Moreira e Candau (2005). Os membros da escola pesquisada usam a expressão apelido no lugar de preconceito ou discriminação, desvalorizando os valores sociais e culturais de determinados grupos.

Ao contrário da criança indígena, a não indígena refere-se ao fenômeno da discriminação ou preconceito como brincadeiras normais entre si. A pesquisadora ao perguntar a respeito da temática para as crianças não indígenas, estas responderam: *que eles não gostam de focar pra ninguém sobre essas coisas*. Mas, uma das crianças não indígenas relatou que:

*no 3º e 2º ano um dos alunos indígenas era muito bagunceiro, ele e mais uma menina não indígena subiam na mesa, riscavam e rasgavam o caderno dos outros, a menina sempre brigava com os outros. Aí a diretora o ralhava e depois ficava de bem com ele (Entrevista/2016, crianças não indígenas).*

O estudante não indígena ao relata acima uma das situações de bagunça, coloca em ênfase que o indígena apesar das bagunças não era repreendido (suspensão, chamar o pai), e por esta razão, era apelidado como o santinho da diretora pela turma. Nos dois relatos entre os alunos o silêncio a respeito da discriminação ou preconceito é silenciado, neste sentido Cavalleiro (2003, p. 98) pontua que:

O silêncio que atravessa os conflitos étnicos na sociedade é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola. De modo silencioso ocorrem situações, no espaço escolar, que podem influenciar a socialização das crianças, mostrando-lhes diferentes lugares para pessoas brancas, negras, indígenas e etc.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

O silêncio sobre os conflitos étnicos, reflete as crianças indígenas pelo fato deles negarem-se como indígenas e em muitos momentos socializarem apenas com outros indígenas. A presença da discriminação ou preconceito em relação a ser ou não indígena também faz o com que o outro não se assuma, exemplo disso é quando uma das crianças indígenas diz: *eu estudava com meu primo, mas nunca falei com ele. E também nunca falei sobre suas bagunças por que ele era meu primo (Entrevista/2016, criança indígena).*

O silenciamento identitário das crianças Sateré dentro do espaço escolar, é devido a escola não possibilitar oportunidades de eles expressarem elementos de sua cultura. Uma das expressões que caracteriza a identidade indígena da etnia Sateré-Mawé é a língua em que todos os estudantes indígenas da escola falam. Ou seja, as crianças que moram na cidade, conhecem seus elementos culturais, onde as atividades cotidianas da comunidade foram vivenciadas por elas antes de imigrarem para o município (MUBARAC SOBRINHO, 2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criança indígena é um ser completo, sendo ela a mantedora da cultura em sua comunidade. Contudo, ao fazer parte do meio estudantil na cidade está, ressignifica-se diante a inter-relação cultural e social vivida. Neste sentido, a prática educacional tem valor significativo e diferenciado. Podemos dizer que dentro da interculturalidade à trocas culturais, sociais e de conhecimento entre a cultura indígena e não indígena.

Contudo, hoje, ao abordar a criança indígena dentro do espaço escolar da cidade trata-se de descrever e propor um novo olhar sobre o diferente que se faz presente no âmbito da escola, ou seja, uma nova postura diante a diversidade cultural representada pela criança indígena.

Desta maneira, este estudo propõe que o docente discuta a temática indígena dentro da sala de aula, na qual, a diversidade cultural e étnica serão pontos de partida para conscientização de não haver a estranheza do mesmo na cidade e mais específico ainda no âmbito escolar. De tal modo, o docente estará contribuindo para a construção e reafirmação da identidade étnica e cultura do estudante Sateré.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Wagner dos Reis Marques. Os Processos de deslocamentos dos Sateré-Mawé. **In:\_\_\_\_\_**. TORRES, Iraildes Caldas (Org). **Mulheres Sateré-Mawé, a epifania de seu povo e suas práticas sociais**. Manaus: Valer, 2014.

BEZERRA, Wendell Cezar de Freitas. **O cotidiano de crianças indígenas Sateré-Mawé em uma escola estadual do Município de Parintins-Am**. Universidade Federal do Amazonas –UFAM. Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia – ICSEZ. 2013. Monografia.

BROSTOLIN, Marta Regina; CRUZ, Simone de Figueiredo. Criança Terena – algumas considerações a respeito de suas representações identitária e culturais. **In:\_\_\_\_\_**. NASCIMENTO, Adir Casaro. **Criança indígena: diversidade cultural, educação e representações sociais**. Brasília: Liber Livro, 2011.

FAUSTINO, Rosangela Célia; CHAVES, Marta. BARROCO, Sonia Maria Shima (org.). **Intervenção Pedagógica na Educação Escolar Indígena: Contribuições Teoria Histórica Cultural**. Maringá: Eduem. 2008.

FREIRE, Maria do Céu Bessa. **A Criança Indígena na Escola Urbana**. Manaus. AM. Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MAXIMIANO, Claudina Azevedo; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Mulheres Indígenas em Manaus: Identidade étnica e organização como forma de construir comunidade. **In:\_\_\_\_\_**. TORRES, Iraildes Caldas; SANTOS, Fabiane Vinente dos. **Intersecção de Gênero na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2011.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículos. **In:\_\_\_\_\_**. SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas na sala de aula**. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TEIXEIRA, Pery; MAINBOURG, Evelyne Marie Therese; BRASIL, Marília. **Migração do povo indígena Sateré-Mawé em dois contextos urbanos distintos na Amazônia**. Dossiê. Caderno CRH, Salvador. v. 22. n. 57. p. 531-546. Set/Dez. 2009.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## CULTURA E MULTICULTURALISMO: POR UM CURRÍCULO ESCOLAR EMANCIPATÓRIO

Aliuandra Barroso Cardoso Heimbecker – Universidade Federal do Amazonas  
 ([aliuandra@gmail.com](mailto:aliuandra@gmail.com))

Maria Ione Feitosa Dolzane – Universidade Federal do Amazonas  
 ([ione.dolzane@gmail.com](mailto:ione.dolzane@gmail.com))

Zeina Rebouças Corrêa Thomé – Universidade Federal do Amazonas  
 ([zeinathome@gmail.com](mailto:zeinathome@gmail.com))

### Resumo

Neste artigo são apresentadas reflexões situadas na perspectiva dos estudos teóricos da disciplina Educação, Cultura e Desafios Amazônicos do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. As discussões aqui apresentadas estão alicerçadas na temática cultura e multiculturalismo, destacando as suas implicações para o currículo da educação escolar. O trabalho traz uma descrição das transformações no significado de cultura ao longo dos tempos, desde o mais antigo conceito etimológico da palavra, datado do século XV, até os dias atuais. Aborda, ainda, o multiculturalismo e as suas tendências. Nesse diálogo, os autores que trazem sustentação teórica sobre a temática, contribuem para um melhor entendimento acerca das tendências multiculturais e das ênfases adotadas por cada uma delas. Ao longo dos estudos, percebem-se que existem diferentes abordagens teóricas atribuídas a palavra multiculturalismo. De um modo mais amplo essa palavra designa, originalmente, a coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio de sociedades modernas. O multiculturalismo em uma abordagem emancipatória, implica nas conquistas e reivindicações em favor das classes desfavorecidas, de modo a evitar as formas diversas de opressão, exclusão e dominação dos grupos dominados. A partir desse contexto, realiza-se uma reflexão sobre a escola como um espaço fecundo de diversidade cultural, apontando para a necessidade de se repensar o currículo a favor do multiculturalismo emancipatório, tendo em vista a valorização das diferentes vozes presentes no espaço educativo.

Palavras-Chave: Cultura; Multiculturalismo; Currículo Escolar.

### 1 A COMPREENSÃO DE CULTURA

Para melhor compreensão da temática abordada, faz-se necessário conhecer o significado de cultura e as suas transformações conceituais ao longo da história.

Os sentidos atribuídos ao termo cultura passaram por fortes transformações, particularmente no período das mudanças sociais tradicionais para a moderna. Bockock (1995) citado por Canen e Moreira (1999), aponta alguns deles:







II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Registrado nos escritos do século XV, o primeiro e de certo o mais antigo significado etimológico da palavra cultura está relacionado com a ideia de cultivo da terra, de plantações e de animais.

No início do século XVI, o significado de cultivo, compreendido no século XV se desloca para a ideia de cultivo da mente humana. Ou seja, propaga-se o conceito da mente cultivada. A partir daí, o termo cultura é entendido como “mentes e maneiras cultivadas”, em que somente alguns indivíduos, grupos, classes sociais ou nações apresentam elevado padrão de cultura ou civilização.

No século XVIII, a ideia elitista e classista de cultura é consolidada. Evidencia-se a ideia de que somente as classes privilegiadas da sociedade europeia poderiam aspirar ao nível de refinamento que as caracterizaria como cultas<sup>1</sup>.

É no século XX que a noção de cultura passa a incluir a ideia de cultura popular, hoje permeada pelas ideologias dos meios de comunicação de massa. Logo, acentuam-se diferenças entre os significados de cultura “elevada” e de cultura “popular”, possibilitando assim o entendimento de cultura num nível de valorizações, classificações e avaliações.

Tendo forte influência do Iluminismo, a ideia de cultura, passa a ser associada a um processo secular geral de desenvolvimento social. Esse significado é comum nas ciências sociais, apontando para a crença em um processo unilinear e histórico de autodesenvolvimento da humanidade, pelo qual todas as sociedades inevitavelmente passam. Vale acrescentar que tal processo termina por equivaler aos rumos seguidos pelas sociedades europeias, as únicas a atingirem o grau mais elevado de desenvolvimento.

A partir de uma visão antropológica de cultura, a palavra "culturas" ganha espaço no campo das transformações conceituais, indica os distintos modos de vida, valores e significados compartilhados por diferentes grupos, nações, classes sociais em diferentes períodos históricos. Trata-se da visão antropológica de cultura, correspondente aos significados que os grupos compartilham, ou seja, aos conteúdos culturais. Cultura identifica-se, assim, com a forma geral de vida de um dado grupo social.

Por fim, um quinto significado deriva da antropologia social e tem apresentado um impacto significativo nas ciências sociais e humanas em sua maioria. Aqui a cultura

<sup>1</sup> O sentido ainda hoje empregado de cultura, que a associa às *artes*, tem suas origens nesta concepção: cultura, tal como a concebem as elites, corresponde ao bem apreciar música, literatura, cinema, teatro, pintura, escultura, filosofia etc.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

apresenta uma dimensão simbólica, desprendendo-se do que “a cultura é” para situá-la no campo do que “a cultura faz”.

No campo conceitual de cultura como prática social Bock (1995) citado por Canen e Moreira (1999) afirma que coisas e eventos do mundo natural existem, mas não apresentam sentidos intrínsecos, pois os significados são atribuídos a partir da linguagem. A cultura é então entendida a partir da perspectiva de um “conjunto de práticas significantes”.

Na tentativa de melhor compreensão do significado de cultura Weigel colabora afirmando que:

“Não existe apenas uma resposta para a pergunta o que é cultura? No uso comum, cultura significa domínio de conhecimentos científicos ou gerais; este sentido está associado a estudo, educação e formação escolar. Também cultura é relacionada às atividades artísticas como a música, o teatro, a pintura, ou aos meios de comunicação como a televisão, o rádio e o cinema. Outro uso comum do termo cultura diz respeito a festas e cerimônias tradicionais de uma comunidade ou povo, assim como suas crenças, lendas, modos de vestir, comidas e língua. Estes sentidos não estão totalmente equivocados. Eles apenas focalizam, de modo isolado, algumas manifestações da cultura de um povo ou grupo (2006, p.44 - 45).”

Na perspectiva da autora, o significado de cultura é muito amplo e ele está relacionado com todos os conhecimentos, costumes, tradições e história de um povo. Williams citado por Weigel (2006), afirma ainda que os significados comuns do termo cultura está relacionado com a ciência antropológica, ou seja, com o modo de vida global, cujo entendimento é marcado por sistemas de significações, envolvendo, portanto, todas as formas de atividade social, inclusive as atividades do trabalho de produção dos bens materiais.

Santos e Nunes (2003, p. 28), esclarecem que a partir da década de 1980, a cultura passou a ser considerada como um conceito estratégico para a definição de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo e um recurso para a afirmação da diferença. No campo das ciências humanas e sociais a cultura é pensada como “um fenômeno associado a repertórios de sentido ou de significado partilhados pelos membros de uma sociedade”, ligados à diferenciação e hierarquização, no quadro de sociedades nacionais, de contextos locais ou de espaços transnacionais.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## 2 O QUE É MULTICULTURALISMO?

Na visão de McLaren (2000), o multiculturalismo, é um movimento que foi iniciado e contextualizado nos Estados Unidos, em prol dos direitos civis, por alguns grupos minoritários, os quais reivindicavam seus direitos quanto à liberdade, o poder político e a igualdade econômica, iniciando com a comunidade negra e mais tarde se difundindo para outros grupos, originando, então, o termo Multiculturalismo<sup>2</sup>.

O significado mais comum de multiculturalismo está ligado ao sentido literal da palavra, que se traduz por várias culturas coexistindo em um mesmo país, cidade ou região. Canen e Moreira (1999), explicam que o multiculturalismo tem um significado extremo, ou seja, ao mesmo tempo significa tudo e ao mesmo tempo nada. Segundo os autores, não se pode falar de multiculturalismo sem se especificar de forma clara o significado atribuído ao termo, que pode se apresentar em diferentes facetas.

De acordo com Kincheloe e Steinberg (1997) citado por Canen e Moreira (1999) o multiculturalismo é a inevitável vida ocidental contemporânea que não se pode apagar ou negar. Por isso, se caracteriza como algo que “é” e, portanto, não é algo em que se acredite ou se concorde, mas que "simplesmente é”.

O conceito de multiculturalismo, em sentido amplo, pode sofrer mudanças de um lugar para outro. Algumas pessoas entendem e definem o multiculturalismo como uma filosofia antirracista; outras, como uma maneira de reforma educacional; outras, como proteção da diversidade cultural e dos direitos das minorias ou como uma neutralidade, ou uma simples pluralidade de culturas. O multiculturalismo para pessoas diferentes pode significar coisas diferentes.

Percebe-se que o multiculturalismo é atravessado por tensões que apontam de formas alternativas ou até mesmo simultâneas para uma “descrição” e para um “projeto” (SANTOS, 2006). Na descrição, é possível situar o multiculturalismo como: uma multiplicidade de culturas existentes no mundo; em um mesmo Estado-nação a coexistência de culturas diversas; a interinfluência entre as culturas tanto dentro como além do Estado-nação. No projeto acentua-se o caráter anti-eurocêntrico do multiculturalismo,

<sup>2</sup> O prefixo “multi” simboliza um guarda-chuva, abrangendo diversas/culturas, em suas diversas etnias, identidades, padrões culturais e socioeconômicos, sendo uma política da diferença.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

assegurando o reconhecimento e a visibilidade das culturas marginalizadas e/ou excluídas da modernidade ocidental.

Na classificação de McLaren (1997, p. 311), é possível identificar quatro possíveis tendências de multiculturalismo: o multiculturalismo conservador, o multiculturalismo humanista liberal, o multiculturalismo liberal de esquerda e o multiculturalismo crítico e de resistência ou multiculturalismo revolucionário.

O multiculturalismo conservador acredita na inferioridade cognitiva, cultural e racial dos diversos grupos raciais, quando comparados aos grupos raciais brancos, por isso, defende uma unidade nacional, baseada na assimilação das práticas culturais dominantes da cultura branca. A construção de uma cultura comum, unitária e nacional, privilegiando a assimilação da cultura tradicional ou majoritária pelas minorias como mecanismo de integração. Esta concepção afirma a superioridade da cultura tradicional branca diante das demais culturas.

O multiculturalismo humanista liberal parte do pressuposto da igualdade entre os seres humanos, afirmando que uma cultura não é superior à outra, mas que todas devem conviver de forma harmoniosa, cada uma podendo manifestar a sua diferença. Preconiza a igualdade entre os seres humanos, enfatiza que as culturas se manifestam em suas diferentes formas por terem histórias e condições diversas, porém, uma não é superior à outra. Esta visão invoca o ideal de uma humanidade comum, universal, neutra e não situada de autoformação, na qual todos podem participar alegremente, sem atenção às diferenças de raça, gênero, classe, idade ou preferência sexual (MCLAREN, 1997, p. 311).

A visão liberal representa frequentemente um “disfarce”, partindo do pressuposto que vivemos em uma meritocracia, ou seja, em um modelo de governo em que as pessoas conquistam seu espaço de acordo com seu próprio mérito. Nessa perspectiva, as posições alcançadas em um nível elevado do contexto social são referentes à educação e a competência de cada uma.

O multiculturalismo liberal de esquerda encontra-se mais atento aos modos de operar o poder e enfatiza as diferenças culturais ditadas por questões relacionadas à classe, ao gênero e à sexualidade. Acredita que o discurso da igualdade serve para mascarar as diferenças culturais existentes. Peter McLaren, classifica os autores desta tendência de essencialistas, afirmando que os mesmos tratam a questão da diversidade de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

forma a-histórica, descontextualizada culturalmente e politicamente, ou seja, a diversidade evidencia-se por si mesma, como autônoma a “história, cultura e poder”.

Finalmente, o multiculturalismo revolucionário ou crítico, e que neste texto chamamos de emancipatório, afirma que as representações de classe, gênero e raça são o resultado das lutas sociais ampliadas e defende a transformação das próprias condições sociais e históricas que naturalizam os sentidos culturais, ou seja,

o multiculturalismo revolucionário reconhece que as estruturas objetivas nas quais vivemos, as relações materiais condicionadas à produção nas quais estamos situados e as condições determinadas que nos produzem estão todas refletidas em nossas experiências cotidianas. Em outras palavras, as experiências de vida constituem mais do que valores, crenças e compreensões subjetivas; elas são sempre mediadas através de configurações ideológicas do discurso, economias políticas de poder e privilégio e divisão social do trabalho. O multiculturalismo revolucionário é um multiculturalismo feminista-socialista que desafia os processos historicamente sedimentados, através dos quais identidades de raça, classe e gênero são produzidas dentro da sociedade capitalista. Consequentemente, o multiculturalismo revolucionário não se limita a transformar a atitude discriminatória, mas é dedicado a reconstituir as estruturas profundas da economia política, da cultura e do poder nos arranjos sociais contemporâneos. Ele não significa reformar a democracia capitalista, mas transformá-la, cortando suas articulações e reconstruindo a ordem social do ponto de vista dos oprimidos (MCLAREN, 2000, p. 284).

Noutras palavras, o multiculturalismo emancipatório está relacionado com a política das diferenças e com o surgimento de lutas e movimentos sociais contra as sociedades racistas, sexistas ou classistas, buscando assegurar que cada cultura tenha identidade própria, evitando, assim, uma homogeneização cultural.

No texto a ecologia de saberes, Boaventura de Souza Santos (2006), reconhece que “o multiculturalismo emancipatório parte do reconhecimento da presença de uma pluralidade de conhecimentos e de concepções distintas sobre a dignidade humana e sobre o mundo”. Nessa perspectiva, é preciso lutar na prática contra uma monocultura instalada pela reorganização global da economia capitalista, que insiste na produção contínua de uma diferença epistemológica, que anula a existência dos saberes não científicos e da cultura não dominante gerando assim marginalizações, silenciamentos, exclusões e anulações da diversidade e pluralidade cultural.

Na tese de número três sobre multiculturalismos emancipatórios e escalas de luta contra a dominação, Santos e Nunes, expressam que:





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

A incompletude das culturas e das concepções da dignidade humana, do direito e da justiça exige o desenvolvimento de formas de diálogo (a hermenêutica diatópica) que promovam a ampliação dos círculos de reciprocidade (2003, p. 62).

Para os autores, a linguagem da cultura e do multiculturalismo pode ser utilizada como estratégia política emancipatória, que possa dialogar em função do reconhecimento da diferença. Sob essa análise, o multiculturalismo emancipatório surge como fundamento de muitas políticas sociais, visando à proteção do direito a diversidade cultural, bem como ao amparo e ao reconhecimento de grupos minoritários. Ele defende a crítica ao capitalismo, além de lutar pela libertação referente à raça e gênero e enfatizar as relações de poder na sociedade e na cultura escolar, indo, dessa forma, além da tolerância por uma política de respeito e afirmação.

É neste contexto que o multiculturalismo voltado para um projeto de emancipação surge, como movimento teórico e como prática social que contesta preconceitos e discriminações a indivíduos e grupos culturais historicamente submetidos a processos de rejeição ou silenciamento por sua condição de pertencimento identitário distinto dos padrões definidos como válidos e aceitáveis no espaço escolar ou no contexto social mais amplo.

O argumento central é, que pensar e viver no mundo atual passa pelo reconhecimento da pluralidade e diversidade de sujeitos e de culturas com base no respeito e tolerância recíproca, concebendo as diferenças culturais não como sinônimo de inferioridade ou desigualdade, mas equivalente ao plural e diverso.

Desta forma, propõe-se evidenciar o sentido político-cultural de se educar as atuais e as novas gerações a partir de uma visão multicultural emancipatória, que leve em conta, no processo formativo dos sujeitos, a necessidade e importância de se reconhecer, valorizar e acolher identidades plurais sem representar ameaças ou quaisquer formas de naturalização do preconceito e desrespeito à vida humana. Busca-se, com isso, superar mecanismos discriminatórios ou silenciadores da diversidade cultural, em nome de uma sociedade baseada na justiça social.

Logo, o multiculturalismo emancipatório representa a natureza dessa resposta, que envolve a formulação de definições conflitantes de mundo social decorrentes de distintos interesses econômicos, políticos e sociais particulares. Nessa formulação, as



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

relações de poder desempenham papel crucial, auxiliando a conformar o modo como indivíduos, grupos e instituições reagem à realidade cultural. O multiculturalismo envolve a natureza dessa resposta em espaços educacionais. Trata-se, nesse caso, de contextualizar e de compreender a produção das diferenças.

### 3 POR UM MULTICULTURALISMO EMANCIPATÓRIO NO CURRÍCULO ESCOLAR

A busca pela construção de um currículo e de uma linguagem crítica e emancipatória do conhecimento escolarizado, vem ganhando espaço nas discussões teóricas do multiculturalismo. A escola é o lugar onde a diversidade cultural está presente e, portanto, ela é o meio pelo qual se devam investir esforços para a construção de uma sociedade democrática, solidária, livre do preconceito e do racismo. Logo, as políticas públicas em educação devem considerá-la como um dos pontos de partida no planejamento do currículo escolar.

Conforme salienta Williams (1984) citado por Canen e Moreira (1999), se o currículo for entendido como uma seleção da cultura, ele pode ser concebido, também, como conjunto de práticas que produzem significados. Nas contribuições de Silva (1997), o currículo é o espaço em que se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político, pois os diferentes grupos, principalmente os dominantes expressam por meio do currículo escolar sua visão de mundo, seu projeto social, sua verdade.

Para tanto, a relação entre cultura e currículo, deve ser compreendida mais como produção, como criação, como trabalho, e menos como algo pronto, acabado. Todo o desenvolvimento desse trabalho de desmontagem e desconstrução, bem como de remontagem e reconstrução, ocorre em um contexto de relações sociais que envolvem conflitos, negociações, acordos. Assim, como a cultura, o currículo pode ser entendido como: prática de significação; prática produtiva; relação social; relação de poder; prática que produz identidades sociais (SILVA, 1997).

Ramos (2002), relata que o conhecimento escolarizado tem sido alvo constante do capitalismo. O interesse crescente do capital pelo conhecimento produzido e pela produção científica, o faz investir cada vez mais em setores que antes lhe eram periféricos,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

como o da educação, não apenas porque ela própria tende a se transformar em mercadoria, mas também porque a competição exige uma produção de conhecimento científico cada vez mais sofisticado. Neste sentido, a autora afirma que o conhecimento escolarizado se tomou alvo de disputas acirradas e de investimentos vultuosos, bem como de investidas ideológicas que pretendem transformá-lo na chave de sucessos empresariais.

Ainda no contexto relatado por Ramos, Bourdieu (1998) afirma que o sistema escolar é de fato injusto, pois reproduz as desigualdades sociais. Para que os favorecidos continuem sendo favorecidos e os desfavorecidos permaneçam em situações desfavoráveis, nos conteúdos de ensino, nos métodos e técnicas, nos critérios de avaliação, ou seja, no currículo escolar como um todo, continua sendo ignorado pelo sistema educacional, as desigualdades culturais entre os alunos das diferentes classes sociais. Os efeitos causados por esse mecanismo, ao longo de todo o percurso escolar, pesa com rigor sobre os alunos das classes desfavorecidas. É o que afirma o autor:

[...]. Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade que um filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores àquelas de um jovem de classe média (BOURDIEU, 1998, p.41).

As desigualdades reproduzidas pelo sistema escolar escondem fundamentais relações entre cultura e poder. A distribuição desigual de conhecimento, por meio da escola e de seu currículo, constituem mecanismos centrais de produção e reprodução da desigualdade social. Logo, o currículo escolar que está posto se mostra ineficaz e contrário ao ideário de formação humana multicultural emancipatória, tomando-se opressor, injusto e colonizador. A ação desencadeada pela escola, muitas vezes, contribui para legitimar as características da cultura dominante conduzindo ao “monoculturalismo” e a um processo de silenciamento das culturas populares (SANTOMÉ, 1998).

Percebe-se então que o currículo escolar da educação brasileira está alicerçado em práticas que ocultam e desvalorizam a multiplicidade das vozes e identidades que se encontram presentes no espaço educativo formal. Neste sentido Weigel afirma:

Dizemos, então que estas identidades culturais são negadas na educação formal porque, no currículo das escolas, são relevados e legitimados conhecimentos, valores, modos de viver e visões de mundo de apenas alguns grupos culturais e são desqualificados e reprimidos conhecimentos, sistemas simbólicos, valores e formas de ser e de viver de outros grupos culturais [...] (2006, p. 59).







II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Assim, para superar a opressão identitária e cultural na escola, o currículo precisa ser construído e reconstruído numa perspectiva multicultural de emancipação, deve contemplar conquistas e reivindicações, de modo a evitar as formas diversas de exclusão e dominação. Freire (1991, p. 19) em sua importantíssima obra, *Pedagogia do Oprimido*, chamou a atenção para a importância dos movimentos sociais na libertação dos oprimidos. Os desfavorecidos socialmente não são capazes, muitas vezes, por si só de se libertar. Enquanto tocados pelo medo da liberdade, se negam a apelar a outros e a escutar o apelo que se lhes faça ou que tenham feito a si mesmos, preferindo a gregarização à convivência autêntica.

Sacristàn (1996) afirma que a cultura dominante oculta a pluralidade de modos de pensar e de formas de fazer dos indivíduos e, por isso, faz-se necessário uma democracia crítica que respeite e integre ao currículo escolar a multiplicidade, a pluralidade e a linguagem do cotidiano, desterritorializando assim, a lógica da cultura dominante.

É por isso que a luta por um currículo escolar multicultural e emancipatório passa a ser o grande instrumento teórico dos desfavorecidos, pois ele é o caminho para que os sujeitos tenham assegurada a sua dignidade, por meio da igualdade de oportunidades e do respeito a identidade própria.

Em conformidade com essas discussões, a educação multicultural emancipatória propõe uma ruptura aos modelos pré-estabelecidos e práticas ocultas que, no currículo escolar, produzem um efeito de colonização e marginalização dos seus estudantes e um processo de silenciamento das suas condições, segundo expressa o autor:

As narrativas contidas no currículo trazem embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais grupos sociais podem apenas ser representados ou até mesmo serem excluídos de qualquer representação. Elas, além disso, representam os diferentes grupos sociais de forma diferente: enquanto as formas de vida e a cultura de alguns grupos são valorizadas e instituídas como cânon, as de outros são desvalorizadas e proscritas (SILVA, 1996, p. 166).

Neste sentido, espera-se que, por meio de uma prática educativa multicultural emancipatória, a escola e o seu currículo seja o espaço em que os estudantes possam analisar as relações de poder envolvidas na produção dos mecanismos discriminatórios



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

ou silenciadores de sua cultura, criando condições para reagir e lutar contra todos os mecanismos que promovem a superioridade científica, tecnológica e cultural de determinados grupos dominantes.

Um projeto curricular emancipador precisa colocar em ação situações que promovam e permitam aos alunos, entre outras coisas, a tomada de decisões, o debate e a crítica sem medo de serem silenciados por opinarem e defenderem posturas contrárias as de seus professores e a reconstrução reflexiva e crítica da realidade. Um currículo “anti-marginalizado é aquele em que todos os dias do ano letivo, em todas as tarefas acadêmicas e em todos os recursos didáticos estão presentes as culturas silenciadas” (SANTOMÉ, 1995, p. 172).

Logo, a escola precisa trabalhar em prol da construção e do fortalecimento de um currículo aberto a uma ecologia de saberes, numa perspectiva de educação para a cidadania, para a pluralidade cultural, para a ética nas relações interpessoais e para a crítica às desigualdades sociais e culturais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática “cultura e multiculturalismo no currículo escolar”, por meio de uma breve explanação teórica das transformações no conceito de cultura e das tendências multiculturais que se apresentam na vida em sociedade, buscou refletir sobre a importância do reconhecimento no espaço escolar da existência de múltiplas vozes, de múltiplas culturas.

Para melhor exploração do tema, buscou-se, em um primeiro plano, identificar os conceitos de cultura e multiculturalismo. De acordo com os teóricos apresentados no texto, o conceito de cultura passou por várias transformações até chegar a um conceito mais contemporâneo, que entende cultura a partir da perspectiva de um “conjunto de práticas significantes” do homem.

Logo, compreende-se que não há uma única cultura, mas que existem várias culturas coexistindo e se enfrentando. Nessa perspectiva, surge o multiculturalismo, que se constitui como campo teórico numa tentativa de compreender o processo de construção das diferenças dentro da diversidade cultural que se apresentam as sociedades plurais.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Dentro das várias tendências multiculturais, apresentou-se o multiculturalismo emancipatório, que busca reconhecer os direitos dos grupos minoritários, impondo barreiras à propagação da homogeneização cultural, resistindo assim a opressão de grupos minoritários e valorizando as diferenças.

O currículo escolar, por sua vez, está ligado as formas de dominação do capitalismo, pois é também uma forma de relação social em que a produção do conhecimento, se volta para os interesses de quem detém o poder. Logo, reconhecer que o currículo precisa ser constituído por múltiplas vozes, por um multiculturalismo emancipatório é permitir o enfraquecimento da desigualdade social estabelecida pela classe dominante e promover a criação e o desenvolvimento de identidades e subjetividades contra-hegemônicas.

O presente trabalho buscou refletir sobre a importância de se repensar a construção do currículo escolar de caráter inclusivo e emancipatório, tendo em vista o reconhecimento dos aspectos multiculturais da humanidade. Portanto, o multiculturalismo, numa perspectiva de emancipação, precisa ser reconhecido como um eixo norteador do currículo, pois só assim a escolarização poderá ser uma alternativa de dinamização social, de mudança e progresso.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, M<sup>a</sup> Alice e CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CANEN, Ana; MOREIRA, Antonio F. B. **Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente**. *Educação em debate*. Fortaleza, volume 2, n<sup>o</sup> 38, p. 12-23, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MCLAREN, Peter. **A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação**. Tradução de Lucia Pellanda Zimmer [et ai]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

\_\_\_\_\_. **Multiculturalismo Revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio**. Tradução de Márcia Moraes e Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

RAMOS, Marise N. **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2002.

SACRISTÀN, José Gimeno. **Escolarização e Cultura: a dupla determinação.** In: SILVA, Luiz Eron da. Reestruturação Curricular: novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado.** Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

\_\_\_\_\_. **As Culturas Negadas e Silenciadas no Currículo.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Petrópolis – RJ: Vozes, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Ecologia dos Saberes.** In: A Gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado. **Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo e Cultura: uma visão pós-estruturalista.** Aula inaugural. Faculdade de Educação. UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Currículo e Identidade Social: territórios contestados.** Petrópolis – RJ: Vozes, 1996.

WEIGEL, Valéria A. de M. **Sociedade, Cultura e Educação: uma abordagem antropológica.** In: BRITO, Luiz Carlos C. de (Org.) Sociedade, Educação e Formação do Sujeito. Manaus: EDUA, Coleção CEFORT/UFAM, v. 1, 2006.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## CURRÍCULO E DIVERSIDADE CULTURAL: A CAPOEIRA COMO REDE EDUCATIVA DO CONHECIMENTO

**Andreza de Souza Araújo<sup>1</sup>**

araujoandreza1@gmail.com

**Cilene de Miranda Pontes<sup>2</sup>**

[cmiranda@uea.edu.br](mailto:cmiranda@uea.edu.br)

**Adilma Portela da Fonseca Torres<sup>3</sup>**

adilmaportela@yahoo.com.br

### RESUMO

Redes de conhecimento na prática educativa da Capoeira no município de Tefé/AM. A capoeira como prática educativa tem sido vivenciada por grupos não formais no município de Tefé. Práticas educativas são exploradas e vivenciadas no âmbito da capoeira como um campo cultural de saberes. Trabalhar temas transversais nas escolas e compreender o que está exposto sobre a história e memória da capoeira no Município de Tefé, antes vista como prática marginal, e hoje considerada prática educacional. A importância desse estudo é descrever a contribuição da história e memória da capoeira para o Brasil. Desde seu surgimento e sua luta pela resistência, discutir a diversidade como um leque de conhecimentos, a valorização da mesma, sua contribuição, suas características livres de expressividade corporal, que retrata a luta pela liberdade de um povo com personagens lembrados até hoje, a contribuição da capoeira para a educação e para a sociedade em um contexto político de cunho democrático, voltado em condições e oportunidades para todos, onde norteia os conhecimentos necessários para formar um sujeito completo e reflexivo, respeitando as diferenças.

**Palavras- chaves: CURRÍCULO E DIVERSIDADE, CAPOEIRA. REDE DE CONHECIMENTO**

### INTRODUÇÃO

A capoeira é uma das expressões culturais brasileiras, de grande importância para sociedade. Essa forma de expressão cultural mistura a arte marcial a prática esportiva a música e a cultura popular. Tendo como prática a desenvoltura de golpes e movimentos complexos feitos de forma bastante ágil. A musicalidade é utilizada significativamente

<sup>1</sup> Graduanda de Pedagogia/ Bosista/UEA

<sup>2</sup> Profa. Me. da Universidade do Estado do Amazona.

<sup>3</sup> Profa. Me. da Universidade do Estado do Amazonas



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

nos atos e práticas educativa da capoeira, que carregam em seu bojo a história e memória da história africana e indígena como representações culturais de um povo.

Partindo desse pressuposto consideramos importante estudar a história e a memória da capoeira no município de Tefé/AM evidenciando sua importância na formação de sujeitos aprendizes que dela participam.

O respeito à diversidade e as diferenças levam ao reconhecimento de que essas diferenças surgem pela pluralidade cultural do país. O Brasil é um país de muitos brasis. Portanto o reconhecimento dessa pluralidade cultural pode expressar movimentos de libertação e de emancipação das diferentes identidades que povoam a sociedade. O diálogo com o outro passa a ser um instrumentalizador de práticas educativas inclusiva nos espaços e tempos sociais.

Neste contexto a proposta deste projeto torna-se relevante para resgatar a historicidade do Grupo de capoeira Quilombo que tem atuado como filial no Município de Tefé/AM com a finalidade de difundir a capoeira em todos os seus aspectos técnicos, teóricos, artístico e didático-pedagógico através da arte, luta, cultura, profissão e filosofia de vida. De acordo com seus fundamentos filosóficos procuram resgatar a valorização dos seus representantes autênticos da manifestação cultural brasileira. E nesta perspectiva que damos a devida importância e credibilidade desta pesquisa na compreensão da história e memória da capoeira no Município de Tefé.

A capoeira, então surgiu como uma arte marcial disfarçada de dança, como um instrumento muito importante da resistência física e cultural dos escravos. Portanto, a compreensão desse objeto nos possibilitará a construção de conhecimentos que partem das seguintes indagações: Qual o papel da capoeira na construção de signos e significados para os sujeitos que dela participam? Que valores e crenças determinam ou condicionam a prática da capoeira no município de Tefé?

Para essa compreensão é necessário valorizar, perceber e analisar os múltiplos contextos, criando espaços coletivos de discussão e ação sobre os mesmos a supervalorização na formação de sujeitos que devem trabalhar a consciência do que o mundo da teoria só faz sentido se nos ampliarem as leituras dos nossos cotidianos. “A teoria só existe porque a prática não se basta”.

É preciso valorizar, a educação não formal principalmente no município de Tefé, onde surgem novos ensinamentos através da capoeira como prática educacional. A





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

capoeira abre novos horizontes começando por sua trajetória histórica cultural, social política ideológica e pedagógica.

A capoeira é uma herança deixada pelos negros há muitos anos atrás, desde os tempos do colonialismo e imperialismo, que vem a contribuir tanto para a história do país, como também para a história do município de Tefé.

O surgimento da capoeira como forma educacional no município retrata a subjetividade humana, e sua riqueza histórica. A memória como objeto de estudo evidencia um processo de democratização de saberes e práticas vividas marcadas em determinado contexto social histórico.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como viés a metodologia e a técnica da história oral um instrumento de investigação científica. Nessa perspectiva os fragmentos de memória coletados possam trazer à tona signos e significados sobre a capoeira e a contribuição da mesma para a educação, fora da sala de aula e até mesmo no contexto escolar, memória e história da educação não formal no referido município.

A capoeira é praticada hoje por muitos, tanto no Brasil, quanto no exterior, num ambiente ordeiro, disciplinar e saudável. Seus participantes combinam uma excelente forma física com um ótimo estado mental. Um exercício completo, que une agilidade, força, flexibilidade e equilíbrio num jogo de roda, que é mascarado por uma dança, onde os cantos são verdadeiras histórias cantadas por personagens que realmente existiram.

## RAÍZES HISTÓRICAS DA CAPOEIRA

O Brasil é um País ligado fortemente a suas crenças. Por mais que exista a pluralidade cultural entre os estados que o compõem, a identidade da nação se constrói a partir de cultura de cada um desses diferentes povos. É quase impossível falar de história do Brasil sem mencionar a capoeira, o legado da capoeira assim como muitas formas da cultura nacional, a capoeira se mantém viva até hoje pela herança oral de seus praticantes. Os movimentos, cantigas e princípios básicos foram passados de pai para filho.

Em 2008, a capoeira foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A capoeira que foi transmitida pela oralidade tornou-se reconhecida como uma cultura fundamental do País.

Reconhecer a diferença na sociedade e na escola traz como primeira implicação, para a prática pedagógica e associar conteúdos históricos é uma tarefa essencial para o





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

desenvolvimento dentro das instituições, a abordagem multidisciplinar é muito importante para uma total e eficaz compreensão do tema e a Capoeira se relaciona com um grande número de disciplinas. Assim contribui com informações próprias do seu campo de conhecimento, principalmente na história do país.

A história da capoeira está intimamente ligada à história dos negros no Brasil, a história escrita para Martins (2010) dá suporte e credibilidade ao surgimento e à origem da capoeira. Alguns estudiosos sobre a capoeira descrevem como uma “dança da guerra”. Conforme esses pensadores dá a história da capoeira começa, em meados do século XVI, na época em que o Brasil era colônia de Portugal.

Os escravos africanos eram bastante úteis para os brasileiros como de mão-de-obra, principalmente para os senhores de engenho do nordeste. A maioria deles era da região de Angola, que também era colônia portuguesa. No seu país de origem, os angolanos tinham como prática a dança ao som de música. Como eram proibidos pelos seus donos a fazer qualquer tipo de arte marcial, a capoeira foi uma forma de disfarce. No olhar dos patrões, era uma dança dissimulada, parecendo ser um jogo ou coisa do tipo.

Os africanos ao chegar ao Brasil eram submetidos a práticas violentas e castigos pelos senhores de engenho. Essa forma de violência levava às tentativas constantes de fuga das fazendas, na qual eram perseguidos e mal tratados pelos capitães-do-mato. Ao lado dessas práticas de violência vivida no âmbito da senzala levaram ao desenvolvimento de formas representativas de ação para se proteger dessa repressão. Para isso, utilizaram o ritmo e os movimentos de suas danças africanas e adaptaram-na a um tipo de luta.

Esclarecer que a capoeira é uma das expressões culturais brasileiras, de grande importância para sociedade. Essa forma de expressão cultural mistura a arte marcial a prática esportiva a música e a cultura popular. Tendo como pratica a desenvoltura de golpes e movimentos complexos feitos de forma bastante ágil. A musicalidade é utilizada significativamente nos atos e práticas educativa da capoeira, que carregam em seu bojo a história e memória da história africana e indígena como representações culturais de um povo.

A capoeira nasceu da vontade de libertação de um povo sofrido, mas com muito orgulho de suas origens que através dos anos conseguiram preservar seus rituais, tradições e existência cultural. Juntamente com as necessidades e conhecimentos que adquiriram,







II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

criaram movimentos de ataque e defesa, junto à destreza que já existia dentro de sua existência.

Desta forma, é de extrema importância relatar sua história, começando por sua origem, considerada uma manifestação cultural genuinamente brasileira, apesar de suas raízes serem de origem africana. A história da capoeira tornou-se uma cultura difundida entre os escravos da época, tão forte que foi capaz de servir como forma de libertação. Os negros precisavam ofuscar aos olhos dos senhores de engenho de que aquilo que praticavam não era propriamente uma luta, e sim uma manifestação de dança e rituais referente à sua cultura. Para tal a capoeira foi de grande valia na fuga dos negros para os quilombos.

A capoeira cresceu num contexto de conflito no Recôncavo Baiano, nas fazendas do Rio de Janeiro e nas serras de Pernambuco. Até chegar ao Amazonas demorou um pouco, a prática da capoeira era considerado crime mesmo depois da abolição dos escravos. Mesmo com toda perseguição, a Capoeira não foi extinta.

Nos terreiros, nos quintais, no mato, ela continuou sendo transmitida de pai para filho, de amigo para amigo. Continuou inclusive seu aperfeiçoamento, sua capacidade de dotar o corpo de condições perfeitas para todo o tipo de enfrentamentos. Sobreviveu aos diversos períodos ditatoriais pelos quais passou a República Brasileira. No entanto, em 1937, o então presidente Getúlio Vargas, revogou a lei Sampaio Ferraz, liberando a capoeira. Isto depois de assistir a uma apresentação de Mestre Bimba e de seus alunos.

Atualmente a capoeira ganhou mais espaço e respeito, Sua força e importância são de tamanha grandeza que, mesmo diante de tantas perseguições, continua existindo e se multiplicando. São inúmeras as academias, escolas, universidades, clubes existentes no país e, em muitas, a preocupação com a preservação de sua integridade histórica é constante.

No Estado do Amazonas não é diferente o grupo Quilombo que está registrado oficialmente como Associação Quilombo de Capoeira, surgiu em Manaus capital do Amazonas em 10 de Março de 1975, tendo como presidente e fundador o Sr. Edgar Francisco das Chagas (Grão-Mestre Chaguinha). Ensinando no decorrer desses anos, vários capoeiristas que hoje fazem parte do cenário nacional e internacional que atuam com suas filiais em vários municípios do Amazonas tais como: Manacapuru, Coari,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Irاندuba, Benjamin Constant, Rio Preto da Eva, São Gabriel da Cachoeira, Amaturá, Tefé, Atalaia do norte, São Paulo de Olivença.

Considerando-se o fato de que a sociedade contemporânea é inescapavelmente multicultural, a Lei nº 10.639, no artigo 26-A, tornar-se obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira em todo o currículo escolar. Desta forma, todos os educadores terão que incluir em algum momento de suas aulas a temática da história e cultura dos negros e índios brasileiros. Logo a Capoeira aparece como uma possibilidade de se discutir uma diversidade de questões, atendendo as exigências a Lei citada. (SOUZA, LOURENÇO; 2009)

Reconhecer a diferença na sociedade e na escola traz como primeira implicação, para a prática pedagógica e associar conteúdos históricos é uma tarefa essencial para o desenvolvimento dentro das instituições, a abordagem multidisciplinar é muito importante para uma total e eficaz compreensão do tema e a Capoeira se relaciona com um grande número de disciplinas. Assim contribui com informações próprias do seu campo de conhecimento, principalmente na História do País.

As perspectivas exposta nesta temática pode contribuir para valorização da educação informal e divulgação da memória e história da capoeira no Município de Tefé. A importância e a contribuição para educação não formal tefeense, revelam marcas de sua subjetividade individual, coletiva e profissional que precisam ser valorizadas e reveladas como fontes significativas de memória e história da educação no município.

Nesse sentido, é relevante e significativa a transmissão que consistem em documentar a história e memória da capoeira no município de Tefé. Onde a valorização de ideias é resgatar o patrimônio sócio cultural deixado com um marco histórico no nosso País, construídos por personagens lembrados até os dias atuais. A trajetória da história e cultura do Brasil, e principalmente da educação, nos permite a realidade do antes, agora e depois, como nos mostra neste contexto sobre a temática, a história memória, e sua contribuição para a educação no País, expressa nas ambiências de sociabilidade, com valores de caráter moral, religioso, político e estético, continua a ter forte influência na cultura tanto na formação moral como na política- institucional.

Portanto pode - se dizer que a memória, assim como a tradição, ao organizar o passado em relação ao presente, torna- se meio de construção de sentido e de sentimento de continuidade de nossa vida, tanto individualmente quanto coletivamente. Halbwachs



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

(1990) atrela a memória da pessoa à memória do grupo e esta última à tradição que constitui a memória coletiva de cada sociedade, dando ênfase à nova história cultural uma nova forma de trabalhar a história e cultura “[...] Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo (PENSAVENTO, 2003, pp.14-15)”.

## A CAPOEIRA COMO REDE DE CONHECIMENTO

Tecer conhecimento em rede é reconhecer na capoeira uma prática educativa que se dá no campo da educação não formal. A partir desse reconhecimento que buscamos compreender melhor a função social da capoeira no município de Tefé/AM. Respeitar a diversidade consiste em reconhecer diferenças de saberes e fazeres como sujeitos únicos, em uma diversidade cultural, que surge através das semelhanças e diferenças de um grupo social na relação com os outros. É, portanto, compreender o diálogo entre múltiplas culturas que coexistem e convivem nos espaços e tempos sociais, especificamente não escolares implica a necessidade de se pensar na pedagogia de forma ampla, como uma forma sedutora de se produzir sentido sobre a vida de todos nós neste planeta e em qualquer espaço cultural.

Para essa compreensão é necessário valorizar, perceber e analisar os múltiplos contextos, criando espaços coletivos de discursão e ação sobre os mesmos a supervalorização na formação de sujeitos que devem trabalhar a consciência do que o mundo da teoria só faz sentido se nos ampliar as leituras dos nossos cotidianos. A teoria é importante no processo de construção de conhecimento só a prática não é suficiente,.

[...] há múltiplas formas de expressão, infindáveis maneiras de compreensão, incomensuráveis modo de viver, e outras infinitas relações possíveis. Tanta gente, tantas experiências e tantos pontos de vista- de escuta, de sentidos e de sentimentos- que se fazem os atores dos nossos nossos autores (OLIVEIRA, 2002, p.15)!

É preciso valorizar a educação não formal onde surge novos saberes através da capoeira como prática educacional. O surgimento da capoeira como forma educacional no município retrata a subjetividade humana, e sua riqueza histórica. A memória como objeto de estudo evidencia um processo de democratização de saberes e práticas vividas marcadas em determinado contexto social histórico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

que tem como viés a metodologia e a técnica da história oral um instrumento de investigação científica.

Nessa perspectiva os fragmentos de memória coletados nesta pesquisa revelam a subjetividade na construção signos e significados sobre a capoeira e a sua contribuição para a educação. A capoeira como atividade educativa que se dá fora da sala de aula e até mesmo no contexto escolar é uma proposta educativa que vai de encontro ao pensamento educativo hegemônico.

É nesse emaranhado possíveis rede de conhecimento que a capoeira e suas práticas estão imersas. Porém é possível alguns contornos, por onde circulam pessoas cuja prática se pauta por valores e princípios próximos, e é preciso que respeitemos esses contextos, pois são reais, e sabemos disso, pois fazemos parte de alguns.

Tal realidade esta sujeita a toda a sorte de indefinições e eventualidades, no cotidiano da educação, é de vital importância atentar para que nos fala Alves (2001, p.14):

Do ponto de vista teórico, essa trajetória tem a ver, também, com a escolha feita pelas ideias de redes de conhecimentos e de tessitura do conhecimento em redes e com a afirmativa anterior, de que são enormes as dificuldades para identificar todas as origens de nossos tantos conhecimentos, pois eles só podem começar a ser explicados se nos dedicarmos a perceber as intrincadas redes nas quais são verdadeiramente enredados.

Reconhecer o outro é tarefa que nos exige abdicar uma suposta superioridade que nossos saberes válidos e valorizados nos conferem, as diferenças não pode levar a desigualdade. Segundo Santos (1999) com o seu redescobrimto do debate acerca das “descobertas” do Ocidente no último milênio, sua fórmula de tradução da equação entre a igualdade e a diferença merece ser lembrada aqui. “Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (1999, p.72).

Portanto trata-se, de aprender a traduzir os obscuros significados de práticas sociais e culturas cujos sentidos nos escapam, práticas e saberes diferentes, a ideia e descobertas de que há muitos mundos no mundo. Momentos importantes da capoeira são destacados na ação pedagógica dos professores da Associação Romulo de KWIN-DO.

O desenvolvimento humano e esportivo é um dos principais instrumentos de ação educativa na prática da capoeira. Nesse sentido, a ampliação da concepção de currículo vai além dos muros da escola, assim como a articulação teoria e prática, numa relação de conhecimento. A aprendizagem das técnicas e normas da capoeira gera nos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

sujeitos participantes um conhecimento complexus, onde as fronteiras de identidade do conhecimento rompem com as formas de disciplinarização do conhecimento cartesiano.

A capoeira como possibilidade de uma educação não disciplinar é defendida neste contexto a partir do pensamento de Morin (2000) com o paradigma da complexidade que rompe com racionalidade lógica científica de pensar a educação a partir dos princípios da heterogeneidade, da alteridade e da equidade como condição humana de melhorar a vida no planeta.

Além da sua história cheia de significados e simbologias a capoeira possui um vocabulário corporal riquíssimo, que esta embutido na valorização da cultura afro-brasileira, fatos que possibilitam a sua qualificação como manifestação cultural.

A capoeira se legitima em poderosa ferramenta pedagógica para uma educação democrática, tendo em vista a pluralidade, especialmente no tocante desenvolvimento da autonomia, nos níveis individuais e político, tendo em vista o ensino socialmente comprometido. As práticas da Capoeira ilustram o modo como se poderia aplicar o conhecimento popular na Educação, em uma concepção libertária e democrática. Porém, para que a autonomia individual se realize em ato político democrático, responsabilidade social, o que, entre outras coisas, num país como o Brasil significa fazer da ação pedagógica um instrumento de transformação social.

Nessa perspectiva focamos momentos dessa prática para maior compreensão e leitura de suas atividades de ensino e aprendizagem. Na foto (1) destacamos uma modalidade esportiva do Grupo Quilombo na Associação Romulo de KWIN- DO.



Figura 1. Atividade do grupo Quilombo na Associação Romulo de KWIN- DO  
 Fonte: Particular



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Outra atividade é a roda da capoeira (foto 2 ), tendo como finalidade contar histórias através da musicalidade. Isso demonstra a preocupação do resgate da história e memória da capoeira como fruto das raízes afrodescentes no Brasil. O ritual da capoeira inicia com a formação de um círculo que tem como finalidade introduzir a dança da capoeira através do canto e da formalização hierárquica na qual o Mestre conduz o processo de aprendizagem no mundo da capoeira. De tal maneira que o só entra na roda com a permissão do Mestre.



Foto 2. Momento da roda na capoeira  
 Fonte: Particular

Outro momento importante das atividades de conhecimento é a roda de samba (foto 3) . A capoeira na roda de samba foi introduzida como forma de ludibriar os escravizadores, fazendo-os acreditar que os escravos estavam dançando e cantando, enquanto estava na verdade treinando golpes para se defenderem.

Considerando a cultura da capoeira, uma de suas características, marcante é a roda, que mostra a identificação e relação entre os camaradas, dos sujeitos que estão presentes, denominação comumente utilizada na comunidade da capoeira, entoada nos cânticos e confirmada pelo coro: camará!

Nas rodas de capoeira o encontro acontece entre camaradas e não entre adversários. Sem o outro camarada não há jogo de capoeira. E nessa relação com o outro em que o sistema cultural da capoeira é construído e reconstruído.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
Manaus - Amazonas



Figura 3. Capoeira na roda de samba  
Fonte: Andreza Araújo

A Associação Romulo de KWINDO (foto 4) tem um projeto denominado Gingando na Escola que tem como finalidade levar a atividade da capoeira como fonte de conhecimento no universo para também desenvolver a prática da diversidade cultural e social no município de Tefé/AM.



Figura 4. Grupo do Projeto Gingando na Escola.  
Fonte: Andreza Araújo

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das redes de conhecimentos da capoeira, o objetivo da pesquisa foi compreender a história e memória da capoeira no município de Tefé. Valorizando a diversidade sociocultural e resgatando sua história através de uma memória viva representada em práticas educativas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Nesse sentido compreendemos a importância de valorizar a capoeira como prática educativa de um conhecimento que se dá de forma integrada, envolvendo o desenvolvimento artístico, cultural e esportivo dos alunos da comunidade, enfim um conhecimento em rede.

A prática e a cultura da capoeira são, portanto, um agente aglutinador e difusor de variadas expressões culturais, de temáticas educacionais transversais que possibilitam o desenvolvimento da autoestima, da inclusão e igualdade social, no processo de formação da cidadania entre estes que dela participam. Dessa forma, apresenta uma proposta pedagógica englobando a capoeira como luta arte, ritmo, poesia, cultura, desporto, profissão e filosofia de vida, permitindo que cada um dos alunos se identifique com uma das vertentes da modalidade.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTINI, Verena. *Manual de história Oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ARAÚJO, Benedito C. L. C.. *A Capoeira na Sociedade do capital: a docência como mercadoria-chave na transformação da capoeira no século XX*. Dissertação (Mestrado em Educação). UFSC, 2008.
- BRASIL, “*Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Das Relações Étnicas Raciais e Para O Ensino De História E Cultura Afro-Brasileira e Africana*”, Min. da Educação e do Desporto. Sec. Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Brasília, 2004
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- LOMBARDI José Claudinei. *História, cultura e educação*, Ana Palmira Bittencourt Santos Cassimiro e Livia Diana Rocha Magalhães (Orgs.). - Campinas SP: Autores Associados, 2006. – (Coleção educação contemporânea)
- OLIVEIRA, Inês Barbosa, Paulo Sgarb (Orgs) *Redes culturais, diversidades e educação*. - Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MARTINS, Bruno Randolfo. *Raízes étnicas da capoeira*. Dissertação de Mestrado em História, FIS, 2010.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MELLO, André da Silva. “*A história da capoeira: pressuposto para uma abordagem na perspectiva da cultura corporal*”. In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança. 2002, Ponta Grossa/PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, 2ª ed, São Paulo: Cortez, 2000.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## CURRÍCULO E DIVERSIDADE CULTURAL: A CAPOEIRA COMO REDE EDUCATIVA DO CONHECIMENTO

Andreza de Souza Araújo<sup>1</sup>

araujoandreza1@gmail.com

Cilene de Miranda Pontes<sup>2</sup>

[cmiranda@uea.edu.br](mailto:cmiranda@uea.edu.br)

Adilma Portela da Fonseca Torres<sup>3</sup>

adilmaportela@yahoo.com.br

### RESUMO

Redes de conhecimento na prática educativa da Capoeira no município de Tefé/AM. A capoeira como prática educativa tem sido vivenciada por grupos não formais no município de Tefé. Práticas educativas são exploradas e vivenciadas no âmbito da capoeira como um campo cultural de saberes. Trabalhar temas transversais nas escolas e compreender o que está exposto sobre a história e memória da capoeira no Município de Tefé, antes vista como prática marginal, e hoje considerada prática educacional. A importância desse estudo é descrever a contribuição da história e memória da capoeira para o Brasil. Desde seu surgimento e sua luta pela resistência, discutir a diversidade como um leque de conhecimentos, a valorização da mesma, sua contribuição, suas características livres de expressividade corporal, que retrata a luta pela liberdade de um povo com personagens lembrados até hoje, a contribuição da capoeira para a educação e para a sociedade em um contexto político de cunho democrático, voltado em condições e oportunidades para todos, onde norteia os conhecimentos necessários para formar um sujeito completo e reflexivo, respeitando as diferenças.

**Palavras- chave:** Currículo E Diversidade, Capoeira. Rede De Conhecimento

### INTRODUÇÃO

A capoeira é uma das expressões culturais brasileiras, de grande importância para sociedade. Essa forma de expressão cultural mistura a arte marcial a prática esportiva a música e a cultura popular. Tendo como prática a desenvoltura de golpes e movimentos complexos feitos de forma bastante ágil. A musicalidade é utilizada significativamente nos atos e práticas educativa da capoeira, que carregam em seu bojo a história e memória da história africana e indígena como representações culturais de um povo.

<sup>1</sup> Graduanda de Pedagogia/ Bosista/UEA

<sup>2</sup> Profa. Me da Universidade do Estado do Amazona.

<sup>3</sup> Profa. Me. da Universidade do Estado do Amazonas





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Partindo desse pressuposto consideramos importante estudar a história e a memória da capoeira no município de Tefé/AM evidenciando sua importância na formação de sujeitos aprendizes que dela participam.

O respeito à diversidade e as diferenças levam ao reconhecimento de que essas diferenças surgem pela pluralidade cultural do país. O Brasil é um país de muitos brasis. Portanto o reconhecimento dessa pluralidade cultural pode expressar movimentos de libertação e de emancipação das diferentes identidades que povoam a sociedade. O diálogo com o outro passa a ser um instrumentalizador de práticas educativas inclusiva nos espaços e tempos sociais.

Neste contexto a proposta deste projeto torna-se relevante para resgatar a historicidade do Grupo de capoeira Quilombo que tem atuado como filial no Município de Tefé/AM com a finalidade de difundir a capoeira em todos os seus aspectos técnicos, teóricos, artístico e didático-pedagógico através da arte, luta, cultura, profissão e filosofia de vida. De acordo com seus fundamentos filosóficos procuram resgatar a valorização dos seus representantes autênticos da manifestação cultural brasileira. E nesta perspectiva que damos a devida importância e credibilidade desta pesquisa na compreensão da história e memória da capoeira no Município de Tefé.

A capoeira, então surgiu como uma arte marcial disfarçada de dança, como um instrumento muito importante da resistência física e cultural dos escravos. Portanto, a compreensão desse objeto nos possibilitará a construção de conhecimentos que partem das seguintes indagações: Qual o papel da capoeira na construção de signos e significados para os sujeitos que dela participam? Que valores e crenças determinam ou condicionam a prática da capoeira no município de Tefé?

Para essa compreensão é necessário valorizar, perceber e analisar os múltiplos contextos, criando espaços coletivos de discussão e ação sobre os mesmos a supervalorização na formação de sujeitos que devem trabalhar a consciência do que o mundo da teoria só faz sentido se nos ampliarem as leituras dos nossos cotidianos. “A teoria só existe porque a prática não se basta”.

É preciso valorizar, a educação não formal principalmente no município de Tefé, onde surgem novos ensinamentos através da capoeira como prática educacional. A capoeira abre novos horizontes começando por sua trajetória histórica cultural, social política ideológica e pedagógica.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

A capoeira é uma herança deixada pelos negros há muitos anos atrás, desde os tempos do colonialismo e imperialismo, que vem a contribuir tanto para a história do país, como também para a história do município de Tefé.

O surgimento da capoeira como forma educacional no município retrata a subjetividade humana, e sua riqueza histórica. A memória como objeto de estudo evidencia um processo de democratização de saberes e práticas vividas marcadas em determinado contexto social histórico.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como viés a metodologia e a técnica da história oral um instrumento de investigação científica. Nessa perspectiva os fragmentos de memória coletados possam trazer á tona signos e significados sobre a capoeira e a contribuição da mesma para a educação, fora da sala de aula e até mesmo no contexto escolar, memória e história da educação não formal no referido município.

A capoeira é praticada hoje por muitos, tanto no Brasil, quanto no exterior, num ambiente ordeiro, disciplinar e saudável. Seus participantes combinam uma excelente forma física com um ótimo estado mental. Um exercício completo, que une agilidade, força, flexibilidade e equilíbrio num jogo de roda, que é mascarado por uma dança, onde os cantos são verdadeiras histórias cantadas por personagens que realmente existiram.

## **RAÍZES HISTÓRICAS DA CAPOEIRA**

O Brasil é um País ligado fortemente a suas crenças. Por mais que exista a pluralidade cultural entre os estados que o compõem, a identidade da nação se constrói a partir de cultura de cada um desses diferentes povos. É quase impossível falar de historia do Brasil sem mencionar a capoeira, o legado da capoeira assim como muitas formas da cultura nacional, a capoeira se mantém viva até hoje pela herança oral de seus praticantes. Os movimentos, cantigas e princípios básicos foram passados de pai para filho.

Em 2008, a capoeira foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A capoeira que foi transmitida pela oralidade tornou-se reconhecida como uma cultura fundamental do País.

Reconhecer a diferença na sociedade e na escola traz como primeira implicação, para a prática pedagógica e associar conteúdos históricos é uma tarefa essencial para o desenvolvimento dentro das instituições, a abordagem multidisciplinar é muito importante para uma total e eficácia compreensão do tema e a Capoeira se relaciona com



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

um grande número de disciplinas. Assim contribui com informações próprias do seu campo de conhecimento, principalmente na história do país.

A história da capoeira está intimamente ligada à história dos negros no Brasil, a história escrita para Martins (2010) dá suporte e credibilidade ao surgimento e à origem da capoeira. Alguns estudiosos sobre a capoeira descrevem como uma “dança da guerra”. Conforme esses pensadores dá a história da capoeira começa, em meados do século XVI, na época em que o Brasil era colônia de Portugal.

Os escravos africanos eram bastante úteis para os brasileiros como de mão-de-obra, principalmente para os senhores de engenho do nordeste. A maioria deles era da região de Angola, que também era colônia portuguesa. No seu país de origem, os angolanos tinham como prática a dança ao som de música. Como eram proibidos pelos seus donos a fazer qualquer tipo de arte marcial, a capoeira foi uma forma de disfarce. No olhar dos patrões, era uma dança dissimulada, parecendo ser um jogo ou coisa do tipo.

Os africanos ao chegar ao Brasil eram submetidos a práticas violentas e castigos pelos senhores de engenho. Essa forma de violência levava às tentativas constantes de fuga das fazendas, na qual eram perseguidos e mal tratados pelos capitães-do-mato. Ao lado dessas práticas de violência vivida no âmbito da senzala levaram ao desenvolvimento de formas representativas de ação para se proteger dessa repressão. Para isso, utilizaram o ritmo e os movimentos de suas danças africanas e adaptaram-na a um tipo de luta.

Esclarecer que a capoeira é uma das expressões culturais brasileiras, de grande importância para sociedade. Essa forma de expressão cultural mistura a arte marcial a prática esportiva a música e a cultura popular. Tendo como pratica a desenvoltura de golpes e movimentos complexos feitos de forma bastante ágil. A musicalidade é utilizada significativamente nos atos e práticas educativa da capoeira, que carregam em seu bojo a história e memória da história africana e indígena como representações culturais de um povo.

A capoeira nasceu da vontade de libertação de um povo sofrido, mas com muito orgulho de suas origens que através dos anos conseguiram preservar seus rituais, tradições e existência cultural. Juntamente com as necessidades e conhecimentos que adquiriram, criaram movimentos de ataque e defesa, junto à destreza que já existia dentro de sua existência.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Desta forma, é de extrema importância relatar sua história, começando por sua origem, considerada uma manifestação cultural genuinamente brasileira, apesar de suas raízes serem de origem africana. A história da capoeira tornou-se uma cultura difundida entre os escravos da época, tão forte que foi capaz de servir como forma de libertação. Os negros precisavam ofuscar aos olhos dos senhores de engenho de que aquilo que praticavam não era propriamente uma luta, e sim uma manifestação de dança e rituais referente à sua cultura. Para tal a capoeira foi de grande valia na fuga dos negros para os quilombos.

A capoeira cresceu num contexto de conflito no Recôncavo Baiano, nas fazendas do Rio de Janeiro e nas serras de Pernambuco. Até chegar ao Amazonas demorou um pouco, a prática da capoeira era considerado crime mesmo depois da abolição dos escravos. Mesmo com toda perseguição, a Capoeira não foi extinta.

Nos terreiros, nos quintais, no mato, ela continuou sendo transmitida de pai para filho, de amigo para amigo. Continuou inclusive seu aperfeiçoamento, sua capacidade de dotar o corpo de condições perfeitas para todo o tipo de enfrentamentos. Sobreviveu aos diversos períodos ditatoriais pelos quais passou a República Brasileira. No entanto, em 1937, o então presidente Getúlio Vargas, revogou a lei Sampaio Ferraz, liberando a capoeira. Isto depois de assistir a uma apresentação de Mestre Bimba e de seus alunos.

Atualmente a capoeira ganhou mais espaço e respeito, Sua força e importância são de tamanha grandeza que, mesmo diante de tantas perseguições, continua existindo e se multiplicando. São inúmeras as academias, escolas, universidades, clubes existentes no país e, em muitas, a preocupação com a preservação de sua integridade histórica é constante.

No Estado do Amazonas não é diferente o grupo Quilombo que está registrado oficialmente como Associação Quilombo de Capoeira, surgiu em Manaus capital do Amazonas em 10 de Março de 1975, tendo como presidente e fundador o Sr. Edgar Francisco das Chagas (Grão-Mestre Chaguinha). Ensinando no decorrer desses anos, vários capoeiristas que hoje fazem parte do cenário nacional e internacional que atuam com suas filiais em vários municípios do Amazonas tais como: Manacapuru, Coari, Iranduba, Benjamin Constant, Rio Preto da Eva, São Gabriel da Cachoeira, Amaturá, Tefé, Atalaia do norte, São Paulo de Olivença.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Considerando-se o fato de que a sociedade contemporânea é inescapavelmente multicultural, a Lei nº 10.639, no artigo 26-A, tornar-se obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira em todo o currículo escolar. Desta forma, todos os educadores terão que incluir em algum momento de suas aulas a temática da história e cultura dos negros e índios brasileiros. Logo a Capoeira aparece como uma possibilidade de se discutir uma diversidade de questões, atendendo as exigências a Lei citada. (SOUZA, LOURENÇO; 2009)

Reconhecer a diferença na sociedade e na escola traz como primeira implicação, para a prática pedagógica e associar conteúdos históricos é uma tarefa essencial para o desenvolvimento dentro das instituições, a abordagem multidisciplinar é muito importante para uma total e eficaz compreensão do tema e a Capoeira se relaciona com um grande número de disciplinas. Assim contribui com informações próprias do seu campo de conhecimento, principalmente na História do País.

As perspectivas exposta nesta temática pode contribuir para valorização da educação informal e divulgação da memória e história da capoeira no Município de Tefé. A importância e a contribuição para educação não formal tefeense, revelam marcas de sua subjetividade individual, coletiva e profissional que precisam ser valorizadas e reveladas como fontes significativas de memória e história da educação no município.

Nesse sentido, é relevante e significativa a transmissão que consistem em documentar a história e memória da capoeira no município de Tefé. Onde a valorização de ideias é resgatar o patrimônio sócio cultural deixado com um marco histórico no nosso País, construídos por personagens lembrados até os dias atuais. A trajetória da história e cultura do Brasil, e principalmente da educação, nos permite a realidade do antes, agora e depois, como nos mostra neste contexto sobre a temática, a história memória, e sua contribuição para a educação no País, expressa nas ambiências de sociabilidade, com valores de caráter moral, religioso, político e estético, continua a ter forte influência na cultura tanto na formação moral como na política- institucional.

Portanto pode - se dizer que a memória, assim como a tradição, ao organizar o passado em relação ao presente, torna- se meio de construção de sentido e de sentimento de continuidade de nossa vida, tanto individualmente quanto coletivamente. Halbwachs (1990) atrela a memória da pessoa à memória do grupo e esta última à tradição que constitui a memória coletiva de cada sociedade, dando ênfase à nova história cultural uma



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

nova forma de trabalhar a história e cultura “[...] Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo (PENSAVENTO, 2003, pp.14-15)”.

## A CAPOEIRA COMO REDE DE CONHECIMENTO

Tecer conhecimento em rede é reconhecer na capoeira uma prática educativa que se dá no campo da educação não formal. A partir desse reconhecimento que buscamos compreender melhor a função social da capoeira no município de Tefé/AM. Respeitar a diversidade consiste em reconhecer diferenças de saberes e fazeres como sujeitos únicos, em uma diversidade cultural, que surge através das semelhanças e diferenças de um grupo social na relação com os outros. É, portanto, compreender o diálogo entre múltiplas culturas que coexistem e convivem nos espaços e tempos sociais, especificamente não escolares implica a necessidade de se pensar na pedagogia de forma ampla, como uma forma sedutora de se produzir sentido sobre a vida de todos nós neste planeta e em qualquer espaço cultural.

Para essa compreensão é necessário valorizar, perceber e analisar os múltiplos contextos, criando espaços coletivos de discussão e ação sobre os mesmos a supervalorização na formação de sujeitos que devem trabalhar a consciência do que o mundo da teoria só faz sentido se nos ampliar as leituras dos nossos cotidianos. A teoria é importante no processo de construção de conhecimento só a prática não é suficiente,.

[...] há múltiplas formas de expressão, infindáveis maneiras de compreensão, incomensuráveis modo de viver, e outras infinitas relações possíveis. Tanta gente, tantas experiências e tantos pontos de vista- de escuta, de sentidos e de sentimentos- que se fazem os atores dos nossos autores (OLIVEIRA, 2002, p.15)!

É preciso valorizar a educação não formal onde surge novos saberes através da capoeira como prática educacional. O surgimento da capoeira como forma educacional no município retrata a subjetividade humana, e sua riqueza histórica. A memória como objeto de estudo evidencia um processo de democratização de saberes e práticas vividas marcadas em determinado contexto social histórico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como viés a metodologia e a técnica da história oral um instrumento de investigação científica.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Nessa perspectiva os fragmentos de memória coletados nesta pesquisa revelam a subjetividade na construção signos e significados sobre a capoeira e a sua contribuição para a educação. A capoeira como atividade educativa que se dá fora da sala de aula e até mesmo no contexto escolar é uma proposta educativa que vai de encontro ao pensamento educativo hegemônico.

É nesse emaranhado possíveis rede de conhecimento que a capoeira e suas práticas estão imersas. Porém é possível alguns contornos, por onde circulam pessoas cuja prática se pauta por valores e princípios próximos, e é preciso que respeitemos esses contextos, pois são reais, e sabemos disso, pois fazemos parte de alguns.

Tal realidade esta sujeita a toda a sorte de indefinições e eventualidades, no cotidiano da educação, é de vital importância atentar para que nos fala Alves (2001, p.14):

Do ponto de vista teórico, essa trajetória tem a ver, também, com a escolha feita pelas ideias de redes de conhecimentos e de tessitura do conhecimento em redes e com a afirmativa anterior, de que são enormes as dificuldades para identificar todas as origens de nossos tantos conhecimentos, pois eles só podem começar a ser explicados se nos dedicarmos a perceber as intrincadas redes nas quais são verdadeiramente enredados.

Reconhecer o outro é tarefa que nos exige abdicar uma suposta superioridade que nossos saberes válidos e valorizados nos conferem, as diferenças não pode levar a desigualdade. Segundo Santos (1999) com o seu redescobrimto do debate acerca das “descobertas” do Ocidente no último milênio, sua fórmula de tradução da equação entre a igualdade e a diferença merece ser lembrada aqui. “Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (1999, p.72).

Portanto trata-se, de aprender a traduzir os obscuros significados de práticas sociais e culturas cujos sentidos nos escapam, práticas e saberes diferentes, a ideia e descobertas de que há muitos mundos no mundo. Momentos importantes da capoeira são destacados na ação pedagógica dos professores da Associação Romulo de KWINDO.

O desenvolvimento humano e esportivo é um dos principais instrumentos de ação educativa na prática da capoeira. Nesse sentido, a ampliação da concepção de currículo vai além dos muros da escola, assim como a articulação teoria e prática, numa relação de conhecimento. A aprendizagem das técnicas e normas da capoeira gera nos sujeitos participantes um conhecimento complexus, onde as fronteiras de identidade do conhecimento rompem com as formas de disciplinarização do conhecimento cartesiano.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

A capoeira como possibilidade de uma educação não disciplinar é defendida neste contexto a partir do pensamento de Morin (2000) com o paradigma da complexidade que rompe com racionalidade lógica científica de pensar a educação a partir dos princípios da heterogeneidade, da alteridade e da equidade como condição humana de melhorar a vida no planeta.

Além da sua história cheia de significados e simbologias a capoeira possui um vocabulário corporal riquíssimo, que está embutido na valorização da cultura afro-brasileira, fatos que possibilitam a sua qualificação como manifestação cultural.

A capoeira se legitima em poderosa ferramenta pedagógica para uma educação democrática, tendo em vista a pluralidade, especialmente no tocante desenvolvimento da autonomia, nos níveis individuais e político, tendo em vista o ensino socialmente comprometido. As práticas da Capoeira ilustram o modo como se poderia aplicar o conhecimento popular na Educação, em uma concepção libertária e democrática. Porém, para que a autonomia individual se realize em ato político democrático, responsabilidade social, o que, entre outras coisas, num país como o Brasil significa fazer da ação pedagógica um instrumento de transformação social.

Nessa perspectiva focamos momentos dessa prática para maior compreensão e leitura de suas atividades de ensino e aprendizagem. Na foto (1) destacamos uma modalidade esportiva do Grupo Quilombo na Associação Romulo de KWINDO.



Figura 1. Atividade do grupo Quilombo na Associação Romulo de KWINDO

Fonte: Particular



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Outra atividade é a roda da capoeira (Foto 2), tendo como finalidade contar histórias através da musicalidade. Isso demonstra a preocupação do resgate da história e memória da capoeira como fruto das raízes afrodescentes no Brasil.



Foto 2. Momento da Roda na capoeira  
 Fonte: Particular

Outro momento importante das atividades de conhecimento é a roda de samba. A capoeira na Roda de samba foi introduzida como forma de ludibriar os escravizadores, fazendo-os acreditar que os escravos estavam dançando e cantando, enquanto estava na verdade treinando golpes para se defenderem.

Considerando a cultura da capoeira, uma de suas características, marcante é a roda, que mostra a identificação e relação entre os camaradas, dos sujeitos que estão presentes, denominação comumente utilizada na comunidade da capoeira, entoada nos cânticos e confirmada pelo coro: camará!

Nas rodas de capoeira o encontro acontece entre camaradas e não entre adversários. Sem o outro camarada não há jogo de capoeira. E nessa relação com o outro em que o sistema cultural da capoeira é construído e reconstruído.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas



Figura 3. Capoeira na roda de samba  
 Fonte: Andreza Araújo

A Associação Romulo de KWIN- DO tem um projeto denominado Gingando na Escola que tem como finalidade levar a atividade da capoeira como fonte de conhecimento no universo para também desenvolver a prática da diversidade cultural e social no município de Tefé/AM.



Figura 4. Grupo do Projeto Gingando na Escola.  
 Fonte: Andreza Araújo

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das redes de conhecimentos da capoeira, o objetivo da pesquisa foi compreender a história e memória da capoeira no município de Tefé. Valorizando a diversidade sociocultural e resgatando sua história através de uma memória viva representada em práticas educativas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Nesse sentido compreendemos a importância de valorizar a capoeira como prática educativa de um conhecimento que se dá de forma integrada, envolvendo o desenvolvimento artístico, cultural e esportivo dos alunos da comunidade, enfim um conhecimento em rede.

A prática e a cultura da capoeira são, portanto, um agente aglutinador e difusor de variadas expressões culturais, de temáticas educacionais transversais que possibilitam o desenvolvimento da autoestima, da inclusão e igualdade social, no processo de formação da cidadania entre estes que dela participam. Dessa forma, apresenta uma proposta pedagógica englobando a capoeira como luta arte, ritmo, poesia, cultura, desporto, profissão e filosofia de vida, permitindo que cada um dos alunos se identifique com uma das vertentes da modalidade.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTINI, Verena. *Manual de história Oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ARAÚJO, Benedito C. L. C.. *A Capoeira na Sociedade do capital: a docência como mercadoria-chave na transformação da capoeira no século XX*. Dissertação (Mestrado em Educação). UFSC, 2008.
- BRASIL, “*Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Das Relações Étnicas Raciais e Para O Ensino De História E Cultura Afro-Brasileira e Africana*”, Min. da Educação e do Desporto. Sec. Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Brasília, 2004
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- LOMBARDI José Claudinei. *História, cultura e educação*/, Ana Palmira Bittencourt Santos Cassimiro e Livia Diana Rocha Magalhães (Orgs.). - Campinas SP: Autores Associados, 2006. – (Coleção educação contemporânea)
- OLIVEIRA, Inês Barbosa, Paulo Sgarb (Orgs) *Redes culturais, diversidades e educação*. - Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MARTINS, Bruno Randofo. *Raízes étnicas da capoeira*. Dissertação de Mestrado em História, FIS, 2010.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MELLO, André da Silva. “*A história da capoeira: pressuposto para uma abordagem na perspectiva da cultura corporal*”. In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança. 2002, Ponta Grossa/PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, 2ª ed, São Paulo: Cortez, 2000.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## DESAFIOS À EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E DA UNIVERSIDADE INDÍGENAS DA AMAZÔNIA

Marcílio de Freitas  
 freitasufam@gmail.com

Não há vacina ou antídoto para imunizar as pessoas e o planeta contra os efeitos de sua depreciação ecológica. O compromisso com os futuros do planeta e da humanidade é de todos nós

**Nota de esclarecimento:** uma proposta mais ampla para a educação científica dos povos indígena amazônicos foi apresentada por este autor, na Reunião Nacional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência realizada em Julho de 2009 na Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

### RESUMO

Este artigo apresenta uma proposta de licenciatura plena para formar professores indígenas em ensino de ciências. Propor formar um professor indígena comprometido com a docência de ensino de ciências integrada à complexidade cultural e ecológica da Amazônia; imprimir um caráter interdisciplinar ao seu projeto pedagógico; incorporar eixos temáticos situados na fronteira da filosofia com as ciências da natureza e as ciências humanas; e incluir abordagens e inovações técnicas que entrelacem os conteúdos da ciência ocidental ao conhecimento tradicional são predicados desta proposta inovadora. Propõe, também, uma plataforma de inclusão científica e o acesso dos povos indígenas às temáticas educacionais contemporâneas fortalecendo e ampliando suas formações culturais, e estabelecendo os fundamentos da Universidade Indígena da Amazônia.

**PALAVRAS CHAVE:** Professores indígenas, Amazônia, educação científica, natureza, interculturalidade

### 1. Construindo a educação indígena na Amazônia

Que programa de formação científica deve-se propor aos povos indígenas da Amazônia? Que eixos temáticos devem fundamentar a estrutura acadêmica deste programa? Como articulá-lo com a sustentabilidade, na perspectiva dos 70 povos indígenas do Estado do Amazonas? Como estruturar as ciências da natureza, as ciências humanas e a matemática, os conteúdos pedagógicos e o conhecimento tradicional na organização de um programa de licenciatura em educação científica que atenda os interesses desses povos? Estas são questões instigantes que são apresentadas neste texto, incluindo os fundamentos e a estrutura acadêmica de uma proposta para a educação científica dos 70 povos indígenas do estado Amazonas.

Em agosto de 2009, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) escreveu um novo capítulo na história da educação brasileira: implantou o curso de licenciatura plena em pedagogia intercultural para formar, simultaneamente, 2600 professores indígenas em 52 municípios do Estado do Amazonas. Este programa desconstrói e desmistifica as versões





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

acadêmicas elitistas que preconizam a impossibilidade de se construir uma política pública consistente e abrangente que abarque as contradições e as complexidades de um programa de formação em licenciatura plena intercultural, em grande escala, para a educação indígena (Barreto, 2009).

Marilene Corrêa enfatiza que “A Política Indígena da UEA gera uma enorme responsabilidade em relação às abordagens, às metodologias de transmissão de conhecimento, à troca de saberes entre os povos indígenas e os professores não indígenas e indígenas (...). Trata-se de um projeto audacioso, que se configura num produto científico dos mais importantes da UEA.” (idem, 2009).

A formação de professores indígenas constitui um desafio às ciências da educação, assim como à antropologia, à linguística e aos demais campos de conhecimento, incluindo a história. Trata-se de uma política de inclusão social de amplo setor estigmatizado da sociedade brasileira, historicamente, condenado a viver isolado das políticas públicas, prisioneiro em seu território.

A existência de 70 povos indígenas nos 62 municípios do estado do Amazonas, com mais de 130 mil índios, justifica a organização de um programa deste porte que propõe as bases estruturantes para a implantação da Universidade Indígena.

Este programa assenta-se no pressuposto que é dever do estado estabelecer uma política de ensino superior ampla e integrada à educação indígena. A carência de professores indígenas, para atuarem no ensino fundamental e médio, constitui sua principal razão.

### 1.1. Novas abordagens e Inovações estruturantes

As abordagens e inovações apresentadas em seguida propõem-se reafirmar a formação de um perfil de professor indígena compromissado com a realidade do ensino de ciência na Amazônia. Os conteúdos e aplicações teóricas e empíricas de suas diversas disciplinas estão centrados nos ciclos da natureza e nos ritos e mitos que movimentam as suas relações com a natureza (Farago, 2000). Possibilitarão que os alunos indígenas adquiram novas habilidades e resolvam problemas teóricos e empíricos, utilizando as suas línguas e os novos conteúdos científicos. A distribuição das matérias fortalecem a interdisciplinaridade, e o conhecimento técnico aplicado às realidades dos povos indígenas. O programa, também, incorpora diversas inovações estruturantes de conteúdos temáticos específicos, todas situadas na fronteira da filosofia com as ciências da natureza e das ciências humanas. Ele encontra-se centrado na categoria “natureza x cultura”, com elementos de “antropologia das técnicas”, que possibilitam entrelaçar os conhecimentos tradicionais à ciência ocidental, conforme as perspectivas dos povos indígenas (Durand, 1992).

As tecnologias educacionais e as abordagens e línguas decorrentes deste processo educacional serão fundamentais aos mecanismos operacionais das sociedades do saber. Este programa também considera que o universo existencial dos povos indígenas é movimentado por ações coletivas e solidárias, nas quais o sucesso e o insucesso são compartilhados coletivamente. É um mundo diferente que exige abordagens inter e pluriculturais, pouco exercitadas nos programas educativos. Sua estrutura curricular incorpora conteúdos que possibilitarão transitar tecnicamente em dois universos intelectuais diferentes, próprios do conhecimento tradicional e da ciência ocidental. A inclusão do tema “Tópicos de ciências contemporâneas” possibilitará que os discentes



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

tenham acesso às inovações científicas e tecnológicas de grande impacto no mundo contemporâneo, e articulem ciência, tecnologia e sociedade.

O uso da plataforma de ensino à distância da Universidade Federal do Amazonas ou da Universidade do Estado do Amazonas garantirá a qualidade e o êxito deste programa, criando novas perspectivas socioeconômicas para esses povos. Os direitos à educação científica pelos povos indígenas constituem uma dívida cívica do estado brasileiro com estes sujeitos sociais, tão importantes na construção de nossa brasilidade.

## 2. Educação científica dos povos indígenas: fundamentos e contornos

### 2.1. Fragmentos da história da ciência e Amazônia; problemas e desafios

Os estados da Amazônia possuem os piores indicadores educacionais e científicos do Brasil, com poucas exceções. A crescente presença do Estado nacional na região tende a mudar este quadro. A importância geopolítica desta região reafirma a necessidade de implantar programas de formação científica dos povos indígenas em suas Universidades públicas, articulando-os com a construção de modelos de desenvolvimento sustentável.

A história das civilizações registra que as reinvenções das ciências e das técnicas e a estruturação de novas matrizes ocupacionais impulsionaram as intervenções europeias no Novo Mundo, sempre na perspectiva do colonizador e de projetos políticos exógenos às regiões ocupadas. A necessidade de se reconstruir a história universal, ponderando-a e relativizando-a às culturas e às contribuições científicas de todos os povos do mundo, põe novos problemas aos pesquisadores e historiadores da filosofia e do ensino de ciências no Brasil e no plano internacional.

Um caso singular refere-se ao desenvolvimento da mecânica clássica nos séculos 18 e 19. A mecânica tem como marco a publicação, em 1687, da obra “Princípios Matemáticos da Filosofia Natural” construída por Isaac Newton (1642-1727). Este livro constitui uma referência emblemática para a história da ciência ocidental. Newton introduziu elementos teóricos e empíricos novos; fez uma síntese do conhecimento acumulado pelas ciências físicas, criou novas abordagens e soluções físico-matemáticas para os movimentos de objetos em meios resistivos e não resistivos e articulações universais entre fenômenos terrestres e celestes.

Seus estudos ainda põem desafios novos ao ensino de ciências quando aplicadas às complexidades amazônicas. Astronomia, sistemas de codificação das representações materiais e simbólicas da natureza, e processos físicos, químicos e biológicos que movimentam a relação sustentável do homem com a natureza são exemplos de criações indígenas que precisam ser compreendidas pela ciência ocidental.

Num grau de importância similar, destaque ao desenvolvimento da biologia com a publicação de “A Origem das Espécies” por Charles Darwin (1809-1882) em 1859, explicando a evolução das espécies por seleção natural. Desde então, inaugurou-se uma nova era para a história das ciências e estabeleceu-se um diálogo fecundo entre as ciências da natureza e as ciências humanas, desdobrando-se na incorporação da explicação molecular aos diversos ramos da biologia, biologia celular, virologia, imunologia, fisiologia, neurologia, endocrinologia, e também a ecologia. Foram criados novos nexos entre as ciências e a natureza.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Para os povos indígenas a natureza não é composta somente pelas representações materiais que nos são externas (Whitehead, 1998). Ela constitui um processo de produção, construção e reprodução da vida; e, portanto, encontra-se imbricada à cultura.

Os trabalhos científicos de Newton e Darwin impactaram amplos setores científicos e tecnológicos, com destaque à história das técnicas e do pensamento universal. A revisitação destas obras numa perspectiva do ensino de ciências integrado à Amazônia põe elementos novos às ciências da educação.

A posição estratégica da Amazônia em condições de: Termostato e fonte de reciclagem do planeta; Mecanismo de estabilidade climática do planeta; Espaço estratégico nacional e internacional; e finalmente, como Representação simbólica e emblema ecológico mundial constituem argumentos que reafirmam esta região como o mais complexo laboratório científico do planeta. O que reafirma a premência em se implantar programas em ensino de ciências na região.

O imbricamento da natureza na cultura, e vice-versa, na Amazônia é uma realidade que movimenta os ciclos da vida. Potencializa novos processos de abordagens, linguagens e paradigmas científicos para compreender, difundir e aplicar esta condição da natureza. As pesquisas em ensino de ciências na Amazônia e no Brasil têm um papel imprescindível na problematização e construção de inovações nesta conjuntura civilizatória.

Conforme apresentado anteriormente, a importância da Amazônia para o Brasil constitui unanimidade nacional e mundial. Ela constitui uma entidade física relevante nas estabilidades termodinâmica e climática dos processos atmosféricos em escala global. Os estudos da inter-relação dos ecossistemas amazônicos com o ciclo hidrológico, em diversas escalas, põem novas responsabilidades aos programas de ensino de ciências.

As pesquisas científicas comprovam que a floresta amazônica constitui a maior fonte terrestre contígua, em escala mundial, de biomassa renovável. Sinalizam também que a extração petrolífera; a indústria químico-farmacológica; a agricultura e o extrativismo; a indústria agroflorestal e pesqueira; a exploração dos polos minero-metalúrgicos com um adequado redimensionamento; o ecoturismo; a indústria alimentar; a criação de commodities ambientais; o uso de fontes energéticas alternativas; a indústria biotecnológica e o pagamento dos direitos de propriedade intelectual às populações tradicionais da Amazônia, em médio prazo, podem resultar numa renda econômica anual dessa região, maior que US\$3,6 trilhões de dólares, mais de 3 vezes o atual PIB brasileiro (referência de 2012). Registros oficiais também assinalam um desmatamento de 20% (100 milhões de hectares) da área total da região amazônica, no período de 1970-2005, gerando problemas ambientais com impactos em escala global.

As questões apresentadas possuem articulações com programas científicos e tecnológicos e com os processos de globalização, em especial, com a construção da ciência moderna e com os programas de formação de professores indígenas e pesquisadores em ensino de ciências.

A grandiosidade geostórica da Amazônia abarca uma multiplicidade de diversidades de ambientes, economias e de culturas que reafirmam a importância do Estado do Amazonas. Conforme Freitas e Freitas (2013), este Estado brasileiro possui 3.232.330 habitantes (IBGE, 2008) sendo formado por 62 municípios, abrangendo uma área de 1.570.745,680km<sup>2</sup>, com 2.525 km de fronteiras internacionais com a Colômbia, Venezuela e Peru. Representa 3/16 do território brasileiro; um pouco mais de 3/16 da Amazônia pan-americana; 3/25 do continente sul-americano; 3/200 da superfície terrestre; 1/50 da população brasileira e 3/7000 da população mundial; 1/10 da disponibilidade mundial de água doce; mais de 20% do potencial hidrelétrico do Brasil;





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

6 milhões de hectares de várzeas; 25.000 quilômetros de rios navegáveis; uma frota de 80 mil barcos de médio e grande portes, 1/15 da biota terrestre universal; uma grande diversidade étnica e cultural, com 70 povos indígenas com cosmogonias próprias e que correspondem a mais de 130 mil pessoas (30% dos índios brasileiros); possui 72 milhões de hectares de áreas protegidas, distribuídas entre 38 unidades de conservação federais e 34 unidades de conservação estaduais legalmente criadas, o que representa pouco mais de 50% de seu espaço territorial. Representa também 10% de toda reserva florestal contígua dos trópicos úmidos do planeta, distribuída em 96% de sua superfície. Suas florestas ocupam papel relevante no processo de estabilização termodinâmica do planeta, com sequestro efetivo de 132 milhões de toneladas de carbono por ano (1,8% do total de carbono efetivamente lançado na atmosfera terrestre por ano, em escala mundial), contribuindo para o resfriamento do planeta. Esta absorção de carbono daria para compensar as emissões do Canadá, por exemplo, que são de 124 milhões toneladas de carbono por ano (2005).

**Este universo socioeconômico pluridimensional desafia os programas de pesquisa e educação científica na região. Os estudos da relação dos povos tradicionais com os ciclos da natureza e com os processos interculturais põem novas responsabilidades à educação indígena.**

O Estado do Amazonas possui 22 instituições de ensino superior, públicas e privadas, com uma população universitária composta por 130 mil alunos. Possui, também, um Polo Industrial em Manaus (PIM), com mais de 500 indústrias transnacionais que compõem uma matriz científica e tecnológica sofisticada (Freitas et al., 2016a).

A implantação deste programa de educação indígena, formando professores indígenas para o manejo de cadeias produtivas e para atuarem no ensino fundamental e médio numa etapa precursora à implantação da Universidade Indígena, constitui um elemento chave à sustentabilidade na região.

### 3. Licenciatura em educação indígena: dever do estado

**Esta proposta encontra-se apoiada nos seguintes pressupostos: O direito constitucional dos povos indígenas brasileiros terem acesso às políticas de educação diferenciada em forma plena; O processo de modernização e consolidação de uma política de educação científica e tecnológica integrada às complexidades e necessidades da Amazônia, em especial, do Estado do Amazonas; A importância heurística da Amazônia no processo de reconstrução da ciência ocidental, o que por si só, põe novos elementos estruturantes no processo de reinvenção dos fundamentos, da organização, uso e difusão das ciências; A necessidade de fortalecer as instituições regionais numa perspectiva inter e multicultural, criando novas articulações e mediações na matriz científica brasileira; O fortalecimento do desenvolvimento regional e a melhoria dos índices de desenvolvimento humano das populações tradicionais, e finalmente, A premência em se implantar uma matriz de educação indígena em ensino de ciências, em sentido pleno, considerando a importância socioeconômica e ecológica da Amazônia para o Brasil e o mundo.**

Em forma ampla, propõe-se construir uma política pública de educação indígena no Estado do Amazonas formando recursos humanos indígenas para a docência, pesquisa e a gestão de programas científicos de interesse das populações amazônicas e do Brasil. Em forma específica pretende-se: Criar uma rede de estudos e pesquisas em Educação indígena em ensino de ciências, a partir das instituições públicas regionais; Implantar



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
Manaus - Amazonas

metodologias e tecnologias inovadoras que possibilitem melhor organização e difusão do ensino de ciências; Potencializar e difundir a Amazônia, numa perspectiva local, regional e nacional, enquanto laboratório transdisciplinar para a construção de novas abordagens e linguagens etnocientíficas; Convergir estudos do conhecimento tradicional indígena para a problematização dos fundamentos estruturantes da ciência moderna, fortalecendo e criando novas articulações da Amazônia com os processos civilizatórios; e finalmente, Articular o ensino de ciências indígena e ocidental com as realidades regionais, em especial com a grande diversidade indígena existente na Amazônia.

### 3.1. Estrutura do curso, área de concentração e temáticas associadas

*Este curso de licenciatura em educação indígena em ensino de ciências terá duração de 2850 (duas mil, oitocentas e cinquenta) horas/aula equivalentes à 190 (cento e noventa) créditos que serão integralizados em 9 (nove) períodos letivos, conforme elementos técnicos apresentados ao longo deste texto.*

*Ele será desenvolvido em forma de ensino mediado e presencial, onde a ação comunicativa se realizará na interlocução televisionada, com acompanhamento de professores assistentes indígenas e não indígenas, sob a responsabilidade de professores da UFAM e/ou da UEA. Propõe-se que o corpo docente e pedagógico do curso tenha a participação de 50% de indígenas com títulos acadêmicos bem como de lideranças e/ou professores indígenas detentores de suas culturas. Também serão utilizadas tecnologias educacionais de apoio tais como: conteúdos digitais, internet, dvd e bibliotecas eletrônicas. Farão parte deste processo de formação as práticas de ensino, técnicas e ciências tradicionais indígenas ministradas por indígenas conhecedores de cada área de ensino e aprendizado. As bibliotecas em uso em diversas comunidades indígenas serão ampliadas e disponibilizadas aos discentes de ensino de ciências. Propõe-se que durante o curso, também, sejam utilizados os materiais didáticos produzidos pelos professores e seus alunos, e posteriormente, este material didático seja utilizado nas escolas indígenas.*

*A estrutura acadêmica desta licenciatura plena em educação indígena em ensino de ciências encontra-se assentada em sete eixos temáticos com seus conteúdos associados, organizados em forma disciplinar na grade curricular.*

## 4. Eixos temáticos

### 4.1. Matematização e geometrização dos processos da natureza

Esta temática compreende os fundamentos físico-matemáticos e biogeoquímicos do projeto pedagógico desta licenciatura; dimensão teórica e empírica importante para que o discente incorpore, em forma sistêmica, o conhecimento tradicional, a ciência e a tecnologia em sua formação acadêmica.

**Disciplinas estruturantes associadas:** Matematização e geometrização dos processos da natureza; Cálculo diferencial e integral; Geometria; Álgebra e Álgebra linear; Ciências da computação; probabilidade e estatística; Física Geral (mecânica, ondas, termodinâmica, eletricidade e magnetismo e ótica) e Física moderna; Biologia Geral (botânica, zoologia, entomologia, genética); Biologia moderna e Ecologia;



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## **Química Geral (analítica, orgânica e inorgânica) e química moderna; e, Geociências e Amazônia (geologia, arqueologia, paleontologia e astronomia).**

### **4.2. História e filosofia da ciência e educação indígena**

Esta temática tem como eixo central o confronto dos fundamentos da ciência ocidental com as matrizes de conhecimento indígena. A possibilidade de extinção do planeta, a indissociabilidade “homem x natureza”, os processos contínuos e descontínuos próprios das linguagens e das representações etnocientíficas, a completa submissão da ciência ocidental à regulamentação do mercado acelerando o processo de depreciação da natureza, a interligação do planeta por redes e a tendência de cristalização da ecologia nos principais programas mundiais de Ensino de ciências são questões, dentre outras, que contribuem para a emergência de uma nova concepção civilizatória que valorize o conhecimento acumulado pelos povos indígenas e uma relação homem-natureza compromissada com o futuro da humanidade. A tese que reafirma o imbricamento da condição humana na natureza e vice versa põe questões novas às ciências da natureza, à antropologia, à sociologia da educação, à história e filosofia da ciência e à educação indígena. Esta temática, complexa e contemporânea, articula vários campos de conhecimento, em especial àqueles das áreas de humanidade, ciências da natureza e novas tecnologias.

A fusão da história da humanidade com a história do universo cria novas articulações entre o passado, o presente e o futuro da humanidade. Incrusta o cosmos no processo da vida e a vida no processo de recriação do cosmos, pondo elementos novos ao ensino de ciências, numa perspectiva etnocientífica. Problemas que são incorporados nessa Licenciatura em ensino de ciências por meio de conteúdos inter e transdisciplinares.

As articulações desta Licenciatura com os processos tecnológicos e as categorias estruturantes dos pensamentos ocidentais e indígenas são, também, foco de atenção desta linha temática. Finalmente propõe-se reconstruir aspectos relevantes do pensamento científico brasileiro considerando os processos de transculturação, relevantes à nossa formação geo-histórica (Freitas, 2014).

*Disciplinas estruturantes associadas: História e filosofia da ciência e educação indígena; Amazônia, educação indígena e as ciências da natureza: problemas e controvérsias; A estética da natureza e o ensino de ciências; e, Estado nacional, culturas indígenas e processos de ensino.*

### **4.3. Metodologia de pesquisa em educação indígena em ensino de ciências**

Esta temática abarca os estudos sobre os fundamentos das representações científicas e etnocientíficas, e as linguagens e abordagens metodológicas e tecnológicas para a educação indígena em ensino de ciências. A Amazônia é considerada um laboratório para esses estudos complexos,

As ciências e tecnologias básicas – educação, física, química, biologia, matemática, tecnologias, antropologia, história, agronomia, farmacologia, e medicina – têm um papel importante nos programas de formação em ensino de ciências. O confronto do conhecimento dos povos nativos sobre os processos de adaptação aos ecossistemas amazônicos com as estruturas científicas e tecnológicas ocidentais constitui um empreendimento técnico e político importante ao desenvolvimento da região e do Brasil.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

A disponibilidade de um corpo docente qualificado e experiente, a excelência laboratorial, a agilidade do apoio técnico-administrativo e a infraestrutura moderna postas a serviço das concepções, práticas e instrumentações científicas deste programa científico são fatores que contribuirão ao seu sucesso.

Destaque ao ensino das ciências da vida que tem a Amazônia como “lócus” estratégico à humanidade. Amazônia é a região sul-americana com grande diversidade cultural e a maior reserva biológica, mineral e hídrica do planeta, em área contígua. Local onde a zoologia, a botânica e a entomologia encontram-se fundidas entre si, matriciando todos os possíveis cenários ecológicos, mediados pelo mercado e pelas representações simbólicas e com projeções em escala planetária. O imbricamento destes estudos com as questões políticas que tencionam a relação da Amazônia com o estado brasileiro; com a problemática de territórios e povos na região; com o desenvolvimento econômico e os serviços ambientais da região destacando as questões das fronteiras com os demais países amazônicos e as suas formas de ocupação que também incluem a problemática urbana (Costanza et al.; 1997); e finalmente, com suas representações simbólicas e sua inserção mundial assimétrica constituem desafios e preocupações do estado brasileiro durante o século 21.

A incorporação da informática e a inserção dos espaços não formais - museus, redes de informações, mídia, mostras de ciência e tecnologia, laboratórios de alta tecnologia dos conglomerados transnacionais sediados em Manaus, e conexões telemáticas nacionais e internacionais – nos processos de concepção, organização e aprendizagem em ensino de ciências constituem, também, estruturas laboratoriais que poderão ser utilizadas para estimular, desenvolver e difundir novas metodologias neste importante programa de formação. Destaque às metodologias sobre os ciclos da natureza, da vida e das culturas nos trópicos, tais como: das águas, das estações do ano, da caça, dos sons, da música, da caça, dos ritos e dos mitos, dos céus, das doenças, das plantas, dentre outros.

*Disciplinas estruturantes associadas: Metodologia de pesquisa em educação indígena em ensino de ciências; A estética da natureza e o ensino de ciências; e, Processos de globalização, educação indígena em ensino de ciências e Amazônia.*

#### **4.4. Fundamentos e modelos psicopedagógicos aplicados á educação indígena em ensino de ciências**

Esta temática prioriza os processos de significação e ressignificação da cultura e da natureza. Os princípios estruturantes dos modelos de desenvolvimento standard e o “estilo de vida” assentados na depreciação intensiva da natureza, na privatização, no lucro e no consumo exacerbados constituem elementos responsáveis pela desestabilização sócio-ecológica do planeta. A invenção de novas estruturas e sistemas cognitivos constitui uma dimensão educativa que estará, sempre, presente nesta temática, reafirmando o caráter humanista que norteará este programa de formação de professores. As diversidades das culturas amazônicas também exigem utilizar novas abordagens e linguagens psicopedagógicas no processo de formação dos professores que atuarão na área de Educação indígena em ensino de ciências. As diferentes escalas espaciais e temporais próprias da cultura amazônica e o confronto “natureza x cultura” são questões que põem novos referenciais epistemológicos para este programa (Frioux, 2001). As duas posições amplas sobre o estatuto cognitivo das teorias científicas ocidentais, o positivismo e o realismo, serão tensionados segundo referenciais sistêmicos integrados às diversidades



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

culturais e ecológicas da Amazônia pan-americana. A presença da linguística nesta dimensão educativa reafirma a importância desta temática transdisciplinar.

*Disciplinas estruturantes associadas: Fundamentos e modelos psico-pedagógicos aplicados à educação indígena em ensino de ciências; Processos e tendências científicas, tecnológicas e sociais e a formação de professores indígenas em ensino de ciências; A estética da natureza e o ensino de ciências; e, Amazônia, educação indígena e novas formulações científicas.*

#### 4.5. Instrumentação para educação indígena em ensino de ciências

Esta temática propõe-se instrumentalizar os discentes em educação indígena em ensino de ciências, com métodos e técnicas que os possibilitem construir e adequar material didático e programas educacionais em ciências. São pressupostos desta temática a orientação aos discentes no desenvolvimento de trabalhos científicos inter e multidisciplinares; o incentivo à leitura crítica de textos selecionados em revistas e periódicos nacionais e internacionais, visando desenvolver e aperfeiçoar projetos em ensino de ciências. Sua principal disciplina possibilitará que o discente, conforme um plano de trabalho, desenvolva uma atividade acadêmica centrada nesta temática. Ela também se organizará como uma prática de laboratório, onde os discentes terão acesso às diferentes abordagens e às novas estruturas metodológicas que instrumentalizam e possibilitam estudos comparativos nas respectivas áreas de pesquisa em ensino de ciências, em especial àquelas apresentadas nas metodologias de pesquisa propostas na seção 5.4.3.

*Disciplinas estruturantes associadas: Instrumentação para educação indígena em ensino de ciências; Educação indígena em ensino de ciências e ecologia: tendências e impasses; Cultura, raça e educação indígena em ensino de ciências; e, Prática de educação indígena em ensino de ciências.*

#### 4.6. Educação indígena em ensino de ciências e o paradigma de sustentabilidade

Esta temática abrange os estudos e programas assentados em estratégias, sistemas e estruturas educacionais que articulem a educação indígena em ensino de ciências com a noção de sustentabilidade. A fusão da ecologia aos fundamentos do processo civilizatório põe questões novas à política-economia-ciência com impactos no processo de construção, organização, uso e difusão do conhecimento organizado (Bitsaks, 2001). Destaque à premência em se construir um projeto de desenvolvimento sustentável de caráter mundial. A possibilidade de extinção da humanidade devido a desestabilização socioecológica do planeta põe problemas novos aos programas de educação. Conjuntura que exige revisar os fundamentos das concepções civilizatórias e dos processos econômicos em longo prazo. Os modelos de desenvolvimento precisam ser reconstruídos numa perspectiva humanista e coletiva permeada pela diversidade cultural e social (Bourg, 2002). A história universal registra que o expansionismo colonialista dos países centrais aprofundou esta crise ao estabelecer parâmetros que reafirmavam o caráter etnocêntrico da cultura europeia. A necessidade de se construir novos paradigmas científicos reforçando as culturas regionais, movimenta estes macrocenários que têm a Amazônia uma referência emblemática. A perenidade da espécie humana constitui



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

a gênese deste empreendimento que mobiliza atores políticos, científicos e econômicos e abarca contradições estruturantes do processo civilizatório ocidental, tais como: o tempo breve das necessidades físicas e simbólicas e o tempo longo da estabilidade socioecológica; o lugar como expressão de convivência e resistência e o mundial como desdobramento de determinações e ambiguidades; a tirania dos processos econômicos e a fluidez do mercado financeiro; o etnocentrismo das culturas hegemônicas e a diversidade cultural mundial; o fetiche da mercadoria e a emblematização das representações simbólicas; as realidades virtuais e as virtualidades das realidades; e as dialéticas do colonizador e do colonizado. A construção de condições políticas que reafirmem a necessidade de se estabelecer um patamar humano e solidário de cidadania mundial que fortaleça os processos educacionais das minorias possibilitará induzir e institucionalizar uma concepção de sustentabilidade consistente e sistêmica. A negação deste princípio político resultará uma sustentabilidade forçada e excludente, contendo em sua matriz todas as deformações do atual processo civilizatório hegemônico. O fato de a Amazônia constituir-se o maior laboratório mundial para experimentos de modelos de desenvolvimento sustentável contribuirá para o sucesso desta temática.

*Disciplinas estruturantes associadas: A educação indígena em ensino de ciências e o paradigma da sustentabilidade; Amazônia, educação indígena e as ciências da natureza: problemas e controvérsias; Processos de globalização, educação indígena em ensino de ciências e Amazônia; Amazônia, etnociências e novas formulações científicas; Estado nacional, processos de ensino e culturas indígenas; e, A estética da natureza e o ensino de ciências.*

#### 4.7. Educação indígena, comunicação e contemporaneidade

Esta temática propõe-se problematizar a educação indígena e suas conexões com o processo de ensino-aprendizagem no mundo contemporâneo. Destaca a aplicação, em diferentes níveis explicativos e analíticos, dos fundamentos da comunicação imbricados nos modelos, nas teorias, programas e processos educacionais indígenas. Prioriza, adequa e molda novas técnicas de comunicação e suas aplicações no processo de aprendizagem e difusão das políticas educativas. Utiliza redes e plataformas de comunicação nos programas de desenvolvimento e difusão de educação indígena em ensino de ciências; e, propõe novas abordagens e metodologias de comunicação, fundamentadas na grande diversidade cultural e ecológica da Amazônia.

*Disciplinas estruturantes associadas: Educação indígena, comunicação e contemporaneidade; Educação indígena, ensino de ciências e ecologia: impasses e dilemas; Processos e tendências científicas, tecnológicas e sociais e a formação de professores indígenas em ensino de ciências; A estética da natureza e o ensino de ciências; Processos de globalização, educação indígena em ensino de ciências e Amazônia; Cultura, raça e educação indígena em ensino de ciências; e, Estado nacional, processos de ensino e culturas indígenas.*

#### 5. Elementos da arquitetura e organização curricular





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

A arquitetura curricular desta Licenciatura assenta-se em três elementos estruturantes: núcleo básico; disciplinas obrigatórias e a monografia; e as disciplinas optativas a serem definidas.

### 5.1. Núcleo básico estruturante (15 horas/aula teórica ou prática = 01 crédito)

Este Núcleo é composto pelas seguintes disciplinas obrigatórias: **Matematização e geometrização dos processos da natureza (60 h); História e filosofia da ciência e educação indígena em ensino de ciências (60 h); Metodologia de pesquisa em educação indígena em ensino de ciências (60 h); Fundamentos e modelos psicopedagógicos na educação indígena em ensino de ciências I e II (120h); Instrumentação para a educação indígena em ensino de ciências (90 h); Educação indígena em ensino de ciências e o paradigma de sustentabilidade (60 h); Educação indígena, comunicação e contemporaneidade (60 h); Cálculo diferencial e integral I e II (180 h); Geometria e álgebra (90 h); Probabilidade e estatística (60 h); Física geral I e II (180 h); Física moderna (60 h); Biologia geral I e II (180 h); Biologia moderna (60 h); Química geral I e II (180 h); Química moderna (60 h); e, Introdução às ciências da computação (60 h).**

### 5.2. Disciplinas integradoras obrigatórias; monografia e disciplinas optativas

Este Núcleo é composto por disciplinas obrigatórias, articuladas entre si, que possibilitarão uma formação científica mais integrada e compromissada com as mudanças socioeconômicas contemporâneas (Freitas e Freitas, 2016b). Ele é formado pelas seguintes disciplinas: **Educação indígena em ensino de ciências e o paradigma da sustentabilidade (60 h); Educação indígena, comunicação e contemporaneidade (60 h); Instrumentação para educação indígena em ensino de ciências (60 h); Prática de educação indígena em ensino de ciências I e II (180 h); Geociências e Amazônia (60 h); Elementos de antropologia, arqueologia e paleontologia para educação indígena em ensino de ciências (90 h); Elementos de astronomia para educação indígena em ensino de ciências (90 h); Ecologia e Amazônia (60 h); Aspectos físicos e químicos da poluição ambiental (60 h); Estrutura, funcionamento e avaliação do ensino (60 h); A estética da natureza e o ensino de ciências (60 h); Amazônia, etnociências e novas formulações científicas (60 h); Mudanças globais, ciclos biogeoquímicos e florestas amazônicas (60 h); e, Cartografia e Amazônia (60 h).**

A monografia constitui uma atividade pedagógica com 90 horas de duração, na qual o discente fará um trabalho monográfico sobre um tema relacionado com o ensino de ciências, ou, sobre uma temática, também, relacionada com a ciência, em abrangência mais ampla. O material básico utilizado para confeccionar a monografia, poderá incluir o produzido pelo discente nas disciplinas “Metodologia de pesquisa em educação indígena em ensino de ciências; Instrumentação para educação indígena em ensino de ciências; e, Prática de educação indígena em ensino de ciências”, assim como outras iniciativas acadêmicas de interesse do discente ou do programa.

Os alunos também deverão cursar, no mínimo, quatro disciplinas optativas, dentre diversas que lhe serão disponibilizadas (informações omitidas neste texto).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

### 5.3. Nota metodológica

As disciplinas abaixo listadas não devem, em hipótese alguma, serem ministradas por meio de tecnologias virtuais de comunicação e informação. Propõe-se que as seguintes disciplinas sejam ministradas em forma presencial: Geometria e álgebra; Química geral I; Química geral II; Cálculo diferencial e integral I; Cálculo diferencial e integral II; Probabilidade e estatística; Física geral I; Física geral II; Física moderna; Biologia moderna; Química moderna; Introdução às ciências da computação; e, Mudanças globais, ciclos biogeoquímicos e florestas amazônicas.

Para simplificar este texto, serão omitidos os objetivos, as justificativas, as ementas e as bibliografias de todas as disciplinas que compõem o projeto pedagógico desta licenciatura.

### 6. Orçamento – 2017/18/19-2020/21

As projeções numéricas utilizadas nesta proposta constituem aproximações. Neste sentido, faz-se necessário elaborar um orçamento financeiro e um cronograma de aplicação com maior detalhamento técnico. Estas projeções incluem custos com infraestrutura básica, plataforma tecnológica, material de consumo e mobiliário, recursos humanos e equipe de apoio nos municípios onde funcionará o programa. Ela totaliza R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais – cerca de sete milhões de dólares) durante os nove semestres de sua realização. Este valor trata-se de uma estimativa sujeita a atualizações orçamentárias.

### Notas complementares

O Estado brasileiro continuará cindido e desfigurado culturalmente enquanto não integrar os povos indígenas a um projeto nacional. Nunca os destinos do Brasil dependeram tanto da Amazônia; à medida que esta região se reafirma como o maior signo ecológico mundial seu futuro ganha maior dependência da sabedoria de suas populações originárias e das políticas públicas a elas dirigidas. A implantação de um programa de educação científica para os povos indígenas é uma dívida social e cívica do Brasil com estes povos. A história registrará o seu alcance social.

Interiorizar as políticas públicas, integrar a Amazônia, regional e nacionalmente, numa perspectiva multicultural, e construir as bases estruturantes para o desenvolvimento sustentável dessa região, para o Brasil legitimar sua posição de maior potência ambiental do século 21, são empreendimentos que dependem de uma política de educação científica inovadora (Freitas e Freitas; 2016c). Estruturada a partir das inovações tecnológicas assentadas nas ciências de ponta, em especial na física, química e biologia modernas. Estes são desafios para as próximas gerações, que também são de nossa responsabilidade.

### REFERENCIAS

- Barreto, M., G. (2009) A Política de Educação Indígena da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus: Documento impresso.  
 Bitsaks, E. (2001) La nature dans la pensée dialectique. Paris: L'Harmattan.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

- Bourg, D. (2002) Les fondements du développement durable: La limite et les fins; In: Les nouveaux utopistes du développement durable, pp. 244-249; Coletânea organizada por Anne-Marie Ducroux. France: Éditions Autrement-Collection Mutations.
- Costanza, R.; D'Arge, R.; De Groot, R.; Farber, S.; Grasso, M.; Hannon, B.; Limburg, K.; Naeem, S.; O'Neill, R.; Paruelo, J.; Raskin, R., G.; Sutton, P.; Van Den Bet, M. (1997) The value of the world's ecosystem services and natural capital. *Nature*, vol. 387, 253-260, 15 may.
- Durand, G. (1992) Lês structures synthétiques de l'imaginaire et styles de l'histoire. In: Les structures anthropologiques de l'imaginaire, pp. 399-410. Dunod, Paris: Dunod.
- Farago, F. (2000) La nature, p. 170. France: Armand Colin.
- Freitas, M.; Freitas, M., C. S.; Ióris, A.; Castro Júnior, W., E. (2016a) Amazônia. (em processo de publicação).
- Freitas, M.; Freitas, M., C., S.; Meunier, O. (2016b) Amazônia; passado, presente e futuro. Curitiba: Editora Juruá.
- Freitas, M.; Freitas, M., C., S. (2016c) A sustentabilidade como paradigma; cultura, ciência e cidadania. Petrópolis: Editora Vozes.
- Freitas, M.; Freitas, M., C., S. (2016d) The contours of the processes of nature and science education. *RISE - International Journal of Sociology of Education*, Vol. 5, N. 1, 1-22.
- Freitas, M. (2014) Miguel e sustentabilidade. Lisboa: Editora Chiado.
- Freitas, M.; Freitas, M., C., S. (2013) Sustainability: Man-Amazonia-World. Baltimore: America Star Books Publisher.
- Freitas, M. (2009) Proposta para a educação científica dos povos amazônicos. Trabalho apresentado na Reunião Nacional da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência realizada em Julho de 2009 na Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- Frioux, D. (2001) Nature et culture. Paris: Armand Colin.
- Whitehead, A., N. (1998) Le Concept de Nature; Traduzido por Jean Douchement. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL SATERÉ-MAWÉ

**Thompson Fábio Santos do Vale**  
[thom.do.vale@hotmail.com](mailto:thom.do.vale@hotmail.com), 92 994264785

**Mírian de Araújo Mafra Castro**  
[mirianaraujo2233@gmail.com](mailto:mirianaraujo2233@gmail.com), 92 99236-9388

**Sandra Helena da Silva**  
[sandrahsf@gmail.com](mailto:sandrahsf@gmail.com), 92 99180-6088

**RESUMO:** As disposições legais de amparo à educação diferenciada privilegia o estudo da história e cultura indígena dentro das instituições de ensino, especialmente no âmbito das artes. As vias de ensino acerca desta temática deve ser galgada com cautela para que o termo “diferenciado” não se torne sinônimo de “exclusão”. Com base neste contexto, objetiva-se com este trabalho identificar as percepções dos professores indígenas Sateré-Mawé em relação à educação diferenciada para a valorização da cultura e entender os desafios da prática docente em relacionar-se com a questão intercultural. A metodologia é de caráter qualitativa, consiste em pesquisa exploratória e de estudo de campo. Tem como instrumentos para a coleta de dados a entrevista, com perguntas semiestruturadas. Na análise dos dados será empregada a pesquisa bibliográfica e documental para maior compreensão do tema em estudo. O universo da pesquisa é composto por professores da Escola Municipal Rosa Cabral, localizada na aldeia indígena Ponta Alegre no rio Andirá, município de Barreirinha a 372 km de Manaus. Os resultados apontam como esta instituição de ensino têm possibilitado um espaço intercultural, mostrando que é possível aproximar e fazer conviver duas culturas ao manter uma interação respeitosa. Além de possibilitar o reconhecimento da ancestralidade e a valorização dos conhecimentos indígenas os professores da supracitada instituição empenham-se em ampliar o conhecimento dos seus educandos em vista do desenvolvimento de uma visão mais global na esfera das artes.

**Palavras-Chave:** Educação indígena; Sateré-Mawé; Cultura.

### INTRODUÇÃO

A pesquisa é de tipo qualitativo possibilitando a compreensão dos fenômenos estudados em seus contextos e não apenas à sua expressividade numérica. O delineamento da pesquisa foi de acordo com o “estudo de caso” considerando a unidade social estudada como um todo, reunindo o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, objetivando apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto.

Para a coleta de dados foi utilizado como referência a pesquisa bibliográfica tendo como categorias de análise: Cidadania e Inclusão Socioeconômica,- Artesanato Sateré-





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

**Mawé, Valorização Cultural e Econômica.** A pesquisa de campo foi realizada pela equipe de trabalho da Incubadora de Empreendimentos Amazonas Indígena Criativa, cujo projeto tem como foco a assessoria a empreendedores indígenas nas localidades. Ocorreu de acordo com 04 entrevistas à artesãos indígenas do município de Barreirinha expositores de seus produtos durante o Festival de Folclórico de Parintins, no ano de 2016.

**Qualitativa;**

**2) Pesquisa exploratória;**

**3) Amostra:** 02 Professores da Escola Municipal Rosa Cabral, localizada na aldeia indígena Ponta Alegre no rio Andirá, município de Barreirinha a 372 km de Manaus.

**4) Técnicas de Coletas de Dados:** Entrevista com perguntas semiestruturadas; Diário de campo; Observação;

**5) Análise dos dados:** Pesquisa bibliográfica e documental.

## **CULTURA E IDENTIDADE**

O que é cultura? Inquietação tipicamente contemporânea, decorrente da necessidade em entender o processo de desenvolvimento humano e suas transformações multifacetadas. Em linhas gerais envolve a organização da vida social, a apropriação dos recursos ambientais, as formas de conceber a realidade e expressá-la (SANTOS, 1987, p.07).

Mais recentemente o sociólogo Bauman (2012, p. 18-19) elucida que a ideia de cultura é permeada pela ambiguidade “criatividade” e “regulação normativa”, distintas, mas ambas presentes na compósita “cultura”, significando tanto inventar como preservar; descontinuidade e prosseguimento; novidade e tradição; rotina e quebra de padrões; a mudança e a monotonia da reprodução; o inesperado e o imprevisível.

Entender a cultura a partir do recorte da diversidade sociocultural na Amazônia, ressalta a construção do simbólico, presente no tangível e intangível da produção e reprodução do saber amazônico, representado em artefatos, comportamentos, ritos e mitos de povos indígenas e não indígenas e suas interações entre os habitantes da imensidão amazônica (TORRES, 2005, p.18).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

A cultura se configuraria em uma mistura de significados e símbolos construídos ao longo de um processo de organização de um contexto, inserindo neste os acontecimentos sociais e os modos de ser. Assim, o processo de aquisição da cultura é também um processo social em que cada sociedade transmite as novas gerações o patrimônio cultural recebido, envolvendo todas as manifestações de um povo, os costumes, valores, comportamentos, e a educação como parte da herança cultural deixada por seus antepassados (GEERTZ, 1989).

Stuart Hall (2003) por sua vez elucubra o conceito de identidade, conceito que tem sido pauta de preocupações relevantes no universo das ciências sociais no mundo moderno, haja vista dinâmicas de representação das culturas em âmbito nacionais ser direcionada como predominante fonte da identidade cultural de povos, contudo estas tem demonstrado fragilidade quanto as identificações, sendo de duração temporárias.

A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espaial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes (GIDDENS, 1991. p. 38).

As experiências sociais são de caráter diverso, não apenas homogêneos, mas heterogêneos. As culturas étnicas tradicionais se conectam as cidades e neste sentido o povo Sateré-Mawé disputa, na realidade, o seu “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2011) reivindicando apropriar-se dos “benefícios” da modernidade, ou seja, oportunidades de promoção social e participação nas políticas de inserção na vida urbana. As tradições são reações a situações novas que assumem a forma de referência a situações anteriores ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória (HOBSBAWM, 1984).

## **CULTURA SATERÉ-MAWÉ E INTERCULTURALIDADE**

Os índios e seus problemas nos incomodam ainda porque, ao afirmarem sua diversidade e especificidade cultural, reclamam a dívida secular de dominação etnocida que se seguiu ao descobrimento e, depois, ao esfacelamento do ideal libertário



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
Manaus - Amazonas

representado pelo índio "bom selvagem", sempre presente no imaginário coletivo do Ocidente (GRUPIONI, 1994).

“O movimento indígena ampliou-se para uma discussão intercultural, tendo como fundamento a defesa de suas identidades linguísticas e étnicas, mas sem perder de vista sua conexão com outros grupos sociais. Defende que a educação intercultural seja de ‘via dupla’ e dirigida não só aos jovens membros dos povos indígenas, mas à sociedade como um todo.” (MONTE, 2000).

“As questões indígenas no Brasil têm que ser vinculada ao contexto global. A problemática indígena é hoje veemente impulsionada por questões de ordem sócio-política, cultural e ideológica ancoradas, implícita ou explicitamente, em questões econômicas e de sobrevivência da própria humanidade. Respeitar e exaltar o índio e o seu conhecimento acumulado está no bojo do multiculturalismo como mercadoria e da valorização ecológica como garantia da qualidade de vida para as futuras gerações”. (NASCIMENTO, 2004).

## EDUCAÇÃO INTERCULTURAL SATERÉ-MAWÉ

*O pensamento deles é assim [professores e famílias da aldeia], porque os alunos que vão lá pra cidade vão ser prejudicados nessa disciplina de língua inglesa, porque eles falam mais a língua materna aqui na área, eles trabalham mais a língua materna do que os que estão pra lá [na cidade] e eles ficam prejudicados. E aqui, é por isso que eles aceitaram a disciplina de língua inglesa, pra saberem o básico, pelo menos, porque lá eles não tem nem o básico e a escrita também, até aqui pra escrever em português, muito em português, mas lá é só na língua mesmo. Então, por isso que quando eles vão lá pra cidade eles são prejudicados e fica difícil (Professora A, 42 anos, Aldeia Ponta Alegre/AM, 2016).*

No Brasil, desde o século XVI, a oferta de programas de educação escolar às comunidades indígenas esteve pautada pela catequização, civilização e integração forçada dos índios à sociedade nacional. Dos missionários jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios, do ensino catequético ao ensino bilíngüe, a tônica foi uma só: negar



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

a diferença, assimilar os índios, fazer com que eles se transformassem em algo diferente do que eram.

Nesse processo, a instituição da escola entre grupos indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e negação de identidades e culturas diferenciadas.

Só em anos recentes esse quadro começou a mudar. Grupos organizados da sociedade civil passaram a trabalhar junto com comunidades indígenas, buscando alternativas à submissão desses grupos, como a garantia de seus territórios e formas menos violentas de relacionamento e convivência entre essas populações e outros segmentos da sociedade nacional. A escola entre grupos indígenas ganhou, então, um novo significado e um novo sentido, como meio para assegurar o acesso a conhecimentos gerais sem precisar negar as especificidades culturais e a identidade daqueles grupos. Diferentes experiências surgiram em várias regiões do Brasil, construindo projetos educacionais específicos à realidade sociocultural e histórica de determinados grupos indígenas, praticando a interculturalidade e o bilingüismo e adequando-se ao seu projeto de futuro.

O abandono da previsão de desaparecimento físico dos índios e da postura integracionista que buscava assimilar os índios à comunidade nacional, porque os entendia como categoria étnica e social transitória e fadada à extinção, está integrado nas mudanças e inovações garantidas pelo atual texto constitucional e fundamenta-se no reconhecimento da extraordinária capacidade de sobrevivência e mesmo de recuperação demográfica, como se verifica hoje, após séculos de práticas genocidas. As pesquisas mais recentes indicam que existem hoje entre 280.000 e 329.000 índios em terras indígenas, constituindo cerca de 210 grupos distintos. Não há informações sobre os índios urbanizados, e muitos deles preservam suas línguas e tradições.

O tamanho reduzido da população indígena, sua dispersão e heterogeneidade tornam particularmente difícil a implementação de uma política educacional adequada. Por isso mesmo, é de particular importância o fato de a Constituição

Federal ter assegurado o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngüe, o que vem sendo regulamentado em vários textos legais. Só dessa forma se poderá assegurar não apenas sua sobrevivência



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

física mas também étnica, resgatando a dívida social que o Brasil acumulou em relação aos habitantes originais do território.

Em que pese a boa vontade de setores de órgãos governamentais, o quadro geral da educação escolar indígena no Brasil, permeado por experiências fragmentadas e descontínuas, é regionalmente desigual e desarticulado. Há, ainda, muito a ser feito e construído no sentido da universalização da oferta de uma educação escolar de qualidade para os povos indígenas, que venha ao encontro de seus projetos de futuro, de autonomia e que garanta a sua inclusão no universo dos programas governamentais que buscam a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, nos termos da Declaração Mundial sobre Educação para

Todos.

A transferência da responsabilidade pela educação indígena da Fundação Nacional do Índio para o Ministério da Educação não representou apenas uma mudança do órgão federal gerenciador do processo. Representou também uma mudança em termos de execução: se antes as escolas indígenas eram mantidas pela FUNAI (ou por secretarias estaduais e municipais de educação, através de convênios firmados com o órgão indigenista oficial), agora cabe aos Estados assumirem tal tarefa. A estadualização das escolas indígenas e, em alguns casos, sua municipalização ocorreram sem a criação de mecanismos que assegurassem uma certa uniformidade de ações que garantissem a especificidade destas escolas. A estadualização assim conduzida não representou um processo de instituição de parcerias entre órgãos governamentais e entidades ou organizações da sociedade civil, compartilhando uma mesma concepção sobre o processo educativo a ser oferecido para as comunidades indígenas, mas sim uma simples transferência de atribuições e responsabilidades. Com a transferência de responsabilidades da FUNAI para o MEC, e deste para as secretarias estaduais de educação, criou-se uma situação de acefalia no processo de gerenciamento global da assistência educacional aos povos indígenas.

Não há, hoje, uma clara distribuição de responsabilidades entre a União, os Estados e os

Municípios, o que dificulta a implementação de uma política nacional que assegure a especificidade do modelo de educação intercultural e bilíngüe às comunidades indígenas.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
Manaus - Amazonas

Há também a necessidade de regularizar juridicamente as escolas indígenas, contemplando as experiências bem sucedidas em curso e reorientando outras para que elaborem regimentos, calendários, currículos, materiais didático-pedagógicos e conteúdos programáticos adaptados às particularidades étno-culturais e linguísticas próprias a cada povo indígena.

*Porque muitas vezes eu trabalho com a proposta curricular estadual que vem de lá, aí eu vou explicando através dessa proposta já vou englobando nossos costumes, as nossas artes indígenas, os nossos costumes mesmo daqui da nossa área. Aí eu faço aquela ligação com os outros costumes também, as outras artes de outras regiões do mundo (Professora A, 42 anos, Aldeia Ponta Alegre/AM, 2016).*

Sateré-Mawé:

Um dos impasses e desafios é o destino dos alunos depois que terminarem seus estudos das séries de primeiro grau nas aldeias, quando terão que sair das aldeias para dar prosseguimento aos seus estudos, em nível de segundo e terceiro graus (VEIGA; SALANOVA, 2001, p.22).

*É, eu não falo fluente porque, pra bem dizer, me criei mais lá fora do que aqui, mas sempre meus pais moraram aqui e sempre a gente vem pra cá de vez enquanto, mas eu entendo tudo o que eles falam, e também falo palavras curtas, frases curtas, eu falo, mas não assim rápido como todos eles falam. Aí eu vim estudar nesse Piraiawara, e aprendi muitas coisas com eles também porque eles dominam muito bem o Sateré e eles preservam a cultura. Também tinha um professor que dava incentivo à eles sobre a cultura, os costumes e é por isso que eles preservam muito a cultura deles. Sempre tem aquelas pessoas que vieram trabalhar com eles,*





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

*sempre incentivando, nunca eles deixaram de incentivar os Saterés a afalarem sua própria língua e eles preservam. Aqui na nossa comunidade de Ponta Alegre não tem mais professor que fala realmente assim que domina o Sateré, mas a aí pra dentro da área só dominam a língua mesmo, só trabalham na língua indígena, aqui não, é difícil, aqui não tem mais professor que domina a língua Sateré (Professora A, 42 anos, Aldeia Ponta Alegre/AM, 2016).*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam como esta instituição de ensino têm possibilitado um espaço intercultural, mostrando que é possível aproximar e fazer conviver duas culturas ao manter uma interação respeitosa.

Além de possibilitar o reconhecimento da ancestralidade e a valorização dos conhecimentos indígenas os professores da supracitada instituição empenham-se em ampliar o conhecimento dos seus educandos em vista do desenvolvimento de uma visão mais global na esfera das artes.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. M.; CUNHA, F. P. **A abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais**. São Paulo: Cortez, 2010.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Índios no Brasil** / organizado por Luís Donisete Benzi Grupioni. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

MONTE, Nietta Lindenberg. **E agora, cara pálida?** Educação e povos indígenas, 500 anos depois. Revista Brasileira de Educação, n. 15, 2000, (p.118-133).

NASCIMENTO, Adir Casaro. **Escola Indígena: palco das diferenças**. Campo Grande: UCDB, 2004. 205 p. (Coleção teses e dissertações em educação, v. 2).

TEIXEIRA, P. (Org.) **Sateré-Mawé: retrato de um povo indígena**. Manaus: UNICEF/FNUAP, 2005. 147 p.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## DIÁLOGOS COM O CONHECIMENTO CIENTÍFICO: A CONSTRUÇÃO DE UMA CIÊNCIA PARA A AMAZÔNIA

### DIALOGUES WITH SCIENTIFIC KNOWLEDGE: THE CONSTRUCTION OF A SCIENCE FOR THE AMAZON

Fabiano Santos de Souza<sup>1</sup>  
 Marilene Corrêa da Silva Freitas<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este artigo aborda o processo histórico e epistemológico da construção da Ciência, no que se refere a disciplinaridade e a especificidades que esta produziu ao longo do tempo, abordando principalmente o papel exercido pelas ciências humanas em relação a construção do conhecimento. Elaboramos um diálogo com a teoria da complexidade, que se apresenta como uma solução para problemas do cotidiano que a ciência oficial não consegue resolver, pensando especificamente em uma abordagem científica que considere a complexidade e a interdisciplinaridade da realidade biossocial da Amazônia. **Palavras-Chave:** Ciência, Conhecimento, complexidade, interdisciplinaridade, Amazônia.

#### 1. A CONCEPÇÃO DA CIÊNCIA

A ciência aparece para a humanidade com a finalidade de ser um entendimento intelectual que possa compreender, controlar e reproduzir questões de toda ordem de fenômenos relevantes a existência humana, formuladas de maneira metódica, que obedeçam uma racionalidade, e sejam sistematizados por procedimentos que considerem a observação, a identificação, a pesquisa e a explicação dos fenômenos abordados. Para Fourez o conceito de ciência é:

O termo “ciência” pode designar dois tipos de fenômenos. Primeiro, a representação que se faz do mundo, para qualquer tipo de civilização ou qualquer grupo humano. Em seu segundo sentido, visa mais precisamente ao que chamamos de ciência moderna, ou seja, essa representação do mundo adotada pela civilização ocidental, em especial, a partir do século XIV. (FOUREZ, 1995 P. 155).

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: fabiano.history@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Professora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: marilene.correa@uol.com.br.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

A consolidação da ciência remete ao século XVII, com o enfraquecimento da dominação e influência religiosa na produção do conhecimento, como consequência do aparecimento de movimentos intelectuais que questionavam as explicações de cunho metafísico, ou seja, de caráter divino para os fenômenos problematizados.

Com os resultados obtidos através da construção do conhecimento científico em relação aos estudos produzidos, a ciência, com passar do tempo, desperta um grande encantamento, principalmente com o desenvolvimento da Física, Química e Biologia, no que diz respeito aos métodos utilizados para explicar as pesquisas. Esse encantamento dar-se também pelo emprego do conhecimento produzido no processo de modernização das sociedades, ligados diretamente aos avanços da indústria. De certa forma, os resultados e os métodos empregados pela ciência constituem uma legitimidade quase dogmática. A ciência proporciona um novo sentido para o mundo, o que antes foi exercido pela religião. Desta forma, a ciência acaba desconsiderando outras formas de conhecimento.

## 2. AS CIÊNCIAS HUMANAS.

No século XIX, a humanidade possuía a necessidade de compreensão não só dos fenômenos da natureza, estes que por sua vez, já dispunham de métodos e técnicas desenvolvidos cientificamente ao longo do tempo, que davam conta de produzir as respostas para os problemas propostos. Todavia, era necessário também, uma ciência voltada para estudar e compreender os fenômenos de ordem social. É nessa perspectiva que o filósofo francês Auguste Comte dedica sua vida intelectual à construção de uma ciência positiva, ou seja, que possa ter métodos passíveis de verificação e dotados de razão, produzindo uma legitimidade que rompe com fatores que possam tornar suas respostas questionáveis, a exemplo da metafísica.

A partir disso a ciência voltada para a compreensão do indivíduo humano sempre buscou, assim como os outros campos científicos desenvolver suas teorias e seus métodos. Durkheim, pertencente a escola positivista buscou consolidar a sociologia como ciência, haja vista que a psicologia já se dispunha desse “status”. Para isso ele propôs um método específico e a identificação dos fenômenos comuns em diversas sociedades afim de criar um quadro científico de análise da regularidade desses fenômenos. As teorias



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

desenvolvidas por Durkheim dialogam com as ciências estabelecidas, como a biologia e a física, no que se refere a construção de um método e de técnicas, assim como categorias de análises.

A construção de uma ciência voltada para os problemas do ser humano viria a ser questionada um século depois. Fourez destaca que “o objeto de uma disciplina não existe, portanto antes da existência dessa própria disciplina” (FOUREZ, 1995, p. 106).

Outros modelos teóricos também vão orientar o desenvolvimento das ciências humanas, sendo impossível trabalhar esse tema sem remeter-se ao Materialismo Histórico de Karl Marx e Friedrich Engels, que vai revolucionar todo o sistema intelectual da Alemanha no século XIX e influenciar as pesquisas em todos os campos das ciências humanas, no que se refere a uma abordagem do mundo contemporâneo e do valor trabalho, constituindo um paradigma para as disciplinas que constituem esse ramo da ciência.

As produções científicas incentivaram o desenvolvimento da humanidade, e como numa via de mão dupla a ciência desenvolveu-se ao passo da constituição da modernidade. Novas teorias de pensamento, constituíram novos modelos, que incorporados pela ciência produziram diversas disciplinas e impulsionaram novas pesquisas. O século XX vem marcado por novas transformações e entre elas o estruturalismo proposto por Lévi-Strauss, que de grande valia para a Antropologia analisa os fenômenos através de uma linguagem, uma coerência, uma lógica com tamanha complexidade e sofisticação que proporcionará uma compreensão singular dos sentidos e significados dos signos e símbolos em diversas relações sociais. O modelo estrutural vai ser utilizado em diversos outros ramos da ciência, e dará à luz a outros grandes modelos de pensamento utilizados pela ciência, como por exemplo Weber, Bourdieu e muitos outros grandes nomes das ciências humanas.

É importante observar que a consolidação da ciência, proporcionada pela legitimidade que lhe foi atribuída pelas sociedades modernas haja vista a comprovação das respostas propostas através da constituição de métodos, procedimentos e técnicas passíveis de verificação, produziu rupturas com as formas de conhecimento comuns. É exatamente essa ruptura que proporcionou o rigor científico característico do conhecimento elaborado pelas disciplinas científicas, levando a objetividade dotada de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

uma razão que fez com que a ciência se orientasse a construção intelectual das sociedades modernas.

### 3. DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO A TEORIA DA COMPLEXIDADE

A consolidação da ciência ao longo dos últimos séculos provocou, de certa forma devido a rigor dos métodos, uma hegemonia do conhecimento científico em relação a outros saberes que não possuem uma metodologia definida. Boaventura de Sousa Santos vem debatendo acerca da dominação científica, segundo ele:

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas (SANTOS, 2009, p. 21).

A hegemonia da ciência pode ter sido construída historicamente através do estabelecimento de “cultura científica”. Essa cultura não está apenas ligada aos resultados produzidos pela ciência, mas das posturas adotadas pela comunidade científica e as instituições sociais que essa comunidade pertence, que se estabeleceram ao longo do tempo.

Pierre Bourdieu entende que o campo científico, esfera onde a comunidade científica atua na sociedade, como qualquer outro campo é um lugar de disputas, e está sujeito a influência do modo econômico, da dominação política no qual está inserido. Estas disputas são determinadas basicamente pelo acúmulo de capital científico e pelo poder e legitimação social proporcionado pela autoridade científica.

O universo "puro" da mais "pura" ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas invariantes revestem formas específicas. (BOURDIEU, 1983, p.122).

Bourdieu coloca ainda que a autoridade dominante científica estabelece diversas estratégias para que o conhecimento produzido pela ciência oficial perpetue uma ordem científica, disseminada pelo sistema de ensino, em todos os níveis, porém principalmente pelo ensino de graduação e pós-graduação.

Esse conhecimento científico oficial e hegemônico dentro do campo científico, acaba por desconsiderar outras formas de conhecimento, ao invés de agregar esses



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

saberes, e torna-los inteligíveis e verificáveis através dos métodos científicos convencionais. A objetividade das ciências modernas torna passiva e desimportante os conhecimentos tradicionais, sendo que este tipo de conhecimento, segundo a objetividade da ciência e por não utilizar um método verificável, nem é classificado com a nomenclatura de conhecimento, mas apenas de saberes tradicionais. Segundo Fourez, “a feiticeira simboliza uma relação com “a natureza que é também temível e dotada de poder”. Ela se comunica com a Natureza” de maneira não racional, mas eficaz” (FOUREZ, 1995, p. 160).

Temos como problema não apenas a arrogância intelectual empreendida pela ciência oficial em relação a outras formas de conhecimento, mas a disciplinaridade que alicerça a ciência. Percebemos hoje que as especificidades desenvolvidas pela ciência estão de certa forma fragmentando o conhecimento em sua totalidade. Essas fragmentações propostas pela disciplinaridade acabam por limitar a abordagem aos objetos, causando um obscurantismo intelectual de certas perspectivas. “Não é próprio da cientificidade refletir o real, mas traduzi-lo em teorias mutáveis e refutáveis” (MORIN, 2010, p. 22).

A interdisciplinaridade surge nos remetendo a ideia de uma alternativa a fragmentação do conhecimento produzido pelas especificidades da ciência moderna, levando em consideração a complexidade dos problemas do cotidiano da vivência humana. Diferente de outras propostas, a interdisciplinaridade não propõe o fim dos modelos de pensamento ou a criação de uma nova super disciplina, mas a resolução de problemas concretos de forma neutra, não adotando os conflitos da comunidade científica na manutenção da ciência de forma tradicional, ou seja, produzir um debate intelectual mais abrangente, sem as limitações das disciplinas e seus ramos de estudo.

A teoria da complexidade vai desenvolver-se as margens da ciência e da comunidade científica, sendo ignorada por muitos pensadores e suas teses. A complexidade se estabelece como uma nova forma de encarar a ciência, haja vista que as especializações acabam por propor uma simplificação do objeto no que se refere as suas perspectivas, que acabam proporcionando um reducionismo. “Acreditamos que a complexidade deve ser o substituto eficaz da simplificação, mas que, como a simplificação, vai permitir programar e esclarecer” (MORIN, 2010, p. 176).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

A ciência moderna pautou-se na perspectiva de que a complexidade dos fenômenos poderia ser compreendida através da simplificação e da elaboração de leis gerais ou fatores que produzissem generalidades. Foram esses parâmetros que proporcionaram o desenvolvimento das ciências. Todavia, na atual conjuntura que se encontra as ciências onde a complexidade é encarada não como uma análise do todo, mas como um fator de dificuldade para a construção do conhecimento, traz à tona uma crise no sistema desenvolvido pela ciência. A teoria da complexidade vem com a finalidade de responder os problemas propostos de uma maneira que considere o todo em relação as partes e as partes em relação ao todo. Para isso se faz necessário a ruptura dos muros construídos pela disciplinaridade e a adoção de uma nova forma de fazer ciência.

#### 4. UMA CIÊNCIA PARA A AMAZÔNIA

A Amazônia antes mesmo de ser ocupada pelos colonizadores já havia sido idealizada em torno de um imaginário mítico, que aliado as impressões limitadas dos “devassadores”<sup>3</sup> europeus, criou uma série de estereótipos que negligenciaram a complexidade biológica e social desta região. Para Gondim (1994) a Amazônia é uma invenção europeia que alterna entre momentos de êxtase quando a percebemos como um paraíso na terra e de desespero quando encarada como o “inferno verde”.

Essa visão colonizadora da Amazônia transcende as barreiras do tempo e esses estereótipos acabaram por orientar as concepções de ciência produzidas em relação a região. Ciência qual foi norteada pela busca incessante de desenvolvimento, que atende aos interesses das instituições que dominam a comunidade científica e de certa forma desconsideraram as relações biossociais dos objetos estudados na Amazônia, sendo percebidos seus efeitos nos estudos científicos produzidos. Existe uma peculiaridade na definição sujeito/objeto quando se refere aos ecossistemas e sociedades da Amazônia. As pesquisas produzidas distanciaram essas vertentes acabando por afirmar a perspectiva colonizadora que percebe a Amazônia de acordo com seus interesses.

Para Batista (2007) se faz necessário a formação de uma consciência amazônica que integre a amazônia em um sistema de desenvolvimento que contemple não só as

<sup>3</sup> Termo utilizado por Djalma Batista na sua obra O Complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento ao se referir aos exploradores da Amazônia.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

sociedades, mas a relação entre sociedades e ecossistemas, em uma perspectiva real. Essa realidade só pode ser compreendida se considerada toda a complexidade do modo de vida do homem amazônico, em toda a sua diversidade, totalidades e particularidades.

Morin (2010) inspirado na teoria de Pascal propõe um novo paradigma para a ciência, que é impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, e conhecer o todo sem conhecer as partes. Isso ocorre primeiramente quando se considera a complexidade não como o sentido da palavra induz, algo difícil, confuso, indescritível, mas de poder encontrar explicações em princípios simples da vida cotidiana, se a estes forem atribuídos um olhar multifocal.

Morin explica acerca da complexidade:

É necessário interrogar-se sobre a carência de toda explicação que se baseia em simplificação de princípio. A complexidade não está na espuma fenomenal do real. Está em seu próprio princípio. O fundamento físico do que denominamos realidade não é simples, mas complexo. (MORIN, 2010, p. 272)

É necessário que a ciência produzida na Amazônia considere o que a teoria da complexidade sugere, o que grandes estudiosos da região perceberam em suas pesquisas, como Djalma Batista, Neide Gondim, dentre outras e outros. Se faz pertinente que a ciência cartesiana adote novas maneiras de produzir o conhecimento científico, não eliminando as disciplinas, mas fazendo com que elas produzam uma abordagem multifocal em torno de sujeitos e objetos de pesquisa, sendo que essa postura não neutraliza nenhum nem o outro mas corrobora com o entendimento das diversidades, biológicas e sociais, que fazem da Amazônia um lócus de conhecimento ainda pouco explorado, se considerarmos a produção de uma ciência para melhoria na qualidade de vida dos sujeitos que pertencem a essa realidade. Os saberes tradicionais estão carregados de conhecimento que precisam ganhar a luz do mundo, saberes quais já são explorados pelo capitalismo, mas a ciência ainda não encontrou meios de inseri-los nas categorias de conhecimentos válidos legitimados pela ciência.

A ciência cartesiana precisa sair da sua zona de conforto permeada pelos seus métodos e técnicas e resgatar a ousadia que a consolidou no século VII, com experiências e teses revolucionárias. Hoje o desafio da ciência é adotar uma postura dialógica, que perceba que uma perspectiva interdisciplinar pode religar os fragmentos do conhecimento





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

produzidos pelas especificidades. Esse desafio é mais latente quando a ciência se depara com a tarefa de compreender uma diversidade tão grandiosa como a da Amazônia.

## 5. CONSIDERAÇÕES

A ciência de modo geral, e principalmente a ciências empenhadas a compreender os fenômenos da Amazônia necessitam que as áreas do conhecimento que as compõem dialoguem e considerem a complexidade dos fatores sociais e naturais que constituem essa região. Para isso, os pesquisadores precisam reformar o pensamento científico, repensando o tecnicismo que a ciência moderna adotou em seus procedimentos na maneira de produzir o conhecimento e considerar uma série de saberes oriundos das populações tradicionais da Amazônia e suas relações com a natureza no que se refere ao seu modo de vida.

A proposta não é criar uma nova ciência para estudar a complexidade da Amazônia, mas fazer com que a ciência que hoje se apresenta através dos seus métodos de abordagem, das suas delimitações de ramos de atuação, dos seus instrumentais técnicos, possam fazer uma ciência, que obtenha uma nova perspectiva na maneira de fazer ciência e considere as diversidades da Amazônia de modo que as pesquisas possam resolver os problemas dos sujeitos que a compõem e causem uma ruptura na ciência desenvolvimentista que aqui vem se fazendo há bastante tempo. Esse desenvolvimentismo ainda é fruto de uma visão colonizadora historicamente construída e assimilada pela ciência cartesiana.

Cabe aos novos pesquisadores desenvolver uma nova forma de fazer ciência na Amazônia, nos colocando como parte do processo, não adotando uma postura excludente que remete o sujeito amazônico a uma condição de marginalidade. É preciso fazer ciência com responsabilidade social, compreendendo a Amazônia de uma perspectiva que contemple a multiplicidade e complexidade dos agentes, perspectiva essa apenas alcançada pela interdisciplinaridade.

## REFERÊNCIAS:

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento. 2ª ed. Manaus: Valer, Edua e Inpa, 2007.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

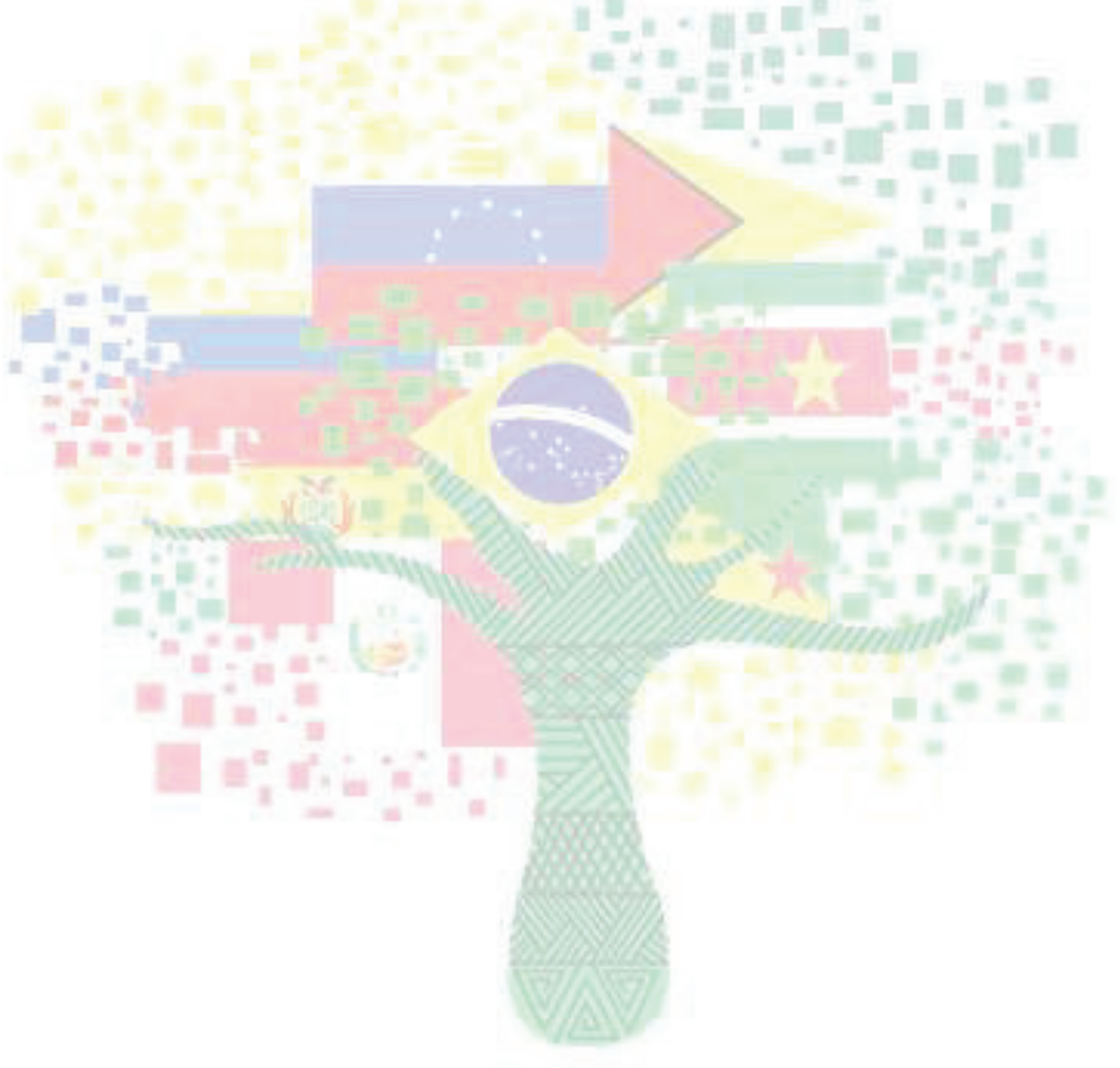
BOURDIEU, P. O Campo Científico. In: Ortiz, Renato (org.). Coleção Grandes Cientistas Sociais, n 39, Editora Ática, São Paulo, 1983.

FOUREZ, Gérard. A construção das ciências: Introdução à filosofia e a ética das ciências. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

GONDIN, Neide. A invenção da Amazônia. São Paulo: Marco zero, 1994.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice S. Dória. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2009.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## DIMENSÕES DO DIREITO EM FACE AOS FATOS E FENÔMENOS DO GENOCÍDIO, DA GRILAGEM E DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL INDÍGENA: QUESTÕES DA CULTURA E DO PODER NA AMAZÔNIA.

Bianor Saraiva Nogueira Júnior<sup>1</sup>  
 Marilene Corrêa da Silva Freitas<sup>2</sup>

**RESUMO:** Grilagem, genocídio e impacto ambientais são problemáticas recorrentes no cotidiano e na historicidade dos povos indígenas. A gestão dessa problemática pelo direito envolve conhecimento e práticas Interdisciplinares e elementos sócio-culturais e históricos. Os fenômenos e os fatos que envolvem a grilagem, o genocídio e os aspectos ambientais ilustram situações de conflito e relações de poder no mundo rural e da floresta que envolvem a segurança e a autonomia e os mecanismos de proteção aos grupos humanos tradicionais. A questão fundiária neste nível envolve dimensões de cultura e das relações poder que reorganizam a disciplina do direito e das providências jurídicas em contínua relação com história e Sociologia.

**Palavras chave:** Direito; genocídio indígena; grilagem; cultura.

**ABSTRACT:** Land grabbing, genocide and environmental impact are problematic recurring in daily life and in history of indigenous peoples. The management of this problem involves the right knowledge and interdisciplinary practices and socio-cultural and historical elements. The phenomena and the facts surrounding the illegal occupation, genocide and environmental aspects illustrate conflict and power relations in the countryside and the forest surrounding the security and autonomy and protection mechanisms for traditional human groups. The land issue at this level involves dimensions of culture and power relations that reorganize the discipline of law and legal provisions in continuous relationship with history and sociology.

**Keywords:** Right; indigenous genocide; land grabbing, culture.

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Mestre em Direito Ambiental pela UEA, Professor do Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Professor do curso de Pós-Graduação em Direito Público da ESA/OAB/AM-UEA, Procurador Federal da Procuradoria-Geral Federal - PGF/AGU.

<sup>2</sup> Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas UFAM. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas desde 1979. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas - UNICAMP; Mestre em Sociologia Política pela PUC SP; Pós-doutorado em Sociologia e Cooperação Internacional pela *Université de CAEN* e Unesco.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## O PROBLEMA

*Prius*, a grilagem, genocídio e impacto ambientais são problemáticas recorrentes no cotidiano e na historicidade dos povos indígenas, no Brasil tem atenção devida pela sociedade e pelo Estado? A gestão dessa problemática pelo direito envolve conhecimento e práticas Interdisciplinares e elementos sócio-culturais e históricos?

Pode-se afirmar que até hoje não há por parte da academia um enfrentamento sobre esses problemas, em seus aspectos mais profundos, de sorte que surge a necessidade de uma imersão no campo da interdisciplinaridade para apresentar uma argumentação teórica consistente.

À essa provocação acadêmica deve haver um aprofundamento da análise dos fenômenos sociais e suas consequências para os outros ramos do saber, dentro os quais se aplica ao direito, como ciência que tem o condão de regular as relações e condutas no âmbito da sociedade, como o desiderato de promover o bem estar social, e uma dimensão de fraternidade e solidariedade componentes da dignidade da pessoa humana.

### A grilagem

Historicamente a expressão grilo, fora utilizada para definir as terras apropriadas e registradas ilegalmente, advém de antigo estratagema, qual seja, dar a documentos novos a aparência de velhos.

Assim, os grileiros, fraudadores de títulos de registro imobiliários colocavam os falsos documentos recém elaborados em uma caixa ou gaveta juntamente com diversos grilos, fechando-a em seguida. Passado algum tempo, tais documentos já apresentavam manchas, dando aparência



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

envelhecida aos papéis, decorrentes dos dejetos dos insetos, além de ficarem corroídos nas bordas e com pequenos orifícios na superfície.

Como corolário, o exemplo susomencionado faz parte de uma conduta, que se coaduna com instrumentos atuais mais sofisticados, inclusive com a utilização da rede mundial de computadores como vitrine, para “vender” extensas áreas de terras griladas na Amazônia.

### O genocídio e etnocídio dos autóctones

Fazendo uma imersão interdisciplinar e recorrendo ao conhecimentos da História podemos afirmar que a expansão colonial no século XIX, especialmente no que pertine à história da constituição dos impérios coloniais pelas grandes potências europeias, está cheia de massacres deliberados de populações nativas/autóctones. No entanto, por sua extensão continental, pela amplitude da queda demográfica que provocou, é o genocídio de que foram vítimas os indígenas/autóctones americanos o que mais chama a atenção, já denunciado por Bartolomé de Las Casas.

E mais, considerando a invasão da América em 1492, implantou-se uma política de extermínio dos índios/autóctones. E lamentavelmente essa matança continua a ser praticada ao longo da grande floresta amazônica, onde subsistem as últimas tribos denominadas de “selvagens”.

Noutro giro, oportuno salientar que o termo genocídio remete à ideia de "raça" e ao desejo de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens, como o genocídio, e sim para a **destruição de sua cultura**. Desse modo, o etnocídio, é a destruição sistemática de modos de vida e de pensamento de povos diferentes daquelas que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

empreendem essa destruição. Inisto é, o genocídio extermina os povos inteiros em seus corpos e o etnocídio os desintegra em seu espírito, sua cultura.

No fundo tanto o genocídio como o etnocídio tem em comum uma visão idêntica do Outro, qual seja, o Outro é a diferença, porém é sobretudo a má diferença.

Pois o genocida almeja negar a diferença, de sorte a exterminar os outros porque eles são absolutamente maus. Já em sede de etnocídio, admite-se a relatividade do mal na diferença, de tal modo que os outros afiguram-se como maus, contudo pode-se melhorá-los obrigando-os a se transformar (paradigma da integração) até que se tornem, tanto quanto possível, iguais ao padrão ao que lhes é proposto, que lhes é imposto, pelo denominada sociedade envolvente.

#### O PAPEL DO DIREITO PARA APONTAR CAMINHOS

Do mesmo modo, há que se ter em vista que, quanto a aplicação do Direito em pleno século XXI, o dever de considerarmos especialmente o momento ideal de reflexão e incorporação da ética em todas as dimensões da vida humana, isto é, no trato das questões atinentes ao direito indígena/autóctone.

Insere-se nesta forma de considerar a evolução da justiça e do Direito para oferecer outras opções de proteção aos indígenas/autóctones, de tal modo que os abriguem junto da percepção do direito a dignidade da pessoa humana, de sorte a buscarmos respostas criativas da ciência jurídica



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

apta a desvincular-se da adstrição por vezes nociva do positivismo jurídico.<sup>3</sup> Positivismo este que, por vezes, engessa a dimensão da dinâmica inerente a qualquer ciência, como é o Direito.<sup>4</sup>

No Estado do Amazonas as peculiaridades concernentes aos aspectos da formação da propriedade e a sua disposição fundiária complexa tem como elemento determinante a constatação de que a maior parte do território do Estado do Amazonas<sup>5</sup> com área de 1.570.745,680 km<sup>2</sup> pertencer à União federal, ao contrário de outros Estados do Brasil.

A questão indígena está ligada fortemente ao debate sobre a organização do território, estando ambas as expressões por vezes mescladas por entendimentos de políticas imediatistas. Emergindo daí a necessidade da compreensão da singularidade apontada acima utilizando-se da ciência jurídica para concatenar um conjunto de ideias e proposições acerca do tema.

Quanto a visão geral do pensar o Direito observamos a imensa contribuição de muitos pensadores clássicos, isto é, os grandes filósofos do Direito<sup>6</sup>.

É certo que a ideia de Direito e a ideia de Estado estão intimamente ligados, pois “não há Estado sem Direito nem Direito sem Estado.”<sup>7</sup> No entanto, não podemos deixar de olvidar que em se tratando da ciência do Direito<sup>8</sup> devemos evitar no presente trabalho, o que poderia

3 SOUZA JÚNIOR, José Geraldo. **O Direito Achado na rua: terra, trabalho, justiça e paz. Introdução crítica ao Direito Agrário.** Vol. 03. São Paulo: Ed. UnB, 2002, pp. 25-26.

4 Para saber mais sobre os vários aspectos do positivismo jurídico consultar BOBBIO, Norberto. **O Positivismo Jurídico.** São Paulo: Editora Ícone, 1999.

5 Dados do IBGE; vide site <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>; acessado em 26-1-2007.

6 Para um aprofundamento mais acurado do tema ler MORRIS, Clarence (Org.). **Os Grandes Filósofos do Direito.** 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

7 CARNELUTTI, Francesco. **Como Nasce o Direito.** 2ª edição. São Paulo: Russell Editores Ltda, 2005, p. 53.

8 É oportuno citar a concepção de CARNELUTTI, quando discorre que, para entender o que seja o valor do Direito utiliza-se do exemplo de dois lados da ponte “a esquerda da ponte a terra chama-se, pois, economia. O homem mais forte, que deixa o sustento para o mais fraco, qualifica-se, pelo contrário, *homo moralis*, que não pode separar o bem próprio dos demais. À direita da ponte o nome da terra é moralidade. Dois opostos, que podemos representar com as figuras expressivas do lobo e o cordeiro: *homo homini lupus* e *homo homini agnus*. A humanidade não pode transpor o abismo que separa as duas margens, sem uma ponte estendida de uma à outra. Esta ponte atrevidíssima toma o nome de direito. Precisamente, uma linha



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

caracterizar-se numa dependência intelectual, evitando a todo custo a suscetibilidade de nosso pensamento e sentimento, apenas e tão somente à influência da lei morta e infecunda, como se fosse a uma peça inanimada, sem vontade ou sentimento afastando o próprio pensar.

Temos a obrigação de exigir de uma ciência, como a ciência do Direito, a capacidade **crítica** e um pensamento próprio, interdisciplinar por excelência, até mais que outras ciências, devemos buscar sua exata dimensão.<sup>9</sup> Como dito na introdução, não podemos nos deixar envolver nesta dissertação de mestrado pelo positivismo fechado, pois tal positivismo se afigura como inimigo mortal da ciência do Direito, sufocando toda ciência,<sup>10</sup> o que é inadmissível.

Assim, considerando que o estudo que ora apresentamos pertencer à ciência jurídica, o que implicar em cogitar também num enfoque epistemológico. E não é demais lembrar que em se tratando de episteme, que na filosofia grega, especialmente no platonismo, representava o conhecimento verdadeiro, de natureza científica, em oposição à opinião infundada ou irrefletida.

Por seu turno, no pensamento de Foucault<sup>11</sup> (1926-1984), a episteme representava o paradigma geral segundo o qual se estruturam, em uma determinada época, os múltiplos saberes científicos, que por esta razão compartilham, a despeito de suas especificidades e diferentes objetos, determinadas formas ou características gerais.

---

reta, que une dois pontos. Segue divagando o citado autor valendo salientar a seguinte passagem: “É isto, então, o direito? E é este o juriconsulto que quer saber o que o direito? Não sabe afinal, nada de preciso. Expressa-se, em suma, mais como um poeta do que como um douto. Justamente aqui está a diferença entre minha juventude e minha velhice de juriconsulto. O jovem tinha fé na ciência; o velho a perdeu. O jovem acreditava saber; o velho sabe que não sabe E, quanto ao saber junta-se o saber que não se sabe, então a ciência se torna poesia. O jovem contentava-se com o conceito científico do direito; o velho sente que neste conceito perde-se seu impulso e seu drama e, portanto, sua verdade. O jovem queria que os contornos cortantes da definição; o velho prefere os matizes do paralelo. O jovem não acreditava senão no que via; o velho só acredita no que não se pode ver; O jovem estava à esquerda; o velho passou para a direita da ponte. E para representar esta terra, onde os homens se amam e, amando-se, conseguem a liberdade, também não serve a poesia; o juriconsulto gostaria de ser músico para fazer com que os homens sintam este encanto.”

9 CARNELUTTI, Francesco. **Arte do Direito (Seis Meditações sobre o Direito)**. 2ª edição. São Paulo: Âmbito Cultural Edições Ltda, 2001, p. 21.

10 VON IHERING, Rudolf. **É o Direito uma ciência**. 1ª edição. São Paulo: Ed. Rideel, 2005, pp. 56/57.

11 Para entender mais o pensamento de Michel Foucault sobre a modificação que o regime de propriedade e posse sofreram no período do feudalismo, ler a obra **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1986.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Desse modo, o surgimento de uma nova episteme estabelece uma drástica ruptura epistemológica que abole a totalidade dos métodos e pressupostos cognitivos anteriores, o que implica uma concepção fragmentária e não evolucionista da história da ciência.

A episteme pode e deve ser gizado no trabalho que se apresenta, especialmente levando-se em conta não apenas a ideia de oposição ferrenha à opinião infundada ou irrefletida, mas considerando também a realidade vivida na prática, nos saberes tradicionais originados da experiência e especificidades de nossa região, afastando a ortodoxia do denominado *doxa*<sup>12</sup>.

A interdisciplinaridade é ínsita à ciência de sorte que é mister que o estudioso do Direito tenha esta visão crítica e abrangente<sup>13</sup>, não se atendo apenas e tão somente ao estudo normativista<sup>14</sup> puro, mas aprofundando-se de sorte a considerar também os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, e investigando sem amarras o que toda ciência pode propiciar, ou seja, o conhecimento amplo, assumindo dessa forma uma verdadeira função recriadora do Direito na sociedade.

O direito é um dinamismo, pois o existe em razão da sociedade e não o contrário, representa um nível de realidade social. E a realidade social representa o momento presente, ou seja, a vida, e a vida sempre está em movimento.<sup>15</sup>

12 Na filosofia clássica o *doxa* se traduz no sistema ou conjunto de juízos que uma sociedade elabora em um determinado momento histórico supondo tratar-se de uma verdade óbvia ou evidência natural, mas que para a filosofia não passa de crença ingênua, a ser superada para a obtenção do verdadeiro conhecimento. Todavia, trata-se da busca incessante da verdade, da representação do real, ou seja, afigurando-se no que denominamos de ciência viva.

13 Para saber mais sobre o pensamento crítico concernente à ciência jurídica ver a obra de MIAILLE, Michel. **Introdução Crítica ao Direito**. Lisboa: Editora Estampa, 1.994.

14 Para Bobbio “o termo “direito”, na mais comum acepção de Direito objetivo, indica um tipo de sistema normativo, não um tipo de norma”. In BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 10ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p.31.

15 GRAU, Eros Roberto. **Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito**. 3ª edição: São Paulo: Malheiros, 2005, pp. 124-125.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

O exercício da reflexão deve estar o obrigatoriamente presente na mente naqueles em que se ocupam em operar o Direito, e como assevera Eros Roberto Grau:

Note-se bem que não estou a referir, neste ponto de minha exposição, o método clássico e um outro, mais recente, de interpretação, porém ideologias contemporâneas, que se reproduzem nos dias de hoje, a primeira delas com muito, mas muito, maior intensidade| mesmo do que a segunda. Não posso deixar de registrar, a propósito, o quão assustadora me parece a segurança dos que não são afeiçoados ao hábito da reflexão e, sem qualquer constrangimento, se permitem pronunciar conferências exclusivamente repetitivas do que se escrevia sobre o tema há mais de 100 anos, diante de auditórios freqüentados por aparvalhados apedeutas... A ignorância é, seguramente, a mãe da tranquilidade e da paz intelectual.<sup>16</sup>

A consequência lógica desse entendimento se reflete nos mais diversos aspectos práticos atinentes à consecução do princípio da justiça social inserto na definição da reforma agrária para a evolução de uma sociedade, dentre o quais destacamos a forma ocupação, **grilagem de terras**, **questões de ordem ambiental**, regularização fundiária em terras públicas sob os auspícios da União federal e de seus beneficiários da reforma agrária.

#### 4. A GRILAGEM DE TERRAS PÚBLICAS E A QUESTÃO INDÍGENA/AUTÓCTONE

16 Idem, p. 120.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Em princípio é de se indagar o que tem haver a prática de grilagem de terras públicas e a questão indígena, ou melhor dizendo autóctone?

E a resposta é bem simples, tem tudo a ver, considerando que o ordenamento fundiário está diretamente relacionado ao modo de ocupação de terras e sua correta utilização, sendo sabido que a propriedade deve cumprir sua função social, estando inserida aí a questão ambiental.

O princípio da função social da propriedade no Direito moderno é imposta à exploração econômica do espaço rural, isto é, da propriedade agrária.<sup>17</sup> No Brasil, bem como no ordenamento jurídico de outros países, está inclusa a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente como um dos elementos de qualidade que caracteriza o direito de propriedade do imóvel rural. E mais, esse fator além de outros, imprime a denominada funcionalidade da propriedade agrária, segundo expõe Juan Jose Sanz Jarque.<sup>18</sup>

Por sua própria dimensão e importância o meio ambiente veio a tornar-se um elemento de extrema importância dentro do direito indígena, pois a regulamentação da terra está estreitamente ligada às riquezas da natureza, considerando que a flora, fauna, terra, água, ar, compõe todo o processo de produção agrária, exaltando o direito de o homem dispor de alimentos saudios e ecologicamente corretos.

Octávio Mello Alvarenga adverte que na propriedade da terra, existem três elementos, a saber: o proprietário, o objeto apropriado e o conjunto de três fatores: a produção, a estabilidade e o desenvolvimento.<sup>19</sup> Quadra registrar que a Constituição de 1988 dispõe de tal conceito em

17 COSTA, José Marcelino M. da. “Impactos econômico territoriais do atual padrão de ocupação da Amazônia”. In Amazônia: desenvolvimento ou retrocesso. Coord. José Marcelino Monteiro da Costa. Belém, CEJUP, 1992 (Coleção Amazônia, 2), p. 95.

18 SANZ JARQUE, Juan Jose. **Derecho agrário**. Madrid: Fundacion Juan March, 1975, p. 102 e segs.

19 ALVARENGA, Octávio Mello. **Política e desenvolvimento agroambiental: comentários a nova lei de reforma agrária (Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993)**. Rio de Janeiro, Forense, 1995, p. 131.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

seu art. 186, colocando que a função social da propriedade é cumprida quando o proprietário atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei, aos requisitos de aproveitamento racional e adequado (inciso I), utilização racional dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente (inciso II), observância das disposições que regulam as relações de trabalho (inciso III), e exploração que favoreça o bem estar do proprietário e dos trabalhadores (inciso IV).

Desse modo, nos referidos incisos I e II depreende-se a leitura constitucional da função ecológica da propriedade agrária, e através dela exige-se do proprietário uma postura não apenas de abstenção de prática de atos predatórios ao ecossistema como também a atuação positiva de atos que assegure o aproveitamento racional e adequado do solo rural e a utilização racional dos recursos naturais disponíveis.

Ademais, a prática da grilagem apenas forja mais mazelas sociais considerando ainda outras questões na região envolvendo a evolução demográfica, qualidade de vida e desmatamento na Amazônia.<sup>20</sup>

O respeito às diferenças dos grupos sociais, em especial os povos indígenas/autóctones, que habitam há tempos imemoriais a região e que são prejudicados pela grilagem de terras, faz inibir a noção de alteridade que deve ser posta de forma contundente de sorte a ser reconhecida a pluralidade, que faz parte do contexto democrático.<sup>21</sup>

Assim, se a propriedade é ilegal através da prática da grilagem o meio ambiente ficará mais ameaçado sob todos os pontos de vista.

20 SAWYER, D. **Evolução demográfica, qualidade de vida e desmatamento na Amazônia.** In: Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia. Brasília: MMA, 2001, p. 436.

21 JELIN, Elisabeth. **“Cidadania e Alteridade: o reconhecimento da pluralidade”** in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº. 24, 1996, pp. 15-25.



## 5. O ESTADO DO AMAZONAS COMO GRANDE PALCO DE GRILAGEM

A grilagem de terras, cuja expressão “grilar, fazer títulos falsos de terra”, (Houass, A. *Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ed. Objetiva, 2005), constitui num fenômeno que se verifica com frequência no Estado do Amazonas e que repercute intensamente modo negativo na sociedade. Ora, se vivemos numa democracia que é idealmente o governo do poder visível, ou do governo cujos atos se desenvolvem em público, sob o controle da sociedade,<sup>22</sup> esta então, deve participar ativamente da reforma agrária, leia-se proteção do patrimônio público.

Nos últimos dez anos em apenas um terço do Estado, foram cancelados cerca de 48.478.357,58 milhões de hectares, consoante Relatório da Corregedoria do Estado do Amazonas, conforme Relatório das Correções Extraordinárias nos Registros de Terras no Estado do Amazonas.<sup>23</sup>

Diante da ostensiva atividade de grileiros no Amazonas foram baixados Provimientos no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas, cancelando os registros de imóveis rurais identificados como vinculados a títulos inexistentes, ou nulos, de pleno direito, nas Comarcas de Lábrea (8.007.098,000 ha), Borba (1.391.134,200 ha), Canutama (10.343.351,330 ha), Manicoré (682.657,520 ha), Beruri (355.286,127 ha), Tapauá (7.799.644,130 ha), Carauari (646.136,720 ha), Humaitá (51.735,940 ha), Novo Aripuanã (10.405.081.868 ha), Boca do Acre (2.921.591,546 ha), Eirunepé (4.445.004,283 ha), Envira (156.499,000 ha), Ipixuna (9.999,980 ha) e Pauini (1.263.136,914 ha), perfazendo um total de **48.478.357,558 hectares** de terras que foram devolvidos ao patrimônio fundiário federal no Estado do Amazonas.

22 BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise*. 4ª edição. Brasília: Ed. UnB, 1999, p. 208.

23 Vide publicação da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Também é importante consignar que as irregularidades registraes detectadas se deram, basicamente, sob três formas distintas.

A primeira, presumidamente, através de conluio com o registrador da Comarca onde se localizava o imóvel, o interessado fazia o registro de determinado imóvel rural, com base em simples declaração de posse, já que não dispunha de título legítimo de propriedade do imóvel levado a registro, comprovado através de cadeia dominial regular, iniciada com um título originário outorgado pela pessoa jurídica de direito público interno titular do domínio das terras devolutas onde o mesmo estivesse situado.

A segunda, muito embora existindo título originário legítimo de propriedade, através de simulações e artifícios fraudulentos, a área original do imóvel rural ia sendo significativamente ampliada, e, por descaso, ingenuidade ou má-fé do oficial registrador, novos registros eram feitos, aparecendo o imóvel com uma área cada vez maior, se comparada com a do registro anterior, e, muito especialmente, em relação à área indicada no título originário de propriedade.

A terceira via, se materializava através da parte interessada, que de posse de planta de situação de determinado imóvel rural, por ela própria elaborada, requeria ao registrador a retificação da área do imóvel, e, com esse artifício, a propriedade tinha a sua área excessivamente ampliada, se comparada com a indicada no registro anterior.

É de extrema importância ressaltar que alguns registros de imóveis rurais, em várias Comarcas do interior do Estado do Amazonas, foram feitos, nas décadas de 60/70, com arrimo em decisões proferidas em ações de usucapião e ações demarcatórias que tramitaram como se fossem relativas a terras particulares, mas que incidiam sobre terras públicas integrantes do patrimônio fundiário da União Federal, com a agravante de que não foram observados os procedimentos legais previstos para a ação de usucapião e demarcação de terras particulares, como a intimação dos confinantes, dos representantes das fazendas públicas (federal, estadual e municipal) e do Ministério Público. Sendo que algumas dessas sentenças foram anuladas, à época,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

pelo extinto Tribunal Federal de Recursos, acolhendo recurso voluntário da União Federal, e, estranhamente, essas decisões do TFR não foram cumpridas, com o efetivo cancelamento do registro imobiliário das Comarcas de origem desses imóveis.

Verifica-se que em algumas das glebas rurais que tiveram seus registros imobiliários cancelados, os pseudo proprietários mantêm atividades extrativas e posse direta, pelo menos em parte da área total irregularmente registrada, inclusive, como cadastramento da posse para fins de lançamento do Imposto Territorial Rural (ITR), de competência da União federal, porém tal circunstância fática, por si só, não tem o efeito de conferir o status de proprietário a tais posseiros.

Insta salientar, que a ação inibidora da prática de grilagem no Estado do Amazonas fora provocada pela Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA no Estado do Amazonas, à época, e uma vez identificadas essas irregularidades, a Corregedoria amazonense apenas deu cumprimento às referidas decisões da Superior instância.

## 6. DA CRÍTICA À CONDUTA, À ÉPOCA, PRATICADA PELO CONSELHO DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO AMAZONAS -TJ/AM

Infelizmente, na prática, constatamos que, embora houvesse toda a gama de precedentes de prática de grilagem no Estado do Amazonas, em alguns casos, o procedimento adotado pelo Conselho da Magistratura do Estado do Amazonas, tem sido realizado contrário à lei, e, curiosamente, contra atos anteriores chancelados pela própria Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas, dando guarida a casos de grilagem de terras públicas federais, o que mereceu uma rigorosa interferência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no âmbito de sua competência constitucional, de sorte a repor a normalidade jurídica no Estado.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

O fato é que o referido Conselho da Magistratura estadual estava reativando matrículas e registros, através de recursos administrativos intentados por pessoas que se diziam “proprietárias” de imóveis grilados e cancelados anteriormente pela própria Corregedoria Geral do TJ/AM através de Provimentos<sup>24</sup> retrocitados, oriundos de um trabalho de combate a prática da grilagem, encetada pela Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA no Estado do Amazonas.

Ora, o art 1º da Lei N.º 6.739, de 05 de dezembro de 1979 diz textualmente que “a requerimento de pessoa jurídica de direito público ao corregedor-geral da justiça, são declarados inexistentes e cancelados a matrícula e o registro de imóvel rural vinculado a título nulo de pleno direito, ou feitos em desacordo com os artigos 221 e segs. da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n.º 6.216, de 30 de junho de 1975. Diga-se, regra até então insuficiente para proteger o patrimônio da União, considerando a grande incidência de grilagem na região amazônica.

Observa-se que pela lei supra a competência era da Corregedoria de Justiça estadual para apreciar a matéria no âmbito administrativo, mas na prática, constatou-se que tal competência legal não bastava em si mesma, haja vista a grilagem contumaz.

## 7. A NECESSIDADE DE MUDANÇA DA LEI FEDERAL PARA COMBATER A PRÁTICA DA GRILAGEM

24 No relatório constante do pedido de providências, processo nº: 239 tendo como requerente a Procuradoria Federal especializada junto ao INCRA no estado do Amazonas - Procuradoria Geral Federal - Advocacia Geral da União e como requerido o Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas tendo como relator o e. Conselheiro Paulo Schmidt, reza o seguinte: “(...) 2. Sustenta que o caso em exame foi objeto de investigação pela CPI de Terras Públicas na Amazônia, atestando cópia em anexo aos autos. Ainda assim, teria o Conselho do Tribunal de Justiça do Amazonas concedido, em sede administrativa, decisões anulando os Provimentos 13/2001, 14/2001 e 17/2001 da Corregedoria-Geral de Justiça do mesmo Tribunal, que cancela os registros e as matrículas irregulares referentes aos seguintes imóveis rurais: (...)”





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Portanto, em virtude do grande volume de grilagem na região, e com o desiderato de obstar tal prática ilícita, fora editada a Lei federal N.º 10.267, de 28 de agosto de 2001 que, dentre outras inovações dispôs em seu art. 4º que a referida Lei n.º 6.739, de 05 de dezembro de 1979, passa a vigorar acrescida dos arts. 8º A, 8º B e 8º C.<sup>25</sup>

25 “Art. 8º A. A União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município prejudicado poderá promover, via administrativa, a retificação da matrícula, do registro ou da averbação feita em desacordo com o art. 225 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, quando a alteração da área ou dos limites do imóvel importar em transferência de terras públicas.

§ 1º O Oficial do Registro de Imóveis, no prazo de cinco dias úteis, contado da prenotação do requerimento, procederá à retificação requerida e dela dará ciência ao proprietário, nos cinco dias seguintes à retificação.

§ 2º Recusando-se a efetuar a retificação requerida, o Oficial Registrador suscitará dúvida, obedecidos os procedimentos estabelecidos em lei.

§ 3º Nos processos de interesse da União e de suas autarquias e fundações, a apelação de que trata o art. 202 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, será julgada pelo Tribunal Regional Federal respectivo.

§ 4º A apelação referida no § 3º poderá ser interposta, também, pelo Ministério Público da União.

Art. 8º B. Verificado que terras públicas foram objeto de apropriação indevida por quaisquer meios, inclusive decisões judiciais, a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município prejudicado, bem como seus respectivos órgãos ou entidades competentes, poderão, à vista de prova da nulidade identificada, requerer o cancelamento da matrícula e do registro na forma prevista nesta Lei, caso não aplicável o procedimento estabelecido no art. 8º A.

§ 1º Nos casos de interesse da União e de suas autarquias e fundações, o requerimento será dirigido ao Juiz Federal da Seção Judiciária competente, ao qual incumbirão os atos e procedimentos cometidos ao Corregedor Geral de Justiça.

§ 2º Caso o Corregedor Geral de Justiça ou o Juiz Federal não considere suficientes os elementos apresentados com o requerimento, poderá, antes de exarar a decisão, promover as notificações previstas nos parágrafos do art. 1º desta Lei, observados os procedimentos neles estabelecidos, dos quais dará ciência ao requerente e ao Ministério Público competente.

§ 3º Caberá apelação da decisão proferida:

I – pelo Corregedor Geral, ao Tribunal de Justiça;

II – pelo Juiz Federal, ao respectivo Tribunal Regional Federal.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Assim, contrariando a lei federal supra o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, através de seu Conselho da Magistratura estadual, prolatou, em procedimento administrativo, decisão para emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR.

Ora, a susomencionada Lei federal n.º 10.267/2001 que disciplina o procedimento correto para o questionamento da matéria, *i. e.*, aquele que tiver cancelado a sua matrícula é obrigado, pela lei nova, a propor o procedimento na Justiça Federal ou, sendo ato de autarquia federal deve, então, questioná-lo na Justiça Federal, órgão judicial, constitucionalmente competente, para apreciar a demanda.

A decisão em contrário do referido Conselho de Magistratura Estadual infringiu ainda, a Constituição Federal que, no art. 109, inciso I, estabelece a competência da Justiça Federal para apreciar as causas cuja interessada seja a União ou suas autarquias.

## 8. AÇÃO DA PGF JUNTO AO CNJ

A Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA no Estado do Amazonas, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, vinculada a Advocacia Geral da União, acionou o Conselho Nacional de Justiça - CNJ para conhecimento e providências de alçada<sup>26</sup>, dos

---

§ 4º Não se aplica o disposto no art. 254 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a títulos que tiverem matrícula ou registro cancelados na forma deste artigo.

Art. 8º C. É de oito anos, contados do trânsito em julgado da decisão, o prazo para ajuizamento de ação rescisória relativa a processos que digam respeito a transferência de terras públicas rurais.” (grifamos)

26 A propósito, vide o pedido de providências no CNJ, **processo nº 239** tendo como requerente a Procuradoria Federal especializada junto ao INCRA no estado do Amazonas - Procuradoria Geral Federal - Advocacia Geral da União e como requerido o Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas tendo como relator o e. Conselheiro Paulo Schmidt.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

documentos concernentes à decisão de recurso em processo administrativo do Conselho da Magistratura estadual, onde se constatara que o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas teria dado guarida a notórios casos de grilagem de terras públicas federais no Estado do Amazonas.

Salienta-se que o presente caso foi objeto, inclusive de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI de Terras Públicas na Amazônia.

Desse modo, o pedido de providências da Procuradoria Federal Especializada para o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, surtiu o efeito desejado em decisão unânime, no sentido de recompor a normalidade jurídica e combater efetivamente a prática da grilagem de terras públicas federais.

E muito embora haja uma gama de precedentes de prática de grilagem no Amazonas, diante do que o Estado brasileiro tomou várias iniciativas para proteger o patrimônio público, o Conselho Nacional Justiça concluiu que a decisão administrativa adotada pelo Conselho da Magistratura do Estado do Amazonas ignorou essa realidade e os mecanismos legais criados, exatamente, para corrigir as ilegalidades e evitar novas fraudes. Em outras palavras, desafiou a Constituição, a lei e uma decisão judicial.

## 9. ESTARIA O JUDICIÁRIO É DESPREPARADO NA QUESTÃO INDÍGENA?

O ano de 2015 foi marcado por uma série de ataques aos direitos indígenas. Na Câmara, setores conservadores, liderados pela bancada ruralista, aprovaram projetos polêmicos, como a PEC 215, que retira do Executivo a exclusividade de demarcar terras indígenas, e uma CPI para investigar a atuação da Funai e do Incra.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

O governo federal, por sua vez, paralisou as demarcações de terras indígenas e, como consequência, assistiu ao acirramento de conflitos entre índios e fazendeiros, no Mato Grosso do Sul. Enquanto isso, no Judiciário se fortalece o controverso conceito jurídico do “marco temporal”, que barra o reconhecimento de terras indígenas não ocupadas por índios até a promulgação da Constituição.

Para a subprocuradora-geral da República, Déborah Duprat, este cenário seria ainda mais sombrio se não fosse a organização dos povos indígenas. Para Duprat, o País vive uma situação que é reflexo dos “traços de colonialismo” ainda presentes. Responsável por coordenar a 6ª Câmara do Ministério Público Federal (MPF), responsável por questões envolvendo populações indígenas e comunidades tradicionais, Duprat critica o “imobilismo” do governo federal na demarcação de terras, crê que a PEC 215 não tem chances de se tornar lei e propõe uma nova interpretação do “marco temporal” pelo Supremo, salientando que há muito pouca reflexão e interlocução do Poder Judiciário com movimentos indígenas e com áreas do conhecimento como a antropologia e a história, por exemplo. Ou seja de um conhecimento interdisciplinar.

#### Do caráter interdisciplinar

Assim, o direito pode ser colocado com uma ciência que tem objetivo final buscar a harmonia da convivência em sociedade, mas que obrigatoriamente tem que dialogar com outros ramos do conhecimento como a história, a antropologia e a sociologia, pois afiguram-se como indissociáveis.

Desse modo, podemos apreender que tais perspectivas devem ser elocubradas sob o ângulo científico, de sorte a explicitar e explicar como funciona a questão sob o ponto de vista teórico e interdisciplinar.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## 10. CONCLUSÃO

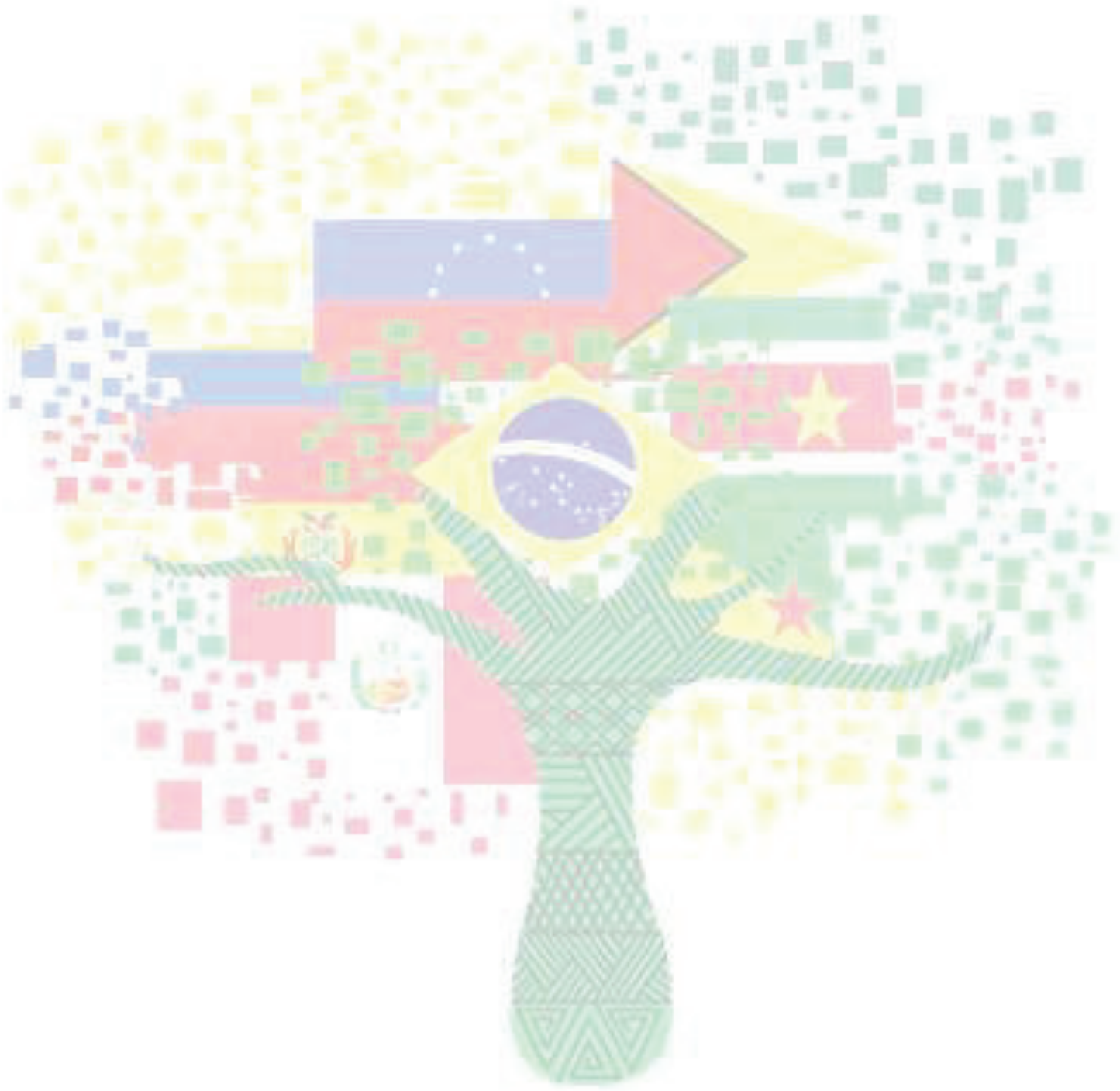
Concluimos ressaltando que diante da gravidade dos fatos que contrariam as leis N.º 6.739, de 05 de dezembro de 1979, Lei N.º 10.267, de 28 de agosto de 2001, além do art. 109, inciso I, da Lei Maior, e demais normas de regência, profliga-se o comportamento do Conselho da Magistratura estadual, no presente caso, conduta esta atacada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com o fito de que tais fatos e procedimentos lamentáveis consistentes numa verdadeira apologia ao crime de grilagem de terras públicas, não mais se repitam, tendo um caráter inclusive inibidor, para que os que tenham o desiderato de fazê-lo, não mais sequer cogitem em tal prática deplorável sob todos os pontos de vista.

A grilagem de terras públicas como fenômeno deve ser analisada à luz da interdisciplinaridade, haja vista que tal prática ilícita fomenta mais mazelas sociais considerando ainda outras questões especialmente afetas ao meio ambiente, bem como às relativas aos grupos sociais que habitam há tempos a região amazônica, especialmente no Estado do Amazonas, e que são prejudicados pela grilagem de terras, fazendo inibir a noção de alteridade que deve ser posta de forma contundente de sorte a ser reconhecida a pluralidade.

Desse modo, se a propriedade é ilegal através da prática da grilagem o meio ambiente ficará mais ameaçado sob todos os pontos de vista, prejudicando mais ainda os verdadeiros beneficiários de terras públicas no Estado do Amazonas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
Manaus - Amazonas





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. Teoría de los derechos fundamentales. 2ª edição. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2008.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas (Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro). 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ARAÚJO, André Vidal de. Introdução à Sociologia da Amazônia. 2ª edição. Manaus. Editora Valer, 2003.

ARENDDT, Hannah. Origens do totalitarismo (Antessemismo, Imperialismo, Totalitarismo). São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

AUGÉ, Marc. Não Lugares (Introdução a uma antropologia da supermodernidade), 9ª edição. Campinas-SP: Editora Papyrus, 2012.

BACHELARD, Gaston. O materialismo racional. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

BATISMA, Djalma. O complexo da Amazônia (A análise do processo de desenvolvimento), 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2007.

BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emílio F.; ALVES, Diógenes S. (Orgs.). Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação. São Paulo: Edusp, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. Indentidade. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: Formação Social e Cultural. 3ª edição. Manaus: Editora Valer, 2008.

BOAS, Franz. A mente do ser humano primitivo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

- BOAS, Franz. Antropologia Cultural. Rio De Janeiro: Editora Zahar, 2004.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Os herdeiros, os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de auto-análise. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. Introdução às línguas indígenas brasileiras. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico S.A., 1979.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Estudos sobre direitos fundamentais. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.
- CAPRA, Fritjof. Ponto de mutação. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.
- CARVALHO, José Barbosa de. Desmatamento, grilagens e conflitos agrários no Amazonas, Manaus: Editora Valer, 2010.
- CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. São Paulo: COSAC NAYFY, 2008.
- CORREA DA SILVA, Marilene. Metamorfoses da Amazônia. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2013.
- CRUZ, Jocilene Gomes. Educação indígena (Medida pelas tecnologias de informação e comunicação. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2011.
- DAMATTA, Roberto. O que faz o brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1986.
- DAMATTA, Roberto. Relativizando (Uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2013.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

FARIA, Pe. Henrique de Moura. Veredas do Direito. v.2 - n. 4. Belo Horizonte: p. 9-23- Julho - Dezembro de 2005.

FERRARINI, Sebastião Antônio. Encontro de Civilizações (O alto Solimões e as origens de Tabatinga). Manaus: Editora Valer, 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos Humanos Fundamentais. 14ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica (pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá), 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2008.

FONSECA, Osório. Pensando a Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2011.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. 1ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

GIDDENS, Anthony. A Constituição da Sociedade. 3ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

GOMES, Mércio Pereira. Antropologia. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

GUATTARI, Félix. As três ecologias. 16ª edição. São Paulo: Papyrus, 2005.

HARBERMAS, Jürgen. Mudança estrutural de esfera pública. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2014

HARBERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como “ideologia”. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2014

HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição (*Die normative Kraft der Verfassung*). Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1991.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

KAYSER, Hartmut-Emanuel. Os direitos dos povos indígenas do Brasil (Desenvolvimento histórico e estágio atual). Porto Alegre: Editor SERGIO ANTÔNIO FABRIS, 2010.

LABURTHE-TOLRA, Philippe & WARNIER, Jean-Pierre - Etnologia - Antropologia. 5ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

LARAIA, Roque de Barros. O índio e o Estado. *In*: SANTOS, Silvio Coelho dos et al (Org.) Sociedades indígenas e o Direito: uma questão de direitos humanos – Ensaio. Florianópolis: UFSC/CNPq, 1985.

LARAIA, Roque De Barros. Cultura (Um Conceito Antropológico). Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1996.

LARENZ, Karl. Metodologia da Ciência do Direito. 7ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O Pensamento Selvagem, 12ª edição. Campinas-SP: Editora Papyrus, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Diante dos Problemas do Mundo Moderno. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes Trópicos. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Antônio Carlos de Souza; CARROSO-HOFFMAN, Maria (Orgs). Etnodesenvolvimento e políticas públicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

LOPES, Maria D'Ávila Lopes e outros; et al. Direito à diferença. Direito à diferença. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura Amazônica (Uma poética do imaginário), 5ª edição. Manaus: Editora Valer, 2015.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlos Frederico. Bens Culturais e sua Proteção Jurídica. 3ª edição. Curitiba: Juruá Editora, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos. 2ª edição. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MARX, Karl. Sobre a questão judaica. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MATURANA, Humberto. Cognição, Ciência e Vida Cotidiana. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MEIRELLES, Wallace. Políticas Públicas e Sustentabilidade na Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2012.

MIAILLE, Michel. Introdução Crítica Ao Direito, 3ª edição. Lisboa: Editora Editorial Estampa, 2005.

MILHOMENS, Lucas; et al. Amazônia (Mosaico de reflexos interdisciplinares). Manaus: Editora Valer, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do Conhecimento (pesquisas qualitativas em saúde). São Paulo: Editora Hucitec, 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (Orgs.). Currículo, cultura e sociedade. 6ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MORIN, Edgar. A Cabeça bem-feita. 19ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MORIN, Edgar. A Religação dos Saberes. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MORIN, Edgar. Ciência co consciência. 13ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MORIN, Edgar. Introdução ao Pensamento Complexo. 5ª edição. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

MORIN, Edgar. Rumo ao Abismo? (Ensaio sobre o destino da humanidade). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

NIEMEYER, Ana Maria de; GODOY, Emília Pietrafesa de. Além dos Territórios. Campinas - SP: Editora Mercado de Letras, 1998.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. 5ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

PERES, Sidnei. Política da identidade (Associativismo e movimento indígena no Rio Negro). Manaus: Editora Valer, 2013.

PHILIPPI Jr, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. Práticas da interdisciplinaridade em Ciência, tecnologia e Inovação. São Paulo: Editora Manole, 2015.

PHILIPPI Jr, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa. São Paulo: Editora Manole, 2015.

PINTO, Renan Freitas. Viagem das ideias. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2008.

POPPER, A lógica da pesquisa científica. 2ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, 2014.

PORRO, Antônio. O Povo da Águas (Ensaio de etno-história amazônica). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

PRIGOGINE, Ilya. As leis do caos. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

PRIGOGINE, Ilya. O fim das certezas (Tempo, caos e as leis da natureza), 2ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

RAMOS, Alcida Rita (Org.). Constituições nacionais e povos indígenas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

RICOEUR, Paul. O si-mesmo como outro. São Paulo: Martins Fontes, 2014.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

ROULAND, Norbert (Org.). *Direito das minorias e dos povos autóctones*. Brasília: Editora UnB, 2004.

ROULAND, Norbert. *Nos confins do direito*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RUFINO, Márcia Regina Calderipe Farias, et al. *Povos tradicionais (Fronteiras e geopolíticas na América Latina: Uma proposta para a Amazônia)*. Manaus: Editora Valer, 2015.

SACHS, Ignacy. *A terceira margem (Em busca do ecodesenvolvimento)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.). *Rastros da Memória: História e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006.

SANDEL, Michael J. *Justiça (O que é fazer a coisa certa)*. 15ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Crítica da Razão Indolente Contra o Desperdício da Experiência*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. 14ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Se Deus Fosse Ativista dos Direitos Humanos*. 2ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 5ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

SANTOS, Luciano Cardenes. *Etnografia Sareré-Mawé*. Manaus: Editora Valer 2015.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

SCHERER, Elelise; OLIVEIRA, José Aldemir de. Amazônia (Território, povos tradicionais e ambiente. Manaus: Editora EDUA, 2009.

SCHMIDT, Lawrence K. Hermenêutica, 2ª edição. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2013.

STEINEN, Karl von den. Um século de antropologia no Xingú. São Paulo: Editora EDUSP, 1993.

TASSINARI, Antonella Maria Impetratriz; et al. Educação Indígena (reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização). Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

WEBER, Max. Economia e Sociedade (Volume 1). 4ª edição. Brasília: Editora UnB, 2012.

WEBER, Max. Economia e Sociedade (Volume 2). 4ª edição. Brasília: Editora UnB, 2009.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## DIMENSÕES DO PENSAMENTO DE EUCLIDES DA CUNHA:

### ENTRE A CIÊNCIA E A LITERATURA

### DIMENSIONS OF EUCLIDES DA CUNHA'S THINKING:

### BETWEEN SCIENCE AND LITERATURE

**Maria Eunice Ribeiro Teixeira<sup>1</sup>**

**Odeni de Souza Ribeiro<sup>2</sup>**

teixeira\_eunice@yahoo.com.br

ribeiroode@hotmail.com

#### RESUMO

Neste artigo estudamos alguns aspectos do livro "Os sertões" e do projeto literário amazônico "À Margem da História" que compõe a obra "Um Paraíso Perdido" do escritor brasileiro, cientista, jornalista e engenheiro Euclides da Cunha, o qual se referiu como sua segunda obra vingadora depois de "Os sertões", e talvez a primeira leitura a respeito da Amazônia construída sob o rigor científico do século XIX, associada a arte e ciência, binômio da literatura positivista.

**Palavras-chave:** Euclides da Cunha; Amazônia; arte e ciência.

#### ABSTRACT

In this article we study some aspects of the Amazonian literary project "À margem história" which comprises the œuvre "Um Paraíso Perdido" of the Brazilian writer, scientist, journalist and engineer, Euclides da Cunha, which was referred as his second vengeance book after "Os sertões" and perhaps the first reading on the Amazon constructed on the scientific rigor of the nineteenth century, associated with the art and science binomium of positivist literature.

**Keywords:** Euclides da Cunha, Amazon, art and science.

<sup>1</sup> Graduada e Licenciada em Letras-Língua e Literatura Francesa pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Mestranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia -PPGSCA na UFAM. Bolsista FAPPEAM.

<sup>2</sup> Professor Adjunto II da Universidade Federal do Amazonas. Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia (2012), Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas.



## RÉSUMÉ

Dans cet article nous étudions certains aspects du livre « Os sertões » et le projet littéraire amazonien "A Margem da Historia" qui compose l'œuvre "Um Paraíso Perdido" de l'écrivain brésilien, scientifique, journaliste et ingénieur, Euclides da Cunha, lequel a été se référé comme sa seconde oeuvre vengeresse d'après "Os sertões » et peut-être la première lecture sur l'Amazone construite sur la rigueur scientifique du XIXe siècle, associée avec l'art et la science de la littérature binôme positiviste.

**Descripteurs:** Euclides da Cunha, Amazone, art et science

## 1. INTRODUÇÃO

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha nasceu em Cantagalo, município do Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1866. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras colaborou na imprensa nacional da época, produzindo artigos e ensaios. Durante a campanha republicana contra Canudos, como correspondente do Jornal “O Estado de São Paulo”, assistiu o desfecho trágico da luta armada entre os nordestinos e as forças governistas. Euclides da Cunha realiza a sua primeira incursão intelectual no vasto universo amazônico, no artigo “Fronteira sul do Amazonas. Questão de limites” escrito para *O Estado de S. Paulo*, em 14 de novembro de 1898. A partir dessas experiências, escreveu o livro “Os Sertões” (1902), obra que o colocou na galeria dos mais importantes escritores e intelectuais brasileiros.

É sempre um desafio interpretar os textos de Euclides sobre a região Amazônica, uma vez que, “se o pensarmos estritamente do ponto de vista do historiador, perderemos (a dimensão estilística, literária e poética, grifo nosso) do artista que vive nele. No entanto, se o considerarmos somente como poeta, teremos dificuldades em aceitar suas ideias, já que elas se baseiam tanto em observações, experimentos e evidências históricas e estas observações são absolutamente necessárias para se medir o alcance do talento de nosso autor e o uso incomparável que ele faz de suas duas *personae*, o cientista e o artista, já que o seu olhar oscila entre natureza e paisagem na descrição da Amazônia, como se Euclides estivesse ora olhando-a sob um microscópio e fazendo a análise do seu solo, ora voltando-se à paleta para escolher a melhor cor que se ajustasse aos traços da composição riscados na sua tela. Seria impossível, portanto, separar o cientista e o artista nele, posto que o raciocínio do primeiro é o mesmo que guia os





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

gestos verbais do segundo ao empregar a lógica aristotélica, segundo a qual a beleza de um todo é o resultado da harmonia e a ordem entre cada uma de suas partes” (BERNUCCI, 2011, p.109).

Para Berlucci (2011) não há exagero, em afirmar que, em sua descrição da Amazônia, Euclides se debate entre adotar um “processo obrigatoriamente analítico” e uma visão artística do grande território (RANGEL, 1966, p. 446). O seu dilema está em conciliar uma descrição da natureza que seja cientificamente correta e precisa, com aquela da paisagem tropical, cuja qualidade estética possa nos transmitir a fulguração de uma inteligência superior e sensível e que, ao mesmo tempo, consiga nos comover. Vale dizer, o acasalamento do olho do cientista com o do artista, neste caso o poeta (BERNUCCI, 2011, p.109)

“A Margem da História” que compõe a obra “Um Paraíso Perdido” o seu livro incompleto, provavelmente seja a primeira leitura acerca da Amazônia sob o rigor científico do século XIX, que tenta demonstrar as dificuldades que Euclides enfrenta ao estudar como cientista a complexidade da natureza amazônica e sua relação com os habitantes; e como artista, sua relutância e oscilação entre uma representação favorável e outra oposta do universo da floresta. Obra de grande importância para as três ciências a Geografia, a História e a Sociologia da Amazônia (sem deixar de lado sua dimensão literária, grifo nosso) que nasciam naquele período, seguiu como concepção livresca as mesmas linhas traçadas para *Os Sertões*, no qual ele narra não só as aventuras militares do conflito, mas também tem o compromisso de expor todos os prós e contras mesológicos, históricos, etnológicos, etc., em um estilo de escrita muito pessoal combinando rigor científico, lirismo e épico; resistente a qualquer categorização, o livro, porém, teve um impacto considerável e se tornou um dos livros de mestres da literatura brasileira.

Provavelmente foi Willi Bolle (2005) quem pela primeira vez tentou aproximar *Os sertões* de *Um Paraíso Perdido* com êxito e perícia. Muito parecido ao primeiro, o novo livro deveria responder ao desejo de Euclides de continuar sua análise daquelas populações isoladas, despossessas e ignoradas que ele encontrou naquele outro deserto, Canudos, no interior da Bahia. A palavra-chave aqui é *deserto* porque, embora referindo-se a duas áreas geográficas aparentemente desiguais, possui a mesma carga



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

semântica para as duas: região desolada e ignorada, conhecida na cartografia antiga como *terra ignota* (Bolle, 2005, p. 145). Mas o tema central permanece o mesmo – o Homem. Esta é uma linha de investigação que começa com *Os sertões*, mas que nos faz às vezes acreditar que Euclides esteja mudando de assunto. Entretanto, nada poderia ser mais incorreto do que se pensar assim, pois ele não somente expande o seu estudo sobre a relação Homem-Terra, mas também nos conduz às profundezas do assunto para revelar-nos, histórica e antropológicamente, a luta pela sobrevivência dos sertanejos e dos seringueiros (BERNUCCI, 2011)

Euclides da Cunha inclui como temas em sua obra o sertanejo nordestino, os caboclos do interior, o caipira, como formas de apresentar a realidade brasileira não oficial. Encontram-se no seu conjunto de obras, aspectos estilísticos pontuados por uma linguagem que se avizinha de um teor cientificista, descritivista/documental, o que, por vezes, dificulta uma aproximação do leitor com a sua produção literária. Isto considerando que “a palavra comum, e mais do que ela, a escrita é um risco total. De uma maneira geral, ninguém a lerá como o seu autor a concebeu” (Lourenço, 1987, p.9). A linguagem euclidiana não se camufla com recursos figurativos, as palavras são arquitetadas ressaltando a melancolia suscitada pelas imagens formadas diante de seus olhos. Nos seu textos emprega fórmulas linguísticas que aproxima, cultural e artisticamente, duas regiões, o deserto e a floresta (BERNUCCI, 2011).

O drama da linguagem euclidiana emerge de uma poética que tateia no desconhecido que, por sua natureza de indefinibilidade analítica, produz o espanto. O ideal choca-se com o mundo fenomênico, concreto, plural, heterogêneo, caótico e que, numa perspectiva pós-estruturalista, nos remete ao reconhecimento de que “nada hay más vacilante, más empírico que la instauración de un orden de las cosas.” (FOUCAULT, 1991, p.5)

## 2. UM PRÉ-MODERNISTA

A literatura brasileira tem sua história dividida em duas grandes eras, que acompanham a evolução política e econômica do país: a Era Colonial e a Era Nacional, separadas por um período de transição, que corresponde à emancipação política do





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Brasil. as eras apresentam subdivisões chamadas de escolas literárias ou estilos literários de época. De todos esses momentos de transição, caracterizados pela quebra das velhas estruturas (apesar de “o novo sempre pagar tributo ao velho”), o mais significativo para a literatura brasileira foi o Pré-Modernismo (entre 1902 e 1922), em que se destacaram Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Augusto do Anjos e Lima Barreto (DE NICOLAS, 2003).

### 3. A ALMA DO BRASIL

Uma obra significativa para uma nova interpretação da realidade brasileira e por seu valor estilístico, abordaremos o período que se inicia em 1902, com a publicação do livro “Os sertões”, de Euclides da Cunha.

Embora apresente uma visão de mundo profundamente determinista – no prefácio de “Os sertões” cita Hypolite Taine, o “pai do determinismo”, cientificista e naturalista, Euclides da Cunha deve ser estudado como um pré-modernista pela denúncia que faz da realidade brasileira, trazendo à luz, pela primeira vez em nossas letras, as verdadeiras condições de vida do Nordeste brasileiro. Daí o caráter revolucionário de *Os sertões* como se pode ver na apresentação da obra, feita pelo autor: “Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. ”.

Afirma o autor: “(...) aquela campanha lembra um refluxo para o passado e foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo. ” Este é outro aspecto do livro – a denúncia do extermínio de 25 mil pessoas no interior baiano. Se a princípio pretendia apenas fazer um relato da luta, Euclides da Cunha acabou realizando um verdadeiro painel do sertão nordestino. A obra é dividida em três partes:

1. A terra – Uma detalhada descrição da região, respaldada em seus amplos conhecimentos das Ciências Naturais: a geologia, o clima (há um capítulo intitulado “Hipóteses sobre a gênese das secas”) e o relevo. Esta parte é ilustrada por mapas do relevo e da hidrografia feitos pelo próprio Euclides da Cunha.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

2. O homem – um elaborado trabalho sobre a etnologia brasileira: a ação do meio na fase inicial da formação das raças, a gênese dos mestiços; uma brilhante análise de tipos distintos, como o gaúcho e o jagunço; nesse cenário introduz a figura mística de Antônio Conselheiro. Ao falar sobre o homem do sertão, Euclides da Cunha criou um verdadeiro bordão: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”.

3. A luta – Só nesta terceira parte da obra Euclides relata o conflito; nas duas primeiras descreve o cenário e os personagens. Dessa forma, justifica a luta. Seu relato do dia-a-dia da guerra é a denúncia de um crime.

Euclides vai nos colocar diante de um país diferente do que até então se costumava retratar: a um Peri, a uma Iracema, a um tupi de “I-Juca Pirama”, contrapõe o sertanejo, o jagunço, a “sub-raça”. Sem dúvida, “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, por conseguir sobreviver em condições tão adversas (DE NICOLAS, 2003).

De acordo com Iza Guimarães, em 1904, Euclides da Cunha foi nomeado pelo estadista Barão do Rio Branco chefe da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, partindo para Manaus em 13 de dezembro do mesmo ano. O objetivo da viagem era fazer um levantamento de dados que contribuísse para monitorar a demarcação das fronteiras entre o Peru e o Brasil. Mas, seu ímpeto ia além dos interesses governamentais do gabinete de Rio Branco, Euclides da Cunha pretendia a partir de sua viagem à Amazônia escrever um livro denominado em seu projeto de “Um Paraíso Perdido”, obra que reunisse as publicações esparsas de sua autoria sobre a Amazônia, culminando com suas impressões de viagem. Porém, sua morte prematura em 1909 deixou tal obra inacabada (GUIMARÃES, 2011).

Euclides da Cunha, através do livro “Um Paraíso Perdido”, cumpriu a missão de revelar a Amazônia à consciência nacional (VENÂNCIO FILHO, 2000, p. 73), mostrando as características mais constantes de sua personalidade cultural: esteta da linguagem, o ensaísta e o humanista.

Iza Guimarães (2011) aponta que no contexto em que escreveu tal obra (1904-1909), Euclides da Cunha vivia um momento de inquietação pessoal: novos parâmetros sociais, econômicos, políticos e culturais eram impostos ao cotidiano das pessoas da época. Como lembra Nicolau Sevcenko (1983, p. 154), Euclides da Cunha não se



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

preocupa em dramatizar o cotidiano, tampouco trabalha com as aberrações patológicas da sociedade de sua época.

Na obra de Euclides da Cunha, as experiências humanas são ricaturadas por imagens poéticas (SEVCENKO, 1983, p. 147). Em “Um Paraíso Perdido”, aparecem o “seringueiro”, o “cauchero”, o “Judas-Asvero” entre outras. Elas não combinam com a modernidade desenhada pelas mudanças ocorridas na Belle Époque. Inclusive, essas imagens poéticas são como símbolos do enfrentamento às forças modernas. São obstáculos à civilização do país percebidos pela sensibilidade de Euclides da Cunha no “fenômeno de dissolução social” (SEVCENKO, 1983, p. 147), vinculando sua obra a um profundo desencantamento do mundo, no sentido weberiano do termo. Esse desencantamento reflexo dos paradoxos da modernidade.

De acordo com Iza Guimarães (2011) “Um Paraíso Perdido” foi também a tentativa em desconstruir mitos acerca da região. Um deles era a crença no clima inóspito, descrito por cronistas e viajantes como determinante inclusive para o caráter perturbador dos homens na região. Euclides da Cunha reconheceu as dificuldades que o estrangeiro tinha em se aclimatar, mas admitiu não ser o clima o grande responsável pela baixa densidade demográfica da região e sim a ausência de uma via de transporte e comunicação por terra, visto que além de perigosa, era muito dispendiosa a navegação pelos rios da região, daí a necessidade de se de se construir a Transacriana. Além disso, relatara o modo de vida dos brasileiros em área de fronteira (Peru Brasil); até então, tais sujeitos históricos não existiam nem para a sociedade brasileira nem para o Governo republicano. Apesar da concepção de Euclides da Cunha acerca da Amazônia ser construída a partir de um olhar tipicamente “alienígena”, no qual a natureza predominante se impõe como soberana sobre seus habitantes. Não obstante, Euclides da Cunha fez do homem amazônico a figura central nas tramas relatadas. No ensaio “Judas- Asvero”, por exemplo, descreve o ritual no sábado de Aleluia da malhação do Judas caricaturado, atentando para o valor simbólico e para a coesão social do ritual, no qual submerge uma “vingança social” dos seringueiros contra eles próprios, isto é, contra sua conformação com a exploração dos seringais.

Segundo Euclides da Cunha (2000, p. 116): “A flora ostenta a mesma imperfeita grandeza”; a fauna por outro lado é “singular e monstruosa”; o rio “É um estranho



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

adversário, entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra” (CUNHA, 2000, p. 120). Essas são apenas algumas das descrições da paisagem natural que se descortinava diante dos questionamentos íntimos de Euclides da Cunha. Desse modo, a narrativa euclidiana não deve ser inquirida como a narrativa apenas de um paisagista e sim como o olhar de um pesquisador, visto que como afirma Donald Worster (1991, p. 200), comentando a ideia de Roderick Nash, a paisagem deve ser encarada como um tipo de documento histórico.

Segundo Arruda (2000, p.163), o estudo do espaço na América Latina e a leitura de suas paisagens acabaram por influenciar na formação de uma identidade e de uma especificidade cultural e histórica das regiões. Nesse sentido, entende-se como identidade a representação do real que cria uma comunidade simbólica de sentido, permitindo tanto a sensação de pertencimento, quanto a construção da noção de alteridade (PESAVENTO, 1999, p. 24).

Euclides da Cunha esperava encontrar na Amazônia, um paraíso intocável e perfeito, porém, deparou-se com um paraíso perdido da civilização, caracterizado por uma natureza imperfeita e instável que lhe saltou aos olhos, como um “gigante adormecido ou recalçado”. Portanto, a ideia euclidiana de natureza parece estar na fronteira móvel e plástica entre a “primeira” e a “segunda natureza” idealizadas por Cícero (apud. NAXARA, 2001, p. 27/28): a “primeira natureza” consiste na natureza selvagem e indócil, ela é a dona de si mesma e da História e a “segunda natureza” consiste na natureza já trabalhada pelas mãos do homem, mas ainda não domada completamente.

Iza Guimarães (2011) aponta que, percebe-se na obra de Euclides da Cunha, o seu desejo de fazer da natureza amazônica o que Márcia Naxara (2001, p. 27/28) define como “terceira natureza”; representação cunhada ainda no Renascimento que serviu para designar a natureza totalmente domesticada pelo homem e submetida as suas intervenções essencialmente motivadas por valores estéticos, éticos e morais. Essa é a utopia da obra euclidiana, visto que, a verticalidade, enquanto elemento do discurso civilizador era completamente inexistente na região, sendo, portanto a horizontalidade que dominava a paisagem da Amazônia. Daí entender a Amazônia a partir do binômio “civilização-natureza”.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Segundo Iza Guimarães (2011, p. 36) a concepção euclidiana da Amazônia também está orientada pelas representações da natureza cunhadas no século XIX, isto é, no século dos “homens de ciencia”. De acordo com Jacy Seixas e Stella Bresciani (2001, p. 13/14), a narrativa histórica da segunda metade do século XIX e início do XX passou a sugerir uma ênfase para as representações da natureza que recaem na ideia de “sublime” como elemento definidor.

Na primeira metade do século XIX, na narrativa histórica dos naturalistas Saint-Hilaire, Rugendas, Debret e do recém-criado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro as concepções da natureza eram orientadas pelas representações do “belo” e do “pitoresco”. Tais representações sugerem uma natureza em que prevalece a beleza e a harmonia das formas, enquanto que a representação do “sublime” prima por uma natureza rigidamente marcada pelo exagero, pelo excesso, pela grandiosidade, pela maravilha, mas também pelo assombro, pela incapacidade de desvendamento e pela ausência de diálogo entre homem natureza. A natureza é hiperbolizada e enigmática. É dessa forma que a Amazônia é sentida por Euclides da Cunha.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como poeta, ele fez uso da linguagem literária do seu tempo e como cientista utilizou as ferramentas do racionalismo, numa combinação de saberes e técnicas, dificilmente encontrada em outros escritores.

O tema central de Euclides da Cunha é a pátria e a gente brasileira, sendo o homem na obra *Os sertões*, onde a denúncia fica mais como um alerta, e a terra na Amazônia, em *À Margem da História*, onde ele recomenda leis trabalhistas, em 1906, para que “salvemos aquela sociedade obscura e abandonada”.

Em *Um Paraíso Perdido*, no capítulo I, em “*Judas Asvero*” há um olhar sobre a história, a geografia, a religião e o meio socioeconômico, mas sem um narrador que pretenda enquadrar numa hierarquia de valores os seres de quem fala. Por tudo isso, e também pela construção da narrativa, com ênfase na vida dramática dos personagens-seringueiros, transformados em pobres e talentosos escultores anônimos, o relato tende a ser muito menos explicativo ou assertivo, e muito mais literário. O ornamento e a



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

pompa da linguagem são atenuados por uma escrita sóbria, cujo conteúdo de verdade convence muito mais do que uma mistura de cientificismo com etnografia ingênua e patriotismo exaltado.

Não menos relevantes são as duas páginas finais de "Os caucheros", em que Euclides narra uma visita a um posto abandonado, pouco acima do Shamboyaco. A casa principal — do seringalista — e as vivendas menores, dos empregados, estão destruídas, arruinadas pela "mata que reconquistava o seu terreno primitivo". Aí, de fato, a natureza se regenera, sem ser brutal ou perigosa. O que de fato é brutal e mesmo trágico é o destino do ser humano (HATOUM, 2009).

Em Os caucheros compreendemos a diferença da fragilidade de uma árvore da borracha do Panamá a *castilloa elástica*, e a estabilidade na exploração da *hevea brasileira*. “O caucheiro é forçadamente um nômade votado ao combate, à destruição e a uma vida errante ou tumultuária, porque a *castilloa elástica* que lhe fornece a borracha apetecida, não permite, como as *heveas brasileiras*, uma exploração estável, pelo renovar periodicamente o suco vital que lhe retiram.

Fica a certeza do humanismo compreendido em Euclides da Cunha, que através do jornalismo e da literatura ilustrou e provocou reflexões sobre as atrocidades cometidas contra os índios e seringueiros e as disparidades instituídas sobre o território nacional, demonstrando que os estudos realizados podem dar suporte aos campos de trabalho antropológico, sociológico, historicamente e geográfico.

Quanto a Euclides, o que diríamos, finalmente, senão que “Quando o autor revela um mundo através da obra, é o mundo que se revela pátria de toda verdade.” (DUFRENNE, 1998, p.56)

## 5. REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. Cidades e Sertões: entre a história e memória. Bauru: Edusc. 2000.

BERNUCCI, Leopoldo M. Imagens utópicas e diatópicas do deserto e da floresta em Euclides da Cunha. Conferência ministrada na Universidade de São Paulo, no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas / Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, no dia 16 de junho de 2011. PPGSCA/UFAM/Fund.Ford, 2007.







II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

BOLLE, Willi. O Mediterrâneo da América Latrina: a Amazônia na visão de Euclides da Cunha. *Revista USP*, v. 66, p. 140-155, 2005.

CUNHA, Euclides da. Um Paraíso Perdido: ensaios amazônicos. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

\_\_\_\_\_. Os caucheros, À margem da história. In: CUNHA,

Euclides da. *Obra completa*. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro:

José Aguilar, 1966c. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Terra sem história (Amazônia): impressões gerais. À*

*margem da história*. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Organização de Afrânio

Coutinho. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966d. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Os sertões*. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

BERNUCCI, Leopoldo M. *Imagens utópicas e distópicas do deserto e da floresta em Euclides da Cunha*. Disponível em:

<[www.revistas.ufg.br/sig/article/download/16148/10356](http://www.revistas.ufg.br/sig/article/download/16148/10356)> Acesso em : 01/03/2014

de Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

DE NICOLAS, José. *Literatura brasileira: das origens aos nossos dias*. São Paulo: Scipione. 2003.

DUFRENNE, Mikel. *Estética e Filosofia*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Las Palabras y las Cosas*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1991.

FREITAS GUIMARÃES, Iza. *Amazônia Euclidiana*. *Revista Espaço Acadêmico- N° 17* – Fevereiro 2011, disponível em:

<[www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/.../6540](http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/.../6540)>

Acesso em: 01/03/2014





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

HATOUM, Milton. Máscaras da civilização. *Jornalismo Cultural Bula Revista*, 2009 disponível, em: <http://acervo.revistabula.com/posts/web-stuff/mascaras-da-civilizacao->

MARTINS, Francinaldo; MARTINS, Solange Santana Guimarães. *Terra sem História: o contraponto euclidiano às imagens subjetivas da Amazônia brasileira do século XIX*. Disponível em

[http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/garrafa/garrafa28/solangemorais\\_terrasemhistoria.pdf](http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/garrafa/garrafa28/solangemorais_terrasemhistoria.pdf).

Acesso em 10 mar.2011.

NAXARA, Márcia. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. 1ª Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

PESAVENTO, Sandra. *O imaginário da cidade*. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 1999.

RANGEL, Alberto. Prefácio ao Inferno Verde. In: CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. v. 1

SEVCENKO, Nicolau. Euclides da Cunha e os Círculos dos Sábios. In: \_\_\_\_\_. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 147).

VENÂNCIO FILHO, Francisco. Retrato humano de Euclides da Cunha. In: CUNHA, Euclides. *Um Paraíso Perdido: ensaios amazônicos*, Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 73.

WORSTER, Donald. Para fazer a história Ambiental. *Estudos Históricos*, v.4, n. 8, p. 200, 1991).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## DIREITO À SAÚDE: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DO SUS E SUA IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MANAUS EM CONJUNTURA AO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

### HEALTH RIGHT: AN ANALYSIS OF SUS CONDITIONS AND ITS IMPLANTATION IN MANAUS MUNICIPALITY IN CONJUNCTURE TO CITY DEVELOPMENT

Mariana Leite de Andrade  
 mariana\_andradde@hotmail.com<sup>1</sup>  
 Maurílio Casas Maia  
 mauriliomaia@gmail.com<sup>2</sup>

#### RESUMO

O presente artigo pretende expor as condições de saúde na cidade de Manaus, indicando os principais problemas enfrentados pela população que depende do sistema público. Além disso, analisar-se-ão medidas adotadas pelo governo para agir na defesa das condições de vida da população, mostrando o funcionamento do Sistema Único de Saúde, bem como suas mudanças desde sua implantação até os dias atuais. Indicar-se-ão não só os problemas enfrentados pela população de um modo geral, mas também alterações significativas, envolvendo realização de exames e distribuição de medicamentos. Detectou-se, com a pesquisa, uma infraestrutura insuficiente para atender a demanda, o que se somando com as condições de saneamento básico e de educação da população carente, agravam o quadro de enfermidades. As apresentações baseiam-se no método exploratório considerando o que se verificou com o estudo do tema.

**Palavras- Chave:** Direito à saúde; direito à vida; políticas públicas; Sistema Único de Saúde; infraestrutura.

#### INTRODUÇÃO

O presente artigo possui grande relevância social por se tratar de um tema recente e rotineiro, integrando todas as camadas da sociedade, embora grande parte dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) se encontre nas camadas mais carentes. Muitas pessoas dependem do caráter assistencialista do Estado para melhorar a saúde em geral, através do SUS. Contudo, verificou-se um índice alto de doenças como tuberculose, hanseníase,

<sup>1</sup> Aluna da faculdade de Direito, 10º período da Universidade Federal do Amazonas.

<sup>2</sup> Orientador: Professor Universitário (UFAM), Mestre em Ciências Jurídicas (UFPB). Especialista em Direito Público e Direitos Civil e Processual Civil.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

malária, AIDS e parasitárias na cidade de Manaus e por isso faremos um recorte na análise do sistema de Saúde com foco ao combate destas doenças, bem como problemas reflexos, tais como a deficiência da infraestrutura.

Apesar de existir certa dificuldade na obtenção de informações em relação à realidade da saúde em nossa cidade, iniciaremos apresentando a importância do direito à saúde, por se tratar de garantia constitucional à todos e dever do Estado em prestá-lo. O procedimento metodológico a ser utilizado é o exploratório, pois se buscarão informações sobre a condição de saúde da cidade e o acesso ao sistema público para a população carente; e o documental, através de comparação entre períodos passados e a realidade atual. Utilizar-se-ão, como fontes para comprovar tais informações, gráficos e artigos referentes ao funcionamento da saúde pública, vez que o tema explorado é temporalmente flexível.

## **DIREITO À SAÚDE**

Conforme informado anteriormente, o presente artigo iniciará apresentando a saúde como direito a todo ser humano, posteriormente, por se tratar de política pública desenvolvida pelo Estado, apresentar-se-á a competência dos entes para promover a execução do Sistema.

Feito isso, partir-se-á para o funcionamento do SUS, de sua criação até a atualidade, apresentando os aspectos positivos que o sistema oferece até chegar às dificuldades enfrentadas, utilizando-se de gráficos contendo índice de doenças na população por região e desenvolvimento.

Inicialmente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 25, traz explícito o direito à saúde como fundamental para poder viver, conforme se extrai:

Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os de serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Além disso, a Constituição Federal de 1988 estabelece a saúde como direito social em seu art. 6º. Tal direito é “direito de todos e dever do Estado garantido mediante políticas sociais e econômicas”, objetivando sua proteção, promoção e recuperação





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

conforme a aludida Constituição Cidadã, que reserva uma seção exclusiva ao tema (Seção II, art. 196 a 200).

Entretanto, é sabido que o Estado dispõe de recursos limitados para atender as numerosas demandas sociais, deste modo, é preciso fazer uma seleção e classificação das demandas relacionadas à saúde, priorizando-se as atividades preventivas e o atendimento integral (art. 198, II, CF/88), buscando fornecer acesso amplo e alcance universal ao sistema, e delimitando a garantia da impessoalidade das políticas públicas adotadas com as especificidades dos grupos sociais vulneráveis. As necessidades individuais e coletivas são de interesse público e dever do Estado, devendo dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, conforme art. 197, do texto constitucional.

Assim, passou-se a relacionar o direito à saúde com o direito à vida, pelo fato da ausência da saúde afetar de forma negativa a sobrevivência da pessoa. Dispor de saúde pública implica não apenas em disponibilizar assistência médico hospitalar, mas em efetivar acesso a tratamentos, a realização de exames e o fornecimento de medicamentos, objetivando a prestação eficiente, com a proteção integral do bem jurídico tutelado (vida), sob pena dos cidadãos recorrerem ao Judiciário buscando a garantia desse direito.

## POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

Política pública é o conjunto de finalidades governamental voltado a solucionar problemas de interesse público. “É tudo aquilo que o governo faz ou deixa de fazer, com os impactos das ações e omissões” (AZEVEDO, 2003, p.38).

Em nossa Constituição os direitos sociais são normas de eficácia limitada, de aplicação indireta e mediata necessitando de lei para dotá-las de exigência e são do tipo programáticas, pois encaminham a atuação do Estado para instituir programas de governo.

É, pois, necessária a prestação do Estado para efetivar as políticas públicas de garantia do bem estar social a serem implantadas pelos poderes Executivo e Legislativo, possuindo funções voltadas para o planejamento e execução do direito social à saúde.

Tendo por base sua função planejadora, afirma Miguel Dantas Calmon (2009,p.372):

As políticas públicas apresentam-se, então, como um processo de ação estatal que se desenvolve desde o planejamento, em que são identificadas as





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

prioridades, os objetivos concretos, os recursos disponíveis, os meios necessários, além de verificadas possíveis intercorrências. A partir daí, dá-se a formulação da política, seguida da sua implementação, execução e controle.

Tem-se assim a necessidade da criação de políticas públicas dirigidas à proteção de princípios fundamentais constitucionais como a vida humana e os direitos sociais, como a saúde, tema do presente trabalho.

## **REALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MANAUS**

De modo geral, para se realizar políticas públicas é necessária a existência de orçamento pelo Estado. Assim, primeiro o Estado obtém recursos para depois destiná-los a prestação de serviços tendo como base a realização dos objetivos fundamentais da Carta Magna. Por esta razão, são necessários cada vez mais recursos financeiros para atender às necessidades e estas despesas integram o orçamento público.

O custo da realização dos direitos sociais pelo Estado é alto, de modo que é necessário eleger as prestações que se tornarão efetivas. Assim compete ao governo estadual, devido ao crescimento estrutural da cidade somado ao aumento populacional, impor um limite financeiro para que não se comprometa o funcionamento das políticas públicas tanto de saúde quanto de outros setores.

Ademais, a Carta Constitucional dispõe nos artigos 23 e 24, que cabem aos Estados, Municípios, União e Distrito Federal legislar sobre matérias relativas a proteção e defesa da saúde. Desse modo, existe clara cooperação e solidariedade entre os entes no equilíbrio e efetivação do bem-estar social.

## **CRIAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E SEU FUNCIONAMENTO**

Em 1990 criou-se o Sistema Único de Saúde (SUS), através da lei orgânica 8.080/90, dispondo sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, além da organização e o funcionamento dos serviços. Sua criação orienta os princípios da universalidade e da igualdade, como resultados a serem realizados pelas políticas públicas. Essa legislação distribui a função de cada ente para a execução do Sistema e, dado o recorte do presente artigo, será analisado o funcionamento na cidade de Manaus (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, 1990).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

O SUS dispõe de bens públicos relativos à saúde por meio de instituições públicas, como hospitais e postos de saúde. No entanto, o funcionamento do sistema é diferente em cada região do país, pelas diversidades entre os municípios, alguns com maior concentração de população carente, com acesso limitado a saneamento básico, água potável e alimentação adequada. É notório que a falta de melhoria na qualidade de vida contribui para o aumento das enfermidades, de modo que o Governo deve se concentrar e investir em áreas consideradas de maior deficiência.

Conforme mencionado anteriormente, o Sistema Único de Saúde tem seus serviços administrados pelos três entes do estado e, em regra geral, prestados diretamente pelo estado e município. Entretanto, de modo a garantir a prestação de serviços gratuitos à população nas regiões em que há falta do serviço público, o Sistema prevê a possibilidade de contratação de serviços de hospitais particulares, a fim de que não falte proteção ao cidadão - conforme Lei Orgânica do SUS, seção sobre organização e gestão, seu artigo 8º. Portanto, hospitais conveniados se complementam ao sistema SUS seguindo suas diretrizes.

Para maior eficiência no funcionamento da saúde pública nas regiões do país, a própria constituição prevê a descentralização das prestações dos serviços entre as esferas de governo, possibilitando transferir as responsabilidades aos municípios, através das secretarias de saúde, conforme a aludida lei orgânica em seu art. 9º, II e constituição federal, art. 198, I.

Ademais, o sistema compõe-se de várias unidades interligadas, cada uma com suas tarefas. No primeiro grau, há os centros de saúde – denominadas unidades básicas de saúde, de amplo e direto acesso; após, há unidades para tratamentos mais complexos, como policlínicas e hospitais, e em casos de urgência, há pronto-socorro próximo para transferência ao hospital especializado. O acesso aos centros especializados, portanto, se faz por encaminhamento ou das unidades básicas ou do atendimento de emergência. A ideia é que sejam realizados os tratamentos de prevenção e identificação das demandas de saúde, para após os pacientes serem encaminhados aos tratamentos adequados e especializados.

## O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NA CIDADE DE MANAUS





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
Manaus - Amazonas

Na década de 90, os avanços no setor de saúde do país fizeram com que Manaus ingressasse em um novo ambiente favorável ao desenvolvimento econômico, gerando um grande deslocamento populacional para a cidade, o que contribuiu para a alteração urbana e demográfica, levando também ao aumento da demanda do sistema de transporte e serviços de infraestrutura, além de abastecimento de água e coleta de lixo. Contudo, as expansões demográficas, acarretaram o aumento das desigualdades entre as zonas urbanas, favorecendo-se algumas regiões em detrimentos das localidades periféricas.

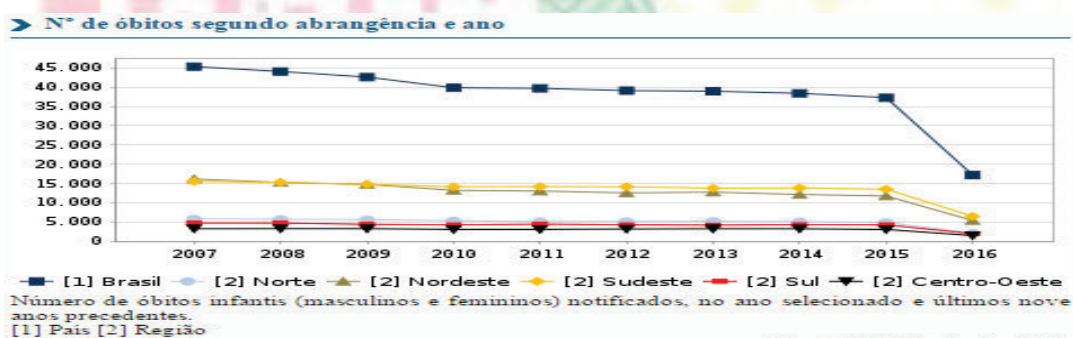
Diante dessa nova realidade, somadas às migrações populacionais de outros estados ao município de Manaus, objetivando melhoria de vida, a população concentrou-se nas favelas, vivendo em condições precárias de saúde, higiene, educação e saneamento básico, acarretando o surgimento e crescimento de doenças.

Essa dificuldade em administrar o crescimento das áreas mais necessitadas da capital amazonense, objetivou a criação das unidades básicas de saúde, de modo a alcançar os bairros mais afastados e necessitando de gerência eficiente para planejar os serviços necessários.

## FUNCIONAMENTO DO SUS NA CAPITAL: DOS BENEFÍCIOS DO SISTEMA E DAS DIFICULDADES ENFRENTADAS

Primeiramente, verifica-se historicamente um enorme progresso do SUS ante as notáveis realizações feitas por esse sistema de saúde pública como, por exemplo, a queda do índice de mortalidade materna e infantil no Município (gráfico abaixo), além da região ter se destacado pela grande redução dos casos de hepatite A:

**Gráfico 1: Painel de Mortalidade Infantil e Fetal.**



Fonte: Ministério da Saúde, 2016





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Com a melhoria do SUS, muitas pessoas se beneficiaram com o recebimento de remédios básicos gratuitos, como anti-inflamatórios, analgésicos, pílulas anticoncepcionais, além de aqueles de alto custo. Ademais, desde o ano de 2008 o número de exames médicos especializados e de diagnoses laboratoriais aumentou significativamente na região Norte, muito embora ainda esteja entre as últimas regiões do país.

**Gráfico 2: Número de Consultas médicas especializadas e de diagnose laboratoriais, por região, em 2008-2010**

Região	Consultas médicas especializadas			Diagnóstico em laboratório clínico		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Norte	3.877.990	4.235.352	4.521.160	35.463.535	39.812.018	41.863.342
Nordeste	16.318.112	16.670.290	18.345.676	84.479.547	91.065.102	98.085.307
Sudeste	40.702.387	42.271.415	44.967.398	187.358.518	210.376.390	239.152.151
Sul	9.831.947	10.782.804	11.580.426	47.918.202	52.423.370	57.585.787
Centro-Oeste	4.532.089	4.996.683	5.605.174	28.194.199	32.444.350	34.511.982
<b>BRASIL</b>	<b>75.262.525</b>	<b>78.956.544</b>	<b>85.019.834</b>	<b>383.414.001</b>	<b>426.121.230</b>	<b>471.198.569</b>

Fonte: Plano Nacional de Saúde, p.43, 2012-2015.

Mesmo com transformação do SUS, autoras como Jerusa Cyrino e Etelvina Alves afirmam que, em Manaus, a organização da saúde ainda funciona sob muitas dificuldades devido ao seu surgimento de forma desigual, somados à falta de estrutura política, verificam-se dificuldades à sua implementação e necessidade de mudanças não somente estruturais (ALVES e CYRINO, 1998).

Assim como em outras cidades, a demanda dos serviços aumentou bastante na última década, contudo, não houve investimento em infraestrutura adequada, implicando na desarticulação e má distribuição dos serviços, e conseqüentemente na insatisfação da população dependente do sistema. Tais dificuldades só aumentam frente ao cenário de crise econômica do país. Com a pouca arrecadação de recursos é de se esperar corte nos gastos políticas públicas, inclusive de saúde.

## PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELO SUS

Conforme exposto, o desenvolvimento da cidade de Manaus, historicamente, se deu de forma rápida acompanhando o desenvolvimento da indústria, colocando a cidade em posição de destaque no cenário político e econômico regional. Contudo, devido à expansão sem planejamento, da cidade e da população, geraram-se problemas de



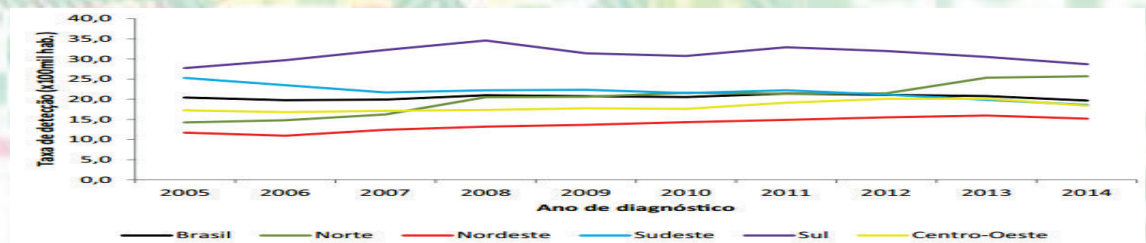
II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

infraestrutura, surgiram as chamadas “invasões” e muitos dos bairros mais carentes se encontram com falta de tratamento de esgoto e coleta de lixo, contribuindo para o quadro de doenças.

O município de Manaus possui um índice de desenvolvimento humano 0.7 (IBGE,2010) e ocupa o 19º no ranking de desenvolvimento por regiões, considerado um bom desenvolvimento, porém, possui muitos problemas de infraestrutura, como falta de materiais, medicamentos e equipamentos.

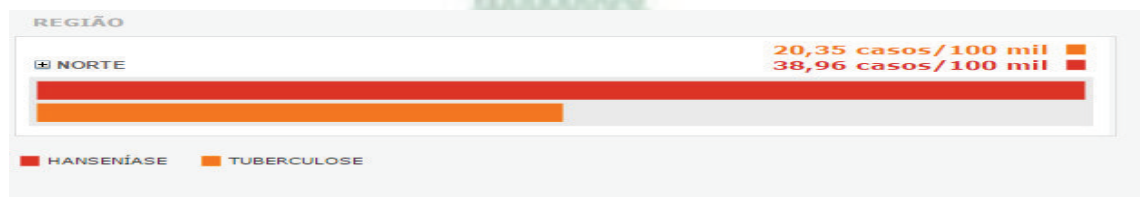
Para demonstrar as principais dificuldades do SUS, utilizaremos como parâmetro o combate às doenças que mais têm crescido na nossa região, são elas: hanseníase, tuberculose, dengue, hepatite D e vírus da AIDS (tabelas abaixo). Destaca-se que a questão de diminuição da saúde por conta das enfermidades (essas em maiores números) está relacionada com as condições de moradia, educação, ausência de abastecimento formal de água potável em localidades mais periféricas, saneamento básico, funcionando como determinantes e condicionante da saúde, e posteriormente uma falta de organização da própria saúde pública.

**Gráfico 3: Taxa de detecção de AIDS por 100 mil habitantes, segundo região, 2005-2014.**



Fonte: Boletim Epidemiológico HIV/AIDS , p.10, 2015.

**Gráfico 4: Índice casos de tuberculose e hanseníase na população na região Norte no período de 2013**



Fonte: Portal de Transparências das Cidades do Brasil, 2013

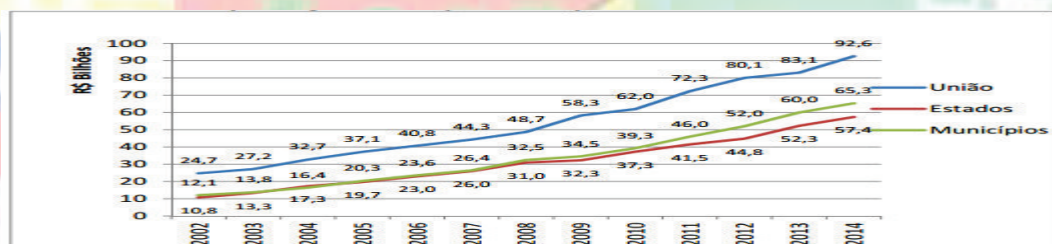


II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Importa observar que o aumento do número de doenças infecto-parasitárias está relacionado às condições inadequadas de saneamento, que combinadas com fatores ambientais favorecem a ocorrência de enfermidades devido a umidade presente, é o que assevera o Plano Nacional de Saúde (2015, p.31).

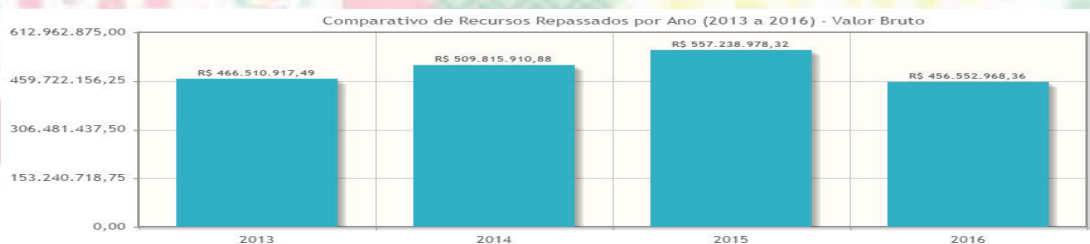
Atrelado a esses fatores, encontra-se inserido o atual contexto de crise econômica do país, afetando o estado do Amazonas. Analisando os gráficos a seguir, observa-se que na última década, a união e os municípios têm ampliado os gastos com os serviços públicos de saúde em quantidade maior que os estados (PLANO NACIONAL DE SAÚDE 2016-2019, p.48). Por outro lado, houve a diminuição do repasse do Fundo Nacional de Saúde ao Município de Manaus, no período de 2013 a 2016.

**Gráfico 5: Evolução do gasto com serviço público de saúde no Brasil**



Fonte: Plano Nacional de Saúde, p.49,2016

**Gráfico 6: Gráfico comparativo de recursos repassados por ano em Manaus, em 2013 a 2016 ;**



Fonte: Fundo Nacional de Saúde,2016.

A cidade de Manaus, em um estudo avaliando o desempenho do SUS (Índice de Desenvolvimento do SUS, IDSUS) com relação à saúde básica, ambulatorial, hospitalar e de emergência repassados pelos municípios, obteve nota equivalente a 5.58 (IDSUS,2012), considerada baixa em relação às outras regiões.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Esses resultados refletem a dificuldade de acesso da população aos serviços básicos e de urgência, e afetam a melhoria de saúde. O SUS foi criado para dar resultados positivos na concepção da saúde, contudo, é preciso analisar a forma como tal projeto coletivo de saúde se concretiza no atendimento à população. Um dos motivos apontados é a falta de aplicação de recursos suficientes (definidos pela Emenda 29/2000 com limites mínimos de aplicação em saúde para cada estado e definindo as ações de saúde).

Em relação aos medicamentos, consideradas algumas das doenças já citadas, apesar do aumento de investimento por parte do Estado, há regiões que necessitam, para o efetivo combate da tuberculose, por exemplo, da incorporação de medicamentos em dose fixa ao tratamento e a necessidade de incentivos para adesão ao tratamento (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

Os medicamentos para o tratamento de hepatites virais são distribuídos trimestralmente por grade. Já para o controle do tratamento de AIDS, desde 1996, o Brasil distribui gratuitamente o coquetel antiaids, e segundo o Departamento de DST, AIDS e hepatites virais, no ano de 2015, 455 mil pessoas utilizavam os remédios e atualmente, há 22 medicamentos divididos em cinco classes. (DEPARTAMENTO DE DST, AIDS, HEPATITES VIRAIS, 2016)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode negar a importância da criação do Sistema Único de Saúde para a efetivação dos direitos sociais e humanos previstos na Constituição, resultando em grande passo para o tratamento igualitário e o respeito à vida da população. Contudo, sabe-se que para a concretização da prestação regular da saúde pública é necessária previsão conforme o orçamento do Estado e, de acordo com a análise feita, o governo poderia investir na melhoria da infraestrutura do sistema, seja ampliando o acesso à saúde básica nas periferias (com prestação de assistência médica e fornecimento medicamentos, melhoria nos serviços atrelados à saúde, como saneamento básico, tratamento eficaz de água e esgoto) dispor de remédios objetivando o bem maior a ser tutelado: a vida.

Observa-se que há, não só na cidade de Manaus como no restante das regiões do país, uma deficiente coordenação interna na direção nacional do SUS, incluindo dificuldades na comunicação entre as esferas do governo do sistema, excesso de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

burocracia no processo de gestão, além da carência de profissionalização, ineficiência dos sistemas, serviços e diminuição de recursos, mormente em face de crise econômica atual.

As dificuldades da efetividade das políticas de saúde pública estão relacionadas com fatores, tais como: precárias condições de moradia, saneamento e educação da população carente. Somam-se a isso a falta de participação popular nos processos decisórios, as limitações de informação e educação em saúde (processos de promoção e prevenção).

Há, pois, um longo caminho para a melhoria do sistema público de saúde. É notório que crianças e idosos, por vezes aguardam longos períodos para atendimentos, realização de cirurgias e entrega de medicamentos, muitos dos quais não dispõem de alternativa terapêutica. Mesmo com o aumento de médicos para atenderem determinadas regiões carentes e geograficamente afastadas, ainda necessita de reparos na infraestrutura, desde locais adequados para o trabalho dos profissionais da saúde, como a realização de políticas públicas em conjunto com melhorias de saneamento básico, coleta de lixo, disponibilização de água potável e educação da população, acerca de técnicas preventivas, tudo isso a fim de caracterizar a verdadeira função da política pública voltada à saúde social universal.

Por fim, são relevantes questões como a estrutura política, focalização do serviço e ações de saúde, de modo a atingir a universalidade das regiões (beneficiando em conjunto e não umas em detrimento de outras), pois o direito à saúde e o gozo destes serviços públicos são garantia a todo cidadão.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Etelvina Tereza Braga Rodrigues; CYRINO, Jerusa Castelo Branco. *Caracterização do Sistema de Saúde em Manaus*. In: *Espaço e Doenças: um olhar sobre o Amazonas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.
- AZEVEDO, Sérgio de. *Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação*. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). *Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO, Brasília: *Secretaria de Vigilância em Saúde*. ,n.34, Vol.47, 2016.
- BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO, Brasília: *Hepatites Virais*. Brasília, ano V, n 01, 2016.
- BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO, Brasília: *HIV-AIDS*. Ano IV, nº 01, Brasília, 2015.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

BRASIL. Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990. *Sistema Único de Saúde*. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde e seu funcionamento. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm)> Acesso em 03 nov. 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Plano Nacional de Saúde – PNS: 2012-2015. 1ª ed. Brasília, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento., Plano Nacional da Saúde 2016-2019. Brasília, 2016.

DANTAS, Miguel Calmon. *Constitucionalismo dirigente e pós-modernidade*. São Paulo: Saraiva, 2009.

DEPARTAMENTO DE DST, AIDS E HEPATITES VIRAIS. Disponível em :<[www.aids.gov.br/pagina/medicamentos-para-hepatites](http://www.aids.gov.br/pagina/medicamentos-para-hepatites)>. Acesso em 03 nov. 2016.

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE. Disponível em :<<http://www.fns.saude.gov.br/visao/consulta/grafico/comparativo/filtro.jsf> >. Acesso em: 06 nov. 2016.

INSTITUTO NACIONAL BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em : <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=130260&idtema=118&search=amazonas%7Cmanaus%7Cmunicipal-human-development-index-mhdi-&lang=>.

Acesso em: 06 nov. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE E SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA, DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA. *Painel de Indicadores do SUS*. Ano 1, nº 1, outubro 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <[http://unicrio.org.br/img/DeclU\\_D\\_HumanosVersoInternet.pdf](http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2012.

PORTAL DATASUS. Disponível em <[www.datasus.gov.br/http://svs.aids.gov.br/dashboard/mortalidade/infantil.show.mtw](http://www.datasus.gov.br/http://svs.aids.gov.br/dashboard/mortalidade/infantil.show.mtw)> Acesso em: 06 novembro 2016.

PORTAL DAS TRANSPARÊNCIAS DA CIDADE DO BRASIL. Disponível em :<<http://www.deepask.com>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

REIS OLIVEIRA, Denizi; DE ARAÚJO, Eliane Cardoso; CECÍLIO, Luís Carlos de Oliveira. *Políticas Públicas no Brasil: SUS e pactos pela saúde. Módulo Político Gestor*. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, *Para Entender Gestão do SUS*. 1ª ed Brasília: Conselho Nacional de Secretário de saúde (CONASS). 2011. Vol1. .



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## DIREITO DO POVOS AUTÓCTONES E DOS POVOS INDÍGENAS: UM DEBATE SOBRE A CONTRADIÇÃO NO ÂMBITO DA DOCTRINA E DA REGULAÇÃO SOCIAL.

Bianor Saraiva Nogueira Júnior<sup>1</sup>  
 Marilene Corrêa da Silva Freitas<sup>2</sup>

### RESUMO

O Direito dos Povos Autóctones é uma disciplina clássica que foi descredenciada pela dominação colonial para impor o Direito Indígena vinculado ao poder de violência do Estado. À esta descaracterização do Direito dos Povos Autóctones corresponde a imposição de um novo status jurídico na condição de súditos inferiores que passou a regular a cultura jurídica colonial e chega a sociedade nacional com fundamentos assemelhados. A cultura contemporânea de imposição do Direito Indígena não deixa espaço para o reconhecimento dos direitos humanos dos grupos indígenas, para além da tutela. Este trabalho pretende debater esta contradição da doutrina e da regulação social do Direito.

**Palavras chave:** Direito; Povos autóctones, Povos Indígenas; regulação social.

### ABSTRACT

The Right of Indigenous Peoples is a classical discipline that was discredited by colonial rule to enforce Indigenous law linked to the power of state violence. At this mischaracterization of the Right of Indigenous Peoples represents the imposition of a new legal status on condition of inferior subjects that began to regulate the colonial legal culture and reaches the national society with the like grounds. Contemporary culture of imposition of Indigenous law leaves no room for the recognition of human rights of indigenous groups, in addition to protection. This work intends to discuss this contradiction of doctrine and social regulation of law.

**Keywords:** Right; indigenous peoples, indigenous peoples; social regulation.

### O PROBLEMA

*Prima facie*, existe reconhecimento pelo Estado, do direito genuíno dos povos autóctones? Existe direito indígena que atenda e emancipe esses povos? Pode-se atribuir

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Mestre em Direito Ambiental pela UEA, Professor do Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Professor do curso de Pós-Graduação em Direito Público da ESA/OAB/AM-UEA, Procurador Federal da Procuradoria-Geral Federal - PGF/AGU.

<sup>2</sup> Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas UFAM. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas desde 1979. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas - UNICAMP; Mestre em Sociologia Política pela PUC SP; Pós-doutorado em Sociologia e Cooperação Internacional pela *Université de CAEN* e Unesco.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

teoricamente uma diferença entre tais direitos? Quais seriam os parâmetros ou paradigmas a serem sistematizados sob o ângulo interdisciplinar? Podem ser conceituados princípios específicos?

Até hoje não há por parte da academia um enfrentamento sobre esses problemas, de sorte que emerge a necessidade de uma imersão no campo da interdisciplinaridade para apresentar uma argumentação teórica consistente.

A essa provocação acadêmica vislumbra-se que o direito indígena deve ser sistematizado à luz do ordenamento jurídico, tanto de âmbito internacional, bem como sob o ângulo do direito interno, de sorte que este trabalho objetiva lançar mão de uma teoria que propicie desenvolver princípios ínsitos ao direito dos povos autóctones, e transpó-los ao direito indígena positivado e produzido pelo Estado, como adiante será esposado.

Sob o ângulo do direito interno, portanto, cogita-se na emergência de uma teoria que propicie e tenda a desenvolver princípios próprios de direito indígena produzido pelo Estado.

Assim, a atividade do legislador deve ser norteada por princípios de direito indígena constitucionalmente assegurados e considerando seu estado da arte, isto é, de transição, em que se encontra esse direito, especialmente considerando no plano infraconstitucional que o denominado estatuto do índio ser de 1973 e, por conseguinte, estar completamente defasado em face da Constituição Federal de 1988, bem como diante do atual arcabouço jurídico posto no plano internacional, proposto neste trabalho.

Desse modo, esse mecanismo jurídico a ser apresentado e operado de forma concatenada, tem o fito de proteger e efetivar os direitos indígenas e/ou direito dos povos autóctones no âmbito internacional. Portanto, é imperativo dotar esse direito de eficácia, transpondo o âmbito que consideramos, a essa altura, como letra morta, desprovida de efetividade, e partindo para o plano prático, de sorte possa surtir efeito na sociedade.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Passamos então a ideia de protagonismo político que deve nortear a ação ou vontade concreta desses povos.

## DIREITO DOS POVOS AUTÓCTONES E O DIREITO INDÍGENA

Mais do que uma função meramente didática a diferença terminológica em estabelecer uma distinção entre o direito indígena e o direito dos povos autóctones, tem um viés teórico que perpassa pela interdisciplinaridade, pois gera dois conceitos completamente distintos que impõem um esforço acadêmico, e exegético, haja vista que a doutrina nunca enfrentou essa questão de forma franca e aberta, de sorte que esclarecer e expor uma série de idiosincrasias de cada instituto, tornou-se uma necessidade ingente.

O direito dos povos autóctones representa o direito genuíno criado dentro da comunidade autóctone, ao longo dos séculos, como fora amplamente documentado pela história crítica recente.

Esse direito genuíno dos povos autóctones podemos perceber em (FARIA, 2005, p. 20/21), citando Bartolomé de Las Casas, senão vejamos:

Para sustentar sua visão e argumentação, Las Casas parte não somente do povo, mas da terra. Fala de suas belezas naturais, de suas plantas, de seus animais, de seus rios e matas. Daí, parte para demonstrar que seus habitantes são saudáveis, racionais, vivem em harmonia consigo mesmos e com a própria terra. A Apologética História Sumaria é uma descrição real e vívida. Descreve os índios como “por natureza tendo corpos formosos e bem proporcionados (Apologética, cap. 23). Descreve a Vida moral, as virtudes, as qualidades pessoais e familiares dos índios. Em toda parte, reinam a ordem, o trabalho, o comércio. Las Casas falará da religião numa perspectiva que hoje chamaremos de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

**Antropologia Comparada.** Mostra que a **religião deles não é inferior** à de outras culturas com as quais o cristianismo se encontrou. Fala dos sacrifícios humanos que tanto horrorizava os espanhóis e eram invocados como pretexto para a guerra justa contra os índios. É a partir daí que Las Casas demonstra também sua cultura jurídica e a necessidade de rever **o Direito então vigente com relação aos índios.** Na obra os 8 Tratados de Sevilha, de 1552, Las Casas trabalha o terceiro tratado com o título “Trinta proposições mui jurídicas”, onde leva a compreender que o amor pela justiça começa por bem definir o Direito para buscar praticá-lo e fazê-lo praticar. Nele, levanta de maneira direta e frontal a questão crucial do poder, do direito e de sua inter-relação. Embora reconhecendo o poder papal - resquícios do pensamento medieval ainda forte naquele momento na Espanha Las Casas afirma também **os direitos dos índios que devem ser respeitados e defendidos.** No oitavo e último tratado de Sevilha, **Las Casas dá um passo ainda maior em sua concepção de direito, da universalização dos direitos humanos e o povo como fonte imediata do poder** (JOSAPHAT, 2000, p. 188). A partir de uma Visão de ética e de poder - confirmados pelo Evangelho -, Las Casas estatuiu quatro princípios fundamentais:

- Direito universal de possuir e dispor das coisas.**
- Direito de jurisdição ou de governo natural e inviolável, o que significa que os espanhóis não têm direito de privar os índios de seus governos e autoridades legítimas.**
- Os índios são livres por direito natural.**
- Todo governo deve estar a serviço da comunidade. Tanto o poder civil quanto a autoridade religiosa.**



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Essa perspectiva é que Las Casas sempre defenderia como princípio ético-jurídico-religioso: **é necessário garantir a proteção dos índios por terem verdadeiros direitos.** (grifamos)

Já o direito indígena compreende o direito positivado, isto é, formalmente expresso, criado pela sociedade dominante e basicamente representado pelos três modelos de opressão que não são os únicos, mas que talvez sejam os mais importantes, quais sejam, o colonialismo, capitalismo e o patriarcado. Ou seja, é o direito produzido pelo Estado, para os povos autóctones, que na condição de súditos inferiores cabe cumprir obrigatoriamente.

Malgrado, diante dessa injustiça cometida contra esses povos obriga-nos a salientar que os direitos humanos em sua dimensão universal deve ser respeitado, assim como os direitos dos povos autóctones, fazendo parte indissociável dessa relação, eis que deve ser dotado de um aparelhamento autônomo, para atingir seu desiderato.

Podemos definir então os direitos dos povos autóctones como o direito de terceira dimensão, posto que são direitos coletivos, ao contrário dos direitos individuais de cunho eminentemente privado, de viés civilista.

Assim, este trabalho abebera-se na teoria de Max Weber, inspirando-se também em pensadores pós-modernos essencialmente democráticos e difundidores da ideia de emancipação social e do protagonismo político.

Portanto, não podemos deixar de registrar que esse trabalho se inspira em pensamento mais democrático e emancipatório, mantendo-se distante do positivismo que engessa ou anula completamente os instrumentos de emancipação social, fazendo prevalecer as ortodoxas opressivas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Ademais, por ser oportuno, não podemos deixar de citar a obra de Sérgio Buarque intitulada Raízes do Brasil que trata do nascimento das cidades na época do colonialismo português e espanhol na América do Sul, especialmente na portuguesa que tratar da questão indígena de forma diferente, menos beligerante, mas não menos eficaz sob o ponto de vista de dominação e escravização desses povos. Noutra giro, forçoso mencionar que a colonização espanhola foi bem diferente da colonização indígena na América do Sul especialmente pelo fato de que os espanhóis tinham uma inquietação muito grande com a sua estabilidade política o que gerou uma abordagem mais sangrenta sobre os autóctones.

Os espanhóis lançaram uma grande quantidade de suporte bélico para atacar os indígenas ao passo que abordagem portuguesa foi menos violenta, a princípio, mas que no final das contas também redundou em extermínio maciço de várias etnias autóctones.

O frei Bartolomé de las Casas faz uma grande revelação afirmando que nos primeiros anos da colonização na América Norte e América Central cerca de 20 milhões de autóctones foram exterminados.

No Brasil, o extermínio não foi diferente, ocorre que esses números não conseguem precisar um montante de pessoas que foram exterminadas, mas que Pierre Clastres no trabalho etnográfico de escol afirma que foram milhões dando o exemplo emblemático dos Tupis Guaranis.

Porém, resta sempre uma pergunta. A quem interessa saber que foram dizimadas milhões de autóctones a ainda assim, em pleno século XXI, continua o modelo de opressão a esses povos?

Paradoxalmente ao distinguir o direito indígena como antigo e fixar como novo o direito dos povos Autóctones, representar-se-á uma quebra de paradigma.

A ciência enfrenta um dilema, uma transição paradigmática sob o entendimento de uma ciência adjetiva, enquanto processo, sob o ponto de vista de processo de conhecimento, do pensar



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

complexo, pregado por Morin, em busca de uma ciência substantiva e emancipatória, no incessante desiderato da busca da realidade na contemporaneidade e não apenas da representação do real formulado pela modernidade, que parece permear os dias atuais.

Como ressalta Prigogine (1991, p. 02), este é o contexto em relação ao qual queremos situar a metamorfose da ciência, o de uma ciência clássica cujos êxitos se puderam considerar trágicos e da qual dizemos que hoje não é mais a nossa ciência. Exploremos agora de maneira mais precisa esta ciência clássica, com o desiderato de compreender a articulação que ela apresenta entre seu conteúdo teórico e a interpretação que dá do "homem" e da prática científica.

Como antedito, é assim que a instrumentalidade da ciência tem sofrido interferência direta dos três modos de opressão, quais sejam, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, ou seja, a política da ciência a serviço dos grandes centros hegemônicos de produção de conhecimento.

E infelizmente o direito dos povos autóctones não escapa desse modelo de dominação, e cujo veículo tem sido o direito indígena, de veiculação estatal.

### **Do caráter interdisciplinar**

O direito pode ser colocado com uma ciência que tem objetivo final buscar a harmonia da convivência em sociedade, mas que obrigatoriamente tem que dialogar com outros ramos do conhecimento como a história, a antropologia e a sociologia, pois afiguram-se como indissociáveis.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## A questão da nomenclatura autóctone x indígena

No trabalho será enfrentada uma questão que, a rigor, poderia passar despercebida se não fosse emblemática, diríamos até icônica, sob o ponto de vista científico, qual seja, a categorização da expressão autóctone em substituição a expressão indígena.

Indigitar um ser vivente ou a uma coisa remete a um campo das representações simbólicas afirmando um certo tipo de poder sobre eles, de sorte a alocá-los num campo preexistente. Nessa perspectiva pode-se defluir que inexistente um termo científico único ou mesmo uma definição jurídica no plano internacional para denominar os autóctones, de modo que essa indeterminação gera óbices à construção desses povos como sujeitos de um novo direito, como tratado ao longo deste trabalho.

A propósito, (ROULAND, p. 458/459) explica:

213 AS DENOMINAÇÕES CIENTÍFICAS - O vocabulário empregado é na maioria das vezes de origem anglófona, o que torna ainda mais delicada sua análise no idioma francês. Contudo, várias denominações podem ser assinaladas. O termo *natif\** (Native) refere-se ao nascimento de um indivíduo ou à sua origem, inscrita em um lugar territorializado. O termo autóctone provém da geologia. Os terrenos autóctones são aqueles que permaneceram no local, em oposição ao lençóis freáticos vindos de outro lugar; os parautóctones só se estabilizaram depois de algum tempo, os alóctones são instáveis. **Os povos autóctones são, portanto, aqueles instalados em um território há tempos imemoriáveis ou (a alternativa é importante) considerados como tais.** O radical da palavra significa, com efeito, em



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

grego, "terra". Ele entrou na língua francesa por volta de 1560, pouco depois da colonização das Américas. Remete a um traço essencial e geral de povos assim qualificados: a seu laço original a um território, base de muitas de suas reivindicações. Constitui na língua francesa a designação mais freqüente desses povos.

No mundo anglo-saxão, emprega-se mais freqüentemente o termo indígenas (*Indigenous*), que possui, em francês (etimologicamente, aquele que nasceu na Índia), uma conotação pejorativa, com referência ao estatuto negativo do indigente durante o período colonial. O mesmo não acontece em inglês, que dá uma dimensão coletiva ao qualificativo de nativo e designa os primeiros habitantes de uma terra. Entretanto, seu alcance jurídico e reivindicativo é fraco, na medida em que só faz alusão a uma anterioridade de uma origem histórica que a história ocultou, a das comunidades humanas e territoriais que já existiam antes da formação dos listados, pelo menos na Europa. É por isso que, no mundo anglófono, os autóctones preferem o emprego do termo *Aboriginal*, cujo equivalente francês (*Aborigène*) é pouco utilizado entre nós. O termo aborígine qualifica mais particularmente a situação de um povo indígena cujas reivindicações identitárias se baseiam no fato de ele estar sob dependência de tipo colonial em relação a um Estado, mesmo que a anexação ou a ocupação datem de muitos séculos e não tomem a forma jurídica *strito sensu* da colonização. Na América do Norte, a expressão Primeiras Nações (*First Nations*) e muitas vezes empregada de forma sinônima. Notaremos que a Convenção nº 169 da OIT (adotada em 1989) visa aos povos indígenas e tribais nos países independentes, mas não emprega o termo autóctone.

Finalmente, o termo etnia ou o qualificativo *étnico* merecem uma atenção especial. Como se sabe, é fonte de muitos mal-entendidos. Na



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

França, possui uma conotação negativa, pois há a tendência de emprega-lo como substituto do termo raça, ademais mais facilmente admitido entre os anglo-saxões. Entretanto, nas ciências humanas o termo etnia visa sobretudo aos elementos culturais, mais do que aos biológicos. Por isso, ele é freqüente no vocabulário das reivindicações autóctones. A polissemia dos termos e de seus empregos comumente corresponde, portanto, a estratégias dos atores.

Vale lembrar que o mesmo processo ocorre com com as definições.

Como dito acima, tal polissemia dos termos e de seus empregos funciona a favor da estratégias dos atores que dominam as regras do jogo, prejudicando ainda mais o esclarecimento sob o ponto de vista científico sobre no que consiste o direito dos povos autóctones e o direito indígena.

### **Direito Autóctone e direito indígena um binômio /paradoxo**

De um lado o direito autóctone puro, de caráter consuetudinário, alicerçado nos costumes desses povos, já registrado historicamente desde a colonização espanhola e portuguesa nas Américas, vide o período pombalino como exemplo, longe de se tornar exequível por uma série de resistências e interesses das classes opressoras representadas pelo capitalismo, o colonialismo e o patriarcado.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

De outro o direito indígena feito pelo Estado para arrefecer o ânimo desses povos em busca da emancipação plena. Que como as minorias<sup>3</sup>, vivem à margem das decisões políticas impostas pelos mecanismos opressores já citados.

Ao longo dos séculos o processo foi sempre o mesmo, o poder Estatal foi reconhecendo apenas alguns aspectos do direito dos povos autóctones através do direito indígena estatal.

Torna-se correto afirmar que o direito indígena surge com a invasão do Brasil pelos portugueses que passaram a sufocar o direito autóctone puro (consuetudinário), impondo às nações autóctones um direito indígena opressor.

Segundo Roque de Barros Laraia (1985, p. 61-62) aborda a maneira de os Estados Unidos da América do Norte e o Brasil tratarem os habitantes primitivos e originais de seus países. Contudo nos EUA, para dirimir dúvidas e conflitos entre os grupos indígenas e o Estado, em geral envolvendo questões de terras, esse último se utilizou "das negociações diplomáticas ou de guerra aberta", mas se apercebeu de que era melhor negociar do que guerrear, valendo destacar que:

... já no século passado, escolheu a alternativa chamada 'diplomacia vermelha' e, a partir dessa tradição de reconhecer a soberania das nações indígenas, malgrado as atitudes que muitas vezes a contradizem, encontra-se registrada, na Constituição Federal, em seu artigo 1.º, Seção 8, quando determina que o Congresso terá poder [...] para regular o comércio com as nações estrangeiras, entre os vários Estados e com as tribos indígenas.

<sup>3</sup> Para efeito didático as minorias se diferem dos povos no sentido de que esses (povos) têm como características a ascendência pré-colombiana, bem como uma relação de ancestralidade imemorial com seu território.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

Porém, no Brasil, houve uma abordagem distinta, continua o autor, a saber:

Em nenhum momento foram reconhecidos os direitos dessas pequenas nações em existirem como tal. Até bula papal foi preciso para reconhecer os mesmos como seres humanos e, em lugar de negociações, ocorreram guerras encobertas que utilizavam os braços armados da própria sociedade civil. Quando declaradas, eram rotuladas eufemisticamente de 'guerras justas', sob o pretexto de extirpar a selvageria e o paganismo.

Afirmamos categoricamente que não há por parte do Estado o reconhecimento total ou integral do direito dos povos autóctones puro, genuíno, ou seja, do direito que parte desses povos no âmbito interno para ser reconhecido e empregado na sociedade constituída pelos não autóctones, o que representa uma flagrante quebra de paradigma. Acusamos a existência do direito indígena formalizado pelo Estado.

Porém, há o reconhecimento, pelo Estado, de certos direitos, com restrições, como apresentamos ao longo da apresentação, isto é, o direito indígena feito pelos “brancos” para os povos autóctones. Exemplo clássico seria o contido na Constituição Federal de 1988 que atribui apenas a posse e usufruto aos povos indígenas com relação ao seu território, mas diz que a propriedade pertence à União.

Desse modo, podemos apreender que tais perspectivas devem ser elocubradas sob o ângulo científico, de sorte a explicitar e explicar como funciona a questão sob o ponto de vista teórico e interdisciplinar.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
*Imaginário, Política Científica e Relações de Poder*  
09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
Manaus - Amazonas

## À guisa de conclusão

Ante todo o exposto, sem embargo à complementação da discussão, pois o problema não é estanque, concluímos que esse direito deve primeiramente ser sistematizado de forma clara. Existe uma dimensão conceitual que difere o denominado de direito dos povos autóctones puro e o direito indígena fabricado e imposto pelo poder estatal.

Apontamos como instrumentos de defesa dos povos autóctones os postos especialmente na Convenção n. 169 da OIT, Declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas, CF/88, em conjunto com vistas a aprovação do Projeto de Lei - PL do novo estatuto dos povos indígenas, bem como a utilização de instrumentos postos a disposição da ciência jurídica como o Ativismo judiciário (Konrad Hesse), bem como através da conceituação e efetivação dos princípios imanentes na busca de aperfeiçoar o direito indígena de sorte a aproximá-lo do direito dos povos autóctones.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

## REFERÊNCIAS

- ALEXY, Robert. Teoría de los derechos fundamentales. 2ª edição. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2008.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas (Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro). 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ARAÚJO, André Vidal de. Introdução à Sociologia da Amazônia. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2003.
- ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo (Antessemismo, Imperialismo, Totalitarismo). São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.
- AUGÉ, Marc. Não Lugares (Introdução a uma antropologia da supermodernidade), 9ª edição. Campinas-SP: Editora Papirus, 2012.
- BACHELARD, Gaston. O materialismo racional. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.
- BATISMA, Djalma. O complexo da Amazônia (A análise do processo de desenvolvimento), 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2007.
- BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emílio F.; ALVES, Diógenes S. (Orgs.). Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação. São Paulo: Edusp, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. Indentidade. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.
- BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: Formação Social e Cultural. 3ª edição. Manaus: Editora Valer, 2008.
- BOAS, Franz. A mente do ser humano primitivo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.
- BOAS, Franz. Antropologia Cultural. Rio De Janeiro: Editora Zahar, 2004.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Os herdeiros, os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de auto-análise. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. Introdução às línguas indígenas brasileiras. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico S.A., 1979.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Estudos sobre direitos fundamentais. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.
- CAPRA, Fritjof. Ponto de mutação. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.
- CARVALHO, José Barbosa de. Desmatamento, grilagens e conflitos agrários no Amazonas, Manaus: Editora Valer, 2010.
- CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. São Paulo: COSAC NAYFY, 2008.
- CORREA DA SILVA, Marilene. Metamorfoses da Amazônia. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2013.
- CRUZ, Jocilene Gomes. Educação indígena (Medida pelas tecnologias de informação e comunicação). 2ª edição. Manaus. Editora Valer, 2011.
- DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil?. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1986.
- DAMATTA, Roberto. Relativizando (Uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2013.
- FARIA, Pe. Henrique de Moura. Veredas do Direito. v.2 - n. 4. Belo Horizonte: p. 9-23-Julho -Dezembro de 2005.
- FERRARINI, Sebastião Antônio. Encontro de Civilizações (O alto Solimões e as origens de Tabatinga). Manaus: Editora Valer, 2013.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos Humanos Fundamentais. 14a edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica ( pelas Capitanias do Grão-Pará. Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá), 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2008.
- FONSECA, Osório. Pensando a Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2011.
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. 1a edição. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- GIDDENS, Anthony. A Constituição da Sociedade. 3ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.
- GOMES, Mércio Pereira. Antropologia. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- GUATTARI, Félix. As três ecologias. 16ª edição. São Paulo: Papirus, 2005.
- HARBERMAS, Jürgen. Mudança estrutural de esfera pública. 1a edição. São Paulo: Editora Unesp, 2014
- HARBERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como “ideologia”. 1a edição. São Paulo: Editora Unesp, 2014
- HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição (Die normative Kraft der Verfassung). Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1991.
- KAYSER, Hartmut-Emanuel. Os direitos dos povos indígenas do Brasil (Desenvolvimento histórico e estágio atual). Porto Alegre: Editor SERGIO ANTÔNIO FABRIS, 2010.
- LABURTHE-TOLRA, Philippe & WARNIER, Jean-Pierre - Etnologia - Antropologia. 5ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- LARAIA, Roque de Barros. O índio e o Estado. In: SANTOS, Silvio Coelho dos et al (Org.) Sociedades indígenas e o Direito: uma questão de direitos humanos – Ensaio. Florianópolis: UFSC/CNPq, 1985.
- LARAIA, Roque De Barros. Cultura (Um Conceito Antropológico). Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1996.
- LARENZ, Karl. Metodologia da Ciência do Direito. 7ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. O Pensamento Selvagem, 12ª edição. Campinas-SP: Editora Papirus, 2012.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Diante dos Problemas do Mundo Moderno. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes Trópicos. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza; CARROSO-HOFFMAN, Maria (Orgs). Etnodesenvolvimento e políticas públicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.
- LOPES, Maria D’Ávila Lopes e outros; et al. Direito à diferença. Direito à diferença. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura Amazônica ( Uma poética do imaginário), 5ª edição. Manaus: Editora Valer, 2015.
- MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlos Frederico. Bens Culturais e sua Proteção Jurídica. 3a edição. Curitiba: Juruá Editora, 2005.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos. 2a edição. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- MARX, Karl. Sobre a questão judaica. 1a edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

- MATURANA, Humberto. *Cognição, Ciência e Vida Cotidiana*. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- MEIRELLES, Wallace. *Políticas Públicas e Sustentabilidade na Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2012.
- MIAILLE, Michel. *Introdução Crítica Ao Direito*, 3ª edição. Lisboa: Editora Editorial Estampa, 2005.
- MILHOMENS, Lucas; et al. *Amazônia (Mosaico de reflexos interdisciplinares)*. Manaus: Editora Valer, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do Conhecimento (pesquisas qualitativas em saúde)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2014.
- MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz tadeu da Silva (Orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. 6ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- MORIN, Edgar. *A Cabeça bem-feita*. 19ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- MORIN, Edgar. *A Religação dos Saberes*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- MORIN, Edgar. *Ciência co consciência*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. 5ª edição. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.
- MORIN, Edgar. *Rumo ao Abismo? (Ensaio sobre o destino da humanidade)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- NIEMEYER, Ana Maria de; GODOY, Emília Pietrafesa de. *Além dos Territórios*. Campinas - SP: Editora Mercado de Letras, 1998.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.
- PERES, Sidnei. *Política da identidade (Associativismo e movimento indígena no Rio Negro)*. Manaus: Editora Valer, 2013.
- PHILIPPI Jr, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. *Práticas da interdisciplinaridade em Ciência, tecnologia e Inovação*. São Paulo: Editora Manole, 2015.
- PHILIPPI Jr, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. *Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa*. São Paulo: Editora Manole, 2015.
- PINTO, Renan Freitas. *Viagem das ideias*. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2008.
- POPPER, A *lógica da pesquisa científica*. 2ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, 2014.
- PORRO, Antônio. *O Povo da Águas (Ensaio de etno-história amazônica)*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.
- PRIGOGINE, Ilya. *As leis do caos*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas (Tempo, caos e as leis da natureza)*, 2ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- RAMOS, Alcida Rita (Org.). *Constituições nacionais e povos indígenas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- ROULAND, Norbert (Org.). *Direito das minorias e dos povos autóctones*. Brasília: Editora UnB, 2004.
- ROULAND, Norbert. *Nos confins do direito*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- RUFINO, Márcia Regina Calderipe Farias, et al. *Povos tradicionais (Fronteiras e geopolíticas na América Latina: Uma proposta para a Amazônia)*. Manaus: Editora Valer, 2015.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)  
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder  
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016  
 Manaus - Amazonas

- SACHS, Ignacy. A terceira margem (Em busca do ecodesenvolvimento). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.). Rastros da Memória: História e trajetórias das populações indígenas na Amazônia. Manaus: EDUA, 2006.
- SANDEL, Michael J. Justiça (O que é fazer a coisa certa). 15ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A Crítica da Razão Indolente Contra o Desperdício da Experiência. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade. 14ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Se Deus Fosse Ativista dos Direitos Humanos. 2ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 5ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2008.
- SANTOS, Luciano Cardenes. Etnografia Sareré-Mawé. Manaus: Editora Valer 2015.
- SCHERER, Elélise; OLIVEIRA, José Aldemir de. Amazônia (Território, povos tradicionais e ambiente. Manaus: Editora EDUA, 2009.
- SCHMIDT, Lawrence K. Hermenêutica, 2ª edição. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2013.
- STEINEN, Karl von den. Um século de antropologia no Xingú. São Paulo: Editora EDUSP, 1993.
- TASSINARI, Antonella Maria Impetratriz; et al. Educação Indígena (reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização). Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade (Volume 1). 4ª edição. Brasília: Editora UnB, 2012.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade (Volume 2). 4ª edição. Brasília: Editora UnB, 2009.